

### **39. Outros gastos administrativos**

A composição do saldo desta rubrica das demonstrações de resultados consolidadas dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Imóveis, instalações e equipamento	49.113	59.094
Outras despesas administrativas	30.236	42.754
Comunicações	26.774	29.593
Impostos	60.148	60.858
Tecnologia e sistemas	307.689	307.500
Relações públicas, publicidade e propaganda	50.201	62.978
Subsídios de dia e deslocações	17.836	16.029
Serviços externos	204.945	223.595
Relatórios técnicos	86.373	63.456
Prémios de seguros	7.663	7.363
Outros	2.988	3.125
	843.966	876.345

Incluídos no saldo dos relatórios técnicos, encontram-se os honorários correspondentes aos serviços prestados pelos auditores às diferentes sociedades do Grupo Santander Consumer Finance (detalhados nos anexos em anexo), conforme a seguinte discriminação:

	Milhões de euros	
	2025	2024
Auditoria	17,7	18,3
Serviços relacionados com a auditoria	1,1	0,7
Serviços fiscais	—	—
Outros serviços	0,1	0,5
<b>Total</b>	<b>18,9</b>	<b>19,5</b>

A seguir, detalham-se os serviços de auditoria e os principais serviços não relacionados com a auditoria que estão incluídos, quando aplicável, em cada rubrica do quadro anterior:

- Serviços de auditoria: auditoria das contas anuais individuais e consolidadas da Santander Consumer Finance e das sociedades que integram o Grupo nas quais a PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L. ou outra firma da rede PwC é o auditor externo; auditoria das demonstrações financeiras intercalares consolidadas da Santander Consumer Finance; relatórios para efeitos da auditoria integrada das demonstrações financeiras consolidadas e do controlo interno sobre a informação financeira (SOx) do Banco Santander, S.A. para as entidades do Grupo que estejam obrigadas a tal; revisões limitadas de demonstrações financeiras; e relatórios regulamentares exigidos ao auditor relativos a diferentes entidades do Grupo.
- Serviços relacionados com a auditoria: emissão de cartas de conforto, serviços de verificação de informação financeira e não financeira exigidos pelos reguladores ou outras revisões de documentação a apresentar a organismos de supervisão, tanto nacionais como estrangeiros, que, pela sua própria natureza, são normalmente prestados pelo auditor externo.
- Serviços fiscais: serviços de consultoria e conformidade fiscal permitidos de acordo com a regulamentação de independência aplicável e que não têm impacto direto nas demonstrações financeiras auditadas, prestados a sociedades do Grupo fora de Espanha.

- Outros serviços: emissão de relatórios de procedimentos acordados, relatórios de garantia e relatórios especiais, elaborados de acordo com as normas profissionalmente aceites; bem como outros relatórios exigidos pela entidade reguladora.

O conceito de «Auditoria» inclui os honorários correspondentes à auditoria do exercício, independentemente da data de conclusão da mesma. Caso se verifiquem ajustamentos posteriores nos mesmos, que, em qualquer caso, não são significativos, para facilitar a comparação, estes são apresentados nesta nota no ano a que a auditoria corresponde. Os restantes serviços são incluídos em função do momento da sua aprovação pela comissão de auditoria.

Os serviços contratados aos auditores cumprem os requisitos de independência estabelecidos na regulamentação europeia e espanhola aplicável, bem como nas regras da SEC e do Public Accounting Oversight Board (PCAOB) que se aplicam ao Grupo e, em caso algum, incluem a realização de trabalhos incompatíveis com a função do auditor.

#### **40. Deterioração do valor ou reversão da deterioração do valor de ativos não financeiros**

A discriminação do saldo desta rubrica das demonstrações de resultados consolidadas dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Ativos tangíveis	(7.106)	32.530
Ativos intangíveis (Nota 15)	6.114	3.987
Outros	(366)	(8.351)
	<b>(1.358)</b>	<b>28.166</b>

O montante registado na rubrica «Imparidade ou reversão da imparidade de ativos não financeiros — Ativos tangíveis» a 31 de dezembro de 2025 corresponde principalmente a imparidades por obsolescência de elementos do imobilizado tangível — cedidos em locação operacional — (ver nota 13).

O montante registado na rubrica «Deterioração do valor ou reversão da deterioração do valor de ativos não financeiros — Ativos intangíveis» a 31 de dezembro de 2025 corresponde principalmente a deteriorações por obsolescência de elementos do ativo intangível — (ver nota 15).

#### **41. Ganhos ou (perdas) na baixa de ativos não financeiros e participações, líquidos**

A composição do saldo desta rubrica das demonstrações de resultados consolidadas dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
	Receitas/(Despesas)	
<b>Ganhos:</b>	<b>2.783</b>	<b>52 383</b>
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Nota 13)	2.782	1.059
Participações	1	51.324
<b>Perdas:</b>	<b>(4.478)</b>	<b>(3.947)</b>
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Nota 13)	(4.478)	(390)
Participações	—	(3.557)
	<b>(1.695)</b>	<b>48.436</b>

O montante registado na rubrica «Ganhos ou (perdas) na baixa de contas de ativos não financeiros e participações, líquidos» a 31 de dezembro de 2024 refletia os resultados decorrentes da baixa das participações nas entidades associadas SteLLantis Life Insurance Ltd e SteLLantis Insurance Ltd (ver Nota 3), que foram vendidas a uma entidade do Grupo Santander.

**42. Ganhos ou (perdas) decorrentes de ativos não correntes e grupos de ativos para alienação classificados como detidos para venda, não elegíveis como atividades interrompidas**

A discriminação do saldo desta rubrica das contas de resultados consolidadas dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
	Receitas/(Despesas)	
Lucros (prejuízos) líquidos de vendas	(538)	(50)
Provisão para perdas por imparidade de ativos (líquida) (Nota 11)	628	1.000
	<b>90</b>	<b>950</b>

**43. Justo valor dos instrumentos financeiros**

O quadro seguinte resume os valores justos, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) que, de acordo com os critérios acima indicados, são apresentados nestas contas anuais consolidadas pelo seu valor justo, classificados de acordo com as diferentes metodologias de avaliação seguidas pelo Grupo para determinar o seu valor justo:

	Milhares de euros					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Cotações publicadas em Mercados Ativos (Nível 1)	Modelos Internos (*)	Total	Cotações publicadas em Mercados Ativos (Nível 1)	Modelos Internos (*)	Total
Ativos financeiros detidos para negociação	—	211.723	211.723	—	246.380	246.380
Ativos financeiros não destinados à negociação, avaliados obrigatoriamente pelo valor justo com variações no resultado	—	15.210	15.210	4	1.378	1.382
Ativos financeiros designados ao valor justo com variações no outro resultado global	1.350.145	1.792.562	3.142.707	392.714	2.037.871	2.430.585
Derivados - Contabilidade de cobertura (ativo)	—	122.627	122.627	—	235.539	235.539
Passivos financeiros detidos para negociação	—	230.976	230.976	—	252.637	252.637
Passivos financeiros designados ao valor justo com variações no resultado	—	—	—	—	—	—
Derivados - Contabilidade de coberturas (passivo)	—	288.028	288.028	—	349.555	349.555

(\*) Na sua quase totalidade, as principais variáveis (inputs) utilizadas pelos modelos são obtidas a partir de dados observáveis no mercado (Nível 2, de acordo com a IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informação).

O saldo correspondente a «Ativos financeiros ao justo valor com variações no outro resultado global — clientes» do balanço consolidado a 31 de dezembro de 2025 é composto integralmente por operações de crédito a clientes da Stellantis Financial Services Italia S.p.A. e, mais concretamente, por empréstimos concedidos no âmbito do produto «Stock Finance» (ver Nota 10). O valor justo desses empréstimos aproxima-se do seu custo amortizado, dada a curta duração dos mesmos.

Durante os exercícios de 2025 e 2024, o Grupo não efetuou transferências significativas de instrumentos financeiros entre as diferentes metodologias de avaliação, para além da acima referida. Também não foram realizadas alterações nas técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros.

Da mesma forma, o movimento de ativos financeiros de Nível 3 não foi significativo durante os exercícios de 2025 e 2024.

#### *Crêterios gerais de avalia o*

O Grupo Santander, do qual o Grupo faz parte, desenvolveu um processo formal para a avalia o sistemática e a gestão dos instrumentos financeiros, implementado globalmente em todas as unidades, entre as quais se encontram as unidades do Grupo. O esquema de governa o desse processo no Grupo distribui responsabilidades entre duas divisões independentes: a Gestão Financeira (encarregada da gestão diária dos produtos financeiros) e a Gestão de Riscos (que assume a valida o periódica dos modelos de avalia o e dos dados de mercado, o processo de cálculo das métricas de risco, as políticas de aprova o de novas opera es, a gestão do risco de mercado e a implementa o de políticas de ajustes de avalia o).

A aprova o de um novo produto implica uma sequência de várias etapas (solicita o, desenvolvimento, valida o, integra o nos sistemas corporativos e revisão de qualidade) antes da sua entrada em produ o. Este processo garante que os sistemas de avalia o foram devidamente revistos e que se encontram estáveis antes de poderem ser utilizados.

As sec es seguintes detalham os produtos e as famílias de instrumentos mais importantes, juntamente com as respetivas técnicas de avalia o e dados de entrada por tipo de ativo. No caso do Grupo, as principais posi es derivam de instrumentos simples, principalmente *swaps* de taxas de juro e *cross currency swaps*.

#### *Taxa de juro e rendimento fixo*

A tipologia de ativos de taxa de juro inclui instrumentos simples, tais como *Forwards* de taxa de juro, *swaps* de taxa de juro e *cross currency swaps*, avaliados através do valor atual líquido dos fluxos futuros estimados, descontados tendo em conta *os spreads de base (cross currency swaps)* determinados em fun o da frequência dos pagamentos e da moeda de cada componente do derivado. Em geral, no Grupo Santander, as op es simples (*vanilla*), incluindo *caps*, *floors* e *swaptions*, são avaliadas utilizando o modelo de Black-Scholes, que   um dos modelos de referência no setor. Para a avalia o de derivados mais exóticos, são utilizados modelos mais complexos, geralmente aceites como padrão entre as institui es, embora no Grupo Santander Consumer os derivados sejam geralmente simples (*plain vanilla*).

Estes modelos de avalia o são alimentados com dados de mercado observáveis, tais como taxas de juro de depósitos, taxas de futuros, taxas de *cross currency swaps* e de *constant maturity swaps*, bem como *spreads de base*, a partir dos quais são calculadas diferentes curvas de taxas de juro, dependendo da frequência dos pagamentos, e curvas de desconto para cada moeda. No caso das op es, as volatilidades implícitas constituem também inputs do modelo. Estas volatilidades são observáveis no mercado, tanto para op es *caps* e *floors* como para *swaptions*, sendo realizadas interpola es e extrapola es de volatilidades a partir dos intervalos cotados, utilizando modelos geralmente aceites na indústria. A avalia o de derivados mais exóticos pode exigir a utiliza o de dados ou parâmetros não observáveis, tais como a correla o (entre taxas de juro e entre classes de ativos), as taxas de regressão   média e as taxas de pré-pagamento, os quais são geralmente definidos a partir de dados históricos ou por meio de calibra o.

Embora não sejam instrumentos habituais no Grupo Santander Consumer, no Grupo Santander, os ativos relacionados com a infla o incluem obriga es e swaps indexados   infla o com cupão zero ou anual, avaliados pelo método do valor atual através de estimativas a prazo (*forward*) e desconto. Os derivados sobre índices de infla o são avaliados com modelos padrão ou modelos mais complexos personalizados, conforme for conveniente. Os dados de entrada para a avalia o destes modelos têm em conta os *spreads* dos swaps indexados   infla o observáveis no mercado e as estimativas de sazonalidade da infla o, a partir dos quais se calcula uma curva de infla o a prazo. Da mesma forma, as volatilidades implícitas extraídas de op es de infla o de cupão zero e anual são também dados de entrada para a avalia o de derivados mais complexos.

Os instrumentos de rendimento fixo incluem produtos como obriga es, letras ou títulos de dívida, cuja avalia o, tal como descrito anteriormente, pode ser efetuada através da observa o do seu preço nos mercados cotados, de modelos construídos a partir de dados observáveis ou de outras técnicas, nos casos em que nenhuma das duas alternativas anteriores seja possível.

#### *A es e taxas de câmbio*

Os produtos mais importantes nestas classes de ativos, no Grupo Santander, são os contratos *a prazo* e os futuros, incluindo igualmente derivados simples (*vanilla*), cotados e OTC (*Over-The-Counter*), sobre ativos subjacentes individuais e cestas de ativos. As op es simples (*vanilla*) são avaliadas utilizando o modelo *Black-Scholes* padrão, enquanto os derivados mais exóticos, que envolvem rendimentos futuros, rendimentos médios ou características digitais, de barreira ou de op o de recompra (*callables*), são avaliados utilizando modelos geralmente aceites pelo setor ou modelos personalizados, conforme for mais adequado.

Para derivados sobre ações ilíquidas, a cobertura é realizada tendo em conta as restrições de liquidez nos modelos.

Os dados de entrada dos modelos de ações (*equity*) consideram, em geral, curvas de taxas de juro, preços à vista, dividendos, custo de financiamento do ativo (*spreads* de margem de repo), volatilidades implícitas, correlação entre ações e índices e correlação cruzada entre ativos. As volatilidades implícitas são obtidas a partir das cotações de mercado de opções simples (*vanilla*) *call* e *put* de tipo europeu e americano. Através de diversas técnicas de interpolação e extrapolação, obtêm-se superfícies contínuas de volatilidade para ações ilíquidas. Os dividendos são geralmente estimados a médio e longo prazo. No que diz respeito às correlações, estas são obtidas, sempre que possível, implicitamente a partir das cotações de mercado de produtos dependentes da correlação; nos restantes casos, são realizadas aproximações às correlações entre subjacentes de referência ou são obtidas a partir de dados históricos.

No que diz respeito aos inputs dos modelos cambiais, estes incluem a curva de taxas de juro de cada moeda, a taxa de câmbio à vista, as volatilidades implícitas e a correlação entre ativos desta classe. As volatilidades são obtidas a partir de opções europeias *call* e *put* que são cotadas nos mercados como opções *at-the-money*, *risk reversal* ou *butterfly*. Os pares de moedas ilíquidos são geralmente tratados utilizando dados de pares líquidos a partir dos quais a moeda ilíquida pode ser decomposta.

O Grupo Santander Consumer mantém uma atividade de natureza estrutural no âmbito da *carteira bancária*, pelo que os instrumentos de rendimento variável acima descritos não são habituais nos seus livros.

#### *Crédito*

O instrumento mais comum desta classe é o *Credit Default Swap* (CDS), utilizado para cobrir a exposição de crédito face a uma terceira parte. Além disso, existem também modelos para produtos *First-To-Default* (FTD), *N-To-Default* (NTD) e *Collateralized Debt Obligation* (CDO) *de tranche única*. Estes produtos são avaliados com modelos padrão do setor, que estimam a probabilidade de incumprimento de um emitente individual (para os CDS) ou a probabilidade de incumprimento conjunta de mais de um emitente para os FTD, NTD e CDO.

Os *dados* de avaliação são a curva de taxas de juro, a curva de *spreads* de CDS e a taxa de recuperação. A curva de *spreads* de CDS é obtida no mercado para índices e emissores individuais importantes. Para emissores menos líquidos, a curva de *spreads* é estimada utilizando *proxies* ou outros instrumentos ligados ao crédito. As taxas de recuperação são geralmente fixadas nos valores padrão. Para CDO cotados de *tranches* individuais, a correlação de incumprimento conjunto de vários emitentes é obtida implicitamente do mercado. Para FTD, NTD e CDO personalizados, a correlação é estimada através de *proxies* (instrumentos cotados semelhantes aos instrumentos a avaliar) ou dados históricos quando não existe outra alternativa possível.

#### Ajuste de avaliação por risco de contraparte ou incumprimento

O *Credit Valuation Adjustment* (CVA) é um ajustamento à avaliação dos derivados OTC (*Over The Counter*) decorrente do risco associado à exposição de crédito assumida com cada contraparte.

O cálculo do CVA é efetuado tendo em conta a exposição potencial com cada contraparte em cada prazo futuro. O CVA para uma determinada contraparte é igual à soma do CVA para todos os prazos. Para o seu cálculo, são tidos em conta os seguintes *dados*:

- Exposição esperada: incluindo, para cada operação, o valor de mercado atual (MtM), bem como o risco potencial futuro (Add-on) em cada prazo. São tidos em conta fatores atenuantes, tais como garantias e contratos de compensação, bem como um fator de decaimento temporal para os derivados com pagamentos intermédios.
- Gravidade: percentagem da perda final assumida em caso de evento de crédito/incumprimento da contraparte.
- Probabilidade de incumprimento/default: nos casos em que não haja informação de mercado (curva de spread cotada através de CDS, etc.), são utilizadas probabilidades com base em notações, de preferência internas.
- Curva de fatores de desconto.

O *Debt Valuation Adjustment* (DVA) é um ajustamento à avaliação semelhante ao CVA, mas, neste caso, em consequência do risco próprio do Grupo assumido pelas suas contrapartes nos derivados OTC.

No final de dezembro de 2025 e 2024, não foram registados ajustamentos de CVA e DVA de montantes significativos.

Além disso, no Grupo Santander, o ajuste do valor justo do financiamento (FVA) é calculado aplicando as margens de financiamento futuro do mercado à exposição de financiamento futuro esperada de qualquer componente não garantido da carteira de derivados OTC. Isto inclui a componente não garantida dos derivados garantidos, além dos derivados que não estão totalmente garantidos. A exposição de financiamento futura esperada é calculada através de uma metodologia de simulação, quando disponível. O impacto do FFVA no Grupo não é significativo para as demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2025 e 2024.

#### *Ajustes de avaliação por risco de modelo*

O justo valor dos instrumentos financeiros derivado dos modelos internos acima referidos tem em conta, entre outros, os termos dos contratos e dados observáveis de mercado, que incluem taxas de juro, risco de crédito, taxas de câmbio e pré-pagamentos.

Os modelos de avaliação acima descritos não incorporam subjetividade significativa, uma vez que essas metodologias podem ser ajustadas e calibradas, se for o caso, através do cálculo interno do valor justo e da subsequente comparação com o preço correspondente negociado ativamente; no entanto, podem ser necessários ajustes de avaliação quando os preços cotados no mercado não estiverem disponíveis para efeitos de comparação.

As fontes de risco a considerar estão geralmente associadas a parâmetros de modelo incertos, emittentes subjacentes ilíquidos, dados de mercado de baixa qualidade ou fatores de risco indisponíveis (por vezes, a melhor alternativa possível é utilizar modelos limitados com risco controlável). Nestas situações, o Grupo calcula e aplica ajustamentos de avaliação de acordo com a prática geral do setor. A seguir, descrevem-se as principais fontes de risco de modelo que poderão existir:

- Nos mercados de rendimento fixo, os riscos de modelo incluem a correlação entre índices de rendimento fixo, a modelação do *basis*, o risco de calibração dos parâmetros do modelo e o tratamento de taxas de juro próximas de zero ou negativas. Outras fontes de risco decorrem da estimativa de dados de mercado, tais como as volatilidades ou as curvas de taxas de juro, tanto as de estimativa como as de desconto de fluxos. A disparidade de preços em função de diferentes contribuintes do mercado, ou a concentração do ativo no mesmo, também podem constituir fontes de risco a considerar no mercado de rendimento fixo.
- Os mercados cambiais estão expostos ao risco de modelo devido à modelação do *skew forward* e ao impacto da modelação de taxas de juro estocásticas e da correlação para instrumentos de múltiplos ativos. Também pode surgir risco de dados de mercado, devido à iliquidez de pares específicos de moedas ou de diferentes contribuintes de preços na composição da curva.
- A fonte de risco de modelo mais importante nos derivados de crédito provém da estimativa da correlação entre as probabilidades de incumprimento de diferentes emittentes subjacentes. Para emittentes subjacentes ilíquidos, o *spread* do CDS pode não estar bem definido.

Apresentam-se a seguir todos os instrumentos financeiros ao justo valor cuja avaliação se baseia em modelos internos (Nível 2 e Nível 3) a 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

2025	Milhares de euros			
	Valores Justos Calculados Utilizando Modelos Internos a 31/12/2025 (Nível 2)	Valores justos calculados utilizando modelos internos a 31/12/2025 (Nível 3)	Técnicas de avaliação	Principais pressupostos
<b>ATIVOS:</b>				
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>	211.723	—		
Derivados	211.723	—		
Swaps	199.982	—	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado cambiais, Basis</i>
Opções sobre taxas de juro	11.172	—	<i>Black-Scholes SLN</i>	<i>Curvas de taxas de juro, volatilidades</i>
Outros	569	—		
<b>Ativos financeiros não destinados à negociação, obrigatoriamente avaliados ao valor justo com variações no resultado</b>	11.813	3.397	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Superfície de volatilidade</i>
<i>Instrumentos de capital</i>	4	2.311	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado cambiais, Basis</i>
<i>Títulos representativos de dívida</i>	—	372	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado cambiais, Basis</i>
<i>Empréstimos e adiantamentos</i>	11.809	714	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado cambiais, Basis</i>
<b>Derivados - contabilidade de cobertura</b>	122.627	—		
Swaps	108.952	—	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado cambiais, Basis</i>
Opções sobre taxas de juro	440	—	<i>Black-Scholes</i>	<i>Curvas de taxas de juro, volatilidades</i>
Outros	13.235	—	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado cambiais, Basis</i>
<b>Ativos financeiros designados ao valor justo com variações no outro resultado global</b>	13.906	1.778.656		
<i>Instrumentos de capital</i>	13.906	5.046	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado cambiais, Basis</i>
<i>Empréstimos e adiantamentos</i>	—	1.773.610	<i>Critério de acumulação</i>	<i>Curvas de taxas de juro, preços de mercado</i>
<b>TOTAL DE ATIVOS</b>	<b>360.069</b>	<b>1.782.053</b>		
<b>PASSIVOS:</b>				
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>	230.976	—		
Derivados	230.976	—	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado de câmbio, Basis</i>
Swaps	213.894	—	<i>Black-Scholes SLN</i>	<i>Curvas de taxas de juro, volatilidades</i>
Opções sobre taxas de câmbio	—	—		
Opções sobre taxas de juro	11.172	—	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado cambial, Basis</i>
Outros	5.910	—	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado cambial, Basis</i>
<b>Derivados - contabilidade de coberturas</b>	288.028	—		
Swaps	274.143	—	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado cambial, Basis</i>
Opções sobre taxas de juro	280	—	<i>Black-Scholes</i>	<i>Curvas de taxas de juro, volatilidades</i>
Outros	13.605	—	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado cambiais, Basis</i>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>519.004</b>	—		

2024	Milhares de euros			
	Valores justos calculados utilizando modelos internos 31/12/2024 (Nível 2)	Valores justos calculados utilizando modelos internos 31/12/2024 (Nível 3)	Técnicas de avaliação	Principais pressupostos
<b>ATIVOS:</b>				
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>	246.380	—		
<i>Derivados</i>	246.380	—		
<i>Swaps</i>	224.236	—	<i>Método do Valor Presente</i>	
<i>Opções sobre taxas de juro</i>	27.292	—	<i>Black-Scholes SLN</i>	
<i>Outros</i>	852	—	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado</i>
<b>Ativos financeiros não destinados à negociação, obrigatoriamente avaliados ao valor justo com variações no resultado</b>	—	1.378		<i>cambiais, Basis</i>
<i>Instrumentos de capital</i>	—	35	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Superfície de volatilidade</i>
<i>Títulos representativos de dívida</i>	—	590	<i>Método do Valor</i>	
<i>Empréstimos e adiantamentos</i>	—	753	<i>Método do Valor</i>	
<b>Derivados - contabilidade de cobertura</b>	235.539	—		
<i>Swaps</i>	769.767	—	<i>Método do Valor Presente</i>	
<i>Outros</i>	65.778	—	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado de câmbio, Basis</i>
<b>Ativos financeiros designados ao valor justo com variações no outro resultado global</b>	1.354	2.036.577		<i>Curvas de taxas de juro, Curvas de taxas de juro,</i>
<i>Instrumentos de capital</i>	1.354	6.795	<i>Método do Valor</i>	<i>Curvas de taxas de juro,</i>
<i>Empréstimos e adiantamentos (*)</i>	—	2.029.722	<i>Critério de acumulação</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado cambial, Basis</i>
				<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado cambial, Basis</i>
				<i>Curvas de taxas de juro, Curvas de taxas de juro,</i>
<b>TOTAL DE ATIVOS</b>	<b>483.273</b>	<b>2.037.895</b>		
<b>PASSIVOS:</b>				
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>	252.637	—	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado de câmbio, Basis</i>
<i>Derivados</i>	252.637	—		
<i>Swaps</i>	229.532	—	<i>Black-Scholes SLN</i>	<i>Curvas de taxas de juro,</i>
<i>Opções sobre taxas de câmbio</i>	—	—	<i>Método do Valor</i>	<i>Curvas de taxas de juro,</i>
<i>Opções sobre taxas de juro</i>	27.746	—	<i>Método do Valor</i>	<i>Curvas de taxas de juro,</i>
<i>Outros</i>	1.959	—		<i>Curvas de taxas de juro,</i>
<b>Derivados - contabilidade de cobertura</b>	349.555	—	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Preços de mercado</i>
<i>Swaps</i>	326.876	—		<i>cambial, Basis</i>
<i>Outros</i>	22.679	—	<i>Método do Valor Presente</i>	<i>Curvas de taxas de juro, Preços de mercado cambial, Basis</i>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>602.192</b>	—		

(\*) O aumento deste saldo corresponde a operações de crédito a clientes da Stellantis Financial Services Italia S.p.A. e, mais concretamente, a empréstimos concedidos no âmbito do produto «stock finance» (ver Nota 10).

#### 44. Outras informações

##### a) Prazos residuais das operações

Apresenta-se a seguir a repartição, por prazos de vencimento, dos saldos de determinadas rubricas dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025						
	Milhares de euros						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Ativo:</b>							
Caixa, saldos em dinheiro nos bancos centrais e outros depósitos à vista	8.431.560	—	—	—	—	—	8.431.560
Ativos financeiros ao valor justo com variações no outro resultado global	—	1.780.472	343.180	336.051	576.747	70.886	3.107.336
Títulos de dívida (Nota 7)	—	6.862	343.180	336.051	576.747	70.886	1.333.726
Empréstimos e adiantamentos	—	1.773.610	—	—	—	—	1.773.610
Bancos centrais	—	—	—	—	—	—	—
Entidades de crédito	—	—	—	—	—	—	—
Clientes	—	1.773.610	—	—	—	—	1.773.610
Ativos financeiros ao custo amortizado	4.055.390	7.705.210	9.865.969	26.508.660	70.494.559	12.246.772	130.876.560
Títulos de dívida (Nota 7)	—	1.144.792	548.366	735.740	3.969.960	776.895	7.175.753
Empréstimos e adiantamentos	4.055.390	6.560.418	9.317.603	25.772.920	66.524.599	11.469.877	123.700.807
Bancos centrais	—	42.828	—	4	17	—	42.849
Entidades de crédito (Nota 6)	147.891	162.128	138.267	5.494	71.450	3.493	528.723
Clientes (Nota 10)	3.907.499	6.355.462	9.179.336	25.767.422	66.453.132	11.466.384	123.129.235
	12.486.950	9.485.682	10.209.149	26.844.711	71.071.306	12.317.658	142.415.456
<b>Passivo:</b>							
Passivos financeiros ao custo amortizado	51.267.824	9.162.656	7.270.494	22.170.374	38.787.729	4.640.276	133.299.353
Depósitos	50.521.848	6.183.492	4.160.726	9.398.927	9.976.518	2.468.469	82.709.980
Bancos centrais (Nota 17)	—	—	—	—	—	—	—
Entidades de crédito (Nota 17)	8.373.380	1.579.782	784.163	3.556.127	6.245.045	2.261.070	22.799.567
Clientes (Nota 18)	42.148.468	4.603.710	3.376.563	5.842.800	3.731.473	207.399	59.910.413
Títulos de dívida emitidos (Nota 19)	—	2.906.483	2.869.133	12.806.742	28.866.348	1.963.609	49.412.315
Outros passivos financeiros (Nota 20)	779.369	215.221	260.315	55.672	108.764	264.174	1.683.515
	51.301.217	9.305.196	7.290.174	22.261.341	38.951.630	4.696.252	133.805.810
<b>Diferença entre ativo e passivo</b>	(38.814.267)	180.486	2.918.975	4.583.370	32.119.676	7.621.406	8.609.646

	2024						
	Milhares de euros						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Ativo:</b>							
Caixa, saldos em dinheiro nos bancos centrais e outros depósitos à vista	11.863.430						11.863.430
Ativos financeiros ao valor justo com variações no outro resultado global	—	—	2.029.722	24.711	—	339.491	2.393.924
Títulos representativos de dívida (Nota 7)	—	—	—	24.711	—	339.491	364.202
Empréstimos e adiantamentos	—	—	2.029.722	—	—	—	2.029.722
Bancos centrais	—	—	—	—	—	—	—
Entidades de crédito	—	—	—	—	—	—	—
Clientes	—	—	2.029.722	—	—	—	2.029.722
Ativos financeiros ao custo amortizado	2.865.241	8.228.909	8.364.760	24.031.325	67.318.021	11.482.004	122.290.260
Títulos de dívida (Nota 7)	—	269.741	523.016	1.120.941	2.436.631	410.458	4.760.787
Empréstimos e adiantamentos	2.865.241	7.959.168	7.841.744	22.910.384	64.881.390	11.071.546	117.529.473
Bancos centrais	—	204.842	—	—	—	—	204.842
Entidades de crédito (Nota 6)	32.241	226.263	27.731	12.865	71.037	4	370.141
Clientes (Nota 10)	2.833.000	7.528.063	7.814.013	22.897.519	64.810.353	11.071.542	116.954.490
	14.728.671	8.228.909	10.394.482	24.056.036	67.318.021	11.821.495	136.547.614
<b>Passivo:</b>							
Passivos financeiros ao custo amortizado	48.640.531	5.452.039	7.514.381	18.887.383	33.920.979	13.373.806	127.789.119
Depósitos	47.900.595	1.903.173	3.682.887	10.918.233	11.029.439	1.146.416	76.580.743
Bancos centrais (Nota 17)							
Entidades de crédito (Nota 17)	4.715.473	392.878	733.150	4.261.132	8.731.662	994.049	19.828.344
Clientes (Nota 18)	43.185.122	1.510.295	2.949.737	6.657.101	2.297.777	152.367	56.752.399
Títulos de dívida emitidos (Nota 19)	—	2.976.744	3.828.057	7.927.139	22.784.897	12.152.844	49.669.681
Outros passivos financeiros (Nota 20)	739.936	572.122	3.437	42.011	106.643	74.546	1.538.695
	48.640.531	5.452.039	7.514.381	18.887.383	33.920.979	13.373.806	127.789.119
<b>Diferença entre ativo e passivo</b>	<b>(33.911.860)</b>	<b>2.776.870</b>	<b>2.880.101</b>	<b>5.168.653</b>	<b>33.397.042</b>	<b>(1.552.311)</b>	<b>8.758.495</b>

Além disso, apresentam-se os prazos de vencimento contratuais remanescentes dos passivos financeiros ao custo amortizado existentes a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025						
	Milhares de euros						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado:</b>							
Depósitos	50.488.452	6.136.452	4.112.949	9.319.523	9.901.283	2.463.900	82.422.559
Bancos centrais	—	—	—	—	—	—	—
Entidades de crédito	8.371.195	1.563.148	778.996	3.542.308	6.221.777	2.258.264	22.735.688
Clientes	42.117.257	4.573.304	3.333.953	5.777.215	3.679.506	205.636	59.686.871
Títulos de dívida emitidos	—	2.810.983	2.897.232	12.795.179	28.777.683	1.912.210	49.193.287
Outros passivos financeiros	779.372	215.221	260.313	55.672	108.763	264.166	1.683.507
	51.267.824	9.162.656	7.270.494	22.170.374	38.787.729	4.640.276	133.299.353

	2024						
	Milhares de euros						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado:</b>							
Depósitos	47.790.213	1.895.856	3.628.719	10.872.354	10.842.999	1.139.564	76.169.705
Bancos centrais	—	—	—	—	—	—	—
Entidades de crédito	4.663.241	387.485	684.861	4.243.976	8.693.334	992.664	19.665.561
Clientes	43.126.972	1.508.371	2.943.858	6.628.378	2.149.665	146.900	56.504.144
Títulos de dívida emitidos	—	2.896.514	3.814.166	7.838.466	22.625.327	12.097.455	49.271.928
Outros passivos financeiros	739.936	572.122	3.437	42.011	106.642	74.547	1.538.695
	48.530.149	5.364.492	7.446.322	18.752.831	33.574.968	13.311.566	126.980.328

Para uma compreensão adequada da informação apresentada nas tabelas anteriores, salienta-se que estas foram elaboradas tendo em conta os prazos de vencimento contratual dos instrumentos financeiros nelas incluídos e que, por conseguinte, não têm em conta a estabilidade de determinados passivos, tais como as contas correntes de clientes, nem a capacidade de renovação que os passivos financeiros do Grupo têm historicamente demonstrado. Ao incluírem exclusivamente instrumentos financeiros à data do balanço, também não incluem participações, nem os fluxos de caixa por elas gerados, nem os fluxos de caixa decorrentes dos resultados gerados pelo Banco.

**b) Contravalor em euros dos ativos e passivos**

A discriminação do contravalor em euros dos principais saldos dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2025 e 2024, em anexo, mantidos em moeda estrangeira, tendo em conta a natureza das rubricas que os compõem, é a seguinte:

	Contravalor em milhões de euros			
	2025		2024	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Caixa, saldos em caixa nos bancos centrais e outros depósitos à vista	1.125	—	460	—
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	2	8	2	2
Ativos financeiros ao valor justo com alterações no outro resultado global	763	—	1	—
Derivados - Contabilidade de coberturas	24	28	44	19
Ativos não correntes para venda	8	—	9	—
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associados	267	—	787	—
Ativos tangíveis	671	—	550	—
Ativos intangíveis	261	—	242	—
Ativos e passivos fiscais	345	381	113	303
Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	21.512	15.355	15.895	11.003
Passivos associados a ativos não correntes detidos para venda	—	—	—	—
Provisões	—	157	—	4
Outros ativos e passivos	153	436	98	314
	<b>25.131</b>	<b>16.365</b>	<b>18.201</b>	<b>11.645</b>

**c) Justo valor dos ativos e passivos financeiros não registados pelo seu justo valor**

Os ativos financeiros detidos pelo Grupo encontram-se registados nos balanços consolidados anexos pelo seu valor justo, exceto as rubricas incluídas nas categorias «Caixa», «Saldos em caixa nos bancos centrais e outros depósitos à vista», «Ativos financeiros ao custo amortizado - empréstimos e adiantamentos - a clientes, os instrumentos de capital próprio cujo valor de mercado, se for o caso, não possa ser estimado de forma fiável e os derivados financeiros que tenham estes instrumentos como ativo subjacente e sejam liquidados mediante a entrega dos mesmos, caso existam.

Da mesma forma, exceto os passivos financeiros incluídos na carteira de negociação e os derivados financeiros, os passivos financeiros do Grupo encontram-se registados nos balanços consolidados anexos pelo seu custo amortizado.

*i. Ativos financeiros avaliados com critérios distintos do valor justo*

Apresenta-se a seguir uma comparação entre o valor pelo qual os ativos financeiros do Grupo, avaliados com critérios distintos do valor justo, se encontram registados a 31 de dezembro de 2025 e 2024 e o seu valor justo no encerramento desses exercícios:

Ativo	Milhares de euros									
	Dez. 2025					Dez. 2024				
	Valor registado	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor contabilizado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado:</b>										
Empréstimos e adiantamentos	123.700.807	126.481.080	—	215.111	126.265.970	117.529.473	118.391.030	—	96.710.000	118.294.320
Títulos representativos de dívida	7.175.753	7.230.101	7.230.101	—	—	4.760.787	4.828.015	4.828.015	—	—
	<b>130.876.560</b>	<b>133.711.181</b>	<b>7.230.101</b>	<b>215.111</b>	<b>126.265.970</b>	<b>122.290.260</b>	<b>123.219.045</b>	<b>4.828.015</b>	<b>96.710.000</b>	<b>118.294.320</b>

*ii. Passivos financeiros avaliados com critérios distintos do valor justo*

Apresenta-se a seguir uma comparação entre o valor pelo qual estão registados os passivos do Grupo que são avaliados com critérios diferentes do valor justo e o seu valor justo correspondente no final do exercício:

Passivo	Milhares de euros									
	Dez. 2025					Dez. 2024				
	Montante registado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor registado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado:</b>										
Depósitos	82.709.980	82.910.309	—	24.248.075	58.662.233	76.580.743	76.926.642	—	25.143.275	51.783.369
Títulos de dívida emitidos (*)	49.412.315	49.397.039	3.118.535	43.830.414	2.448.091	49.669.681	50.083.786	5.307.585	43.688.802	1.087.398
	<b>132.122.295</b>	<b>132.307.348</b>	<b>3.118.535</b>	<b>68.078.489</b>	<b>61.110.324</b>	<b>126.250.424</b>	<b>127.010.428</b>	<b>5.307.585</b>	<b>68.832.077</b>	<b>52.870.767</b>

(\*) Além disso, são contabilizados outros passivos financeiros no valor de 1 683 515 e 1 538 695 milhares de euros em dezembro de 2025 e dezembro de 2024, respetivamente.

*iii. Métodos de avaliação e dados utilizados*

Os principais métodos de avaliação e *dados* utilizados na estimativa, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, do valor justo dos ativos e passivos financeiros das tabelas anteriores são indicados a seguir:

- Ativos financeiros ao custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos: o valor justo foi estimado utilizando a técnica do valor atual. Na estimativa, foram considerados fatores como o prazo de vencimento esperado da carteira, taxas de juro de mercado, *spreads* de novas operações ou *spreads* de mercado — caso estes estivessem disponíveis.
- Passivos financeiros ao custo amortizado:
  - i) O valor justo dos depósitos de bancos centrais foi equiparado ao seu valor contabilístico, uma vez que se trata, principalmente, de saldos de curto prazo.
  - ii) Depósitos de entidades de crédito: o valor justo foi obtido através da técnica do valor atual, aplicando taxas de juro e *spreads* de mercado.

- iii) Depósitos de clientes: o valor justo foi estimado utilizando a técnica do valor presente. Na estimativa, foram considerados fatores como o vencimento esperado das operações e o custo de financiamento atual do Grupo em operações semelhantes.
- iv) Títulos de dívida emitidos: o justo valor foi determinado com base nas cotações de mercado desses instrumentos — quando estas estavam disponíveis — ou através da técnica do valor atual, aplicando taxas de *juro e spreads* de mercado.

#### **45. Informação segmentada por áreas geográficas e por negócios**

##### ***a) Áreas geográficas***

No nível principal de segmentação, derivado da gestão do Grupo, são apresentados seis segmentos, correspondentes a cinco áreas operacionais, abrangendo cada uma delas a totalidade dos negócios que o Grupo desenvolve nas mesmas: Espanha, Itália, Alemanha, Países Nórdicos (Escandinávia), França e Resto.

A elaboração das demonstrações financeiras de cada segmento operacional é realizada a partir da agregação das unidades existentes no Grupo. A informação de base corresponde tanto aos dados contabilísticos das unidades jurídicas que integram cada segmento como à informação disponível nos sistemas de informação de gestão. Em todos os casos, as demonstrações financeiras são harmonizadas com os critérios contabilísticos utilizados no Grupo. Consequentemente, a soma das demonstrações de resultados dos diferentes segmentos coincide com as demonstrações de resultados consolidadas. No que diz respeito ao balanço, o processo necessário de abertura das diferentes unidades é realizado por via jurídica, as quais são integradas num único balanço consolidado, o que implica refletir os diferentes montantes emprestados e recebidos entre elas como um aumento do volume dos ativos e passivos de cada negócio. Estes montantes, correspondentes à liquidez intragrupo, são eliminados na coluna «eliminações intragrupo» da tabela seguinte, com o objetivo de conciliar os montantes aportados por cada unidade de negócio ao balanço do Grupo consolidado.

Além disso, e para efeitos de apresentação, cada unidade geográfica mantém como fundos próprios os montantes correspondentes às suas demonstrações financeiras individuais, compensando-os como uma dotação de capital efetuada pela área de Espanha, que atua como holding dos restantes negócios; refletindo, consequentemente, o total dos fundos próprios do Grupo.

O balanço e a demonstração de resultados, resumidos, das diferentes áreas geográficas são apresentados a seguir:



Além disso, em conformidade com os requisitos da regulamentação aplicável ao Banco, apresenta-se a seguir a discriminação:

1. Por áreas geográficas indicadas na referida regulamentação, o saldo de «Receitas de juros» registadas nas demonstrações de resultados consolidadas dos exercícios de 2025 e 2024:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Mercado interno	1.404.871	1.475.690
Exportações:		
União Europeia	4.658.275	4.816.816
Países da OCDE	1.046.216	1.209.283
Outros países	—	—
	5.704.491	6.026.099
<b>Total</b>	<b>7.109.362</b>	<b>7.501.789</b>

2. Uma repartição das receitas ordinárias (receitas de juros, receitas de dividendos, receitas de comissões, ganhos ou (-) perdas decorrentes da baixa de ativos e passivos financeiros, ganhos ou perdas relativos a ativos financeiros detidos para negociação, ganhos ou perdas relativos a ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente ao justo valor com variações no resultado, ganhos ou (-) perdas resultantes da contabilidade de coberturas e outros rendimentos operacionais) pelos segmentos geográficos utilizados pelo Grupo. Para efeitos do disposto no quadro seguinte, 2025 e 2024:

	Receitas Ordinárias (milhares de euros)					
	Receitas Ordinárias Provenientes de Clientes Externos		Receitas Ordinárias entre Segmentos		Total de Receitas Ordinárias	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Espanha e Portugal	1.628.061	1.684.838	1.004.618	1.135.890	2.632.679	2.820.728
Itália	1.550.857	1.409.345	45.740	41.749	1.596.597	1.451.094
Alemanha	2.815.046	2.945.326	811.715	782.416	3.626.761	3.727.742
Escandinávia	1.115.530	1.215.392	32.752	40.074	1.148.282	1.255.466
França	1.214.208	1.303.459	779.514	768.064	1.993.722	2.071.523
Resto	892.352	836.018	442.403	484.556	1.334.755	1.320.574
<i>Ajustes e eliminações de receitas ordinárias entre segmentos</i>			<i>(3.116.742)</i>	<i>(3.252.749)</i>	<i>(3.116.742)</i>	<i>(3.252.749)</i>
<b>Total</b>	<b>9.216.054</b>	<b>9.394.378</b>	<b>—</b>		<b>9.216.054</b>	<b>9.394.378</b>

#### **b) Negócios**

No nível secundário da informação segmentada, o Grupo está organizado em duas linhas de negócio principais e num conjunto de outros negócios de menor dimensão.

A Área de «Automóvel» engloba todos os negócios associados ao financiamento de veículos novos e usados, incluindo o leasing operacional e financeiro, bem como a contribuição para o resultado consolidado de todas as atividades realizadas pelo Grupo relacionadas com o financiamento concedido com garantia real recebida, bem como o crédito de stock de veículos comercializados pelos distribuidores.

A Área de «Financiamento ao Consumo» reflete os rendimentos decorrentes do negócio de financiamento de produtos de consumo, os resultados decorrentes do financiamento direto a consumidores, por qualquer um dos canais de distribuição, sejam eles físicos ou online, e incluindo todos os produtos comercializados para o efeito: empréstimos a prazo, cartões de crédito, etc.

A Área de «Outros Negócios» abrange as operações que não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores, fundamentalmente hipotecas e empréstimos corporativos.

Apresentam-se a seguir as demonstrações de resultados consolidadas resumidas, distribuídas por negócios, dos exercícios de 2025 e 2024:

Demonstração de Resultados Consolidada (Resumida)	Milhares de euros			
	2025			
	Automóvel	Consumo	Outros (*)	Total
<b>MARGEM DE JUROS</b>	2.338.042	934.566	516.713	3.789.321
Resultado em entidades avaliadas pelo método da participação	53.199	17.380	(12.794)	57.785
Comissões líquidas	471.645	207.491	36.786	715.922
Resultado de operações financeiras (líquido)	(1.090)	(670)	(47.761)	(49.521)
Outros resultados operacionais	293.213	(7.870)	(7.982)	277.361
<b>MARGEM BRUTA</b>	3.155.009	1.150.897	484.962	4.790.868
Despesas administrativas	(1.143.416)	(357.401)	(314.668)	(1.815.485)
Despesas com pessoal	(667.769)	(208.667)	(95.083)	(971.519)
Outras despesas gerais de administração	(475.647)	(148.734)	(219.585)	(843.966)
Amortização	(56.041)	(27.089)	(150.196)	(233.326)
Constituições de provisões, outros resultados e perdas por imparidade	(654.852)	(573.477)	(280.802)	(1.509.131)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	1.300.700	192.930	(260.704)	1.232.926
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE ATIVIDADES CONTÍNUAS</b>	914.272	135.513	(79.549)	970.236
Resultado de atividades interrompidas (líquido)	—	—	—	—
<b>RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>914.272</b>	<b>135.513</b>	<b>(79.549)</b>	<b>970.236</b>

Demonstração de Resultados Consolidada (Resumida)	Milhares de euros			
	2024			
	Automóvel	Consumo	Outros (*)	Total
<b>MARGEM DE JUROS</b>	2.213.492	927.539	377.010	3.518.041
Resultado em entidades avaliadas pelo método da participação	64.523	15.142	(12.742)	66.923
Comissões líquidas	516.416	249.831	60.283	826.530
Resultado de operações financeiras (líquido)	1.387	(26.428)	(46.888)	(71.929)
Outros resultados operacionais	251.163	(3.082)	(43.416)	204.665
<b>MARGEM BRUTA</b>	3.046.981	1.163.002	334.247	4.544.230
Despesas administrativas	(1.072.827)	(393.381)	(378.551)	(1.844.759)
Despesas com pessoal	(569.117)	(202.880)	(196.417)	(968.414)
Outras despesas gerais de administração	(503.710)	(190.501)	(182.134)	(876.345)
Amortização	(97.566)	(51.765)	(80.473)	(229.804)
Constituições de provisões, outros resultados e perdas por imparidade	(544.190)	(486.219)	(129.118)	(1.159.527)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	1.332.398	231.637	(253.895)	1.310.140
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE ATIVIDADES CONTÍNUAS</b>	956.779	158.246	(77.913)	1.037.112
Resultado de atividades interrompidas (líquido)	—	—	—	—
<b>RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>956.779</b>	<b>158.246</b>	<b>(77.913)</b>	<b>1.037.112</b>

(\*) Inclui, fundamentalmente, os resultados das atividades de depósitos e de ativos sob gestão, que não são individualmente significativos no contexto do Grupo, bem como os provenientes da atividade de gestão financeira do Grupo.

#### 46. Partes relacionadas

A seguir, são indicadas as transações realizadas pelo Grupo com as partes relacionadas com o mesmo, distinguindo entre entidades associadas, entidades do Grupo Santander, membros do Conselho de Administração do Banco e membros da alta direção do Banco, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as receitas e despesas decorrentes das transações efetuadas com essas partes relacionadas nos exercícios de 2025 e 2024. As condições das transações com partes relacionadas são equivalentes às das transações realizadas em condições de mercado.

	Milhares de euros							
	2025				2024			
	Entidades Associadas	Entidades do Grupo Santander (*)	Membros do Conselho de Administração (**)	Membros da Alta Direção (**)	Entidades associadas	Entidades do Grupo Santander (*)	Membros do Conselho de Administração (**)	Membros da Alta Direção (**)
<b>Ativo:</b>								
Caixa, saldos em dinheiro nos bancos centrais e outros depósitos à ordem		596.015				615.513		
Empréstimos e adiantamentos: entidades de crédito	-	175.620	—	—	23.582	53.683	—	—
Empréstimos e adiantamentos: clientes	-	15.911	27	—	237.263	124.659	11	—
Outros	-	206.806	—	—	12	295.317	—	—
<b>Passivo:</b>								
Passivos financeiros: entidades de crédito	—	20.370.473	—	—	6.000	16.634.683	—	—
Passivos financeiros: clientes	821	73.724	—	—	667	102.386	—	—
Dívidas representadas por títulos negociáveis	—	5.800.077	—	—	—	8.984.958	—	—
Outros	3	506.429	—	—	914	543.217	—	—
<b>Demonstração de resultados:</b>								
Receitas de juros	25.410	4.540	2	—	8.249	148.541	1	—
Despesas com juros	(126)	(923.859)	—	—	(335)	(837.116)	—	—
Ganhos ou perdas em ativos ou passivos financeiros e outros	(5.997)	(116.039)	—	—	(3.422)	(88.421)	—	—
Receitas de comissões	—	168.138	—	—	—	187.576	—	—
Despesas com comissões	—	(16.490)	—	—	—	(9.737)	—	—
<b>Outros:</b>								
Garantias financeiras e outros	—	461.007	—	—	—	41.671	—	—
Passivos contingentes	—	459.152	—	—	—	749.369	—	—
Instrumentos financeiros derivados	—	63.355.725	—	—	—	48.063.423	—	—
<b>Dividendos pagos</b>		499.959	—	—	—	499.959	—	—

(\*) Excluindo as entidades pertencentes ao Grupo Santander que foram consideradas como associadas na presente demonstração financeira consolidada.

(\*\*) Ver Notas 5-b e 5-c.

## **47. Gestão do risco**

### **1. Gestão do risco**

#### **Princípios empresariais**

O Grupo Santander, do qual faz parte o Santander Consumer Finance, estabeleceu como objetivo estratégico alcançar a excelência na gestão do risco. Isto sempre foi uma prioridade ao longo dos seus mais de 150 anos de história.

Nos últimos anos, acelerou a sua evolução para antecipar e responder aos grandes desafios de um ambiente económico, social e regulamentar em constante mudança.

Consequentemente, a função de risco é mais importante do que nunca para que o Grupo Santander continue a ser um banco sólido, seguro e sustentável, um exemplo para todo o setor financeiro e uma referência para todos aqueles que aspiram a transformar a liderança em riscos numa vantagem competitiva.

O Santander Consumer Finance tem como objetivo construir o futuro através de uma gestão antecipada de todos os riscos e proteger o presente através de um ambiente de controlo robusto. Assim, determinou que a função de risco assenta nos seguintes pilares, que estão alinhados com a estratégia e o modelo de negócio do Grupo Santander e têm em conta as recomendações dos organismos de supervisão, reguladores e melhores práticas de mercado:

1. A estratégia de negócio é definida no âmbito da apetência pelo risco. O Conselho de Administração do Santander Consumer Finance determina o montante e a tipologia dos riscos que considera razoável assumir na execução da sua estratégia de negócio e o seu desenvolvimento em limites objetivos, verificáveis e consistentes com a apetência pelo risco para cada atividade relevante.
2. Todos os riscos devem ser geridos pelas unidades que os geram, através de modelos e ferramentas avançadas integradas nos diferentes negócios. O Santander Consumer Finance está a promover uma gestão avançada do risco com modelos e métricas inovadoras, para além de um quadro de controlo, relato e escalonamento, que permitem identificar e gerir os riscos a partir de diferentes perspetivas.
3. A visão antecipatória de todos os tipos de riscos deve ser integrada nos processos de identificação, avaliação e gestão dos riscos.
4. A independência da função de risco abrange todos os riscos e proporciona uma separação adequada entre as unidades geradoras de risco e os responsáveis pelo seu controlo. Implica que tenha autoridade suficiente e acesso direto aos órgãos de gestão e de governação responsáveis pela definição e supervisão da estratégia e das políticas de risco.
5. A gestão do risco necessita de ter os melhores processos e infraestruturas. O Santander Consumer Finance pretende ser o modelo de referência no desenvolvimento de infraestruturas e processos de apoio à gestão do risco.
6. Uma cultura de risco integrada em toda a organização, composta por um conjunto de atitudes, valores, competências e diretrizes de atuação face a todos os riscos. O Santander Consumer Finance entende que a gestão avançada do risco não pode ser alcançada sem uma cultura de risco forte e constante que esteja presente em todas e cada uma das suas atividades.

## Mapa de Riscos

A O Santander Consumer Finance tem um processo recorrente para a identificação dos riscos materiais a que está ou pode estar exposto, o que se reflete no mapa de risco. Os diferentes tipos de risco são classificados como materiais, relevantes ou não relevantes para a entidade, através de uma metodologia interna que contempla tanto aspetos quantitativos — impacto potencial de cada risco em termos de rácios de capital ou lucros — como qualitativos. Os riscos materiais devem ser incorporados na apetência pelo risco, na estratégia de risco, no exercício de avaliação do perfil de risco e no ICAAP/ILAAP. Abaixo segue a última atualização do mapa de risco do Santander Consumer Finance.



No seu primeiro nível, o mapa de risco inclui o seguinte (Quadro Geral de Risco):

- **O risco de crédito** é o risco de perdas financeiras causadas pelo incumprimento ou pela deterioração da qualidade de crédito de um cliente ou de outro terceiro, que o Santander Consumer Finance tenha financiado ou em relação ao qual tenha assumido uma obrigação contratual.
- **O risco de mercado** é o risco incorrido como resultado de variações adversas nos fatores que determinam o valor de mercado dos instrumentos financeiros, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, preços de títulos de rendimento variável e de matérias-primas, entre outros.
- **O risco de liquidez** é o risco de não dispor dos recursos financeiros líquidos necessários para cumprir as suas obrigações na data de vencimento, ou de apenas poder obtê-los a um custo elevado.
- **O risco estrutural** é o risco de que ocorram alterações no valor ou na geração de margem dos ativos ou passivos do balanço, em consequência de alterações nos fatores de mercado e no seu comportamento. Além disso, inclui os riscos associados a seguros e pensões, bem como o risco de não dispor de capital suficiente, em quantidade ou qualidade, para cumprir os seus objetivos internos de negócio, requisitos regulamentares ou expectativas do mercado.
- **O risco de capital** é o risco de o Santander Consumer Finance não dispor de capital suficiente, em quantidade ou qualidade, para cumprir os seus objetivos internos de negócio, os requisitos regulamentares ou as expectativas do mercado.
- **O risco operacional** é definido como o risco de sofrer perdas devido à inadequação ou a falhas dos processos, do pessoal e dos sistemas internos, ou devido a acontecimentos externos, incluindo o risco legal e os riscos de conformidade regulamentar e de conduta definidos no Quadro Corporativo de Conformidade e Conduta.
- **O risco de crime financeiro** é o risco decorrente da possível utilização indevida dos recursos, produtos ou serviços do Grupo para fins criminosos ou ilícitos, incluindo o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo, a violação ou evasão de programas de sanções internacionais, o financiamento da proliferação e outros crimes subjacentes (corrupção, suborno, etc.).
- **O risco estratégico** é o risco de perdas ou danos resultantes de decisões estratégicas, ou da sua deficiente implementação, que afetam os interesses a longo prazo das nossas principais partes interessadas, ou de uma incapacidade de adaptação a um ambiente em evolução.

- **O risco reputacional** é definido como o risco de um impacto económico negativo, atual ou potencial, devido a uma deterioração da perceção do banco por parte dos funcionários, clientes, acionistas / investidores e sociedade em geral.
- **O risco de modelo** é o risco de consequências negativas potenciais decorrentes da tomada de decisões baseadas em modelos mal desenvolvidos, mal implementados ou utilizados incorretamente, podendo acarretar perdas financeiras, decisões comerciais ou estratégicas inadequadas ou causar prejuízos às operações do Grupo.

Os riscos materiais na Santander Consumer Finance são: crédito, incumprimento (incluindo concentração e migração), liquidez e financiamento, estrutural, taxa de juro estrutural, capital, operacional, estratégico, crime financeiro e e valor residual direto.

Os riscos relevantes na Santander Consumer Finance são: cambial estrutural, pensões, jurídico, fraude, tecnológico e cibernético, fornecedores, continuidade de negócios, transformação, pessoas, dados, processos, conformidade regulatória, de conduta, reputacional, de modelo e riscos ESG (relacionados com fatores ambientais e climáticos, sociais e de governação).

Existem dois tipos de risco cuja relevância tem vindo a aumentar nos últimos tempos e para os quais o Santander Consumer Finance está a reforçar a sua gestão e controlo: o risco de valor residual direto e os riscos ESG/climáticos.

O risco de valor residual direto é definido como o risco de perda que uma entidade pode ter se, em qualquer momento durante a duração de um contrato automóvel (empréstimo, locação financeira, etc.), o cliente tiver a opção ou a obrigação de devolver o veículo como uma liquidação total e final, devido à incerteza sobre o preço de venda do veículo feito nesse momento.

Os fatores ESG (ambientais e climáticos, sociais e de governação) podem influenciar os tipos de risco tradicionais (crédito, liquidez, operacional, reputacional, etc.) decorrentes dos efeitos físicos das alterações climáticas, gerados por eventos específicos, assim como por alterações crónicas no ambiente, como os fatores ambientais e climáticos, ou o processo de transição para um modelo de desenvolvimento de menores emissões, incluindo alterações legislativas, tecnológicas ou comportamentais dos agentes económicos, assim como o incumprimento das expectativas e compromissos adquiridos.

## Governança Empresarial de Riscos

O objetivo da governança da função de risco é estabelecer uma tomada de decisões de risco adequada e eficiente, assim como um controle de risco eficaz e assegurar que os riscos são geridos de acordo com o nível de apetência pelo risco aprovado pelo Conselho de Administração do Santander Consumer Finance.

Para o efeito, são estabelecidos os seguintes princípios:

- Segregar a tomada de decisões e o controlo dos riscos.
- Reforçar a responsabilidade das funções geradoras de risco na tomada de decisões.
- Assegurar que todas as decisões de risco sejam objeto de um processo de aprovação formal.
- Assegurar uma visão agregada de todos os tipos de riscos.
- Reforçar os comités de controlo dos riscos.
- Manter uma estrutura de comités ágil e eficiente, garantindo:
  - Participação e o envolvimento dos órgãos de administração e da alta direção nas decisões relativas aos riscos, bem como na sua supervisão e controlo.
  - Coordenação entre as diferentes linhas de defesa que configuram as funções de gestão e controlo dos riscos.
  - Alinhamento dos objetivos, controlo do cumprimento e aplicação de medidas corretivas quando necessário.
  - Existência de um ambiente adequado para gerir e controlar todos os riscos.

A fim de alcançar estes objetivos, o Modelo de Comités de Governança deve garantir a adequação das seguintes:

- Estrutura, que implica, pelo menos, uma estratificação por níveis de relevância, uma capacidade de delegação equilibrada e protocolos de elevação de incidentes.
- Composição, com membros de nível suficiente de interlocução e representação suficiente das áreas de atividade e de apoio.
- Operacionalidade, ou seja, frequência, nível mínimo de participação e procedimentos adequados.

A governança da atividade de risco deve estabelecer e facilitar os canais de coordenação entre as unidades e o Santander Consumer Finance, assim como o alinhamento dos modelos de gestão e controlo de riscos.

Os órgãos sociais das unidades do Santander Consumer Finance serão estruturados de acordo com os requisitos regulamentares e legais locais e com a dimensão e complexidade de cada unidade.

Existem comités para situações especiais (Ouro, Prata e Bronze) que serão ativados para dar seguimento imediato a qualquer evento que possa afetar o negócio e a atividade da entidade.

## Funções e responsabilidades

A função de risco está estruturada em três linhas de defesa, de acordo com a política da empresa, para gerir e controlar eficazmente os riscos:

- Primeira linha de defesa: As funções empresariais que assumem ou geram a exposição ao risco constituem a primeira linha de defesa. A primeira linha de defesa identifica, mede, controla, monitoriza e comunica os riscos que surgem e aplica os regulamentos internos que regulam a gestão de riscos. A geração de risco deve ser ajustada à apetência pelo risco aprovado e limites associados.
- Segunda linha de defesa: Formada pelas funções de risco, que supervisionam e questionam, de forma independente, as atividades de gestão de risco levadas a cabo pela primeira linha de defesa. Esta segunda linha de defesa deve assegurar, nas respetivas áreas de responsabilidade, que os riscos são geridos de acordo com a apetência pelo risco definida pela alta direção e promover uma forte cultura de risco em toda a organização.
- Terceira linha de defesa: A função de Auditoria Interna é independente para garantir ao conselho de administração e à alta direção a qualidade e a eficácia dos controlos internos, dos sistemas de governo e de gestão de risco, ajudando a salvaguardar o nosso valor, solvência e reputação.

## Estrutura organizacional da função de riscos

O Group Chief Risk Officer (GCRO) é o responsável pela função de riscos na Santander Consumer Finance e reporta ao Head of Santander Consumer Finance, que é membro do Conselho de Administração.

O GCRO, que desempenha uma função de aconselhamento e questionamento da linha executiva, reporta adicionalmente e de forma independente à Comissão de Supervisão de Riscos, Regulamentação e Conformidade, bem como ao Conselho de Administração.

A gestão avançada de riscos tem uma visão holística e antecipatória dos riscos, baseada na utilização intensiva de modelos, com o objetivo de construir um ambiente de controlo sólido, cumprindo simultaneamente os requisitos do regulador e do supervisor.

O modelo de gestão e controlo de riscos partilha, na Santander Consumer Finance, alguns princípios básicos através dos quadros corporativos. Estes emanam do próprio Grupo e a Santander Consumer Finance aderiu aos mesmos através dos seus respetivos órgãos de administração, configurando as relações entre as filiais e a Santander Consumer Finance, incluindo a participação desta na tomada de decisões relevantes através da sua validação.

O Modelo de Governação Grupo-Filiais e as práticas de boa governação para as filiais recomendam que cada filial disponha de um comité de riscos de âmbito estatutário e de outro comité de riscos de carácter executivo, presidido pelo Chief Executive Officer (CEO), em conformidade com os melhores padrões de governo corporativo, homogéneos aos existentes no Grupo e consagrados no quadro corporativo, ao qual a Santander Consumer Finance aderiu.

Os órgãos de administração da Santander Consumer Finance, de acordo com o quadro de governo interno estabelecido pelo Grupo, dispõem do seu próprio modelo de competências em matéria de riscos (quantitativas e qualitativas), devendo seguir os princípios de atuação contidos nos modelos e quadros de referência desenvolvidos a nível corporativo.

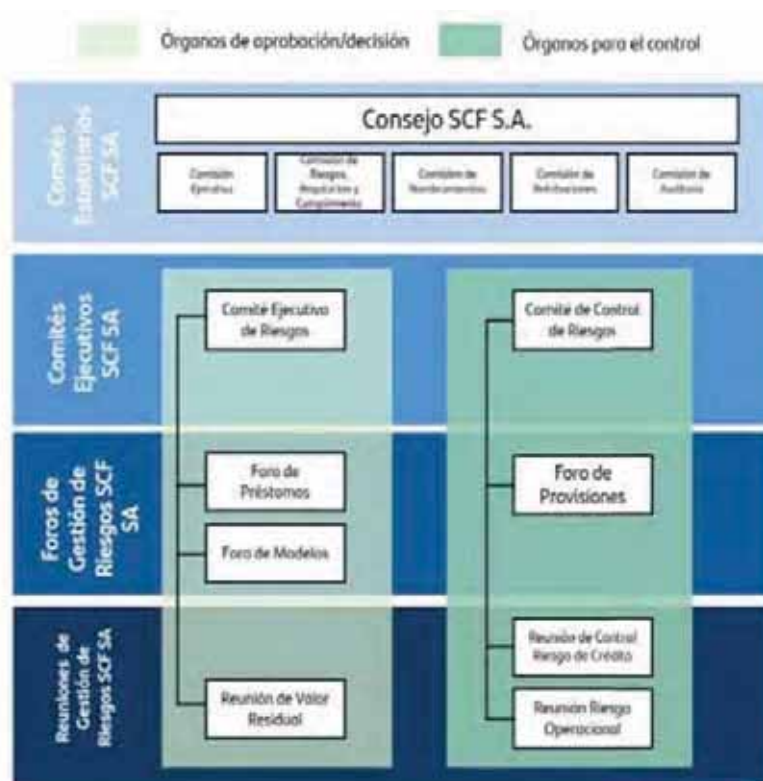
Dada a sua capacidade de visão integral e agregada de todos os riscos, a corporação reserva-se o direito de validar e questionar as operações e políticas de gestão nas diferentes unidades, na medida em que estas afetem o perfil de risco do Grupo.

A identificação e avaliação de todos os riscos constituem a base fundamental para o seu controlo e gestão. A seguir, descrevem-se os principais tipos de riscos do Grupo: Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco Operacional e Risco de Conformidade e Conduta.

A Santander Consumer Finance lançou diversas iniciativas para melhorar a relação entre a Santander Consumer Finance e as suas filiais, bem como para aperfeiçoar o modelo de gestão avançada de risco.

## Estrutura dos Comitês de Risco

A responsabilidade pelo controlo e gestão de riscos cabe, em última instância, ao Conselho de Administração, do qual emanam os poderes delegados nas comissões e comitês. Na Santander Consumer Finance, o Conselho conta com a Comissão de Supervisão, Regulação e Cumprimento de Riscos, como comissão independente de controlo e supervisão de riscos. Além disso, o Comité Executivo dedica especial atenção à gestão de riscos. Estes órgãos estatutários constituem o mais alto nível de governação do risco.



### Órgãos de controlo independente

#### **Comissão de Supervisão de Riscos, Regulação e Conformidade (CSRRC):**

Esta Comissão tem como missão assistir o Conselho de Administração na supervisão e controlo de riscos, na definição e avaliação das políticas de risco, assim como na determinação da propensão ao risco e da estratégia de risco.

É composto por membros externos ou não executivos, com uma representação maioritária de membros independentes e presidido por um administrador independente.

Entre as funções da Comissão de Supervisão de Riscos, Regulação e Conformidade, destacam-se:

- Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração na definição e avaliação das políticas de risco que afetam a Santander Consumer Finance e na determinação da propensão, da estratégia e da cultura de risco.
- Conhecer e avaliar as ferramentas de gestão, as iniciativas de melhoria, a evolução dos projetos e qualquer outra atividade relevante relacionada com o controlo de riscos.
- Determinar, em conjunto com o Conselho de Administração, a natureza, a quantidade, o formato e a frequência das informações sobre os riscos a receber pela Comissão e pelo Conselho de Administração.
- Colaborar no estabelecimento de políticas e práticas de remuneração sólidas. Para o efeito, a Comissão de Supervisão, Regulação e Cumprimento de Riscos examinará, sem prejuízo das funções da Comissão de Remunerações, se a política de incentivos prevista no sistema de remuneração tem em conta o risco, o capital, a liquidez e a probabilidade e oportunidade de lucros

### **Comité de Controlo de Riscos (CCR):**

Este órgão colegial é responsável pela supervisão e controlo global dos riscos da Santander Consumer Finance, de acordo com as competências que lhe são atribuídas pelo Conselho de Administração da Santander Consumer Finance, S.A.

Os seus objetivos são:

- Ser o instrumento de controlo eficaz dos riscos, assegurando que os riscos são geridos de acordo com o nível de apetência pelo risco do Banco aprovado pelo Conselho de Administração do Santander Consumer Finance, S.A., e permitindo uma visão abrangente de todos os riscos identificados no mapa de risco do quadro geral de riscos, incluindo a identificação e acompanhamento dos riscos atuais e emergentes e o seu impacto no perfil de risco do Grupo Santander Consumer Finance.
- Assegurar a melhor estimativa da provisão e o seu registo adequado.

Este comité é presidido pelo Diretor de Riscos (CRO) do Santander Consumer Finance e é composto por executivos do Santander Consumer Finance. Estão representadas, pelo menos, entre outras, a função de risco, que a presidência exerce, e as funções de cumprimento, controlo financeiro e de gestão, assim como representantes das áreas de atividade. Os CROs das entidades locais podem participar periodicamente para informar, entre outros, sobre o perfil de risco das diferentes entidades.

Como alteração relevante, refira-se que, em novembro de 2025, foi atribuída uma nova responsabilidade a este comité, que consiste em analisar as iniciativas materiais de transformação e mudança do modelo de negócio (por exemplo: TI, desenho organizacional, orientação de Capital e Custos, etc.), a fim de assegurar o estabelecimento de uma disciplina sólida de risco operacional e controlo da gestão da mudança, bem como um acompanhamento em todo o Grupo que garanta a integração das mesmas,

Em consequência desta nova responsabilidade, o Responsável por Pessoas e Cultura foi incluído como membro extenso, para as reuniões em que sejam abordados temas relacionados com o controlo da gestão da mudança.

O Comité de Controlo de Riscos responde perante a Comissão de Supervisão, Regulação e Cumprimento de Riscos e assiste-a na sua função de apoio ao Conselho de Administração.

### **Comité de Provisões:**

O Comité de Provisões é o órgão de decisão colegial responsável pela gestão global das provisões, de acordo com as competências delegadas pelo Comité executivo de riscos do Santander Consumer Finance S.A. e supervisionará, dentro da sua área de atuação e decisão, todos os temas relacionados com as provisões do Santander Consumer Finance. O seu objetivo é ser o instrumento para a tomada de decisões, assegurando que estas se enquadram no governo das provisões estabelecidas na Santander Consumer Finance, assim como informar o Conselho de Administração ou os seus comités sobre a sua atividade, quando necessário.

### **Órgãos de decisão**

#### **Comité Executivo de Riscos (CER):**

O Comité Executivo de Riscos é o órgão de decisão colegial responsável pela gestão global dos riscos, de acordo com as competências que lhe foram atribuídas pelo Conselho de Administração da Santander Consumer Finance, S.A., e prosseguirá, no seu âmbito de atuação e decisão, todos os riscos identificados pelo Banco.

O seu objetivo é ser o instrumento para a tomada de decisões de risco ao mais alto nível, assegurando que estas se situam dentro dos limites estabelecidos na apetência pelo risco do Grupo Santander Consumer Finance, assim como reportar a sua atividade ao Conselho ou às suas comissões, quando necessário.

Este comité é presidido pelo Diretor do Santander Consumer Finance e é composto por administradores executivos, e outros executivos do Santander Consumer Finance, estando representadas, entre outras, as funções de risco, financeira, controlo de gestão e cumprimento. O CRO do Santander Consumer Finance tem direito de veto sobre as decisões deste comité.

Em outubro de 2024, foi extinto o Subcomité de Propostas de Risco, cujo âmbito exclusivo consistia em tomar decisões sobre transações de risco de mercado e limites intragrupo (assumindo delegações do Comité Executivo de Riscos (CER) para questões de risco de mercado). Para não perder capacidades de decisão, especialmente no que diz respeito a aumentos dos limites intragrupo para as unidades dentro do limite global aprovado ao nível da SCF S.A., propôs-se que tal fosse abrangido pelo Comité de Controlo de Riscos, na alínea 3.1.3. dos seus Termos de Referência, desde que se trate objetivamente de um ato de controlo sobre essa decisão de gestão dentro dos limites globais já autorizados pelo Comité Executivo de Riscos nos domínios do Risco de Mercado, Estrutural e de Liquidez. Se algum membro do Comité de Controlo de Riscos assim o determinar, as propostas serão submetidas ao Comité Executivo de Riscos para reforçar o processo de tomada de decisões.

#### **Comité de Empréstimos:**

O Comité de Empréstimos é um órgão colegial de decisão responsável pelo risco de crédito, de acordo com as competências delegadas pelo Comité Executivo de Riscos da Santander Consumer Finance, S.A. As competências e os limites atribuídos abrangerão tanto as aprovações como as decisões relativas à entidade jurídica da Santander Consumer Finance S.A. e às suas sucursais, bem como a validação ou as recomendações das filiais e subsidiárias. As atribuições do Comité serão exercidas de forma a garantir que se ajustem aos limites estabelecidos na apetência de risco de crédito do Grupo SCF, e informando o Comité Executivo de Riscos sobre a sua atividade sempre que necessário.

#### **Comité de Modelos:**

O Comité de Modelos da Santander Consumer Finance é o órgão colegial responsável pela aprovação, controlo e supervisão do risco de modelo da Santander Consumer Finance.

#### Estrutura do Comité de Risco das sucursais do Western Hub:

Nos termos dos acordos de fusão e com o objetivo de assegurar uma governação adequada e a continuidade da função de risco das sucursais do Western Hub pela Santander Consumer Finance, S.A (sociedade incorporante):

- Quaisquer poderes, competências e atribuições em matéria de riscos que tenham sido conferidos, a nível individual ou coletivo, às sucursais, permanecerão em vigor nos mesmos termos e condições.
- O disposto especificamente nos seus comités de aprovação e controlo de riscos permanecerá em vigor com as mesmas funções, salvo se um órgão de nível superior reivindicar expressamente para si uma ou várias competências.
- Qualquer discrepância na interpretação das atribuições e competências dos comités será interpretada no sentido que melhor favoreça as funções de governação da empresa no seu conjunto e, em qualquer caso, sujeita às práticas e usos próprios dos órgãos de hierarquia superior da entidade Santander Consumer Finance S.A.

## II. Risco de Crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do incumprimento, total ou parcial, por parte dos clientes ou contrapartes, das suas obrigações financeiras para com o Grupo.

A função de risco na Santander Consumer Finance está organizada por tipo de cliente, distinguindo entre clientes em carteira e padronizados ao longo do processo de gestão de risco:

- São **clientes em carteira** aqueles que, fundamentalmente devido ao risco assumido, têm um Analista de Risco atribuído. Nesta categoria estão incluídos os grandes distribuidores e as empresas de financiamento automóvel. A gestão do risco é realizada através de análises especializadas, complementadas com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de avaliação do risco.
- São considerados **riscos padronizados** os clientes que não têm um Analista de Risco expressamente designado, incluindo geralmente os riscos com particulares, empresários individuais e as empresas de banca de retalho não incluídas na carteira. A gestão destes riscos baseia-se em modelos internos de avaliação e decisão automática, complementados de forma subsidiária — nos casos em que o modelo não é suficiente ou não é suficientemente preciso — por equipas de analistas especializados neste tipo de risco.

### Evolução dos indicadores em 2025

A evolução dos ativos em incumprimento e do custo do crédito reflete o impacto da deterioração do contexto económico, mitigado por uma gestão prudente do risco que permitiu, em geral, manter esses dados em níveis inferiores aos dos nossos concorrentes nos últimos anos, situando-se o custo do crédito, enquanto métrica primária, dentro dos limites estabelecidos na apetência de risco da Santander Consumer Finance. Como resultado, a SCF mantém um nível de cobertura adequado para fazer face à perda esperada das carteiras de risco de crédito que gere.

Em dezembro de 2025, a taxa de incumprimento situou-se em 2,76%, com base num risco controlado e nas medidas aplicadas nas unidades. Os créditos de cobrança duvidosa (3.537 milhões de euros) distribuem-se pelas unidades da seguinte forma: os países nórdicos representam 12% do total, Espanha e Portugal 18%, Alemanha e Áustria 43%, França 7% e Itália 8%. Quanto ao tipo de carteira, o setor Automóvel representa 48% do total, o setor Direto 35%, o setor de Cartões 4%, o setor de Financiamento de Estoques 3%, o setor de Hipotecas 1%, o setor de Bens Duráveis 2% e outros 7%.

Em termos de custo de crédito, este rácio mantém um perfil de risco baixo graças à granularidade e previsibilidade das carteiras da Santander Consumer Finance. O custo de crédito a 12 meses no final de dezembro de 2025 foi de 1,04%.

### Principais indicadores e evolução

O perfil da carteira de risco de crédito da Santander Consumer Finance caracteriza-se por uma distribuição geográfica diversificada e pelo predomínio da atividade de banca de retalho.

#### a) Mapa Global do Risco de Crédito 2025

O quadro seguinte detalha o mapa global da exposição bruta ao risco de crédito por área geográfica:

Grupo - Exposição Bruta ao Risco de Crédito			
	2025 (Milhões de euros)	Varição em relação a dezembro 2024	% da Carteira
Espanha e Portugal (*)	18 619	1,96%	14,55 %
Itália	19 938	10,80%	15,58 %
França	18 958	(3,84) %	14,81 %
Alemanha e Áustria	45 716	(0,43) %	35,72 %
Países Nórdicos (Escandinávia)	15 768	(1,16)%	12,32 %
Resto	8 968	57,05 %	7,01 %
<b>Total</b>	<b>127 969</b>	<b>5,34 %</b>	<b>100,00 %</b>

Em termos de repartição por produtos no final de dezembro de 2025, os Veículos representam 66% do total da exposição bruta, o Seguro Direto 12%, as Hipotecas 1%, os Bens Duráveis 2%, o Financiamento de Estoques 12%, os Cartões de Crédito 2% e Outros 5%.

A Alemanha concentra a maior percentagem da carteira, com 38%, juntamente com a Áustria. Por outro lado, os países nórdicos (Escandinávia) representam 12%, incluindo as unidades da Noruega, Dinamarca, Suécia e Finlândia. A França, incluindo as joint ventures da Stellantis, representa 15% do total. Espanha, Portugal e as respetivas unidades, incluindo a cooperação com a Stellantis, representam 16% do total.

## Informações sobre a estimativa das perdas por imparidade

### Cálculo das perdas de crédito esperadas:

O Grupo Santander Consumer Finance calcula as perdas de crédito esperadas utilizando parâmetros (principalmente PD e LGD) baseados em modelos internos de acordo com os requisitos específicos da IFRS 9 e outras diretrizes de reguladores, supervisores e outros órgãos internacionais (EBA, NCAs, BIS, GPPC). Os modelos são construídos utilizando informação interna com profundidade e granularidade histórica suficientemente representativa, experiência regulatória e de gestão, assim como informação prospectiva baseada em cenários macroeconômicos, e permitem estimar as perdas ao longo da vida da operação. Seguem um ciclo de vida definido que inclui, entre outros, um processo de validação interna, monitorização e governação dos modelos para garantir a sua robustez e adequação à utilização.

A seguir, são mencionados os aspetos mais relevantes da perda esperada:

- **Definição de default:** mantém-se em conformidade com as Orientações da EBA para o cálculo de provisões, tendo em conta a sua aplicação no âmbito prudencial, e mantém-se igualmente alinhada com as definições de incumprimento e de fase 3. Esta definição leva à aplicação dos seguintes critérios para classificar as exposições como fase 3: um ou mais pagamentos em atraso durante 90 dias consecutivos, que representem pelo menos 1% da exposição total do cliente, ou a identificação de outros critérios que demonstrem, mesmo na ausência de incumprimentos, que é improvável que a contraparte consiga cumprir todas as suas obrigações financeiras. O Grupo aplica o princípio da propagação da deterioração a todas as exposições do cliente classificado como em incumprimento. Quando um devedor pertence a um grupo, o princípio da propagação da deterioração também pode ser aplicado a todas as exposições do Grupo. A classificação em incumprimento mantém-se durante o período de prova de 3 meses após o desaparecimento de todos os indicadores de incumprimento acima descritos, sendo este período alargado para um ano no caso de empréstimos reestruturados que tenham sido classificados como incumprimento.
- **Vida útil esperada do instrumento financeiro:** estima-se a vida útil esperada de um instrumento financeiro tendo em conta todos os termos contratuais (por exemplo, pagamentos antecipados, duração, opções de compra, entre outros). O período contratual (incluindo opções de prorrogação) é o período máximo para medir as perdas de crédito esperadas. No caso de instrumentos financeiros com vencimento contratual indefinido e com componente de saldo disponível (por exemplo, cartões de crédito), a vida útil esperada será estimada considerando o período durante o qual a entidade está exposta ao risco de crédito e a eficácia das práticas de gestão que mitigam essa exposição.
- **Visão prospectiva:** A estimativa das perdas esperadas requer um elevado grau de julgamento especializado e o apoio de informação histórica, atual e futura. Neste sentido, as estimativas de perda esperada baseiam-se numa probabilidade de ocorrência, não enviesada e ponderada, de até cinco cenários futuros possíveis que poderiam afetar a capacidade de cobrança dos fluxos de caixa contratuais. Estes cenários têm em conta o valor temporal do dinheiro, a informação relevante disponível sobre eventos passados e as condições atuais e projeções de fatores macroeconômicos considerados importantes para estimar este montante (por exemplo, PIB, preço da habitação, taxa de desemprego, entre outros).

A utilização de informação prospectiva através de cenários macroeconômicos é comum a diversos processos de gestão interna e requisitos regulamentares. As diretrizes e a governação do Grupo asseguram a sinergia e a coerência entre os diferentes processos.

Durante 2025, o Grupo atualizou os cenários macroeconômicos incluídos nos modelos de provisões com a informação mais recente sobre o contexto atual. Consequentemente, o Grupo utiliza uma visão prospectiva para a estimativa das perdas esperadas.

- **Elementos adicionais:** Quando necessário, por não terem sido abrangidos pelos elementos anteriores, incluem, entre outros, a análise de setores ou outros eixos de análise do perfil de crédito, caso os seus impactos não sejam suficientemente refletidos pelos cenários macroeconômicos. Também as técnicas de análise coletiva, quando a potencial deterioração num grupo de clientes não for possível identificar individualmente.

Com os elementos acima indicados, o Grupo Santander Consumer Finance avalia, em cada uma das geografias, a evolução da qualidade de crédito dos seus clientes, para efeitos da sua classificação em fases e, consequentemente, do cálculo da perda esperada.

### Determinação do aumento significativo do risco:

Para a determinação da classificação na fase 2, avalia-se se existe um aumento significativo do risco de crédito (SICR, na sigla em inglês, Significant Increase in Credit Risk) desde o reconhecimento inicial das operações, considerando uma série de princípios comuns em todo o Grupo Santander que garantem que todos os instrumentos financeiros estejam sujeitos a esta avaliação, na qual são consideradas as particularidades de cada carteira e tipo de produto, e cuja definição para cada carteira se baseia na combinação de diversos critérios: quantitativos e qualitativos, e indicadores: *Doys Past Due Backstop* e *Threefold Backstop*.

Os parâmetros e critérios utilizados pelo Grupo para estabelecer os limiares baseiam-se numa série de princípios e objetivos que devem ser tidos em conta na definição do SICR.

Tais princípios gerais são os seguintes:

- **Universalidade:** todos os instrumentos financeiros sob uma classificação de crédito devem ser avaliados quanto ao seu possível SICR.
- **Proporcionalidade:** a definição do SICR deve ter em conta as particularidades de cada carteira.
- **Materialidade:** a sua implementação deve ser também consistente com a relevância de cada carteira, para não incorrer em custos ou esforços desnecessários.
- **Visão holística:** a abordagem selecionada deve ser uma combinação dos aspetos mais relevantes do risco de crédito (ou seja, quantitativos e qualitativos).
- **Aplicação da IFRS 9:** a abordagem deve considerar as características da IFRS 9, centrando-se numa comparação com o risco de crédito no reconhecimento inicial, além de considerar informação prospetiva (forward-looking).
- **Integração da gestão de riscos:** os critérios devem ser consistentes com as métricas consideradas no dia-a-dia da gestão de riscos.
- **Documentação:** deve ser elaborada documentação adequada.

Os objetivos resumem-se a seguir:

- **Capacidade preditiva:** espera-se que a definição do SICR evite, na medida do possível, migrações diretas da fase T para a fase 3 sem terem sido previamente classificadas na fase 2.
- **Estabilidade da fase 2:** espera-se que a fase 2 seja uma etapa transitória. Na ausência de alterações relevantes na qualidade de crédito das carteiras, o volume de ativos na fase 2 deverá manter uma certa estabilidade no seu conjunto.
- **Raciocínio económico:** a nível operacional, espera-se que a fase 2 seja uma classificação transitória para as exposições que possam eventualmente passar para um estado de deterioração de crédito em algum momento ou para a fase 3, bem como para as exposições que sofreram deterioração de crédito e cuja qualidade de crédito está a melhorar e regressam à fase 1.
- **Tempo na fase 2:** espera-se que as exposições não permaneçam classificadas como fase 2 durante um período excessivamente longo.

A aplicação de várias das técnicas acima referidas conduz à fixação de um ou vários limiares por cada carteira em cada região geográfica. Além disso, esses limiares estão sujeitos a uma revisão periódica através de testes de calibração, o que pode implicar a atualização dos tipos de limiares ou dos seus valores. Para classificar os instrumentos financeiros na fase 2, consideramos os seguintes critérios:

- **Crítérios quantitativos:** são analisadas e quantificadas as variações no risco de incumprimento ao longo de toda a vida útil esperada do instrumento financeiro, em relação ao seu nível de risco de crédito no momento inicial.

Para efeitos de consideração de alterações significativas quando os instrumentos financeiros são classificados na fase 2, cada filial definiu os limiares quantitativos das suas carteiras de acordo com as orientações do Grupo, procurando uma interpretação consistente em todas as nossas geografias. Os princípios de calibração destes limiares encontram-se descritos no parágrafo anterior e podem dar origem a dois tipos de limiares:

- **Relativos:** Aqueles que comparam a qualidade de crédito atual com a qualidade de crédito no momento da concessão da operação em termos de variação percentual.
- **Absolutos:** Aqueles que comparam a qualidade de crédito atual com a qualidade de crédito no momento da concessão da operação em termos absolutos de variação.

Além disso, de acordo com as orientações de supervisão do Banco Central Europeu (ver *recomendação do BCE (novembro de 2021) Gestão do risco de crédito dos bancos e provisões IFRS 5 durante a crise da COVID-19*), foi estabelecido um limite de 200% para o limiar relativo, conhecido como "triple increase", que é utilizado em todos os momentos, de modo a que as exposições cuja qualidade de crédito se tenha deteriorado em termos relativos em mais de 200%, seguindo uma abordagem análoga ao limiar relativo do parágrafo anterior, sejam transferidas da fase 1 para a fase 2.

Por fim, a ultrapassagem, a título individual, de qualquer um dos limiares absolutos, relativos ou do limite de 200% do limiar relativo ("threefold increase") implicará a transferência da exposição do instrumento financeiro da fase 1 para a fase 2.

- **Critérios qualitativos:** são utilizados diversos indicadores que estão alinhados com os utilizados na gestão ordinária do risco de crédito (por exemplo: pagamentos em atraso, refinanciamentos, sistemas de indicadores de alerta precoce, etc.). Cada filial definiu esses indicadores para as suas carteiras, com especial atenção no reforço destes critérios qualitativos através do julgamento especializado e alinhando-os com os critérios utilizados na gestão.
- **Crítério Quantitativo Threefold Backstop:** de acordo com as observações recebidas do supervisor na Carta de Acompanhamento do Questionário IFRS 9, o critério quantitativo denominado "Threefold increase" deve ser obrigatoriamente aplicado no âmbito do SICR. Este critério consiste em analisar se os créditos concedidos registaram um aumento superior a 200% (medido em termos relativos) da sua Taxa de Probabilidade de Incumprimento ao longo do tempo (RLTPD anualizada) no momento do reporte, em comparação com a sua RLTPD anualizada no momento da origem. Ou seja, se a sua RLTPD de reporte tiver mais do que triplicado em relação à sua RLTPD de origem, então a transação deve ser classificada como fase 2.

Quando ocorre uma eliminação significativa da deterioração do risco de crédito, devido a uma melhoria suficiente da notação de crédito, o devedor pode voltar a ser classificado na Fase 1, sem qualquer período de teste na Fase 2.

#### Quantificação de provisões adicionais:

No encerramento de 2025, não houve ajustes adicionais.

A seguir, apresenta-se o detalhe da exposição e das perdas por imparidade associadas a cada uma das fases à data de 31 de dezembro de 2025. Além disso, em função da qualidade de crédito atual das operações, a exposição divide-se em três graus (investimento, especulação e incumprimento):

Exposição e perdas por imparidade por fase 2025 ( <i>Milhões de euros</i> )				
Qualidade de crédito (*)	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
Grau de investimento	126 026			126 026
Grau de especulação	13 716	8.801		22 517
Incumprimento			3.571	3.571
Risco total (*)	139.742	8.801	3.571	152.114
Perdas por imparidade	453	469	2.131	3.053

Exposição e perdas por imparidade por fase 2024 (Milhões de euros)				
Qualidade de crédito (*)	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
Grau de investimento	122 177			122 177
Grau de especulação	12 560	6 973		19 533
Incumprimento			3 191	3 191
Risco total (**)	134 737	6 973	3 191	144 901
Perdas por imparidade	374	379	1.743	2 496

(\*) Detalhe dos graus de qualidade de crédito calculados para efeitos de gestão do Grupo.

\*\*/ Ativos ao custo amortizado, empréstimos e adiantamentos, clientes + compromissos de crédito concedidos.

A 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentava 1 914 milhares de euros em ativos deteriorados adquiridos com imparidade (não se registaram montantes significativos em 2024).

### **Análise de sensibilidade das provisões**

No que diz respeito à evolução das perdas por risco de crédito, o Grupo realiza uma análise de sensibilidade através de simulações nas quais ocorrem variações imediatas (choques) de +/- 100 bps nas principais variáveis macroeconómicas, assumindo como constante a atual distribuição de fases de cada carteira de ativos financeiros. Desta forma, utiliza-se um conjunto de cenários específicos e completos, nos quais se simulam diferentes impactos que afetam tanto a variável de referência como as restantes variáveis macroeconómicas. Estes impactos podem ter origem em fatores de produtividade, impostos, salários ou taxas de câmbio e taxas de juro. A sensibilidade é medida como a variação média da perda esperada correspondente aos cenários mencionados. Seguindo uma abordagem conservadora, os movimentos negativos têm em conta um desvio padrão adicional para refletir a possível maior variabilidade das perdas. Por fim, com o objetivo de proporcionar uma medida de sensibilidade comparável entre carteiras, eliminam-se, na utilização dos modelos estatísticos de análise de cenários, os avanços e atrasos do modelo, evitando assim que seja captada apenas uma parte do choque simulado.

Além disso, o Grupo realiza exercícios de testes de esforço e análises de sensibilidade de forma recorrente em exercícios como o ICAAP, planos estratégicos, orçamentos e planos de recuperação e resolução. Nestes exercícios, é criada uma visão prospetiva da sensibilidade de cada uma das carteiras do Grupo face a um possível desvio do cenário de base, considerando tanto a evolução macroeconómica concretizada em diferentes cenários, como a evolução do negócio a três anos. Estes exercícios incluem cenários potencialmente mais adversos, bem como cenários mais plausíveis.

### **Detalhes das principais regiões geográficas**

A seguir, apresentam-se as informações sobre riscos relativas aos segmentos mais relevantes do Grupo, tanto em termos de exposição como de provisões para risco de crédito.

- **Alemanha**

### **Informações sobre a estimativa das perdas por imparidade**

Apresenta-se a seguir o detalhe da exposição e das perdas por imparidade associadas a cada uma das fases, a 31 de dezembro de 2025, da Santander Consumer Bank AG e da Santander Consumer Leasing, GmbH. Além disso, em função da qualidade de crédito atual das operações, a exposição é dividida em três graus (investimento, especulação e incumprimento):

Exposição e perdas por imparidade por fase 2025 (Milhões de euros)				
Qualidade de crédito(*)	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
Grau de investimento	37 020	268,60		37 288
Grau de especulação		2 277		2.277
Incumprimento			1.300	1.300
Exposição total (")	37.020	2.545	1.300	40.865
Perdas por imparidade	72	158	750	981

Exposição e perdas por imparidade por fase 2024 (Milhões de euros)				
Qualidade de crédito(*)	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
Grau de investimento	39 531	115		39 646
Grau de especulação		2 061		2.061
Incumprimento			1.094	1.094
Exposição total (")	39.531	2.176	1.094	42.801
Perdas por imparidade	68	112	554	734

(\*) Detalhe dos graus de qualidade de crédito calculados para efeitos de gestão do Grupo.

(\*\*) Ativos ao custo amortizado, empréstimos e adiantamentos, clientes + compromissos de crédito concedidos.

A taxa de incumprimento no caso da Alemanha (inclui todas as sociedades do perímetro na Alemanha) situou-se em 3,27% no final de dezembro de 2025 (2,68% no final de 2024).

Para a estimativa das perdas esperadas, deve ter-se em conta a informação prospetiva. Concretamente, no caso das unidades mais significativas na Alemanha (Santander Consumer Bank AG e Santander Consumer Leasing, GmbH), são considerados cinco cenários macroeconómicos prospetivos, que são atualizados periodicamente, num horizonte temporal de 5 anos.

Apresenta-se a seguir a evolução projetada para o exercício de 2025 dos principais indicadores macroeconómicos, dos quais derivam os utilizados para a estimativa das perdas esperadas na Santander Consumer Bank AG e na Santander Consumer Leasing, GmbH:

Magnitudes	Cenário a 5 anos (2026-2030)				
	Cenário mais Desfavorável	Cenário Desfavorável	Cenário Base	Cenário Favorável	Cenário mais Favorável
Taxa de juro (interbancária a 12m)	3,21%	2,94%	2,44%	2,23%	2,19%
Taxa de desemprego	7,72%	6,99%	5,53%	5,06%	4,83%
Crescimento do preço da habitação	(3,49%)	(1,61%)	2,13%	3,49%	4,17%
Crescimento do PIB	(0,30%)	0,35%	1,64%	2,35%	2,71%

Apresenta-se a seguir a evolução projetada para o exercício de 2025 dos principais indicadores macroeconómicos, dos quais se derivam os utilizados para a estimativa das perdas esperadas na Santander Consumer Bank AG e na Santander Consumer Leasing, GmbH:

Magnitudes	Cenário a 5 anos (2025-2029)				
	Cenário mais Desfavorável	Cenário Desfavorável	Cenário Base	Cenário Favorável	Cenário mais Favorável
Taxa de juro (interbancária a 12m)	3,65%	3,24%	2,70%	2,44%	2,20%
Taxa de desemprego	7,62%	6,27%	5,70%	5,44%	5,13%
Crescimento do preço da habitação	(4,96%)	(2,69%)	1,84%	1,85%	2,70%
Crescimento do PIB	(0,58%)	0,11%	1,06%	1,56%	2,15%

Cada um dos cenários macroeconómicos está associado a uma determinada probabilidade de ocorrência. No que diz respeito à sua atribuição, a Santander Consumer AG e a Santander Consumer Leasing, GmbH atribuem ao Cenário Base a ponderação mais elevada, enquanto atribuem as ponderações mais baixas aos cenários mais extremos. As ponderações utilizadas tanto em 2025 como em 2024 foram as seguintes:

Cenário mais desfavorável	5%
Cenário desfavorável	20%
Cenário base	50%
Cenário favorável	20%
Cenário mais favorável	5%

A seguir, com base no detalhado na secção *Exercício de sensibilidade das provisões*, apresenta-se a sensibilidade estimada das perdas esperadas no final de 2025 para as carteiras mais relevantes da Alemanha:

	Variação da perda esperada IFRS 9			
	Veículo novo	Veículo usado	Leasing Novo	Direto
Crescimento do PIB:				
(100) p.b.	(0,41%)	(0,60%)	3,57%	2,82%
100 p.b.	1,34%	1,46%	(1,13%)	(1,73%)
Taxa de desemprego:				
(100) p.b.	4,36%	4,69%	(2,04%)	(4,59%)
100 p.b.	(2,23%)	(2,50%)	4,93%	9,31%

No que diz respeito à determinação da classificação na Fase 2, os critérios quantitativos aplicados na entidade baseiam-se na identificação de se qualquer aumento na PD para toda a vida útil esperada da operação é superior a uma série de limiares absolutos e relativos. Cada carteira dispõe de um conjunto de limiares de acordo com as características e o perfil de risco de crédito dos produtos que a compõem.

De acordo com as observações recebidas do supervisor na Carta de Acompanhamento do Questionário IFRS 9, o critério quantitativo denominado "Threefold increase" foi aplicado no âmbito do SICR. Este critério consiste em analisar se os créditos concedidos registaram um aumento superior a 200% (medido em termos relativos) da sua Taxa de Probabilidade de Incumprimento ao longo do tempo (RLTPD anualizada) no momento do reporte, em comparação com a sua RLTPD anualizada no momento da origem.

Além disso, para cada carteira, são definidos uma série de critérios qualitativos específicos que indicam que a exposição sofreu um aumento significativo do risco de crédito, independentemente da evolução da sua PD desde o momento do reconhecimento inicial. A entidade, entre outros critérios, considera que uma operação apresenta um aumento significativo do risco quando apresenta posições em atraso > de 30 dias. Esses critérios dependem das práticas de gestão de risco de cada carteira.

- Países Nórdicos (Escandinávia)

### Informação sobre a estimativa das perdas por imparidade

Apresenta-se a seguir o detalhe da exposição e das perdas por imparidade associadas a cada uma das fases a 31 de dezembro de 2025 da unidade mais significativa dos Países Nórdicos (Santander Consumer Bank AS). Além disso, em função da qualidade de crédito atual das operações, a exposição é dividida em três graus (investimento, especulação e incumprimento):

Exposição e perdas por imparidade por fase 2025 <i>(Milhões de euros)</i>				
Qualidade de crédito(*)	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
Grau de investimento	11 707			11 707
Grau de especulação	1 163	836		2 000
Incumprimento			320	320
Exposição total (")	12 871	836	320	14 027
Perdas por imparidade	54	44	198	296

Exposição e perdas por imparidade por fase 2024 <i>(Milhões de euros)</i>				
Qualidade de crédito(*)	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
Grau de investimento	11 658			11 658
Grau de especulação	1 314	657		1 971
Incumprimento			410	410
Exposição total (")	12 972	657	410	14 039
Perdas por imparidade	59	39	230	328

(\*) Detalhe dos graus de qualidade de crédito calculados para efeitos de gestão do Grupo.

(\*\*) Ativos ao custo amortizado, empréstimos e adiantamentos, clientes + compromissos de crédito concedidos.

A taxa de incumprimento dos países nórdicos (inclui todas as sociedades do perímetro na Escandinávia) situou-se em 2,68% no final de dezembro de 2025 (3,26% no final de 2024).

Para a estimativa das perdas esperadas, deve ter-se em conta a informação prospetiva. Concretamente, a Santander Consumer Bank AS considera cinco cenários macroeconómicos prospetivos, que são atualizados periodicamente, num horizonte temporal de 5 anos.

- **Noruega**

Apresenta-se a seguir a evolução projetada para o exercício de 2025, nos próximos cinco anos, dos principais indicadores macroeconómicos utilizados para a estimativa das perdas esperadas na Santander Consumer Bank AS:

Magnitudes	Cenário a 5 anos (2026-2030)				
	Cenário mais Desfavorável	Cenário Desfavorável	Cenário Base	Cenário Favorável	Cenário mais Favorável
Taxa de juro	4,81%	4,35%	3,59%	3,49%	3,44%
Taxa de desemprego	4,82%	4,38%	3,96%	3,67%	3,35%
Crescimento do preço da habitação	0,26%	1,66%	3,07%	4,49%	5,93%
Crescimento do PIB	0,15%	1,10%	1,92%	2,44%	3,02%

Apresenta-se a seguir a evolução projetada para o exercício de 2025, relativa aos próximos cinco anos, dos principais indicadores macroeconómicos utilizados para a estimativa das perdas esperadas na Santander Consumer Bank AS:

Magnitudes	Cenário a 5 anos (2025-2029)				
	Cenário mais Desfavorável	Cenário Desfavorável	Cenário Base	Cenário Favorável	Cenário mais Favorável
Taxa de juro	4,46%	4,05%	3,47%	3,01%	3,25%
Taxa de desemprego	4,75%	4,45%	4,07%	3,77%	3,61%
Crescimento do preço da habitação	0,80%	1,83%	2,64%	3,73%	4,55%
Crescimento do PIB	0,65%	1,31%	2,11%	2,66%	3,21%

Cada um dos cenários macroeconómicos está associado a uma determinada probabilidade de ocorrência. No que diz respeito à sua atribuição, a Santander Consumer Bank AS atribui ao Cenário Base a ponderação mais elevada, enquanto atribui as ponderações mais baixas aos cenários mais extremos. As ponderações utilizadas tanto em 2025 como em 2024 foram as seguintes:

Cenário mais desfavorável	5%
Cenário desfavorável	20%
Cenário base	50%
Cenário favorável	20%
Cenário mais favorável	5%

A seguir, com base no detalhado na secção *Exercício de sensibilidade das provisões*, apresenta-se a sensibilidade estimada das perdas esperadas no final de 2025 para as carteiras mais relevantes da Noruega:

	Variação da perda esperada IFRS 9
	Automóveis Particulares
Crescimento do PIB:	
(100) p.b.	4,43%
100 p.b.	(3,40%)
Crescimento do preço da	
(100) p.b.	10,82%
100 p.b.	(5,20%)

- **Dinamarca**

Apresenta-se a seguir a evolução projetada para o exercício de 2025 dos principais indicadores macroeconómicos utilizados para a estimativa das perdas esperadas:

Magnitudes	Cenário a 5 anos (2026-2030)				
	Cenário mais Desfavorável	Cenário Desfavorável	Cenário Base	Cenário Favorável	Cenário mais Favorável
Taxa de juro	3,21%	2,95%	2,44%	2,24%	2,18%
Taxa de desemprego	6,71%	6,06%	5,26%	4,87%	4,49%
Crescimento do preço da habitação	0,22%	2,22%	4,79%	5,79%	6,75%
Crescimento do PIB	0,12%	0,87%	1,71%	2,16%	2,56%

Apresenta-se a seguir a evolução projetada para o exercício de 2025 dos principais indicadores macroeconómicos utilizados para a estimativa das perdas esperadas:

Magnitudes	Cenário a 5 anos (2025-2029)				
	Cenário mais Desfavorável	Cenário Desfavorável	Cenário Base	Cenário Favorável	Cenário mais Favorável
Taxa de juro	3,50%	3,09%	2,55%	2,23%	2,05%
Taxa de desemprego	5,96%	5,51%	4,93%	4,74%	4,55%
Aumento do preço da habitação	(0,51%)	1,46%	3,99%	4,97%	5,92%
Crescimento do PIB	0,02%	0,68%	1,52%	2,05%	2,54%

Cada um dos cenários macroeconómicos está associado a uma determinada probabilidade de ocorrência. No que diz respeito à sua atribuição, a Santander Consumer Bank AS atribui ao Cenário Base a ponderação mais elevada, enquanto atribui as ponderações mais baixas aos cenários mais extremos. As ponderações utilizadas tanto em 2025 como em 2024 foram as seguintes:

Cenário mais desfavorável	5%
Cenário desfavorável	20%
Cenário base	50%
Cenário favorável	20%
Cenário mais favorável	5%

A seguir, com base no detalhado na secção *Exercício de sensibilidade das provisões*, apresenta-se a sensibilidade estimada das perdas esperadas no final de 2025 para as carteiras mais relevantes da Dinamarca:

	Varição da perda esperada IFRS 9
	Automóveis Particulares
Crescimento do PIB:	
(100) p.b.	2,88%
100 p.b.	(2,41%)

- **Suécia**

Apresenta-se a seguir a evolução projetada para o exercício de 2025 dos principais indicadores macroeconómicos utilizados para a estimativa das perdas esperadas:

Magnitudes	Cenário a 5 anos (2026-2030)				
	Cenário mais Desfavorável	Cenário Desfavorável	Cenário Base	Cenário Favorável	Cenário mais Favorável
Taxa de juro	3,34%	3,08%	2,46%	2,35%	2,26%
Taxa de desemprego	8,04%	7,71%	7,35%	7,09%	6,86%
Crescimento do preço da habitação	3,78%	5,44%	7,32%	7,87%	8,36%
Crescimento do PIB	0,57%	1,42%	2,37%	2,80%	3,20%

Apresenta-se a seguir a evolução projetada para o exercício de 2025 dos principais indicadores macroeconómicos utilizados para a estimativa das perdas esperadas:

Magnitudes	Cenário a 5 anos (2025-2029)				
	Cenário mais Desfavorável	Cenário Desfavorável	Cenário Base	Cenário Favorável	Cenário mais Favorável
Taxa de juro	3,73%	3,30%	2,76%	2,45%	2,24%
Taxa de desemprego	7,97%	7,60%	7,07%	6,91%	6,75%
Crescimento do preço da habitação	2,42%	4,09%	6,37%	7,07%	7,76%
Crescimento do PIB	0,56%	1,26%	2,19%	2,75%	3,30%

Cada um dos cenários macroeconómicos está associado a uma determinada probabilidade de ocorrência. No que diz respeito à sua ponderação, a Santander Consumer AS atribui ao Cenário Base a ponderação mais elevada, enquanto atribui as ponderações mais baixas aos cenários mais extremos. As ponderações utilizadas tanto em 2025 como em 2024 foram as seguintes:

Cenário mais desfavorável	5%
Cenário desfavorável	20%
Cenário base	50%
Cenário favorável	20%
Cenário mais favorável	5%

A seguir, com base no detalhado na secção *Exercício de sensibilidade das provisões*, apresenta-se a sensibilidade estimada das perdas esperadas no final de 2025 para as carteiras mais relevantes da Suécia:

	Variação da perda esperada IFRS 9	
	Automóvel Particulares	Direto
Crescimento do PIB:		
(100) p.b.	5,60%	2,02%
100 p.b.	(0,55%)	(1,31%)

No que diz respeito à determinação da classificação na Fase 2, os critérios quantitativos aplicados na entidade baseiam-se na identificação de se qualquer aumento na PD para toda a vida útil esperada da operação é superior a uma série de limiares relativos. Cada carteira dispõe de um conjunto de limiares de acordo com as características e o perfil de risco de crédito dos produtos que a compõem.

De acordo com as observações recebidas do supervisor na Carta de Acompanhamento do Questionário IFRS 9, o critério quantitativo denominado "Threetold increase" foi aplicado no âmbito do SICR. Este critério consiste em analisar se os créditos concedidos registaram um aumento superior a 200% (medido em termos relativos) da sua Taxa de Probabilidade de Incumprimento ao longo do tempo (RLTPD anualizada) no momento do reporte, em comparação com a sua RLTPD anualizada no momento da origem.

Além disso, para cada carteira, são definidos uma série de critérios qualitativos específicos que indicam que a exposição sofreu um aumento significativo do risco de crédito, independentemente da evolução da sua PD desde o momento do reconhecimento inicial. A entidade, entre outros critérios, considera que uma operação apresenta um aumento significativo do risco quando apresenta posições em atraso há mais de 30 dias. Esses critérios dependem das práticas de gestão de risco de cada carteira.

- **Espanha**

### Informação sobre a estimativa das perdas por imparidade

Apresenta-se a seguir o detalhe da exposição e das perdas por imparidade associadas a cada uma das fases, a 31 de dezembro de 2025, das unidades mais significativas em Espanha (Santander Consumer Finance S.A.). Além disso, em função da qualidade de crédito atual das operações, a exposição é dividida em três graus (investimento, especulação e incumprimento):

Exposição e perdas por imparidade por fase 2025 (Milhões de euros)				
Qualidade de crédito(*)	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
Grau de investimento	13 113	52		13 165
Grau de especulação	1 395	973		2 367
Incumprimento			439	439
Exposição total (*)	14 507	1 025	439	15 971
Perdas por imparidade	70	61	277	408

(\*) Detalhe dos graus de qualidade de crédito calculados para efeitos de gestão do Grupo.

(\*\*) Ativos ao custo amortizado, empréstimos e adiantamentos, clientes + compromissos de crédito concedidos.

Exposição e perdas por imparidade por fase 2024 (Milhões de euros)				
Qualidade de crédito(*)	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
Grau de investimento	14 274	46		14 320
Grau de especulação	1 611	955		2 566
Incumprimento			524	524
Exposição total (*)	15 885	1.001	524	17 410
Perdas por imparidade	66	78	321	466

(\*) Detalhe dos graus de qualidade de crédito calculados para efeitos de gestão do Grupo.

(\*\*) Ativos ao custo amortizado, empréstimos e adiantamentos, clientes + compromissos de crédito concedidos.

A taxa de incumprimento no caso da SC Espanha, enquanto unidade mais representativa da Santander Consumer Finance S.A., situa-se em 3,49% no final de dezembro de 2024 (3,68% no final de 2024).

Para a estimativa das perdas esperadas, deve ter-se em conta a informação prospetiva. Concretamente, para a carteira em Espanha da Santander Consumer Finance, S.A., são considerados cinco cenários macroeconómicos prospetivos, que são atualizados periodicamente, durante um horizonte temporal de 5 anos.

Apresenta-se a seguir a evolução projetada para os próximos anos dos principais indicadores macroeconómicos:

Magnitudes	Cenário a 5 anos (2026-2030)				
	Cenário mais Desfavorável	Cenário Desfavorável	Cenário Base	Cenário Favorável	Cenário mais Favorável
Taxa de juro	3,21%	2,70%	2,44%	2,23%	2,18%
Taxa de desemprego	15,07%	12,07%	9,72%	8,16%	6,64%
Crescimento do preço da habitação	1,99%	3,26%	4,12%	4,69%	5,43%
Crescimento do PIB	(0,84%)	0,21%	1,63%	2,45%	3,73%

Apresenta-se a seguir a evolução projetada para o exercício de 2025 dos principais indicadores macroeconómicos utilizados para a estimativa das perdas esperadas:

Magnitudes	Cenário a 5 anos (2025-2029)				
	Cenário mais Desfavorável	Cenário Desfavorável	Cenário Base	Cenário Favorável	Cenário mais Favorável
Taxa de juro	3,65%	3,24%	2,70%	2,44%	2,19%
Taxa de desemprego	14,92%	12,53%	10,15%	8,88%	8,25%
Crescimento do preço da habitação	(1,79%)	(0,87%)	2,91%	3,89%	4,76%
Crescimento do PIB	(0,85%)	0,32%	1,67%	2,77%	3,74%

Cada um dos cenários macroeconómicos está associado a uma determinada probabilidade de ocorrência. No que diz respeito à sua atribuição, as carteiras de negócios em Espanha da Santander Consumer Finance, S.A. atribuem ao Cenário Base a ponderação mais elevada, enquanto atribuem as ponderações mais baixas aos cenários mais extremos. As ponderações utilizadas tanto em 2025 como em 2024 foram as seguintes:

Cenário mais desfavorável	5%
Cenário desfavorável	20%
Cenário base	50%
Cenário favorável	20%
Cenário mais favorável	5%

A seguir, com base no detalhado na secção *Exercício de sensibilidade das provisões*, apresenta-se a sensibilidade estimada das perdas esperadas no final de 2025 para as carteiras mais relevantes de Espanha:

	Variação da perda esperada IFRS 9		
	Automóveis Novos	Automóveis Usados	Cartões
Crescimento do PIB:			
(100) p.b.	3,53%	1,46%	3,00%
100 p.b.	(2,60%)	(1,13%)	(2,30%)

No que diz respeito à determinação da classificação na Fase 2, os critérios quantitativos aplicados na entidade baseiam-se na identificação de se qualquer aumento na PD para toda a vida útil esperada da operação é superior a uma série de limiares absolutos e relativos. Cada carteira dispõe de um conjunto de limiares de acordo com as características e o perfil de risco de crédito dos produtos que a compõem.

A título de exemplo, no caso da Santander Consumer Finance S.A., para as suas principais carteiras, considera-se que uma operação deve ser classificada na Fase 2 quando a PD da vida útil esperada da operação, num determinado momento, exceder a que tinha no momento do reconhecimento inicial, em termos absolutos e relativos, dependendo do subsegmento.

De acordo com as observações recebidas do supervisor na Carta de Acompanhamento do Questionário IFRS 9, o critério quantitativo denominado "Threetold increase" foi aplicado no âmbito do SICR. Este critério consiste em analisar se os créditos concedidos registaram um aumento superior a 200% (medido em termos relativos) da sua Taxa de Probabilidade de Incumprimento ao longo do tempo (RLTPD anualizada) no momento do reporte, em comparação com a sua RLTPD anualizada no momento da originação.

Além disso, para cada carteira, são definidos uma série de critérios qualitativos específicos que indicam que a exposição sofreu um aumento significativo do risco de crédito, independentemente da evolução da sua PD desde o momento do reconhecimento inicial. A entidade, entre outros critérios, considera que uma operação apresenta um aumento significativo do risco quando apresenta posições em atraso há mais de 30 dias. Esses critérios dependem das práticas de gestão de risco de cada carteira.

**\* Itália**

**Informação sobre a estimativa das perdas por imparidade**

Apresenta-se a seguir o detalhe da exposição e das perdas por imparidade associadas a cada uma das fases, a 31 de dezembro de 2025, das unidades mais significativas em Itália (Santander Consumer Bank S.p.A, Stellantis Financial Services Italia S.p.A., Hyundai Capital Bank Europe GmbH Italy e TIMFin S.p.A). Além disso, em função da qualidade de crédito atual das operações, a exposição é dividida em três graus (investimento, especulação e incumprimento):

Exposição e perdas por imparidade por fase 2025 (Milhões de euros)				
Qualidade de crédito(*)	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
Grau de investimento	18 230	201		18 431
Grau de especulação	1.413	514		1.927
Incumprimento			284	284
Exposição total (*)	19 644	714	284	20 642
Perdas por imparidade	61	38	170	269

(\*) Detalhe dos graus de qualidade de crédito calculados para efeitos de gestão do Grupo.

(\*\*) Ativos ao custo amortizado, empréstimos e adiantamentos, clientes + compromissos de crédito concedidos.

Exposição e perdas por imparidade por fase 2024 (Milhões de euros)				
Qualidade de crédito(*)	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
Grau de investimento	15 373			15 373
Grau de especulação	656	421		1 077
Incumprimento			285	285
Exposição total (*)	16 029	421	285	16 735
Perdas por imparidade	52	35	171	258

(\*) Detalhe dos graus de qualidade de crédito calculados para efeitos de gestão do Grupo.

(\*\*) Ativos ao custo amortizado, empréstimos e adiantamentos, clientes + compromissos de crédito concedidos.

Para a estimativa das perdas esperadas, deve ter-se em conta a informação prospetiva. Concretamente, para a carteira em Itália da Santander Consumer Bank, S.p.A., são considerados cinco cenários macroeconómicos prospetivos, que são atualizados periodicamente, durante um horizonte temporal de 5 anos.

Apresenta-se a seguir a evolução projetada para os próximos anos dos principais indicadores macroeconômicos:

Magnitudes	Cenário a 5 anos (2026-2030)				
	Cenário mais Desfavorável	Cenário Desfavorável	Cenário Base	Cenário Favorável	Cenário mais Favorável
Taxa de juro	3,21%	2,94%	2,44%	2,23%	2,19%
Taxa de desemprego	8,33%	7,48%	6,64%	6,12%	4,03%
Crescimento do preço da habitação	0,78%	1,40%	1,82%	2,76%	3,52%
Crescimento do PIB	(1,82%)	(0,59%)	0,68%	1,51%	2,36%

Apresenta-se a seguir a evolução projetada para o exercício de 2025 dos principais indicadores macroeconômicos utilizados para a estimativa das perdas esperadas:

Magnitudes	Cenário a 5 anos (2025-2029)				
	Cenário mais Desfavorável	Cenário Desfavorável	Cenário Base	Cenário Favorável	Cenário mais Favorável
Taxa de juro	3,65%	3,24%	2,70%	2,44%	2,20%
Taxa de desemprego	10,84%	9,36%	7,54%	6,21%	4,86%
Crescimento do preço da habitação	0,19%	0,94%	1,91%	2,59%	3,42%
Crescimento do PIB	(1,46%)	(0,52%)	0,80%	1,71%	2,82%

Cada um dos cenários macroeconômicos está associado a uma determinada probabilidade de ocorrência. No que diz respeito à sua atribuição, as carteiras de negócios em Itália da Santander Consumer Bank, S.p.A. atribuem ao Cenário Base a ponderação mais elevada, enquanto atribuem as ponderações mais baixas aos cenários mais extremos. As ponderações utilizadas tanto em 2025 como em 2024 foram as seguintes:

Cenário mais desfavorável	5%
Cenário desfavorável	20%
Cenário base	50%
Cenário favorável	20%
Cenário mais favorável	5%

A seguir, com base no detalhado na secção *Exercício de sensibilidade das provisões*, apresenta-se a sensibilidade estimada das perdas esperadas no final de 2025 para as carteiras mais relevantes de Itália:

	Variação da perda esperada IFRS 9	
	Direto	Automóveis Novos
Crescimento do PIB:		
(100) p.b.	1,74%	1,29%
100 p.b.	(1,31%)	(0,99%)

#### • França

##### Informações sobre a estimativa das perdas por imparidade

Apresenta-se a seguir o detalhe da exposição e das perdas por imparidade associadas a cada uma das fases, a 31 de dezembro de 2025, das unidades mais significativas em França (Banque Stellantis France). Além disso, em função da qualidade de crédito atual das operações, a exposição é dividida em três graus (investimento, especulação e incumprimento):

Exposição e perdas por imparidade por fase 2025 (Milhões de euros)				
Qualidade de crédito(*)	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
Grau de investimento	17 234			17 234
Grau de especulação		1 730		1 730
Incumprimento			250	250
Exposição total (**)	17 234	1 730	250	19 214
Perdas por imparidade	31	45	169	244

(\*) Detalhe dos graus de qualidade de crédito calculados para efeitos de gestão do Grupo.

(\*\*) Ativos ao custo amortizado, empréstimos e adiantamentos, clientes + compromissos de crédito concedidos.

Exposição e perdas por imparidade por fase 2024 (Milhões de euros)				
Qualidade de crédito(*)	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
Grau de investimento	17 542			17 542
Grau de especulação		1.409		1.409
Incumprimento			226	226
Exposição total (**)	17 542	1.409	226	19 177
Perdas por imparidade	30	43	148	221

(\*) Detalhe dos graus de qualidade de crédito calculados para efeitos de gestão do Grupo.

(\*\*) Ativos ao custo amortizado, empréstimos e adiantamentos, clientes + compromissos de crédito concedidos.

Para a estimativa das perdas esperadas, deve ter-se em conta a informação prospetiva. Concretamente, para a carteira na Joint Venture em França com a Stellantis Financial Services, são considerados cinco cenários macroeconómicos prospetivos, que são atualizados periodicamente, num horizonte temporal de 5 anos.

Apresenta-se a seguir a evolução projetada para os próximos anos dos principais indicadores macroeconómicos:

Magnitudes	Cenário a 5 anos (2026-2030)				
	Cenário mais Desfavorável	Cenário Desfavorável	Cenário Base	Cenário Favorável	Cenário mais Favorável
Taxa de juro	3,21%	2,94%	2,44%	2,23%	2,19%
Taxa de desemprego	8,10%	7,83%	7,29%	7,06%	6,94%
Crescimento do preço da habitação	(0,74%)	(0,17%)	0,96%	2,01%	2,54%
Crescimento do PIB	(0,51%)	0,08%	1,25%	2,08%	2,50%

Apresenta-se a seguir a evolução projetada para o exercício de 2025 dos principais indicadores macroeconómicos utilizados para a estimativa das perdas esperadas:

Magnitudes	Cenário a 5 anos (2025-2029)				
	Cenário mais Desfavorável	Cenário Desfavorável	Cenário Base	Cenário Favorável	Cenário mais Favorável
Taxa de juro	3,63%	3,24%	2,70%	2,44%	2,20%
Taxa de desemprego	8,04%	7,63%	7,24%	7,04%	6,94%
Crescimento do preço da habitação	(0,26%)	0,24%	1,25%	2,28%	2,80%
Crescimento do PIB	(0,35%)	0,44%	1,39%	2,19%	2,86%

Cada um dos cenários macroeconómicos está associado a uma determinada probabilidade de ocorrência. No que diz respeito à sua atribuição, as carteiras de negócios da Joint Venture em França com a Stellantis Financial Services atribuem a ponderação mais elevada ao Cenário Base, enquanto atribuem as ponderações mais baixas aos cenários mais extremos. As ponderações utilizadas tanto em 2025 como em 2024 foram as seguintes:

Cenário mais desfavorável	5%
Cenário desfavorável	20%
Cenário base	50%
Cenário favorável	20%
Cenário mais favorável	5%

A seguir, com base no detalhado na secção *Exercício de sensibilidade das provisões*, apresenta-se a sensibilidade estimada das perdas esperadas no final de 2025 para as carteiras mais relevantes de França:

	Variação da perda esperada IFRS 9	
	Automóveis Novos	Automóveis Usados
Crescimento do PIB:		
(100) p.b.	3,79%	2,61%
100 p.b.	(2,05%)	(1,19%)

## 11. Risco de crédito (bis)

### a. *Evolução dos indicadores em 2025*

A evolução dos ativos em incumprimento e do custo do crédito reflete o impacto da deterioração do contexto económico, atenuado por uma gestão prudente do risco que permitiu, em geral, manter esses dados em níveis inferiores aos dos nossos concorrentes nos últimos anos. Como resultado, a Santander Consumer Finance mantém um nível de cobertura adequado para fazer face à perda esperada das carteiras de risco de crédito que gere.

Segue-se a distribuição do crédito concedido à clientela por atividade a 31 de dezembro de 2025(\*):

	Milhares de euros										
	Crédito com garantia real					Loan to Value (**)					Total
	Exposição líquida		Superior a 40% e inferior ou igual a 60%		Superior a 60% e inferior ou igual a 80%		Superior a 80% e inferior ou inferior a 100%		Superior a 100%		
Sem garantia real	Do qual: garantia imobiliária	Do qual: restantes garantias reais	Inferior ou igual a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Superior a 80% e inferior ou inferior a 100%	Superior a 100%				
Administrações Públicas	70 249	—	45 934	77	334	520	1.884	43 119	116 183		
Outras instituições financeiras	314 792	28 306	214 232	27 463	5 226	10 912	32 096	166 651	557 330		
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual	16 516 529	51 950	22 357 182	700 399	1 018 396	2 273 018	8 309 481	10 107 838	38 925 661		
Dos quais:	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
<i>Construção e promoção imobiliária</i>	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
<i>Construção de obras de engenharia civil</i>	9 985 638	2 779	5 388 028	46 907	737 57 7	3 45 367	2 596 640	2 270 388	75 376 445		
<i>Grandes empresas</i>	6 530 897	49 777	76 969 754	653 498	886 885	7 927 657	5 772 847	7 837 450	23 549 276		
<i>PMEs e empresários em nome individual</i>	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
<i>Resto dos particulares e instituições sem fins lucrativos ao serviço dos particulares</i>	49 655 180	2 272 972	32 290 225	2 380 230	2 027 306	5 621 196	9 668 892	14 865 573	84 218 377		
Dos quais:	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
<i>Habitação</i>	378 292	2 266 032	924	7 744 728	527 838	402 437	764 996	33 563	2 585 248		
<i>Consumo</i>	49 253 569	7 385	37 725 224	729 724	7 504 376	5 273 277	9 455 320	74 824 572	80 980 778		
<i>Outros fins</i>	83 379	5 555	564 077	506 978	7 092	5 488	48 576	7 498	652 957		
Total (*)	66 556 750	2 353 228	54 907 573	3 108 159	3 051 262	7 905 646	18 012 353	25 183 381	123 817 551		
<i>Pró-memória</i>	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
<i>Operações de refinanciamento, refinancadas e reestruturadas(*)</i>	398 070	73 723	754 490	75 707	9 356	75 297	23 769	704 690	565 623		

(\*) A distribuição de crédito não inclui um montante de 1 097 817 milhares de euros correspondente a adiantamentos a clientes.

(\*\*) Inclui o saldo líquido da imparidade acumulada ou das perdas acumuladas no valor razoável decorrentes do risco de crédito.

(\*\*\*) Rácio resultante da divisão do valor contabilístico das operações a 31 de dezembro de 2025 pelo montante da última avaliação disponível da garantia.

Segue-se a distribuição do crédito à clientela por atividade a 31 de dezembro de 2024(\*):

	Milhares de euros										
	Sem garantia real	Exposição líquida				Crédito com garantia real					Total
		Do qual: garantia imobiliária	Do qual: restantes garantias reais	Inferior ou igual a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Loan to Value (***)			Superior a 100%		
						Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Superior a 80% e inferior ou igual a 100%	Superior a 100%			
Administrações Públicas	107 048	22 172	86 1 815	100	710	4 622	16 654	129 220			
Outras instituições financeiras	415 214	166 673	169 141	4 352	11 035	36 973	114 325	583 714			
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual	18 246 367	20 171 994		409 715	972 675	11 444 384	7 218 291	38 460 573			
Dos quais:		702 333				702 333		702 333			
<i>Construção e promoção imobiliária</i>		5 980	84 738			5 980		5 980			
<i>Construção de obras de engenharia civil</i>	8 386 730	7 374 614	85.003	2 02 714	473 365	3 803 696	2 834 532	15 785 175			
<i>Grandes empresas</i>	9 859 637	12 689 067		2 07 001	499 310	7 532 375	4 383 759	22 567 085			
<i>PMEs e empresários em nome individual</i>		29 563 796	1 623 641	1 444 957	2 237 521	14 123 942	12 627 163	78 124 232			
Resto dos particulares e instituições sem fins lucrativos ao serviço dos particulares	46 067 008										
Dos quais:		2 493 428	1 182 770								
<i>Habituação</i>	372 199		435 124	577 869	434 447	2 02 715	41 793	2 811 787			
<i>Consumo</i>	45 431 832	29 394 306	5 747	860 911	1 781 311	13 821 431	12 543 470	74 874 079			
<i>Outros fins</i>	262 977	169 490		6 177	21 769	99 796	41 900	438 366			
Total (*)	64 835 637	49 924 635	1 794 683	1 859 124	3 221 941	25 609 921	19 976 433	117 297 739			
<i>Pró-memória</i>											
<i>Operações de refinanciamento, refinanciadas e reestruturadas! (**)</i>	354 527	707 792	4 476	5 568	8 988	29 357	53 477	456 287			

(\*) A distribuição de crédito não inclui um montante de 1 687 227 milhares de euros correspondente a adiantamentos a clientes.

(\*\*) Inclui o saldo líquido da imparidade acumulada ou das perdas acumuladas no valor razoável decorrentes do risco de crédito.

(\*\*\*) Rácio resultante da divisão do valor contabilístico das operações a 31 de dezembro de 2024 pelo montante da última avaliação disponível da garantia.

## **b. Carteira reestruturada**

O termo "carteira reestruturada" refere-se, para efeitos da gestão de riscos do Grupo, ao conjunto de operações em que o cliente apresentou, ou se prevê que possa apresentar, dificuldades financeiras que possam impedir o cumprimento das suas obrigações de pagamento nos termos contratuais em vigor com a Santander Consumer Finance e, por esse motivo, se procedeu à modificação, cancelamento e/ou mesmo formalização de uma nova operação.

O Grupo Santander, do qual o Grupo Santander Consumer Finance faz parte, dispõe de uma política robusta de reestruturação de dívidas de clientes que serve de referência nas diferentes transposições locais de todas as entidades financeiras que integram o Grupo. Essa política está adaptada à regulamentação bancária estabelecida pela EBA, em conformidade com o disposto nas "Orientações relativas à gestão de exposições duvidosas e reestruturadas ou refinanciadas" (EBA/GL/2018/06) de 31 de outubro de 2018. Está igualmente adaptada à Circular 6/2021 do Banco de Espanha, que altera a Circular 4/2017.

Esta política estabelece critérios rigorosos de prudência na avaliação destes riscos:

- Deve ser feita uma utilização restrita desta prática, evitando ações que impliquem adiar o reconhecimento da imparidade.
- O principal objetivo deve ser a recuperação dos montantes em dívida, reconhecendo o mais rapidamente possível os montantes que, se for o caso, sejam considerados irrecuperáveis.
- Deve-se sempre considerar a manutenção das garantias existentes e, se possível, melhorá-las. As garantias eficazes não só podem servir para mitigar a gravidade, como também podem reduzir a probabilidade de incumprimento.
- Esta prática não deve implicar a concessão de financiamento adicional, nem servir para refinarar dívida de outras entidades, nem ser utilizada como instrumento de venda cruzada.
- É necessária a avaliação de todas as alternativas à renovação e dos seus impactos, assegurando que os resultados da mesma superem os que previsivelmente seriam obtidos caso não fosse realizada.
- Para a classificação das operações renegociadas, aplicam-se critérios mais rigorosos que, de forma prudente, asseguram o restabelecimento da capacidade de pagamento do cliente, desde o momento da renegociação e durante um período de tempo adequado.
- Além disso, no caso dos clientes aos quais foi atribuído um analista de risco, reveste-se de especial importância a análise individualizada de cada caso, tanto para a sua correta identificação como para a sua posterior classificação, acompanhamento e constituição adequada de provisões.

Estabelece também diversos critérios relacionados com a determinação do âmbito das operações consideradas como renovação, através da definição de uma série detalhada de indicadores objetivos que permitam identificar as situações de dificuldade financeira.

Desta forma, as operações que não estejam classificadas como duvidosas à data da renovação são, em geral, consideradas em dificuldades financeiras se, nessa data, apresentassem mais de um mês de incumprimento. Caso não exista incumprimento ou este não exceda um mês de antiguidade, são tidos em conta outros indicadores, entre os quais se destacam:

- Operações de clientes que já apresentam dificuldades com outras operações.
- Quando a modificação se torna necessária prematuramente, sem que exista ainda uma experiência prévia e satisfatória com o cliente.
- No caso de as alterações necessárias implicarem a concessão de condições especiais, como seria a necessidade de estabelecer um período de carência temporária no pagamento ou quando estas novas condições forem consideradas mais favoráveis para o cliente do que as que teriam sido concedidas numa admissão ordinária.
- Pedidos de alterações sucessivas em intervalos de tempo pouco razoáveis. No caso da Consumer Finance, estabelece-se um máximo de 1 acordo de reestruturação por ano ou 3 num período de 5 anos.

- Em qualquer caso, uma vez efetuada a alteração, se surgir alguma irregularidade no pagamento durante um determinado período de observação, mesmo na ausência de outros sintomas, a operação será considerada dentro do âmbito das reavaliações (“backtesting”).

Uma vez determinado que os motivos que originam a alteração das condições da dívida do cliente se devem a dificuldades financeiras do mesmo, independentemente de esse cliente ter ou não pagamentos vencidos e do número de dias de atraso no pagamento que se verifique, o cliente será considerado um cliente reclassificado para todos os efeitos e, como tal, será gerido de acordo com os critérios estabelecidos na presente política.

Quando a recondução tiver sido efetuada, caso essas operações devam permanecer classificadas como risco duvidoso por não cumprirem, no momento da recondução, os requisitos regulamentares para a sua reclassificação noutra categoria, devem cumprir um calendário prudencial de pagamentos contínuos para garantir uma certeza razoável da recuperação da capacidade de pagamento, denominado Período de Recuperação (neste caso, será de 12 meses).

Uma vez decorrido esse período, em função da situação do cliente e das características da operação (prazo e garantias prestadas), a operação deixa de ser considerada duvidosa, embora continue sujeita a um período de prova durante o qual é objeto de um acompanhamento especial.

Este acompanhamento mantém-se enquanto não forem cumpridos uma série de requisitos, entre os quais se destacam: um período mínimo de observação de 24 meses, no caso de operações reestruturadas na Fase 2, e de 12 meses na Fase 3; a amortização de uma percentagem substancial dos montantes pendentes e o pagamento dos montantes em dívida no momento da renovação. Caso se justifique que, enquanto uma operação se encontra no Período de Recuperação de 24 meses da Fase 2, já não existe um Aumento Significativo no seu Risco de Crédito, essa operação pode ser reclassificada na Fase 1 e como risco sem incumprimento, sem necessidade de completar o Período de Recuperação acima referido. No entanto, é importante salientar que as reestruturações no momento da originação só podem ser classificadas na Fase 2 ou na Fase 3, nunca na Fase 1.

Na renovação de uma operação duvidosa, continuam a ser consideradas, para todos os efeitos, as datas de incumprimento originais, independentemente de, em consequência da mesma, a operação ficar em dia com os pagamentos. Da mesma forma, a renovação de uma operação duvidosa não dá origem a qualquer libertação das provisões correspondentes.

As renovações podem ser a longo ou a curto prazo (inferior a dois anos). Serão tidas em conta as renovações com prazos que não excedam os dois anos, quando o mutuário cumprir os seguintes critérios:

- Que enfrente restrições temporárias de liquidez, para o que se deverá comprovar a recuperação do cliente a curto prazo.
- Que a aplicação de medidas de renovação a longo prazo não tenha sido eficaz, dada a incerteza financeira temporária de natureza geral ou específica do cliente.
- Que tenha cumprido as obrigações contratuais antes da renovação
- Que demonstre uma clara disposição para cooperar com a entidade.

Em consequência da análise a realizar, tanto da situação do cliente como das características da operação de reestruturação a utilizar, deve assegurar-se que a reestruturação facilitará a redução da dívida do cliente e, por conseguinte, será viável. Neste sentido, para avaliar a viabilidade da operação, ter-se-á em conta:

- a. Que se possa demonstrar, com provas, que a renegociação proposta está ao alcance do cliente, ou seja, que se espera o reembolso integral.
- b. O pagamento, por parte do cliente, dos montantes em dívida, na totalidade ou na sua maior parte, e a redução considerável da exposição a médio-longo prazo.
- c. A inexistência de incumprimentos reiterados dos planos de pagamento que tenham dado origem a reestruturações sucessivas (mais de três reestruturações num período de três anos).
- d. Na aplicação temporária de medidas de reestruturação a curto prazo, é possível comprovar, através de evidências, que o cliente dispõe de capacidade de pagamento suficiente para fazer face à dívida, capital e juros, uma vez terminado o prazo de aplicação da reestruturação temporária.

- e. A medida não dá origem à aplicação sucessiva de várias medidas de refinanciamento ou reestruturação para uma mesma exposição.

Caso sejam realizadas operações que não cumpram o acima exposto, estas serão consideradas operações não viáveis e farão parte da categoria de renovações *Non-performing*.





As operações apresentadas no quadro anterior são classificadas, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, de acordo com as suas características, da seguinte forma:

- **Duvidosas:** serão reclassificadas para a categoria de risco duvidoso as operações que se baseiem num plano de pagamentos inadequado, incluam cláusulas contratuais que atrasem o reembolso da operação através de pagamentos regulares ou apresentem montantes retirados do balanço por serem considerados irre recuperáveis.
- **Normais:** serão classificadas na categoria de risco normal as operações em que não se justifique a sua classificação como duvidosas ou que tenham sido reclassificadas da categoria de risco duvidoso por cumprirem os critérios específicos a seguir indicados:
  - a) Que tenha decorrido um período de um ano desde a data do refinanciamento ou reestruturação.
  - b) Que o titular tenha pago as prestações vencidas de capital e juros, reduzindo o capital renegociado, desde a data em que foi formalizada a operação de reestruturação ou refinanciamento.
  - c) O titular não tenha qualquer outra operação com montantes vencidos há mais de 90 dias na data da reclassificação para a categoria de risco normal.

### ***c) Métricas e ferramentas de medição***

#### **Ferramentas de classificação de solvência**

Fiel à tradição do Grupo Santander, segundo a qual se utilizam modelos próprios de atribuição de classificações de solvência ou rating desde 1993, também no Grupo Santander Consumer Finance a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação é medida por sistemas internos de pontuação e rating. Cada classificação de crédito atribuída pelos modelos corresponde a uma probabilidade de incumprimento, determinada com base na experiência histórica do Grupo.

Dada a orientação predominantemente de retalho do negócio do Grupo, a avaliação baseia-se sobretudo em modelos de pontuação ou tabelas de pontuação que, combinados com outras regras de política de crédito, atribuem automaticamente um parecer aos pedidos recebidos. Estas ferramentas apresentam a dupla vantagem de atribuir uma avaliação objetiva sobre o nível de risco e de melhorar os tempos de resposta que uma análise exclusivamente manual implicaria.

Para além dos modelos de pontuação utilizados nas fases de admissão e gestão de carteiras (classificação das operações que as compõem para a avaliação da sua qualidade de crédito e estimativa das suas perdas potenciais), existem também ferramentas de avaliação de contas ou clientes existentes que são utilizadas na fase de cobrança ou recuperação de dívidas em incumprimento. Desta forma, procura-se proporcionar uma cobertura de todo o “ciclo de crédito” (admissão, acompanhamento e cobrança) através de modelos de classificação estatísticos baseados na informação histórica interna do Grupo.

Para os segmentos de Empresas e Instituições Carterizadas que, no Grupo, incluem principalmente os prescritores, a avaliação do nível de risco de crédito baseia-se em modelos de notação especializados que combinam, sob a forma de variáveis, os aspetos mais relevantes a ter em conta no momento da avaliação, de modo a que o processo de atribuição gere classificações consistentes, comparáveis entre clientes e que resumam toda a informação relevante. Ao longo do exercício de 2024, todas as unidades realizaram revisões dessas carteiras, nas quais participaram todas as áreas do Grupo. Nessas reuniões foram abordadas as maiores exposições, as empresas sob vigilância especial e os principais indicadores de crédito desta carteira.

As classificações atribuídas ao cliente são revistas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência adquirida no desenvolvimento da relação bancária. A periodicidade das revisões é aumentada no caso de clientes que atinjam determinados níveis nos sistemas automáticos de alerta e nos classificados como de acompanhamento especial. Da mesma forma, são também revistas as próprias ferramentas de classificação, a fim de poder ajustar a precisão da classificação que atribuem.

De forma mais residual, aplicam-se também a determinadas exposições as ferramentas de classificação globais que abrangem o segmento de Banca Grossista Global, cuja gestão é realizada de forma centralizada na Divisão de Riscos do Grupo Santander, tanto na determinação da sua notação como no acompanhamento do risco. Estas ferramentas atribuem uma notação a cada cliente, resultante de um módulo quantitativo ou automático, baseado em rácios de balanço e variáveis macroeconómicas, que é complementado pelo parecer especializado do analista.

A carteira de empresas do Grupo é muito pouco representativa do total dos riscos geridos, correspondendo na sua maioria a riscos de financiamento de stocks a concessionários de veículos.

#### ***d) Parâmetros de risco de crédito***

A avaliação do cliente ou da operação, por meio de rating ou pontuação, constitui um julgamento da sua qualidade de crédito, que é quantificada através da probabilidade de incumprimento (probability of default ou PD, na terminologia de Basileia).

Para além da avaliação do cliente, a quantificação do risco de crédito requer a estimativa de outros parâmetros, tais como a exposição no momento do incumprimento (exposure at default ou EAD) e a percentagem da EAD que não poderá ser recuperada (loss given default ou LGD). São assim abordados outros aspetos relevantes no risco das operações, tais como a quantificação das exposições fora de balanço, que depende do tipo de produto, ou a análise das recuperações esperadas relacionadas com as garantias existentes e outras características da operação: tipo de produto, prazo, etc.

Estes fatores constituem os principais parâmetros de risco de crédito. A sua combinação permite o cálculo da perda provável ou perda esperada (PE). Esta perda é considerada como mais um custo da atividade, que reflete o prémio de risco e que deve ser repercutido no preço das operações.

Os parâmetros de risco permitem também o cálculo do capital regulamentar de acordo com as normas decorrentes do novo Acordo de Capital de Basileia (BIS II). O capital regulamentar é determinado como a diferença entre a perda inesperada e a perda esperada.

A perda inesperada constitui a base do cálculo do capital e refere-se a um nível de perda muito elevado, mas pouco provável, que não é considerado recorrente e deve ser coberto com recursos próprios.

Perda observada: medições do custo de crédito

Em complemento à capacidade de previsão proporcionada pelos modelos avançados anteriormente descritos, são utilizadas outras métricas habituais que permitem uma gestão prudente e eficaz do risco de crédito com base na perda observada.

Em termos de reconhecimento de perdas, o custo do risco de crédito na Santander Consumer Finance é medido através de diferentes abordagens: VMG - Variação da Morosidade de Gestão (entradas em incumprimento - regularizações - recuperação de créditos incobráveis), DNI - provisão líquida para insolvências (provisões brutas - recuperação de créditos incobráveis), Créditos Incobráveis Líquidos (transferências para créditos incobráveis - recuperação de créditos incobráveis) e perda esperada. Com vista a obter um rácio de monitorização, os dois primeiros indicadores (em 12 meses) são divididos pela média de 12 meses da carteira total para obter o prémio de risco e o custo de crédito. Estes permitem ao gestor formar uma ideia completa sobre a evolução e as perspetivas futuras da carteira.

É de salientar que, ao contrário da morosidade, a VMG (créditos duvidosos finais – créditos duvidosos iniciais + créditos incobráveis – recuperação de créditos incobráveis) refere-se ao total da carteira com imparidade num determinado período, independentemente da situação em que esta se encontre (créditos duvidosos e créditos incobráveis). Isto faz com que a métrica seja um fator determinante na hora de estabelecer medidas para a gestão da carteira.

As duas abordagens medem a mesma realidade e, conseqüentemente, aproximam-se no longo prazo, embora representem momentos sucessivos na medição do custo do risco de crédito: fluxos de incumprimento (VMG) e cobertura dos créditos de cobrança duvidosa (DNIs), respetivamente. Embora convergirem a longo prazo dentro de um mesmo ciclo económico, em determinados momentos podem apresentar diferenças, como a observada neste período. Estas diferenças explicam-se pelo momento distinto de cálculo das perdas, que é determinado basicamente pela normativa contabilística (por exemplo, os créditos hipotecários têm um calendário de cobertura e passagem para a categoria de créditos incobráveis mais “lento” do que as carteiras de crédito ao consumo). Além disso, a análise pode ser complicada por alterações na política de cobertura e classificação como incobráveis, composição da carteira, alterações nas normas contabilísticas (IFRS 9), venda de carteiras e ajustes dos parâmetros para o cálculo da perda esperada, etc.

### e) *Ciclo de risco de crédito*

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir, se for o caso, os riscos incorridos pela atividade operacional do Grupo. Durante o processo, intervêm tanto as áreas que assumem riscos e a alta direção, como a Função de Riscos.

Sendo o Grupo membro do Grupo Santander, o processo tem início na alta direção, através do Conselho de Administração e do Comité Executivo de Riscos, que estabelece as políticas e procedimentos de risco, os limites e delegações de poderes, e aprova e supervisiona o quadro de atuação da função de riscos.

No ciclo de risco, distinguem-se três fases: pré-venda, venda e pós-venda. O processo é constantemente alimentado, incorporando os resultados e conclusões da fase de pós-venda ao estudo do risco e ao planeamento da pré-venda.



#### e.1) *Pré-venda*

##### - **Estudo de risco e processo de classificação de crédito**

De um modo geral, o estudo do risco consiste em analisar a capacidade do cliente para cumprir os seus compromissos contratuais com o Grupo e com outros credores. Isto implica analisar a qualidade de crédito do cliente, as suas operações de risco, a sua solvência e a rentabilidade a obter em função do risco assumido.

Com este objetivo, o Grupo utiliza, desde 1993, modelos de atribuição de classificações de solvência aos clientes, conhecidos como rating. Estes mecanismos são utilizados tanto no segmento grossista (soberano, entidades financeiras e banca corporativa), como no resto das empresas e instituições.

O rating é o resultado de um módulo quantitativo baseado em rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas, que é complementado pelo parecer especializado do analista.

As classificações atribuídas ao cliente são revistas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência adquirida ao longo do desenvolvimento da relação bancária. A periodicidade das revisões é aumentada no caso de clientes que atinjam determinados níveis nos sistemas automáticos de alerta e nos classificados como de acompanhamento especial. Da mesma forma, também são revistas as próprias ferramentas de classificação, a fim de ajustar a precisão da classificação que atribuem.

Ao contrário da utilização da notação de risco no mercado grossista e no resto das empresas e instituições, no segmento de particulares e pequenas empresas predominam as técnicas de pontuação, que, de forma geral, atribuem automaticamente uma avaliação do cliente para a tomada de decisões, tal como explicado na secção Decisão sobre operações.

##### - **Planeamento e estabelecimento de limites**

Esta fase tem por objetivo limitar, de forma eficiente e abrangente, os níveis de risco que o Grupo assume. O processo de planeamento do risco de crédito serve para estabelecer os orçamentos e limites ao nível das carteiras das subsidiárias. O planeamento é implementado através de um quadro de indicadores, garantindo a articulação entre o plano de negócios, a política de crédito e os meios necessários para a sua concretização. Nasce, portanto, como uma iniciativa conjunta entre a área Comercial e a área de Riscos e representa não só uma ferramenta de gestão, mas também uma forma de trabalho em equipa.

Um aspeto importante no planeamento é a consideração da volatilidade das variáveis macroeconómicas que afetam a evolução das carteiras. O Grupo realiza simulações dessa evolução face a diferentes cenários adversos e de stress (stress test) que permitem avaliar a solvência do Grupo face a determinadas situações conjunturais futuras.

A análise de cenários permite à alta direção ter uma melhor compreensão da evolução da carteira face a condições de mercado e conjuntura em constante mudança, sendo uma ferramenta fundamental para avaliar a suficiência das provisões constituídas face a cenários de stress.

O planeamento e o estabelecimento de limites são realizados através de documentos acordados entre as áreas de Negócio e de Risco e aprovados pelo Grupo, nos quais se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, bem como os limites a que essa atividade deve estar sujeita e a gestão de riscos associada por grupo/cliente.

### **e.2) Venda**

#### **- Decisão sobre operações**

A fase de venda consiste no processo de decisão, que tem por objetivo a análise e a resolução de operações, sendo a aprovação por parte da área de riscos um requisito prévio antes da contratação de qualquer operação de risco. Este processo deve ter em conta as políticas definidas de aprovação de operações e considerar tanto a apetência pelo risco como os elementos da operação que se revelam relevantes na procura do equilíbrio entre risco e rentabilidade.

No âmbito dos clientes padronizados (particulares, empresas e PME de menor volume de negócios), será facilitada a gestão de grandes volumes de operações de crédito através da utilização de modelos de decisão automáticos que classificam o binómio cliente/operação. Com eles, o investimento é classificado em grupos homogéneos de risco com base na classificação que o modelo atribui à operação, em função da informação sobre as características da referida operação e as características do seu titular.

### **e.3) Pós-venda**

#### **- Acompanhamento**

A função de acompanhamento baseia-se num processo de observação contínua, que permite detetar antecipadamente as variações que possam vir a ocorrer na qualidade de crédito dos clientes, com o objetivo de tomar medidas destinadas a corrigir os desvios que tenham um impacto negativo.

O acompanhamento baseia-se na segmentação de clientes e é realizado por equipas de risco dedicadas, tanto a nível local como global, complementadas pelo trabalho de auditoria interna.

A função concretiza-se, entre outras tarefas, na identificação, acompanhamento e atribuição de políticas ao nível do cliente que permitam antecipar surpresas e geri-las da forma mais adequada à sua situação, às políticas de crédito, às revisões de notações e ao acompanhamento contínuo de indicadores.

O sistema denominado Santander Customer Assessment Notes (SCAN) distingue quatro graus em função do nível de preocupação das circunstâncias observadas (Acompanhamento Especializado, Acompanhamento Intensivo, Acompanhamento Ordinário, Não Acompanhar). A inclusão de uma posição no SCAN não implica que tenham sido registados incumprimentos, mas sim a conveniência de adotar uma política específica para a mesma, determinando o responsável e o prazo em que deve ser executada. Os clientes classificados no SCAN Proativo são revistos pelo menos semestralmente, sendo essa revisão trimestral e/ou mensal para os graus mais graves. As vias pelas quais uma empresa é classificada no SCAN são o próprio trabalho de acompanhamento, a revisão realizada pela auditoria interna, a decisão do gestor comercial responsável pela empresa ou o acionamento do sistema estabelecido de alarmes automáticos.

As revisões das notações atribuídas são realizadas, pelo menos, anualmente, mas se forem detetadas fragilidades, ou em função da própria notação, são realizadas com maior periodicidade.

No que diz respeito aos riscos de particulares, empresas e PME com menor volume de negócios, é levada a cabo uma tarefa de acompanhamento dos principais indicadores com o objetivo de detetar desvios no comportamento da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos programas estratégicos comerciais (PECs).

### **f) Medição e controlo**

Para além do acompanhamento da qualidade de crédito dos clientes, o Grupo estabelece os procedimentos de controlo necessários para analisar a carteira atual de risco de crédito e a sua evolução, através das diferentes fases do risco de crédito.

A função é desenvolvida através da avaliação dos riscos a partir de diferentes perspetivas complementares entre si, estabelecendo como eixos principais o controlo por geografias, áreas de negócio, modelos de gestão, produtos, etc., facilitando a deteção precoce de focos de atenção específicos, bem como a elaboração de planos de ação para corrigir eventuais deteriorações.

Cada eixo de controlo permite dois tipos de análise:

### **1.- Análise quantitativa e qualitativa da carteira**

Na análise da carteira, controla-se, de forma permanente e sistemática, a evolução do risco em relação a orçamentos, limites e padrões de referência, avaliando os efeitos face a situações futuras, tanto exógenas como aquelas decorrentes de decisões estratégicas, com o objetivo de estabelecer medidas que situem o perfil e o volume da carteira de riscos dentro dos parâmetros fixados pelo Grupo.

Na fase de controlo do risco de crédito, são utilizadas, entre outras e de forma adicional às métricas tradicionais, as seguintes:

#### **- VMG (variação da morosidade de gestão)**

A VMG mede a variação da morosidade durante um período, descontando as perdas e tendo em conta as recuperações. Trata-se de uma medida agregada ao nível da carteira que permite reagir a deteriorações observadas na evolução da morosidade.

#### **- PE (perda esperada) e capital**

A perda esperada é a estimativa da perda económica que ocorrerá durante o próximo ano na carteira existente num determinado momento. Trata-se de mais um custo da atividade, devendo ser repercutido no preço das operações.

### **2.- Avaliação dos processos de controlo**

Inclui a revisão sistemática e periódica dos procedimentos e da metodologia, desenvolvida ao longo de todo o ciclo de risco de crédito, para garantir a sua eficácia e vigência.

Em 2006, no âmbito do quadro corporativo estabelecido no Grupo para o cumprimento da Lei Sarbanes Oxley, foi estabelecida uma metodologia corporativa para a documentação e certificação do Modelo de Controlo, definido em tarefas, riscos operacionais e controlos. A divisão de riscos avalia anualmente a eficiência do controlo interno das suas atividades.

Por outro lado, a função de validação interna, no âmbito da sua missão de supervisionar a qualidade da gestão de riscos do Grupo, garante que os modelos utilizados na aceitação e gestão dos diferentes riscos cumprem os critérios mais exigentes e as melhores práticas observadas no setor e/ou exigidas pelos reguladores. Além disso, a auditoria interna é responsável por garantir que as políticas, métodos e procedimentos são adequados, estão efetivamente implementados e são revistos regularmente.

### ***g) Gestão de Recuperação***

A atividade de recuperação é uma função relevante no âmbito da gestão de riscos do Grupo. Esta função é desempenhada pela área de Cobranças e Recuperações, que define uma estratégia global e uma abordagem integral da gestão de recuperação.

O Grupo combina um modelo global com uma execução local, tendo em conta as particularidades do negócio em cada âmbito.

O principal objetivo da atividade de recuperações é a cobrança das obrigações pendentes através da gestão dos nossos clientes, contribuindo para reduzir a necessidade de provisões e diminuir o custo do risco.

É assim que se orientam os objetivos específicos do processo de recuperações:

- Obter a cobrança ou a regularização de todos os saldos pendentes de pagamento, de modo a que uma conta volte ao seu estado normal; caso tal não seja possível, o objetivo é a recuperação total ou parcial das dívidas, em qualquer das situações contabilísticas ou de gestão em que se possam encontrar.
- Manter e fortalecer a nossa relação com o cliente, cuidando do seu comportamento e com uma oferta de alavancas de gestão, tais como produtos de refinanciamento de acordo com as suas necessidades e em conformidade com as políticas corporativas de admissão e controlo, estabelecidas pelas áreas de risco.

Na atividade de recuperação, os clientes são segmentados ou diferenciados em Clientes Padronizados e Clientes em Carteira, com modelos de gestão específicos e integrais em cada caso, de acordo com critérios básicos de especialização.

A gestão articula-se através de uma estratégia multicanal de relação com os clientes. A gestão centra-se no acompanhamento dos clientes e no seguimento dos acordos de pagamento, priorizando e adaptando as medidas com base no estado de avanço da sua situação de atraso, de crédito duvidoso ou de incumprimento, no seu balanço e nos seus compromissos de pagamento.

A rede comercial de gestão de recuperação é um canal complementar ao telefónico, que se orienta como via de relação de proximidade com clientes selecionados, e é composta por equipas de agentes com elevada orientação comercial, formação específica e elevadas capacidades de negociação, realizando uma gestão personalizada das suas próprias carteiras de clientes de alto impacto (balanços elevados, produtos especiais, clientes de gestão especial).

As atividades de recuperação em fases avançadas da situação de incumprimento são orientadas por uma gestão dupla, judicial e extrajudicial, mantendo as atividades comerciais e de acompanhamento através dos canais telefónicos e das redes de agentes, aplicando estratégias e práticas específicas ao estado de avanço.

O modelo de gestão promove a proatividade e a gestão orientada, por meio de campanhas contínuas de recuperação com desenhos específicos para grupos de clientes e estados de incumprimento, atuando com objetivos predefinidos através de estratégias específicas e atividades intensivas pelos canais adequados em prazos limitados.

Uma produção local adequada e a análise de informação de gestão diária e mensal, alinhadas com os modelos corporativos, foram definidas como base de inteligência empresarial para a tomada contínua de decisões na orientação da gestão e para o acompanhamento dos seus resultados.

#### ***h) Risco de Concentração***

O risco de concentração, no âmbito do risco de crédito, constitui um elemento essencial da gestão. O Grupo Santander, do qual o Grupo Santander Consumer Finance faz parte, efetua um acompanhamento contínuo do grau de concentração das carteiras de risco de crédito sob diferentes dimensões relevantes: áreas geográficas e países, setores económicos, produtos e grupos de clientes.

O conselho de administração, através da apetência pelo risco, determina os níveis máximos de concentração; o comité executivo de riscos estabelece as políticas de risco e revê os níveis de exposição adequados para a gestão adequada do grau de concentração das carteiras de risco de crédito.

A Santander Consumer Finance está sujeita à regulamentação relativa a “Grandes Riscos” constante da parte IV do CRR (Regulamento UE n.º 575/2013), segundo a qual a exposição assumida por uma entidade relativamente a um cliente ou a um grupo de clientes entre si ligados será considerada “grande exposição” quando o seu valor for igual ou superior a 10% do seu capital contabilizável. Além disso, para limitar as grandes exposições, nenhuma entidade poderá assumir, face a um cliente ou grupo de clientes ligados entre si, uma exposição cujo valor exceda 25% do seu capital admissível, após ter em conta o efeito da redução do risco de crédito previsto na norma.

No final de dezembro de 2024, após a aplicação de técnicas de mitigação do risco, nenhum grupo atinge os limiares acima referidos.

A Divisão de Riscos do Grupo Santander Consumer Finance colabora estreitamente com a Divisão Financeira na gestão ativa das carteiras de crédito que, entre as suas linhas de ação, contempla a redução da concentração das exposições através de diversas técnicas, tais como a contratação de derivados de crédito de cobertura ou operações de titularização, com o objetivo final de otimizar a relação retorno-risco da carteira total.

A discriminação, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, da concentração de riscos (\*) do Grupo por atividade e área geográfica das contrapartes é apresentada a seguir:

	2025				
	Milhares de euros				
	Espanha	Resto da União Europeia	América	Resto do Mundo	Total
Bancos centrais e instituições de crédito	2 175 065	7 687 585	185 194	584 618	10 582 407
Administrações Públicas	2 804 217	4 846 848	—	85 596	7 686 156
<i>Das quais:</i>					
<i>Administração Central</i>	2 808 861	4 759 482	—	8 920	7 572 218
<i>Outras Administrações Públicas</i>	856	86 911	—	26 676	118 948
Outras instituições financeiras	6 908	947 576	21 178	280 745	1 256 407
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual	4 049 428	84 507 796	5 442	1 558 200	40 120 861
<i>Dos quais:</i>					
<i>Construção e promoção imobiliária</i>	—	—	—	—	—
<i>Construção de obras públicas</i>	—	—	—	—	—
<i>Grandes empresas</i>	1 747 872	14 052 180	2 124	884 189	16 185 765
<i>PMEs e empresários individuais</i>	2 802 051	20 455 666	8 818	1 174 061	28 985 096
Outros agregados familiares e instituições sem fins lucrativos ao serviço dos agregados familiares	9 852 851	69 718 006	659 951	4 682 824	84 858 682
<i>Dos quais:</i>					
<i>Habituação</i>	867 589	2 214 021	481	8 158	2 585 249
<i>Consumo</i>	8 986 658	66 891 484	659 470	4 622 688	81 110 250
<i>Outros fins</i>	48 604	607 551	—	6 978	668 188
				Total	148 954 468

(\*) A definição de risco para efeitos deste quadro inclui as seguintes rubricas do balanço consolidado público: "Empréstimos e adiantamentos: a instituições de crédito", "Empréstimos e adiantamentos: bancos centrais", "Empréstimos e adiantamentos: a clientes", "Títulos representativos de dívida", "Instrumentos de capital", "Derivados", "Derivados - Contabilidade de cobertura", "Participações e garantias concedidas".

	2024				
	Milhares de euros				
	Espanha	Resto da União Europeia	América	Resto do Mundo	Total
Bancos centrais e instituições de crédito	8 872 876	10 185 077	—	447 877	18 955 880
Administrações Públicas	1 741 640	8 255 117	—	89 281	5 085 988
<i>Das quais:</i>					
<i>Administração Central</i>	1 740 579	2 018 286	—	—	8 758 865
<i>Outras Administrações Públicas</i>	1 061	1 286 881	—	89 281	1 277 128
Outras instituições financeiras	55 048	668 160	19 840	801 688	1 089 176
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual	4 591 998	88 995 088	—	1 720 206	40 807 287
<i>Dos quais:</i>					
<i>Construção e promoção imobiliária</i>	—	102 888	—	—	102 888
<i>Construção de obras públicas</i>	—	5 988	—	—	5 988
<i>Grandes empresas</i>	2 241 594	14 866 944	—	899 287	17 007 775
<i>PMEs e empresários individuais</i>	2 850 899	19 519 828	—	1 820 969	28 191 196
Outros agregados familiares e instituições sem fins lucrativos ao serviço dos agregados familiares	9 878 650	68 781 924	718 171	4 480 870	78 804 115
<i>Dos quais:</i>					
<i>Habituação</i>	888 248	2 480 608	—	—	2 818 851
<i>Consumo</i>	8 950 955	60 901 848	718 171	4 480 870	75 051 889
<i>Outros fins</i>	89 447	899 478	—	—	488 925
				Total	188 641 896

(\*) A definição de risco para efeitos deste quadro inclui as seguintes rubricas do balanço consolidado público: "Empréstimos e adiantamentos: a instituições de crédito", "Empréstimos e adiantamentos: bancos centrais", "Empréstimos e adiantamentos: a clientes", "Títulos representativos de dívida", "Instrumentos de capital", "Derivados", "Derivados - Contabilidade de cobertura", "Participações e garantias concedidas".

### III. Risco de mercado, estrutural e de liquidez

#### a. Âmbito e definições

O âmbito de medição, controlo e acompanhamento da função de riscos de mercado abrange as operações em que se assume risco patrimonial, em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Esses riscos são gerados por meio de dois tipos de atividades fundamentais:

- A atividade de negociação, que inclui tanto a prestação de serviços financeiros nos mercados para clientes, em que a entidade é a contraparte, como a atividade de compra, venda e posicionamento próprio em produtos de rendimento fixo, rendimento variável e divisas, principalmente.

A Santander Consumer Finance não realiza atividades de negociação (trading), limitando-se a sua atividade de tesouraria à gestão do risco estrutural do seu balanço e à sua cobertura, bem como à gestão da liquidez necessária para financiar o seu negócio.

- A atividade de gestão do balanço ou ALM, que implica a gestão dos riscos inerentes ao balanço da entidade, excluindo a carteira de negociação.

Os riscos gerados nestas atividades são:

- De mercado: risco incorrido em consequência da possibilidade de alterações nos fatores de mercado que afetem o valor das posições que a entidade mantém nas suas carteiras de negociação (trading book).
- Estruturais: risco decorrente da gestão das diferentes rubricas do balanço. Este risco abrange tanto as perdas decorrentes de variações de preços que afetam as carteiras disponíveis para venda e a vencimento (carteira bancária), como as perdas decorrentes da gestão dos ativos e passivos do Grupo avaliados ao custo amortizado.
- De liquidez: risco de não cumprir as obrigações de pagamento atempadamente ou de o fazer a um custo excessivo, bem como a capacidade de financiar o crescimento do seu volume de ativos. Entre os tipos de perdas ocasionadas por este risco encontram-se as perdas decorrentes de vendas forçadas de ativos ou os impactos na margem devido ao desfasamento entre as previsões de saídas e entradas de caixa.

Os riscos de mercado de negociação e estruturais, em função da variável de mercado que os gera, podem ser classificados em:

- Risco de taxa de juro: identifica a possibilidade de que variações nas taxas de juro possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade.
- Risco de spread de crédito: identifica a possibilidade de que variações nas curvas de spread de crédito associadas a emitentes e tipos de dívida específicos possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade. O spread é um diferencial entre instrumentos financeiros que são cotados com uma margem sobre outros instrumentos de referência, principalmente a TIR (Taxa Interna de Retorno) de títulos do Estado e as taxas de juro interbancárias.
- Risco cambial: identifica a possibilidade de que variações no valor de uma posição em moeda diferente da moeda base possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade.
- Risco de inflação: identifica a possibilidade de que variações nas taxas de inflação possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade.
- Risco de volatilidade: identifica a possibilidade de que variações na volatilidade cotada das variáveis de mercado possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade.

- Risco de liquidez de mercado: identifica a possibilidade de uma entidade ou do Grupo no seu conjunto não ser capaz de liquidar ou encerrar uma posição atempadamente sem afetar o preço de mercado ou o custo da transação.
- Risco de pré-pagamento ou cancelamento: identifica a possibilidade de que o cancelamento antecipado sem negociação, nas operações cuja relação contratual o permita de forma explícita ou implícita, gere fluxos de caixa que devam ser reinvestidos a uma taxa de juro potencialmente mais baixa.

Existem outras variáveis que afetam exclusivamente o risco de mercado (e não o risco estrutural), pelo que este pode ser adicionalmente classificado em:

- Risco de ações: identifica a possibilidade de que alterações no valor dos preços ou nas expectativas de dividendos de instrumentos de ações possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade.
- Risco de matérias-primas: identifica a possibilidade de que variações no valor dos preços das mercadorias possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade.
- Risco de correlação: identifica a possibilidade de que alterações na correlação entre variáveis, sejam elas do mesmo tipo ou de natureza distinta, cotadas pelo mercado, possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade.
- Risco de garantia: identifica a possibilidade de não se atingirem os objetivos de colocação de títulos ou outro tipo de dívida quando a entidade participa na garantia dos mesmos.

Além disso, o risco de liquidez pode ser classificado nas seguintes categorias:

- Risco de financiamento: identifica a possibilidade de a entidade ser incapaz de cumprir as suas obrigações em consequência da incapacidade de vender ativos ou de obter financiamento.
- Risco de desfasamento: identifica a possibilidade de as diferenças entre as estruturas de vencimentos dos ativos e dos passivos gerarem um custo adicional para a entidade.
- Risco de contingência: identifica a possibilidade de não dispor de elementos de gestão adequados para a obtenção de liquidez em consequência de um evento extremo que implique maiores necessidades de financiamento ou de garantias para a sua obtenção.

## **b. Medição e metodologias**

### 1. Risco estrutural de taxa de juro

O Grupo realiza análises de sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial face a variações das taxas de juro. Esta sensibilidade é condicionada pelos desfasamentos nas datas de vencimento e de revisão das taxas de juro das diferentes rubricas do balanço.

Em função do posicionamento de taxa de juro do balanço, e tendo em conta a situação e as perspetivas do mercado, são acordadas as medidas financeiras para adequar esse posicionamento ao desejado pelo Grupo. Estas medidas podem ir desde a assunção de posições nos mercados até à definição das características de taxa de juro dos produtos comerciais.

As medidas utilizadas para o controlo do risco de taxa de juro nestas atividades são o gap de taxas de juro, as sensibilidades da margem financeira e do valor patrimonial às variações nos níveis das taxas de juro.

- Gap de taxa de juro

A análise do gap de taxas de juro aborda os desfasamentos entre os prazos de reavaliação dos montantes patrimoniais dentro das rubricas, tanto do balanço (ativo e passivo) como das contas de ordem (fora de balanço). Proporciona uma representação básica da estrutura do balanço e permite detetar concentrações de risco de juro nos diferentes prazos. É, além disso, uma ferramenta útil para estimar os possíveis impactos de eventuais variações nas taxas de juro sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da entidade.

Todas as posições do balanço e fora de balanço devem ser repartidas pelos seus fluxos e colocadas no ponto de reavaliação/vencimento. No caso das posições que não têm um vencimento contratual, utiliza-se o modelo interno do Grupo Santander de análise e estimativa das durações e sensibilidades das mesmas.

- Sensibilidade da Margem Financeira (NII)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos rendimentos esperados para um determinado prazo (12 meses) face a uma variação da curva de taxas de juro.

- Sensibilidade do Valor Patrimonial (EVE)

Mede o risco de taxa de juro implícito no valor patrimonial, que, para efeitos de risco de taxa de juro, se define como a diferença entre o valor atual líquido dos ativos menos o valor atual líquido dos passivos exigíveis, com base no impacto que uma variação das taxas de juro tem nesses valores atuais.

- Relatórios Regulamentares

A Santander Consumer Finance realiza a medição do risco de taxa de juro seguindo as Orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre a gestão do risco de taxa de juro (IRRBB) e a avaliação e acompanhamento do risco de diferencial de crédito (CSRBB) de atividades não relacionadas com a negociação (EBA/GL/2022/14) para o Grupo consolidado.

## 2. Risco de liquidez

A gestão da liquidez estrutural visa financiar a atividade recorrente do Grupo Santander Consumer Finance em condições ótimas de prazo e custo, evitando assumir riscos de liquidez indesejados.

As medidas utilizadas para o controlo do risco de liquidez são o gap de liquidez, os rácios de liquidez, o quadro de liquidez estrutural, os testes de stress de liquidez, o plano financeiro, o plano de contingência de liquidez e os relatórios regulamentares.

- Gap de liquidez

O gap de liquidez fornece informação sobre as entradas e saídas de caixa contratuais e esperadas para um determinado período, em cada uma das moedas em que o Grupo Santander Consumer Finance opera. Mede a necessidade ou o excedente líquido de fundos numa determinada data e reflete o nível de liquidez mantido em condições normais de mercado.

No Gap de liquidez contratual, são analisados todos os saldos que geram fluxos de caixa, colocados no seu ponto de vencimento contratual. Para os ativos e passivos sem vencimento contratual, utiliza-se o modelo interno de análise do Grupo Santander, baseado no estudo estatístico da série histórica dos produtos, e determina-se o que se denomina saldo estável e instável para efeitos de liquidez.

- Rácios de Liquidez

O Rácio de Liquidez Mínima compara os ativos líquidos disponíveis para venda ou cessão (após a aplicação dos descontos e ajustes pertinentes) e os ativos com vencimento inferior a 12 meses com os passivos com vencimento até 12 meses.

O Rácio de Financiamento Estrutural mede em que medida os ativos que requerem financiamento estrutural estão a ser financiados por passivos estruturais.

- Quadro de Liquidez Estrutural

O objetivo desta análise é determinar a posição de liquidez estrutural, tendo em conta o perfil de liquidez (maior ou menor estabilidade) dos diferentes instrumentos do ativo e do passivo.

- Testes de stress de liquidez

Os testes de stress de liquidez desenvolvidos pelo Grupo Santander Consumer Finance têm como objetivo determinar o impacto de uma crise de liquidez grave, mas plausível. Nestes cenários de stress, simulam-se fatores internos que possam afetar a liquidez do Grupo, tais como a descida da notação de crédito institucional, do valor dos ativos no

balanço, crises bancárias, fatores regulatórios, alterações nas tendências de consumo e/ou perda de confiança dos depositantes, entre outros.

Através do teste de resistência a estes fatores, são simulados, com periodicidade mensal, quatro cenários de crise de liquidez (crise bancária em Espanha, crise idiossincrática do Grupo Santander Consumer Finance, crise global, bem como um cenário combinado), estabelecendo, com base nos seus resultados, um nível mínimo de ativos líquidos.

- Plano Financeiro

O plano de liquidez é elaborado anualmente, com base nas necessidades de financiamento decorrentes dos orçamentos de negócio de todas as filiais do Grupo. A partir dessas necessidades de liquidez, são analisadas as limitações de recurso a novas titularizações em função dos possíveis ativos elegíveis disponíveis, bem como o possível crescimento dos depósitos de clientes. Com esta informação, procede-se ao estabelecimento do plano de emissões e titularizações para o exercício. Ao longo do ano, é efetuado um acompanhamento periódico da evolução real das necessidades de financiamento, o que dá origem às consequentes atualizações do plano.

- Plano de Contingência de Liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez tem como objetivo prever os processos (estrutura de governação) que devem ser seguidos caso ocorra uma crise de liquidez, seja ela potencial ou real, bem como a análise das ações de contingência ou alavancas disponíveis para a gestão da entidade face a tal situação.

O Plano de Contingência de Liquidez baseia-se em, e deve ser concebido em consonância com, dois elementos-chave: os testes de resistência à liquidez e o sistema de indicadores de alerta precoce (EWI, na sigla em inglês). Os testes de resistência e os seus diferentes cenários servem de base para analisar as ações de contingência disponíveis, bem como para determinar a sua suficiência. O sistema de EWIs serve para monitorizar e, potencialmente, acionar o mecanismo de escalonamento para ativar o plano e acompanhar a evolução da situação uma vez ativado.

- Relatórios Regulamentares

A Santander Consumer Finance calcula, mensalmente, o rácio de cobertura de liquidez (Liquidity Coverage Ratio, LCR) da Autoridade Bancária Europeia (EBA) para o Grupo consolidado, bem como o rácio de financiamento líquido estável (Net Stable Funding Ratio, NSFR).

Além disso, a Santander Consumer Finance elabora anualmente o relatório correspondente ao ILAAP (Internal Liquidity Adequacy and Assessment Process) para que seja integrado no documento consolidado do Grupo Santander, apesar de não ser exigido pela Autoridade de Supervisão ao nível do Subgrupo de Gestão de Liquidez.

### 3. Risco cambial estrutural

O risco cambial estrutural é gerido no âmbito dos procedimentos corporativos gerais, com o objetivo de manter constante o rácio CET1, tanto a nível do Grupo Santander como do Grupo Santander Consumer Finance.

#### **c. Ambiente de controlo**

O ambiente de controlo do risco estrutural e de liquidez no Grupo Santander Consumer Finance baseia-se no quadro do plano de limites anual, onde são estabelecidos os limites para esses riscos, em resposta ao nível de apetite pelo risco do Grupo.

A estrutura de limites requer a implementação de um processo que tenha em conta, entre outros, os seguintes aspetos:

- Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos de mercado incorridos, de modo a que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.
- Quantificar e comunicar às áreas de negócio os níveis e o perfil de risco que a alta direção considera aceitáveis, para evitar a assunção de riscos indesejáveis.
- Conceder flexibilidade às áreas de negócio na assunção de riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, de acordo com as alterações no mercado e nas estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela entidade.

- Permitir aos geradores de negócio uma assunção de riscos prudente, mas suficiente para alcançar os resultados orçamentados.
- Delimitar o leque de produtos e subjacentes em que cada unidade de Tesouraria pode operar, tendo em conta características como o modelo e os sistemas de avaliação, a liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

Caso se verifique um excesso em relação a um destes limites, a função de riscos de mercado, estruturais e de liquidez notificará esse excesso, solicitando os motivos e um plano de ação aos responsáveis pela gestão do risco.

No que diz respeito ao risco estrutural, os principais limites de gestão a nível do Santander Consumer Finance Consolidado são:

- Limite de sensibilidade da margem financeira a um ano.
- Limite de sensibilidade do valor patrimonial.

Os limites são comparados com a sensibilidade que implica a maior perda entre as calculadas para diferentes cenários de subida e descida paralelas da curva de taxas de juro. Durante 2025, esses limites aplicavam-se à perda mais adversa entre 8 cenários de subidas e descidas paralelas de até 100 pontos base. Além disso, são calculados outros cenários paralelos e não paralelos, entre os quais se incluem os definidos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA). A utilização de vários cenários permite melhorar o controlo do risco de taxa de juro. Nos cenários de descida, são contempladas taxas de juro negativas.

Durante 2025, o nível de exposição a nível consolidado no Grupa SCF, tanto sobre a margem financeira como sobre o valor económico, é baixo em relação ao orçamento e ao montante de fundos próprios, respetivamente, sendo em ambos os casos inferior a 4% ao longo de todo o ano, e dentro dos limites estabelecidos e dos níveis de referência regulamentares.

No que diz respeito ao risco de liquidez, os principais limites a nível do Grupo Santander Consumer Finance incluem métricas de liquidez regulamentares, tais como o LCR e o NSFR, bem como os testes de resistência à liquidez em diferentes cenários adversos anteriormente referidos.

No final de dezembro de 2025, todas as métricas de liquidez encontram-se acima dos limites internos em vigor, bem como das exigências regulamentares. Tanto para o LCR como para o NSFR a nível do Grupo consolidado, situaram-se em níveis superiores a 115% e 105% ao longo de todo o ano.

#### **d. Gestão**

A gestão do balanço implica a análise, projeção e simulação de riscos estruturais, juntamente com a conceção, proposta e execução de transações e estratégias para a sua gestão. A Área de Gestão Financeira é responsável por esse processo e, no desempenho desta função, segue uma abordagem projetiva, sempre que tal seja aplicável ou viável.

Segue-se uma descrição de alto nível dos principais processos e/ou responsabilidades seguidos na gestão dos riscos estruturais:

- Análise do balanço e dos seus riscos estruturais.
- Acompanhamento da evolução dos mercados mais relevantes para a gestão de ativos e passivos (ALM) no Grupo.
- Planeamento. Conceção, manutenção e monitorização de determinados instrumentos de planeamento. A Direção Financeira tem a responsabilidade de elaborar, acompanhar e manter o Plano Financeiro, o Plano de Financiamento e o Plano de Contingência de Liquidez.
- Propostas estratégicas. Conceção de estratégias destinadas a financiar a atividade do Subgrupo SCF através das melhores condições disponíveis no mercado ou mediante a gestão do balanço e da sua exposição aos riscos estruturais, evitando assumir riscos desnecessários, preservando a margem financeira e protegendo o valor de mercado do património e do capital.

- Execução. Para alcançar um posicionamento adequado de ALM, a Área de Gestão Financeira utiliza diferentes ferramentas, sendo as principais as emissões nos mercados de dívida/capital, as titularizações, os depósitos e as coberturas de taxas de juro e/ou de moedas, bem como a gestão das carteiras ALCO e a reserva mínima de liquidez.
- Cumprimento dos limites e apetite de risco.

#### IV. Risco Climático e Ambiental

O Quadro Corporativo de Riscos do Grupo Santander, adotado pela SCF, define os fatores de risco ambientais e climáticos (sejam eles físicos ou de transição) como elementos que podem influenciar os riscos existentes a médio e longo prazo.

A SCF incorporou os riscos climáticos em todos os processos do EWRM através de uma abordagem integral e continuará a reforçar estas medidas, incluindo a integração dos fatores climáticos na gestão dos diferentes tipos de risco.

- **Riscos Principais e Emergentes:** Os riscos climáticos e ambientais estão incluídos no cenário de evolução do setor automóvel da SCF, juntamente com outros fatores como a partilha de veículos, a condução autónoma, etc.
- **Mapa de Riscos:** As alterações climáticas são consideradas um risco transversal relevante, com impacto sobre o risco de crédito, reputacional/regulatório, estratégico e de valor residual, entre outros.
- **Avaliação do Perfil de Risco (RPA):** É realizada uma avaliação qualitativa do perfil de risco em cada iteração do exercício.
- **Apetite de Risco:** A SCF continua a aperfeiçoar o quadro RAS, especialmente no que diz respeito aos riscos climáticos e de valor residual, com especial atenção aos veículos elétricos. Atualmente, está a ser incorporada uma nova métrica relacionada com os objetivos/intervalos de descarbonização divulgados para 2030.
- **Estratégia de Risco:** A estratégia de risco da SCF incorpora os riscos relacionados com as alterações climáticas.
- **Risco Estratégico:** O risco climático é considerado como um possível fator que pode influenciar o risco estratégico ou do modelo de negócio, ao gerar mudanças graduais no ambiente operacional do Banco. É tido em conta nos principais processos de planeamento e revisão estratégica (SXX, PXX, orçamento, etc.).
- **ICAAP e Testes de Stresse:** O ICAAP da SCF incorpora este tema por meio de um choque idiossincrático no cenário adverso, com impacto na margem e no risco de crédito; o teste de stresse de valor residual considera riscos climáticos utilizando diferentes cenários para veículos elétricos devido à obsolescência tecnológica. O ICAAP da SCF inclui um cenário específico de risco climático, que incorpora três elementos que garantem uma cobertura adequada tanto do risco de transição como do risco físico.

A abordagem EWRM baseia-se numa avaliação das implicações e da materialidade dos riscos climáticos para a SCF, com especial foco nas carteiras dos setores automóvel, hipotecário e empresarial.

O principal fator impulsionador dos riscos climáticos e ambientais é a transição de veículos com motor de combustão interna (ICE) para veículos elétricos (EVs), o que afeta os riscos de reputação, estratégicos, de valor residual (RV) e de crédito. Outra consideração relevante é o impacto dos riscos de transição e físicos nas carteiras dos setores automóvel, hipotecário e empresarial, que se materializa através do aumento da LGD e da PD, e é avaliado de acordo com a norma do Grupo Santander numa escala que vai de baixo a muito elevado.



A SCF está a reforçar a gestão e o controlo destes riscos em estreita coordenação com as equipas corporativas do Santander. As linhas de trabalho atuais são:

- Integração nos processos de gestão e controlo
- Modelo Operacional Objetivo de Riscos Ambientais e de Alterações Climáticas (E&CC Target Operating Model)

#### 1. Integração nos processos de gestão e controlo

A SCF elaborou um relatório de Acompanhamento de Riscos Climáticos e Ambientais que é atualizado e revisto trimestralmente. Este inclui uma avaliação geral das carteiras dos setores automóvel, hipotecário, empresarial e BCB, tendo em conta a diversificação dos clientes. Além disso, incorpora uma análise detalhada de clientes corporativos e PME, discriminada por código NACE, o que permite uma visão mais granular da carteira.

Além disso, a área de Riscos da SCF contribuiu ativamente para o desenvolvimento do “Quadro Global de Financiamento Verde, Social e Sustentável” do Santander e participa no seu fórum interno de governação. Da mesma forma, o Relatório Financeiro da SCF inclui um capítulo dedicado aos riscos climáticos.

#### 2. Modelo Operacional Objetivo de Riscos Ambientais e de Alterações Climáticas (E&CC Target Operating Model)

O Modelo Operacional Objetivo (TOM) de Riscos Ambientais e de Alterações Climáticas (E&CC) tem como objetivo integrar estes riscos na tomada de decisões de crédito, identificando e mitigando tanto os riscos de transição como os riscos físicos. Além disso, foi concebido para responder às expectativas das autoridades de supervisão e apoiar os objetivos estratégicos do Banco através da implementação de iniciativas que cumpram os compromissos regulamentares e as metas a longo prazo.

O modelo está estruturado em cinco linhas de trabalho: (i) Planeamento e Gestão Estratégica; (ii) Gestão de Riscos; (iii) Integração no Processo de Concessão de Crédito; (iv) Dados, Modelos, Ferramentas e Sistemas; e (v) Governação e Cultura.

- i. Planeamento e Gestão Estratégica: Reforçar o quadro de riscos de crédito E&CC para abranger todos os setores climáticos e integrá-los na gestão do risco de crédito, através do desenvolvimento de políticas, procedimentos e orientações. Assegurar o alinhamento da estratégia de negócio com os compromissos climáticos.
- ii. Gestão de Riscos: Identificar e avaliar riscos ambientais e sociais em todos os horizontes temporais relevantes, incluindo o desenvolvimento de procedimentos e métricas para avaliar os seus possíveis impactos ao longo do tempo.
- iii. Integração no processo de concessão de crédito: Incorporar critérios ESCC nas avaliações de crédito e nas classificações de clientes, monitorizar riscos físicos e de transição (por exemplo, inundações...

- iv. Dados, Modelos, Ferramentas e Sistemas: Melhorar a identificação de riscos ESCC utilizando as diretrizes do Grupo (por exemplo, etiqueta EPC, geolocalização), ampliar a recolha de dados de sistemas e fontes para exposições novas e existentes, e incorporar modelos climáticos e análises de cenários para avaliar a resiliência de clientes e carteiras.
- v. Governança e Cultura: Definir responsabilidades no âmbito da governação local (órgão de gestão, subcomités, fóruns) para supervisionar a estratégia e a gestão de riscos E&CC, assegurando a coordenação com o Grupo para alinhar as ações locais através de casos de negócio e melhores práticas.

**g) Adequação ao novo quadro regulamentar**

Em 2025, a nível consolidado, o Grupo Santander Consumer Finance deve manter um rácio de capital mínimo de 8,63% de CET1 phase-in (sendo 4,5% o requisito do Pilar I, 1,5% o requisito do Pilar II, 2,5% o requisito da reserva de conservação de capital e 0,79% da reserva anticíclica). Este requisito inclui: (i) o requisito mínimo de Capital Próprio de Nível 1 (CET1) que deve ser mantido em todos os momentos nos termos do artigo 92.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 575/2013; (ii) o Capital Próprio de Nível 1 (CET1) que deve ser mantido em excesso em todos os momentos, em conformidade com o artigo 16.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1024/2013; e (iii) a reserva de conservação de capital nos termos do artigo 129.º da Diretiva 2013/36/UE. Além disso, o Grupo Santander Consumer Finance deve manter um rácio de capital mínimo de 10,42% de T1 (fase de transição), bem como um rácio total mínimo de 12,79% (fase de transição).

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco cumpre os requisitos mínimos de capital exigidos pela regulamentação em vigor.

**Reconciliação do capital contabilístico com o capital regulamentar (Milhões de euros)**

	2025	2024
Capital subscrito	5 639	5 639
Prémios de emissão	1 140	1 140
Reservas	4 020	3 960
Outros elementos do património líquido	1 200	1 200
Lucro atribuído	728	804
Dividendo distribuído		
Dividendo provisório	(100)	
<b>Capitais próprios no balanço público</b>	<b>12 626</b>	<b>12 743</b>
Ajustes de avaliação	(740)	(725)
Interesses minoritários	2 861	2 728
<b>Total do património líquido do balanço público</b>	<b>14 747</b>	<b>14 747</b>
Goodwill e intangíveis	(1 795)	(1 861)
Dividendo não distribuído	(628)	(804)
Ações e participações preferenciais contabilizadas		
Outros ajustes do capital próprio básico (*)	(1 331)	(934)
<b>Tier 1 (Phase-in)</b>	<b>10 993</b>	<b>11 148</b>

(\*) Fundamentalmente devido a participações minoritárias não contabilizadas e outras deduções e filtros prudenciais, em conformidade com o CRR.

A seguir, apresentam-se todos os coeficientes de capital e um detalhe dos fundos próprios contabilizáveis do Grupo:

	2025	2024
<b>Coeficientes de capital</b>		
Capital ordinário contabilizável de Nível 1 (milhões de euros)	9 532	9 687
Capital adicional contabilizável de Nível 1 (milhões de euros)	1 461	1 461
Capital contabilizável de Nível 2 (milhões de euros)	1 968	1 945
Ativos ponderados pelo risco (milhões de euros)	78 331	76 654
Coeficiente de capital ordinário de Nível 1 (CET1)	12,17%	12,64%
Coeficiente de capital adicional de Nível 1 (AT1)	1,87%	1,91%
Coeficiente de capital de Nível 1 (TIER 1)	14,03%	14,54%
Coeficiente de capital de Nível 2 (TIER 2)	2,51%	2,54%
<b>Coeficiente de capital total</b>	<b>16,55%</b>	<b>17,08%</b>

**Recursos próprios contabilizáveis (milhões de euros)**

	2025	2024
<b>Fundos próprios contabilizáveis</b>		
<b>Capital próprio de nível 1</b>	<b>9 532</b>	<b>9.687</b>
Capital	5 639	5 639
Prémio de emissão	1 140	1 140
Reservas	4 020	3 961
Outros rendimentos retidos	(724)	(706)
Participações minoritárias	1 852	1 809
Lucro líquido de dividendos	—	275
Deduções e filtros prudenciais	(600)	(570)
<i>Goodwill e intangíveis</i>	(1 795)	(1 861)
<i>Outros</i>		
<b>Capital Adicional de Nível 1</b>	<b>1 461</b>	<b>1461</b>
Instrumentos contabilizáveis AT1	1 200	1 200
Excessos de T1 das filiais	261	261
Valor residual de ativos intangíveis	—	—
Outros	—	—
<b>Nível II</b>	<b>1.968</b>	<b>1.945</b>
Instrumentos contabilizáveis T2	1 994	1 901
Fundos genéricos e excedentes de insolvência IRB	—	—
Excessos T2 das filiais	(26)	44
Outros		
<b>Total de capitais próprios contabilizados</b>	<b>12 961</b>	<b>13 093</b>

No que diz respeito ao risco de crédito, o Banco prossegue com o seu plano de implementação da abordagem avançada de modelos internos (AIRB) de Basileia. Este avanço é também condicionado pelas aquisições de novas entidades, bem como pela necessidade de coordenação entre as autoridades de supervisão no que respeita aos processos de validação dos modelos internos.

O Grupo Santander Consumer Finance está presente principalmente em regiões onde o quadro legal entre as autoridades de supervisão é o mesmo, como acontece na Europa através da Diretiva e do Regulamento sobre Requisitos de Capital.

Atualmente, o Grupo Santander Consumer Finance conta com a autorização de supervisão para a utilização de abordagens avançadas no cálculo dos requisitos de capital regulamentar por risco de crédito para as suas principais carteiras em Espanha, determinadas carteiras na Alemanha, nos países nórdicos e em França.

No que diz respeito ao risco operacional, o Grupo Santander Consumer Finance utiliza atualmente a abordagem padrão de cálculo do capital regulamentar prevista na Diretiva Europeia de Capital.

No que diz respeito aos restantes riscos explicitamente contemplados no Pilar I de Basileia, o risco de mercado não é significativo no Santander Consumer Finance, uma vez que não faz parte da atividade da empresa, sendo utilizada a abordagem padrão.

### Rácio de Alavancagem

O rácio de alavancagem foi estabelecido no âmbito regulamentar de Basileia III como uma medida não sensível ao risco do capital exigido às entidades financeiras. O Grupo efetua o cálculo de acordo com o estabelecido na CRD IV e a sua posterior alteração pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013, em 17 de janeiro de 2015, cujo objetivo foi harmonizar os critérios de cálculo com os especificados no documento *"Basel III leverage ratio framework and disclosure requirements"* do Comité de Basileia.

Este rácio é calculado como o quociente entre o *Tier 1* dividido pela exposição de alavancagem. Esta exposição é calculada como a soma dos seguintes elementos:

- Ativo contabilístico, sem derivados e sem elementos considerados como deduções no *Tier 1* (por exemplo, inclui-se o saldo dos empréstimos, mas não o goodwill).
- Contas de ordem (avales, limites de crédito concedidos e não utilizados, créditos documentários, principalmente) ponderadas pelos fatores de conversão de crédito.
- Inclusão do valor líquido dos derivados (as mais-valias e menos-valias com a mesma contraparte são compensadas, deduzidas as garantias se estas cumprirem determinados critérios), acrescida de uma sobretaxa pela exposição potencial futura.
- Um acréscimo pelo risco potencial das operações de financiamento de títulos.
- Por último, inclui-se um acréscimo pelo risco dos derivados de crédito (CDS).

Segue-se a discriminação do rácio de alavancagem a nível subconsolidado "fully loaded":

Milhões de euros	2025	2024
<b>Alavancagem</b>		
Capital de Nível 1	10 993	11 148
Exposição	132 753	133 147
<b>Rácio de alavancagem</b>	8,28%	8,37%

### Capital económico

Do ponto de vista da solvência, o Grupo Santander Consumer Finance utiliza, no âmbito do Pilar II de Basileia, o seu modelo económico para o processo de autoavaliação de capital (PAC ou ICAAP, na sigla em inglês). Para tal, planeia-se a evolução do negócio e as necessidades de capital num cenário central e em cenários alternativos de stress. Nesta planificação, o Grupo assegura-se de manter os seus objetivos de solvência, mesmo em cenários económicos adversos.

O capital económico é o capital necessário, de acordo com um modelo desenvolvido internamente, para suportar todos os riscos da nossa atividade com um determinado nível de solvência. No nosso caso, o nível de solvência é determinado pela notação de risco objetiva a longo prazo de "A" (dois níveis acima da notação da Espanha), o que implica aplicar um nível de confiança de 99,95% (superior aos 99,90% regulamentares) para calcular o capital necessário.

O modelo de capital económico do Grupo inclui na sua medição todos os riscos significativos em que o Grupo incorre nas suas operações, pelo que considera riscos como concentração, juros estruturais, negócio, pensões e outros que estão fora do âmbito do chamado Pilar 1 regulamentar. Além disso, o capital económico incorpora o efeito de diversificação, que no caso do Grupo é fundamental, devido à natureza multinacional e multissetorial da sua atividade, para determinar o perfil global de risco e solvência.

O Grupo Santander Consumer Finance utiliza na sua gestão de risco a metodologia RORAC para o cálculo do consumo de capital económico e do retorno sobre o mesmo das unidades de negócio do Grupo, bem como de segmentos, carteiras ou clientes, com o objetivo de analisar periodicamente a criação de valor e facilitar uma alocação ótima do capital.

A metodologia RORAC permite comparar, em bases homogéneas, o rendimento de operações, clientes, carteiras e negócios, identificando aqueles que obtêm uma rentabilidade ajustada ao risco superior ao custo de capital do Grupo, alinhando assim a gestão do risco e do negócio com a intenção de maximizar a criação de valor, objetivo último da alta direção do Santander Consumer Finance.

## Anexo I

### Entidades dependentes

Sociedade	Sede	Porcentagem de participação do Banco		Porcentagem de direito de voto (c)		Atividade	Milhões de euros				
		Direta	Indireta	2025	2024		Ativo (a)	Passivo (a)	Capital e Reservas (a)	Resultados líquidos (a)	Montante da participação (b)
Allane Leasing GmbH	Áustria	—	47%	100 %	100%	Aluguer	1	4	(2)	—	—
Allane Location Longue Durée S.a.r.l.	França	—	47%	100 %	100%	Aluguer	78	49	25	4	—
Allane Mobility Consulting AG	Suiça	—	47%	100 %	100%	Consultoria	2	3	—	—	—
Allane Mobility Consulting B.V.	Países Baixos	—	47%	100 %	100%	Consultoria	—	3	(3)	—	—
Allane Mobility Consulting GmbH	Alemanha	—	47%	100 %	100%	Consultoria	55	34	11	10	11
Allane Mobility Consulting Österreich GmbH	Áustria	—	47%	100 %	100%	Consultoria	—	2	(1)	—	—
Allane Mobility Consulting S.a.r.l.	França	—	47%	100 %	100%	Consultoria	—	2	(2)	—	—
Allane Schweiz AG	Suiça	—	47%	100 %	100%	Aluguer	68	64	10	(6)	3
Allane SE	Alemanha	—	47%	92 %	92 %	Leasing	3 273	3 077	172	24	343
Allane Services GmbH & Co. KG	Alemanha	—	47%	100 %	100%	Serviços	4	1	2	—	—
Allane Services Verwaltungs GmbH	Alemanha	-	47%	100 %	100%	Gestão de carteiras	-	-	-	-	-
AMS Auto Markt Am Schieferstein GmbH	Alemanha	—	90%	100 %	100%	Automóvel	3	3	—	—	—
Auto ABS DFP Master Compartment France 2013 (d)	França	—	(d)	—	—	Titularização	1.463	1.463	—	—	—
Auto ABS French Leases 2023 (d)	França	—	(d)	—	—	Titularização	432	432	—	—	—
Auto ABS French Leases 2025 (d)	França	—	(d)	—	—	Titularização	654	654	—	—	—
Auto ABS French Leases Master Compartment 2016 (d)	França	-	(d)	-	-	Titularização	3.092	3.092	-	-	-
Auto ABS French Loans 2024 (d)	França	—	(d)	—	—	Titularização	533	533	—	—	—
Auto ABS French Loans Master (d)	França	—	(d)	—	—	Titularização	841	841	—	—	—
Auto ABS Italian Rainbow Loans S.r.l. (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Auto ABS Italian Stella Loans 2023-1 S.r.l. (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Auto ABS Italian Stella Loans S.r.l. (série 2024-1) (d)	Itália	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
Auto ABS Italian Stella Loans S.r.l. (série 2024-2) (d)	Itália	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
Auto ABS Italian Stella Loans S.r.l. (série 2025-1) (d)	Itália	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
Auto ABS Italian Stella Loans S.r.l. (série 2025-2) (d)	Itália	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-

Sociedade	Sede	Percentagem de participação do Banco		Percentagem do direito de voto (c)		Atividade	Milhões de euros				
		Direta	Indireta	2025	2024		Ativo (a)	Passivo (a)	Capital e Reservas (a)	Resultados líquidos (a)	Montante da participação (b)
AutoABS Spanish Loans 2020-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
AutoABS Spanish Loans 2022-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
AutoABS Spanish Loans 2024-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
Autodescuento, S.L.	Espanha	-	100 %	100 %	100 %	Financeira	7	6	3	(1)	12
Autohaus24 GmbH	Alemanha	-	47 %	100 %	100 %	Aluguer	1	2	(2)	-	-
AUTO-INTERLEASING AG	Suiça	-	100 %	100 %	100 %	Aluguer	138	107	27	4	22
Banque Stellantis France (*)	França	—	50 %	50 %	50 %	Sector bancário	11 224	10 075	1 059	91	—
Carmine D - Services, Unipessoal Lda.	Portugal	—	100 %	100 %	100 %	Serviços	1	1	—	—	3
CLM FLEET MANAGEMENT LTD	Reino Unido	100 %	—	100 %	100 %	Leasing	9	7	2	—	7
Compagnie Générale de Crédit aux Particuliers - Crediopat S.A.	França	-	50 %	100 %	100 %	Sector bancário	19 310	19 260	510	(460)	855
Compagnie Pour La Location de Véhicules - CLV	França	-	50 %	100 %	100 %	Financeira	53	20	32	2	52
Drive S.r.L.	Itália	-	75 %	100 %	100 %	Leasing	65	62	5	(3)	9
Finaceira EI Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal	—	51 %	100 %	100 %	Financeira	33	24	8	1	8
Financiera EL Corte Inglés, E.F.C., S.A. (e)	Espanha	51 %	—	51 %	51 %	Financeira	2 139	1 836	248	55	140
Fulvia SPV S.r.L. (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Fulvia SPV S.r.L. (2025-1) (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Golden Bar (Securitisaton) S.r.L. (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Golden Bar Stand Alone 2021-1 (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Golden Bar Stand Alone 2022-1 (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Golden Bar Stand Alone 2023-2 (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Golden Bar Stand Alone 2024-1 (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Golden Bar Stand Alone 2025-1 (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Golden Bar Stand Alone 2025-2 (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Hyundai Capital Bank Europe GmbH	Alemanha	—	51 %	51 %	51 %	Financeira	8 919	7 778	1 125	16	656
Isar Valley S.A. (d)	Luxemburgo	—	(d)	—	—	Titularização	1 833	1 836	(3)	—	—
MCE Bank GmbH	Alemanha	-	90 %	90 %	90 %	Sector bancário	1 289	1 121	168	-	117

Sociedade	Sede	Percentagem de participação do Banco			Percentagem de direito de voto (c)		Atividade	Milhões de euros					
		Direta	Indireta	-	2025	2024		Ativo (a)	Passivo (a)	Capital e Reservas (a)	Resultados líquidos (a)	Montante da participação (b)	
MCE Verwaltung GmbH	Alemanha	-	90%	-	100%	100%	Arrendamento imobiliário	10	-	10	-	-	10
Midata Service GmbH	Alemanha	-	90%	-	100%	100%	Outros serviços	1	1	-	-	-	-
One Mobility Management GmbH	Alemanha	-	47%	-	100%	100%	Serviços de gestão	-	-	-	-	-	-
Pony S.A. (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Pony S.A., Compartment German Auto Loans 2023-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	-	Titularização	366	366	-	-	-	-
Pony S.A., Compartment German Auto Loans 2024-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	-	Titularização	536	536	-	-	-	-
Pony S.A., Compartment German Auto Loans 2025-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	-	Titularização	556	556	-	-	-	-
SANTANDER CONSUMER BANK	Canadá	100%	-	-	100%	100%	Ser bancário	722	579	140	3	167	
Santander Consumer Bank AS	Noruega	100%	-	-	100%	100%	Financelira	16 338	14 243	1 912	183	1 889	
Santander Consumer Bank AG	Alemanha	-	100%	-	100%	100%	Ser bancário	49 000	45 225	3 588	187	5 345	
Santander Consumer Bank GmbH	Áustria	-	100%	-	100%	100%	Ser bancário	4 922	4 297	584	41	363	
Santander Consumer Bank S.p.A.	Itália	100%	-	-	100%	100%	Ser bancário	8 400	7 362	970	68	603	
Santander Consumer Bank Spółka Akcyjna	Polónia	100%	-	-	100%	40%	Ser bancário	5 831	4 750	988	93	940	
Santander Consumer Finance Global Services, S.L.	Espanha	100%	-	-	100%	100%	Outros serviços	38	28	6	4	5	
Santander Consumer Finance Oy	Finlândia	-	100%	-	100%	100%	Financelira	2 825	2 317	488	20	159	
Santander Consumer Finance Schweiz AG	Suíça	100%	-	-	100%	100%	Leasing	1 104	1 056	61	(13)	60	
Santander Consumer Financial Solutions SP. Z O.O.	Polónia	100%	-	-	100%	40%	Leasing	166	168	(3)	1	7	
Santander Consumer Holding Austria GmbH	Áustria	100%	-	-	100%	100%	Sociedade gestora de carteira	378	14	364	-	518	
Santander Consumer Holding GmbH	Alemanha	100%	-	-	100%	100%	Sociedade gestora de carteira	8 610	2 963	5 564	83	6 077	
Santander Consumer Leasing GmbH	Alemanha	-	100%	-	100%	100%	Leasing	6 525	6 344	77	104	158	
Santander Consumer Leasing S.A.	França	100%	-	-	100%	100%	Leasing	3	-	3	-	3	
Santander Consumer Mobility Services, S.A.	Espanha	-	100%	-	100%	100%	Aluguer	6	-	8	(2)	8	
Santander Consumer Multirent Sp. z o.o.	Polónia	-	100%	-	100%	40%	Leasing	1 275	1 224	42	9	36	
Santander Consumer Operations Services GmbH	Alemanha	-	100%	-	100%	100%	Outros serviços	52	36	16	-	18	
Santander Consumer Renting S.R.L.	Itália	-	100%	-	100%	100%	Aluguer	194	187	12	(5)	18	
Santander Consumer Renting, S.L.	Espanha	100%	-	-	100%	100%	Leasing	371	322	47	2	41	
Santander Consumer Services GmbH	Áustria	-	100%	-	100%	100%	Serviços	2	2	-	-	-	
Santander Consumer Services, S.A.	Portugal	-	100%	-	100%	100%	Financelira	388	374	13	1	10	

Sociedade	Sede	Porcentagem de participação do Banco		Porcentagem de direito de voto (c)		Atividade	Milhões de euros					
		Direta	Indireta	2025	2024		Ativo (a)	Passivo (a)	Capital e Reservas (a)	Resultados líquidos (a)	Montante da participação (b)	
Santander Consumer Spain Auto 2019-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Santander Consumer Spain Auto 2020-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Santander Consumer Spain Auto 2021-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Santander Consumer Spain Auto 2022-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Santander Consumer Spain Auto 2023-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Santander Consumer Spain Auto 2024-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Santander Consumer Spain Auto 2025-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Santander Consumer Technology Services GmbH	Alemanha	-	100 %	100 %	100 %	Outros serviços	72	40	31	1	22	22
SANTANDER LEASING AB	Suécia	—	100 %	100 %	100 %	Leasing	196	181	13	2	22	22
SC Austria Auto Finance 2020-1 Empresa de Atividade Designada (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
SC Austria Consumer Loan 2021 Empresa de Atividade Designada (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
SC AUSTRIA S.Á R.L. (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
SC AUSTRIA S.Á R.L., COMPARTMENT CONSUMER 2025-1 (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	830	830	-	-	-	-
SC Cañada Asset Securitization Trust	Canadá	-	(d)	-	-	Titularização	-	(6)	2	4	-	-
SC Germany S.A. (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2020-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	215	215	-	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2021-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	396	396	-	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2022-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	488	488	-	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2023-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	475	475	-	-	-	-

Sociedade	Sede	Porcentagem de participação do Banco		Porcentagem de direito de voto (c)		Atividade	Milhões de euros				
		Direta	Indireta	2025	2024		Ativo (a)	Passivo (a)	Capital e Reservas (a)	Resultados líquidos (a)	Montante da participação (b)
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2024-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	1 036	1 036	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2024-2 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	817	817	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2025-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	707	707	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2025-2 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	863	863	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer Private 2023-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	433	433	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Leasing 2023-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	348	348	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Leasing 2025-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	687	687	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Mobility 2020-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	1 706	1 706	-	-	-
Santander Leasing B.V.	Países Baixos	100 %	-	100 %	100 %	Leasing	207	193	13	-	-
SC Mobility AB	Suécia	-	100 %	100 %	100 %	Aluguer	-	-	-	-	-
SC Mobility AS	Noruega	-	100 %	100 %	100 %	Aluguer	31	-	32	-	33
SC NORDICS S.Á R.L. (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
SC NORDICS S.Á R.L. COMPARTMENT RAHOITUSPALVELUT 2025 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	487	487	-	-	-
SCF Ajoineuvohallinto IX Limited (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
SCF Ajoineuvohallinto X Limited (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	43	43	-	-	-
SCF Ajoineuvohallinto XI Limited (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	137	137	-	-	-
SCF Ajoineuvohallinto XII Limited (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	189	189	-	-	-
SCF Ajoineuvohallinto XIII Limited (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	272	272	-	-	-
SCF Rahoituspalvelut IX DAC (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
SCF Rahoituspalvelut X DAC (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	44	44	-	-	-
SCF Rahoituspalvelut XI DAC (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
SCF Rahoituspalvelut XII DAC (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	183	184	(1)	-	-
SCF Rahoituspalvelut XIII DAC (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	283	280	3	-	-
Silk Finance n.º 5 (d)	Portugal	-	(d)	-	-	Titularização	-	(21)	25	(5)	-
Silk Finance n.º 6 (d)	Portugal	-	(d)	-	-	Titularização	-	(8)	-	8	-
SCM POLAND AUTO 2019-1 DAC (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	268	268	-	-	-
SECUCOR FINANCE 2025-1 EMPRESA DE ATIVIDADE DESIGNADA (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	813	813	-	-	-
Stellantis Consumer Financial Services Polska Sp. z o.o.	Polónia	-	50%	50%	40%	Financelira	95	88	5	2	1

Sociedade	Sede	Percentagem de participação do Banco		Percentagem de direito de voto (c)		Atividade	Milhões de euros				
		Direta	Indireta	2025	2024		Ativo (a)	Passivo (a)	Capital e Reservas (a)	Resultados líquidos (a)	Montante da participação (b)
Stellantis Financial Services Belux SA	Bélgica	-	50%	100 %	100%	Financieira	3 879	3 499	401	(21)	190
Stellantis Financial Services Espanha, E.F.C.S.A.	Espanha	50%	-	50%	50%	Financieira	11 051	10 132	807	112	293
Stellantis Financial Services Italia S.p.A. (e)	Itália	-	50%	50%	50%	Sector bancário	812	717	80	15	77
Stellantis Financial Services Nederland B.V.	Países Baixos	-	50%	100 %	100%	Financieira	1 120	1 033	74	13	17
Stellantis Financial Services Polska Sp. z o.o.	Polónia	-	50%	100 %	100%	Financieira	299	284	11	4	6
Stellantis Renting Italia S.p.A.	Itália	-	50%	100 %	100%	Aluguer	18	-	16	2	8
Suzuki Servicios Financieros, S.L.	Espanha	-	51 %	51 %	51 %	Intermediação	464	397	63	4	38
TIMFin S.p.A.	Itália	-	51 %	51 %	51 %	Financieira	724	642	76	6	17
Transolver Finance EFC, S.A.	Espanha	51 %	-	51 %	51 %	Leasing	-	-	-	-	2
TVG- Trappgroup Versicherungsvermittlungs-GmbH	Alemanha	-	90%	100 %	100%	Seguros	-	-	-	-	-

(a) Dados obtidos das contas anuais de cada entidade dependente relativas ao exercício de 2025. As referidas contas anuais estão pendentes de aprovação pelos respetivos órgãos de controlo. Os administradores do Banco estimam que as mesmas serão ratificadas sem alterações.

(b) Montante pelo qual as participações de cada entidade dependente se encontram registadas nos livros da sociedade detentora da participação, líquido, se for caso disso, da respetiva provisão para depreciação.

(c) Nos termos do artigo 3.º do Real Decreto n.º 1159/2010, de 17 de setembro, que aprova as normas para a elaboração das contas anuais consolidadas, para determinar os direitos de voto foram adicionados os que correspondem às sociedades por ela controladas ou a outras pessoas que ajam em nome próprio, mas por conta de alguma sociedade do Grupo. Para este efeito, o número de votos que corresponde à sociedade dominante, em relação às sociedades nas quais participa indiretamente, é o que corresponde à sociedade dependente que participa diretamente no capital social destas.

(d) Entidades sobre as quais se mantém um controlo efetivo.

(e) Consulte a Nota 27 para obter a discriminação dos dividendos distribuídos aos acionistas minoritários no exercício, que representam o principal fluxo de caixa entre a entidade dependente e as participações não dominantes

## Anexo II

### Entidades associadas e entidades de empreendimentos conjuntos

Nome	Entidade	País	Porcentagem de participação do Banco		Porcentagem de direito de voto (b)		Atividade	Milhões de euros (a)		
			Direta	Indireta	2025	2024		Ativo	Capital e Reservas	Resultados
Bank of Beijing Consumer Finance Company	Associada	China	20%	—	20%	20%	Financeira	1 904	156	21
Ethias Lease N.V.	Associada	Países Baixos	50%	—	50%	50%	Leasing	76	9	—
Fortune Auto Finance Co., Ltd	Multigrupo	China	50%	—	50%	50%	Financeira	2 100	443	20
Payever GmbH	Associada	Alemanha	10%	—	10%	10%	Outros serviços	5	4	—
VCFS Germany GmbH	Multigrupo	Alemanha	—	50%	50%	50%	Marketing	1	1	—

(a) Dados obtidos das contas anuais de cada entidade associada e/ou empreendimentos conjuntos relativos ao exercício de 2025. As referidas contas anuais estão pendentes de aprovação pelos respetivos órgãos de controlo. Os administradores do Banco eslimam que as mesmas serão ratificadas sem alterações.

(b) Nos termos do artigo 3.º do Real Decreto n.º 1/159/2010, de 17 de setembro, pelo qual se aprovam as normas para a elaboração das contas anuais consolidadas, para determinar os direitos de voto foram adicionados aos que a sociedade dominante detém diretamente, aos que correspondem às sociedades por ela controladas ou a outras pessoas que atuem em nome próprio, mas por conta de alguma sociedade do Grupo. Para este efeito, o número de votos que corresponde à sociedade dominante, em relação às sociedades nas quais participa indiretamente, é o que corresponde à sociedade que participa diretamente no capital social destas.

### Anexo III

Variações e notificações relativas à aquisição e venda de participações no capital no exercício de 2025

(Art. 155.º do Texto Refundido da Lei das Sociedades de Capitais e Art. 125.º do Real Decreto Legislativo n.º 4/2015, de 23 de outubro, que aprova o Texto Refundido da Lei do Mercado de Valores).

Sociedade Participada	Atividade	Percentagem de participação líquida		Data de efetivação da transação (ou, se for o caso, data de notificação)
		Adquirida/ (Vendida) no Exercício	No encerramento do exercício	
<b>Aquisições em 2025:</b> Santander Consumer Bank, S.A. (Polónia)	Setor bancário	60%	100 %	23/12/2025

## Anexo IV

Lista de agentes, em conformidade com o disposto no artigo 21.º do Real Decreto n.º 84/2015, de 13 de fevereiro, que desenvolve a Lei n.º 10/2014, de 26 de junho, relativa à organização, supervisão e solvência das entidades de crédito, a 31 de dezembro de 2025

Nome ou Denominação	Endereço	Código postal	Código de identificação	Data de concessão de poderes	Âmbito geográfico de atuação	Âmbito de Representação
Palma del Río Finance, S.L.	POGL. IND EL GARROTAL EDF SARA BENITEZ C/ JARA 17-1 (14700) Palma del Río	14700	B09987843	13-07-2022	Almodóvar del Río, Fuente Palmera, Palma del Río, Posadas, Lora del Río, Peñaflor, Carmona, La Campana, La Puebla de los Infantes, Mairena del Alcor, El Viso del Alcor	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Gestión Financiera Villalba, S.L.U.	C/ Consuelo Vega, 23A-A (11600) Ubrique	11600	B011517620	15-12-2020	Ubrique, Alcalá del Valle, Algodonales, Arcos de la Frontera, Benaocaz, Bornos, El Bosque, El Gastor, Espera, Grazalema, Olivera, Prado del Rey, Setenil, Torre Alhaquine, Villanueva del Rosario, Villa Martín, Puerto Serrano	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Carrasco Agentes, S.L.	C/ BETULA, N.º 9 PISO 1º A (23400) ÚBEDA	23400	B023478704	02-01-2004	Alblanche de Úbeda, Almenara, Arquillos, Baeza, Beas de Segura, Bedmar y Garciez, Begijar, Belmez de la Moraleda, Benatae, Cabra de Santo Cristo, Cambil, Canena, Castellar, Cazorla, Chiclana de Segura, Chilluevar, Escañuela, Genave, Guarromán, Higuera de Calatrava, Hinojares, Hornos, Huesa, Ibro, Izatoraz, Jabalquinto, Jimena, Jodar, La Iruela, La Puerta del Becerro, Pozoalcón, Puente de Genave, Quesada, Rus, Sabiote, Santiago de Pontones, Santiesteban del Puerto, Santo Tomé, Segura de la Sierra, Siles, Sorihuela del Guadalimar, Torreperogil, Torres, Torres del Alblanche, Torresblanco de Pedro, Úbeda, Vilchez, Villarcarrillo, Villanueva del Arzobispo, Villarodrigo.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Ramsa Serv. Fin. y Empresariales, S.L.	C/ Blas Infante, 7A (21440) Lepe	21440	B021347190	15-12-2020	Punta Umbría, Cartaya, Lepe, Isla Cristina e Ayamonte	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Martín & Castilla Servicios Financieros, S.L.	C/ Fray Diego de Cádiz, 163 (41530) Morón de la Frontera	41530	B091369231	15-12-2020	Algamitas, Arahal, Caripe, El Coronil, Marchena, Montellano, Morón de la Frontera, Paradas, Pruna, La Puebla de Cazalla, Villanueva de San Juan	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Manuel Geniz Bazan	Avda. La Libertad n.º 2 Local (41980) La Algaba	41980	28936046E	15-12-2020	Arealillo de Cega, Alcalá del Río, Alcolea del Río, La Algaba, Almaden de la Plata, Brenes, Burguillos, Cantillana, Castilblanco de los Arroyos, El Castillo de las Guardas, Cazalla de la Sierra, Constantina, El Garrobo, Gerena, El Madroño, Las Navas de la Concepción, El Pedroso, La Roda de Andalucía, La Rinconada	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
DONAT FINANCE SERVICE, S.L.	Pza. Velázquez, 11 - Bajo (52004) Melilha	52004	B052015435	01-02-2007	Melilha	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.

Nome ou Denominação	Endereço	Código postal	Código de identificação	Data de concessão de poderes	Âmbito geográfico de atuação	Âmbito de Representação
128INNOVA24H, S.L.	C/ Oasis, 17 El Ejido, Almería	04700	B092999846	01-03-2011	El Ejido, Adta e Berja	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Noguer Bau, S.L.	C/ Sant Fidel, 5-1 <sup>o</sup> (08500) Vic	08500	B064018179	15-12-2020	Aiguafreda, Alpens, El Brull, Calldetenes, Centelles, Collsuspina, Espinelves, Folgueroles, Gurb, Els Hostalets De Balenya, Lluça, Perafita, Prats de Lluçanes, Roda de Ter, Rupit-Pruitt, Santa Cecília de Voltrega, Santa Eugènia de Berga, Santa Eulàlia de Riuprimer, Sant Agusti del Lluçanes, Santa Maria de Corco L'asquirol, Sant Bartomeu del Grau, Sant Boi de Lluçanes, Sant Hipólito de Voltrega	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
BERGA GESTIÓ, S.L.	C/ Gran Via, 46 (08600) Berga	08600	B064396476	15-12-2020	Berga, Navas, Cardona e Nou de La Bergueda.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
M&G Figueres Associats, S.L.	C/ Col. Legi, n.º 54, Bajos (17600) Figueres	17600	B017673823	01-01-2011	Agullana, Albanya, Arretera, Bascara, Biure, Boadella i Les Escaudes, Cebanes, Cantallaps, Capmany, Cistella, Escada, Empolla, Figueres, Garniguelia, Jenguera, Lladó, Masarac, Mollet de Peralado, Pont de Mollins e Crespia.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Orges-Fin Gestiones 2018, s.l. Unipessoal	SA ROVELLADA DE DALT 38, bajos izq (07702) MAHON-MENORCA (Ilhas Baleares)	07702	B55733471	25-12-2020	Ilha de Menorca	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Estudios y Análisis de Riesgos, S.L.	Plaza de los Carros, 2, 16001 Cuenca.	16001	B016156598	30-06-2007	Cuenca	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Soluciones Financieras del Este, S.L.	C/ Mariano Barbacid, 5-2º - 3(28521) Rivas Vaciamadrid	28521	B084418904	15-12-2020	Arganda del Rey, Rivas - Vaciamadrid	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Serviços Financeiros Sorianos	C/ Del Ferial, 4 Oficina 3 B2 4200 Soria	4200	B042180927	15-12-2020	Soria	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
GASTEIZ FINANCE, SLU	Av. dos Huetos, 79 Ed. Azucarera. Vitória 01010 (Álava)	01010	B010818698	02-03-2021	Álava	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
FINANCESTHER S.L.	AVENIDA CENTRAL NÚMERO 1 OFICINA 1 (31500) TUDELA, NAVARRA.	31500	B71392179	15-12-2020	Tudela	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.

Nome ou Denominação	Endereço	Código postal	Código de identificação	Data de concessão de poderes	Âmbito geográfico de atuação	Âmbito de Representação
ALANA CONSUMER SERVICES, SL	C/ SOL, 32-2º C (45600) Talavera de la Reina	45600	B72754914	24-04-2024	TALAVERA DE LA REINA E ÁREA DE INFLUÊNCIA	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
VEHERLO, SL	C/ PADRE COLLADO, 11, TELDE, LAS PALMAS	35211	B56965890	12-09-2024	Agüimes, Santa Lucía de Tirajana, San Bartolomé de Tirajana	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
CENTRO ASESOR DE TERUEL FINANCIERA, S.L.	Calle Ronda Ambeles n.º 52 (44004) Teruel	44004	B44224947	02-06-2008	Teruel.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
AVILA CONSUMER SERVICES SL	CENTRO DE NEGÓCIOS ANDAMUR, POL.IND SAPRELORCA, C/ MANUEL JÓDAR MARTÍNEZ (30817) LORCA / MÚRCIA	30817	B05265764	15-12-2020	Hellín, Jumilla, Albacete	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
AMP FINANSERVIC S.L.	C/ RIO TERA 30, OFICINA 7 (05004) Ávila	05004	B-44584761	24-04-2024	Ávila	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
European Financial Consumer, S.L.	Parc.ET-8 Complejo Quitapesares, Carretera CL-601 Km 7 Edificio Vicam 40194 Palazuelos de Eresma (Segóvia)	40194	B86080280	03-01-2011	Segóvia.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
FINZAMORA SERVICES, SL.	C/ Juan II, 23, 1.º D, 49011. Zamora.	49011	B49282403	01-01-2015	Zamora/Palència	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Rafael López Ramírez	C/ Molino, 82 (29400) Ronda	29400	43669628B	02-01-2009	Agatocin, Alpendeire, Arriate, Atajate, Benalid, Benalauria, Benaolan, Benarraba, El Burgo, Cañete La Real, Cartajima, Cortes de la Frontera, Cuevas del Becerro, Faraja, Gaucin, Genalquacil, Igualaja, Jimera de Libas, Jubrique, Juzcar, Montecorto, Montejaque, Parauta, Pujerra, Ronda e Yunquera.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.

Nome ou Denominação	Endereço	Código postal	Código de identificação	Data de concessão de poderes	Âmbito geográfico de atuação	Âmbito de Representação
FINANGI CAT, S.L.	Av. da Rápita, 33 1º (43870) Amposta	43870	B043571660	15-12-2020	Alcanar, Aldover, Alfara de Carles, Amposta, Arbolí, Arnes, Ascó, Falset, Fix, Freginals, Gandesa, Garcia, Ginestar, Godall, Masdenverge, Miravent, Móra d'Èbre, Morá la Nova, Pauls, Poboleda, Porrera, Batea, Bellmunt de Falset, Benicarló, Benifallet, Benissanet, Bot, Cabassers, Camarles, Capcanes, Caseres, Corbera d'Èbre, Cormudella del Montsant, Deltebre, El Lloar, El Masroig, El Molar, El Perelló, El Pinell de Bray, Els Guiaments, Gratallops, Horta de Sant Joan, L'Aldea, L'Ametlla de Mar, L'Ampolla, La Fatarella, La Figuera, La Galera, La Morera de Montsant, La Palma d'Èbre, La Pobla de Massaluca, La Sénia, La Torre de Fontanbella, La Torre de Léspanyol, La Vilella Alta, La Vilella Baixa, Marca, Margalef de Montsant, Mas de Barberans, Pradell de la Teixeta, Prat de Compte, Rasquera, Riba Roja d'Ebre, Roquetes, Sant Carles Rápita, Sant Jaime Enveja, Santa Bárbara, Tivissa, Torroja del Priorat, Tortosa, Ulldacona, Ulldemolins, Vilalba dels Arcs, Vinaroz, Vinebre, Xerta.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Antonio Ortiz Navas	C/Carretil, 2, 30D 26007. Logroño (La Rioja)	26007	01656922W	15-12-2020	Miranda de Ebro e Logroño	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
SOLUCIONES FINANCIERAS GRIGEM, S.L.	Cámara de Comercio de Gijón – Vivero de Empresas Carretera de Somio 652 Despacho 3.1 (33203) GIJÓN	33203	B05256375	01-04-2017	Gijón, Cabrales, Cangas de Onís, Caravia, Caso, Colunga, Llanes, Nava, Onís, Parres, Peñamellera Alta, Peñamellera Baja, Pesoz, Piloña, Ponga, Ribadedeva, Rivadesella, Villaviciosa.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.

## Anexo V

### Relatório Bancário Anual

O presente Relatório Bancário Anual foi elaborado em conformidade com o disposto no artigo 87.º da Lei n.º 10/2014, de 26 de junho, relativa à Organização, Supervisão e Solvência das Entidades de Crédito.

Nos termos do referido artigo, a partir de 1 de janeiro de 2015, as entidades de crédito devem enviar ao Banco de Espanha e publicar anualmente, como um relatório anexo às demonstrações financeiras auditadas de acordo com a regulamentação em matéria de auditoria de contas, especificando por países onde se encontram estabelecidas, as seguintes informações numa base consolidada para cada exercício:

- a) Denominação, natureza e localização geográfica da atividade.
- b) Volume de negócios.
- c) Número de empregados equivalentes a tempo inteiro.
- d) Impostos sobre o resultado.
- e) Subsídios ou auxílios públicos recebidos.

A seguir, são detalhados os critérios utilizados para a elaboração do relatório bancário anual do exercício de 2025:

#### a) Denominação, natureza e localização geográfica da atividade

A informação acima referida está disponível nos Anexos I e II das presentes contas anuais consolidadas do Grupo, nos quais são detalhadas as sociedades que operam em cada jurisdição, incluindo, entre outras informações, a sua denominação, localização geográfica e natureza da sua atividade.

Como se pode observar nos referidos Anexos, a principal atividade desenvolvida pelo Grupo nas diferentes jurisdições em que opera é a banca comercial. O Grupo opera principalmente em 16 países através de um modelo de filiais autónomas em termos de capital e liquidez, o que apresenta claras vantagens estratégicas e regulatórias, uma vez que limita o risco de contágio entre unidades do Grupo, impõe uma dupla camada de supervisão global e local e facilita a gestão e resolução de crises. O total de agências do Grupo é de 296, as quais atendem aos nossos clientes em todas as suas necessidades financeiras básicas.

#### b) Volume de negócios

Para efeitos do presente relatório, entende-se por volume de negócios a margem bruta, tal como definida e apresentada na demonstração de resultados consolidada que integra as presentes contas anuais consolidadas do Grupo.

Os dados relativos ao volume de negócios por país foram obtidos a partir dos registos contabilísticos oficiais das sociedades do Grupo com a respetiva localização geográfica e foram convertidos para euros. Trata-se, portanto, de informação agregada das demonstrações financeiras individuais das entidades que operam em cada jurisdição, cuja reconciliação com a informação das contas anuais consolidadas do Grupo requer a realização de uma série de ajustes de homogeneização e de eliminação de transações entre as diferentes empresas do Grupo, tais como as relativas à distribuição de dividendos das filiais às respetivas matrizes.

#### c) Número de empregados equivalentes a tempo inteiro

Os dados relativos aos empregados equivalentes a tempo inteiro foram obtidos a partir do quadro médio de cada jurisdição.

#### d) Impostos sobre o resultado

Na ausência de critérios específicos, foi incluído o montante efetivamente pago dos impostos cujo efeito é registado na rubrica de impostos sobre o resultado da demonstração de resultados consolidada.

Os impostos efetivamente pagos no exercício por cada uma das entidades de cada jurisdição incluem:

- Os pagamentos complementares relativos às liquidações do imposto sobre os resultados, normalmente de exercícios anteriores.

- Os adiantamentos, pagamentos por conta e retenções na fonte recebidos ou suportados relativos ao imposto sobre o resultado do próprio exercício. No caso dos impostos suportados no estrangeiro, dado o seu montante pouco significativo, optou-se por incluí-los na jurisdição da entidade que os suportou.
- As devoluções recebidas no exercício relativas a liquidações de exercícios anteriores cujo resultado foi passível de devolução.
- Se for o caso, as liquidações decorrentes de autos de inspeção e litígios relacionados com estes impostos.

Os montantes acima referidos fazem parte da demonstração de fluxos de caixa (412 664 milhares de euros no exercício de 2025, o que representa uma taxa efetiva de 33,47 %) e, por conseguinte, diferem da despesa com imposto sobre o rendimento registada na demonstração de resultados consolidada (565 269 milhares de euros no exercício de 2024, o que corresponde a uma taxa efetiva de 43,15 %). Tal deve-se ao facto de a legislação fiscal de cada país estabelecer:

O momento em que os impostos devem ser pagos. Normalmente, as datas de pagamento apresentam um desfasamento temporal em relação à data de geração do rendimento tributável.

Os seus próprios critérios para o cálculo do imposto, estabelecendo restrições temporárias ou permanentes à dedução de despesas, isenções, bonificações ou diferimentos de determinados rendimentos, etc., gerando as correspondentes diferenças entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal que acaba por ser tributado, ao que se deve acrescentar a compensação de prejuízos fiscais de exercícios anteriores, deduções e/ou bonificações da quota, etc. Da mesma forma, em alguns casos são estabelecidos regimes especiais, como pode ser a consolidação fiscal de sociedades da mesma jurisdição, etc.

#### **e) Subsídios ou auxílios públicos recebidos**

No contexto da informação exigida pela legislação em vigor, este termo tem sido interpretado como qualquer auxílio ou subsídio em conformidade com o estabelecido no Guia de Auxílios Estatais da Comissão Europeia e, nesse contexto, as sociedades que compõem o Grupo não receberam subsídios ou auxílios públicos em 2025.

O detalhe da informação relativa ao exercício de 2025 (em milhões de euros) é o seguinte:

Jurisdicção (milhões de €)	Volume de negócios	Número de empregados equivalentes a tempo inteiro	Resultado bruto antes de impostos	Impostos sobre o resultado
Alemanha	1 547	4 402	203	60
Áustria	211	296	49	15
Bélgica	78	191	30	11
Canadá	62	271	2	--
Espanha	711	1 679	61	42
Dinamarca	152	233	51	11
Finlândia	84	160	26	13
França	669	862	352	94
Grécia	18	36	8	--
Irlanda	28	--	24	--
Itália	633	1 163	233	59
Luxemburgo	8	--	9	--
Noruega	250	527	140	23
Países Baixos	85	260	24	13
Polónia	(8)	1 327	(6)	49
Portugal	56	264	(3)	2
Reino Unido	3	50	--	--
Suécia	152	322	45	20
Suíça	49	114	(17)	1
<b>Total</b>	<b>4 791</b>	<b>12 157</b>	<b>1 233</b>	<b>413</b>

A 31 de dezembro de 2025, a rentabilidade dos ativos (ROA) do Grupo foi estimada em 0,63 %.

## **b. Carteira reestruturada**

O termo "carteira reestruturada" refere-se, para efeitos da gestão de riscos do Grupo, ao conjunto de operações em que o cliente apresentou, ou se prevê que possa apresentar, dificuldades financeiras que possam impedir o cumprimento das suas obrigações de pagamento nos termos contratuais em vigor com a Santander Consumer Finance e, por esse motivo, se procedeu à modificação, cancelamento e/ou mesmo formalização de uma nova operação.

O Grupo Santander, do qual o Grupo Santander Consumer Finance faz parte, dispõe de uma política robusta de reestruturação de dívidas de clientes que serve de referência nas diferentes transposições locais de todas as entidades financeiras que integram o Grupo. Essa política está adaptada à regulamentação bancária estabelecida pela EBA, em conformidade com o disposto nas "Orientações relativas à gestão de exposições duvidosas e reestruturadas ou refinanciadas" (EBA/GL/2018/06) de 31 de outubro de 2018. Está igualmente adaptada à Circular 6/2021 do Banco de Espanha, que altera a Circular 4/2017.

Esta política estabelece critérios rigorosos de prudência na avaliação destes riscos:

- Deve ser feita uma utilização restrita desta prática, evitando ações que impliquem adiar o reconhecimento da imparidade.
- O principal objetivo deve ser a recuperação dos montantes em dívida, reconhecendo o mais rapidamente possível os montantes que, se for o caso, sejam considerados irrecuperáveis.
- Deve-se sempre considerar a manutenção das garantias existentes e, se possível, melhorá-las. As garantias eficazes não só podem servir para mitigar a gravidade, como também podem reduzir a probabilidade de incumprimento.
- Esta prática não deve implicar a concessão de financiamento adicional, nem servir para refinar dívida de outras entidades, nem ser utilizada como instrumento de venda cruzada.
- É necessária a avaliação de todas as alternativas à renovação e dos seus impactos, assegurando que os resultados da mesma superem os que previsivelmente seriam obtidos caso não fosse realizada.
- Para a classificação das operações renegociadas, aplicam-se critérios mais rigorosos que, de forma prudente, asseguram o restabelecimento da capacidade de pagamento do cliente, desde o momento da renegociação e durante um período de tempo adequado.
- Além disso, no caso dos clientes aos quais foi atribuído um analista de risco, reveste-se de especial importância a análise individualizada de cada caso, tanto para a sua correta identificação como para a sua posterior classificação, acompanhamento e constituição adequada de provisões.

Estabelece também diversos critérios relacionados com a determinação do âmbito das operações consideradas como renovação, através da definição de uma série detalhada de indicadores objetivos que permitam identificar as situações de dificuldade financeira.

Desta forma, as operações que não estejam classificadas como duvidosas à data da renovação são, em geral, consideradas em dificuldades financeiras se, nessa data, apresentassem mais de um mês de incumprimento. Caso não exista incumprimento ou este não exceda um mês de antiguidade, são tidos em conta outros indicadores, entre os quais se destacam:

- Operações de clientes que já apresentam dificuldades com outras operações.
- Quando a modificação se torna necessária prematuramente, sem que exista ainda uma experiência prévia e satisfatória com o cliente.
- No caso de as alterações necessárias implicarem a concessão de condições especiais, como seria a necessidade de estabelecer um período de carência temporária no pagamento ou quando estas novas condições forem consideradas mais favoráveis para o cliente do que as que teriam sido concedidas numa admissão ordinária.
- Pedidos de alterações sucessivas em intervalos de tempo pouco razoáveis. No caso da Consumer Finance, estabelece-se um máximo de 1 acordo de reestruturação por ano ou 3 num período de 5 anos.

- Em qualquer caso, uma vez efetuada a alteração, se surgir alguma irregularidade no pagamento durante um determinado período de observação, mesmo na ausência de outros sintomas, a operação será considerada dentro do âmbito das reavaliações ("backtesting").

Uma vez determinado que os motivos que originam a alteração das condições da dívida do cliente se devem a dificuldades financeiras do mesmo, independentemente de esse cliente ter ou não pagamentos vencidos e do número de dias de atraso no pagamento que se verifique, o cliente será considerado um cliente reclassificado para todos os efeitos e, como tal, será gerido de acordo com os critérios estabelecidos na presente política.

Quando a recondução tiver sido efetuada, caso essas operações devam permanecer classificadas como risco duvidoso por não cumprirem, no momento da recondução, os requisitos regulamentares para a sua reclassificação noutra categoria, devem cumprir um calendário prudencial de pagamentos contínuos para garantir uma certeza razoável da recuperação da capacidade de pagamento, denominado Período de Recuperação (neste caso, será de 12 meses).

Uma vez decorrido esse período, em função da situação do cliente e das características da operação (prazo e garantias prestadas), a operação deixa de ser considerada duvidosa, embora continue sujeita a um período de prova durante o qual é objeto de um acompanhamento especial.

Este acompanhamento mantém-se enquanto não forem cumpridos uma série de requisitos, entre os quais se destacam: um período mínimo de observação de 24 meses, no caso de operações reestruturadas na Fase 2, e de 12 meses na Fase 3; a amortização de uma percentagem substancial dos montantes pendentes e o pagamento dos montantes em dívida no momento da renovação. Caso se justifique que, enquanto uma operação se encontra no Período de Recuperação de 24 meses da Fase 2, já não existe um Aumento Significativo no seu Risco de Crédito, essa operação pode ser reclassificada na Fase 1 e como risco sem incumprimento, sem necessidade de completar o Período de Recuperação acima referido. No entanto, é importante salientar que as reestruturações no momento da originação só podem ser classificadas na Fase 2 ou na Fase 3, nunca na Fase 1.

Na renovação de uma operação duvidosa, continuam a ser consideradas, para todos os efeitos, as datas de incumprimento originais, independentemente de, em consequência da mesma, a operação ficar em dia com os pagamentos. Da mesma forma, a renovação de uma operação duvidosa não dá origem a qualquer libertação das provisões correspondentes.

As renovações podem ser a longo ou a curto prazo (inferior a dois anos). Serão tidas em conta as renovações com prazos que não excedam os dois anos, quando o mutuário cumprir os seguintes critérios:

- Que enfrente restrições temporárias de liquidez, para o que se deverá comprovar a recuperação do cliente a curto prazo.
- Que a aplicação de medidas de renovação a longo prazo não tenha sido eficaz, dada a incerteza financeira temporária de natureza geral ou específica do cliente.
- Que tenha cumprido as obrigações contratuais antes da renovação
- Que demonstre uma clara disposição para cooperar com a entidade.

Em consequência da análise a realizar, tanto da situação do cliente como das características da operação de reestruturação a utilizar, deve assegurar-se que a reestruturação facilitará a redução da dívida do cliente e, por conseguinte, será viável. Neste sentido, para avaliar a viabilidade da operação, ter-se-á em conta:

- a. Que se possa demonstrar, com provas, que a renegociação proposta está ao alcance do cliente, ou seja, que se espera o reembolso integral.
- b. O pagamento, por parte do cliente, dos montantes em dívida, na totalidade ou na sua maior parte, e a redução considerável da exposição a médio-longo prazo.
- c. A inexistência de incumprimentos reiterados dos planos de pagamento que tenham dado origem a reestruturações sucessivas (mais de três reestruturações num período de três anos).
- d. Na aplicação temporária de medidas de reestruturação a curto prazo, é possível comprovar, através de evidências, que o cliente dispõe de capacidade de pagamento suficiente para fazer face à dívida, capital e juros, uma vez terminado o prazo de aplicação da reestruturação temporária.

- e. A medida não dá origem à aplicação sucessiva de várias medidas de refinanciamento ou reestruturação para uma mesma exposição.

Caso sejam realizadas operações que não cumpram o acima exposto, estas serão consideradas operações não viáveis e farão parte da categoria de renovações *Non-performing*.



Saldos em vigor de reestruturações em 31 de dezembro de 2024

	Milhares de euros														
	TOTAL							Dos quais: DUVIDOSOS							
	Sem garantia real				Com garantia real			Sem garantia real				Com garantia real			
	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Montante máximo da garantia real que pode ser considerado	Imparidade de valor ou perdas acumuladas no valor razoável devido ao risco de crédito	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Montante máximo da garantia real que pode ser considerado	Imparidade de valor ou perdas acumuladas no valor razoável devido ao risco de crédito	TOTAL DE GARANTIAS	Valor contabilístico bruto	Imparidade de valor ou perdas acumuladas no valor razoável devido ao risco de crédito
<b>REFINANCIAMENTOS E REESTRUTURAÇÕES</b>															
1. Instituições de crédito															
2. Administrações públicas															
3. Outras sociedades financeiras e empresariais em nome individual (atividade empresarial financeira)	39	338	46	132	189	239	39	338	381	127	310	1.547	339	270	152
4. Sociedades não financeiras e empresariais individuais (atividade empresarial não financeira)	14.680	79.832	8.168	34.514	65.730	28.535	4.271	41.727	1.411	8.523	25.852	13.126	45.162	31.862	24.132
<b>Dos quais: financiamento à construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)</b>															
5. Outros domésticos	62.141	497.488	4.794	19.448	49	6.227	17.963	229.536	2.206	19	61.209	15.434	207.500	193.256	181.248
6. Total	17.764	171.025	7.999	13.562	19	17.967	42.182	226.343	3.609	24.560	227.423	689.527	91.564	479.738	207.427
<b>INFORMAÇÃO ADICIONAL</b>															
Financiamento classificado como ativos não correntes e grupos de elementos alienáveis que foram classificados como detidos para venda															

As operações apresentadas no quadro anterior são classificadas, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, de acordo com as suas características, da seguinte forma:

- **Duvidosas:** serão reclassificadas para a categoria de risco duvidoso as operações que se baseiem num plano de pagamentos inadequado, incluam cláusulas contratuais que atrasem o reembolso da operação através de pagamentos regulares ou apresentem montantes retirados do balanço por serem considerados irre recuperáveis.
- **Normais:** serão classificadas na categoria de risco normal as operações em que não se justifique a sua classificação como duvidosas ou que tenham sido reclassificadas da categoria de risco duvidoso por cumprirem os critérios específicos a seguir indicados:
  - a) Que tenha decorrido um período de um ano desde a data do refinanciamento ou reestruturação.
  - b) Que o titular tenha pago as prestações vencidas de capital e juros, reduzindo o capital renegociado, desde a data em que foi formalizada a operação de reestruturação ou refinanciamento.
  - c) O titular não tenha qualquer outra operação com montantes vencidos há mais de 90 dias na data da reclassificação para a categoria de risco normal.

### ***c) Métricas e ferramentas de medição***

#### **Ferramentas de classificação de solvência**

Fiel à tradição do Grupo Santander, segundo a qual se utilizam modelos próprios de atribuição de classificações de solvência ou rating desde 1993, também no Grupo Santander Consumer Finance a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação é medida por sistemas internos de pontuação e rating. Cada classificação de crédito atribuída pelos modelos corresponde a uma probabilidade de incumprimento, determinada com base na experiência histórica do Grupo.

Dada a orientação predominantemente de retalho do negócio do Grupo, a avaliação baseia-se sobretudo em modelos de pontuação ou tabelas de pontuação que, combinados com outras regras de política de crédito, atribuem automaticamente um parecer aos pedidos recebidos. Estas ferramentas apresentam a dupla vantagem de atribuir uma avaliação objetiva sobre o nível de risco e de melhorar os tempos de resposta que uma análise exclusivamente manual implicaria.

Para além dos modelos de pontuação utilizados nas fases de admissão e gestão de carteiras (classificação das operações que as compõem para a avaliação da sua qualidade de crédito e estimativa das suas perdas potenciais), existem também ferramentas de avaliação de contas ou clientes existentes que são utilizadas na fase de cobrança ou recuperação de dívidas em incumprimento. Desta forma, procura-se proporcionar uma cobertura de todo o “ciclo de crédito” (admissão, acompanhamento e cobrança) através de modelos de classificação estatísticos baseados na informação histórica interna do Grupo.

Para os segmentos de Empresas e Instituições Carterizadas que, no Grupo, incluem principalmente os prescritores, a avaliação do nível de risco de crédito baseia-se em modelos de notação especializados que combinam, sob a forma de variáveis, os aspetos mais relevantes a ter em conta no momento da avaliação, de modo a que o processo de atribuição gere classificações consistentes, comparáveis entre clientes e que resumam toda a informação relevante. Ao longo do exercício de 2024, todas as unidades realizaram revisões dessas carteiras, nas quais participaram todas as áreas do Grupo. Nessas reuniões foram abordadas as maiores exposições, as empresas sob vigilância especial e os principais indicadores de crédito desta carteira.

As classificações atribuídas ao cliente são revistas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência adquirida no desenvolvimento da relação bancária. A periodicidade das revisões é aumentada no caso de clientes que atinjam determinados níveis nos sistemas automáticos de alerta e nos classificados como de acompanhamento especial. Da mesma forma, são também revistas as próprias ferramentas de classificação, a fim de poder ajustar a precisão da classificação que atribuem.

De forma mais residual, aplicam-se também a determinadas exposições as ferramentas de classificação globais que abrangem o segmento de Banca Grossista Global, cuja gestão é realizada de forma centralizada na Divisão de Riscos do Grupo Santander, tanto na determinação da sua notação como no acompanhamento do risco. Estas ferramentas atribuem uma notação a cada cliente, resultante de um módulo quantitativo ou automático, baseado em rácios de balanço e variáveis macroeconómicas, que é complementado pelo parecer especializado do analista.

A carteira de empresas do Grupo é muito pouco representativa do total dos riscos geridos, correspondendo na sua maioria a riscos de financiamento de stocks a concessionários de veículos.

#### ***d) Parâmetros de risco de crédito***

A avaliação do cliente ou da operação, por meio de rating ou pontuação, constitui um julgamento da sua qualidade de crédito, que é quantificada através da probabilidade de incumprimento (probability of default ou PD, na terminologia de Basileia).

Para além da avaliação do cliente, a quantificação do risco de crédito requer a estimativa de outros parâmetros, tais como a exposição no momento do incumprimento (exposure at default ou EAD) e a percentagem da EAD que não poderá ser recuperada (loss given default ou LGD). São assim abordados outros aspetos relevantes no risco das operações, tais como a quantificação das exposições fora de balanço, que depende do tipo de produto, ou a análise das recuperações esperadas relacionadas com as garantias existentes e outras características da operação: tipo de produto, prazo, etc.

Estes fatores constituem os principais parâmetros de risco de crédito. A sua combinação permite o cálculo da perda provável ou perda esperada (PE). Esta perda é considerada como mais um custo da atividade, que reflete o prémio de risco e que deve ser repercutido no preço das operações.

Os parâmetros de risco permitem também o cálculo do capital regulamentar de acordo com as normas decorrentes do novo Acordo de Capital de Basileia (BIS II). O capital regulamentar é determinado como a diferença entre a perda inesperada e a perda esperada.

A perda inesperada constitui a base do cálculo do capital e refere-se a um nível de perda muito elevado, mas pouco provável, que não é considerado recorrente e deve ser coberto com recursos próprios.

Perda observada: medições do custo de crédito

Em complemento à capacidade de previsão proporcionada pelos modelos avançados anteriormente descritos, são utilizadas outras métricas habituais que permitem uma gestão prudente e eficaz do risco de crédito com base na perda observada.

Em termos de reconhecimento de perdas, o custo do risco de crédito na Santander Consumer Finance é medido através de diferentes abordagens: VMG - Variação da Morosidade de Gestão (entradas em incumprimento - regularizações - recuperação de créditos incobráveis), DNI - provisão líquida para insolvências (provisões brutas - recuperação de créditos incobráveis), Créditos Incobráveis Líquidos (transferências para créditos incobráveis - recuperação de créditos incobráveis) e perda esperada. Com vista a obter um rácio de monitorização, os dois primeiros indicadores (em 12 meses) são divididos pela média de 12 meses da carteira total para obter o prémio de risco e o custo de crédito. Estes permitem ao gestor formar uma ideia completa sobre a evolução e as perspetivas futuras da carteira.

É de salientar que, ao contrário da morosidade, a VMG (créditos duvidosos finais – créditos duvidosos iniciais + créditos incobráveis – recuperação de créditos incobráveis) refere-se ao total da carteira com imparidade num determinado período, independentemente da situação em que esta se encontre (créditos duvidosos e créditos incobráveis). Isto faz com que a métrica seja um fator determinante na hora de estabelecer medidas para a gestão da carteira.

As duas abordagens medem a mesma realidade e, conseqüentemente, aproximam-se no longo prazo, embora representem momentos sucessivos na medição do custo do risco de crédito: fluxos de incumprimento (VMG) e cobertura dos créditos de cobrança duvidosa (DNIs), respetivamente. Embora convergirem a longo prazo dentro de um mesmo ciclo económico, em determinados momentos podem apresentar diferenças, como a observada neste período. Estas diferenças explicam-se pelo momento distinto de cálculo das perdas, que é determinado basicamente pela normativa contabilística (por exemplo, os créditos hipotecários têm um calendário de cobertura e passagem para a categoria de créditos incobráveis mais “lento” do que as carteiras de crédito ao consumo). Além disso, a análise pode ser complicada por alterações na política de cobertura e classificação como incobráveis, composição da carteira, alterações nas normas contabilísticas (IFRS 9), venda de carteiras e ajustes dos parâmetros para o cálculo da perda esperada, etc.

### e) *Ciclo de risco de crédito*

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir, se for o caso, os riscos incorridos pela atividade operacional do Grupo. Durante o processo, intervêm tanto as áreas que assumem riscos e a alta direção, como a Função de Riscos.

Sendo o Grupo membro do Grupo Santander, o processo tem início na alta direção, através do Conselho de Administração e do Comité Executivo de Riscos, que estabelece as políticas e procedimentos de risco, os limites e delegações de poderes, e aprova e supervisiona o quadro de atuação da função de riscos.

No ciclo de risco, distinguem-se três fases: pré-venda, venda e pós-venda. O processo é constantemente alimentado, incorporando os resultados e conclusões da fase de pós-venda ao estudo do risco e ao planeamento da pré-venda.



#### e.1) *Pré-venda*

##### - **Estudo de risco e processo de classificação de crédito**

De um modo geral, o estudo do risco consiste em analisar a capacidade do cliente para cumprir os seus compromissos contratuais com o Grupo e com outros credores. Isto implica analisar a qualidade de crédito do cliente, as suas operações de risco, a sua solvência e a rentabilidade a obter em função do risco assumido.

Com este objetivo, o Grupo utiliza, desde 1993, modelos de atribuição de classificações de solvência aos clientes, conhecidos como rating. Estes mecanismos são utilizados tanto no segmento grossista (soberano, entidades financeiras e banca corporativa), como no resto das empresas e instituições.

O rating é o resultado de um módulo quantitativo baseado em rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas, que é complementado pelo parecer especializado do analista.

As classificações atribuídas ao cliente são revistas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência adquirida ao longo do desenvolvimento da relação bancária. A periodicidade das revisões é aumentada no caso de clientes que atinjam determinados níveis nos sistemas automáticos de alerta e nos classificados como de acompanhamento especial. Da mesma forma, também são revistas as próprias ferramentas de classificação, a fim de ajustar a precisão da classificação que atribuem.

Ao contrário da utilização da notação de risco no mercado grossista e no resto das empresas e instituições, no segmento de particulares e pequenas empresas predominam as técnicas de pontuação, que, de forma geral, atribuem automaticamente uma avaliação do cliente para a tomada de decisões, tal como explicado na secção Decisão sobre operações.

##### - **Planeamento e estabelecimento de limites**

Esta fase tem por objetivo limitar, de forma eficiente e abrangente, os níveis de risco que o Grupo assume. O processo de planeamento do risco de crédito serve para estabelecer os orçamentos e limites ao nível das carteiras das subsidiárias. O planeamento é implementado através de um quadro de indicadores, garantindo a articulação entre o plano de negócios, a política de crédito e os meios necessários para a sua concretização. Nasce, portanto, como uma iniciativa conjunta entre a área Comercial e a área de Riscos e representa não só uma ferramenta de gestão, mas também uma forma de trabalho em equipa.

Um aspeto importante no planeamento é a consideração da volatilidade das variáveis macroeconómicas que afetam a evolução das carteiras. O Grupo realiza simulações dessa evolução face a diferentes cenários adversos e de stress (stress test) que permitem avaliar a solvência do Grupo face a determinadas situações conjunturais futuras.

A análise de cenários permite à alta direção ter uma melhor compreensão da evolução da carteira face a condições de mercado e conjuntura em constante mudança, sendo uma ferramenta fundamental para avaliar a suficiência das provisões constituídas face a cenários de stress.

O planeamento e o estabelecimento de limites são realizados através de documentos acordados entre as áreas de Negócio e de Risco e aprovados pelo Grupo, nos quais se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, bem como os limites a que essa atividade deve estar sujeita e a gestão de riscos associada por grupo/cliente.

### **e.2) Venda**

#### **- Decisão sobre operações**

A fase de venda consiste no processo de decisão, que tem por objetivo a análise e a resolução de operações, sendo a aprovação por parte da área de riscos um requisito prévio antes da contratação de qualquer operação de risco. Este processo deve ter em conta as políticas definidas de aprovação de operações e considerar tanto a apetência pelo risco como os elementos da operação que se revelam relevantes na procura do equilíbrio entre risco e rentabilidade.

No âmbito dos clientes padronizados (particulares, empresas e PME de menor volume de negócios), será facilitada a gestão de grandes volumes de operações de crédito através da utilização de modelos de decisão automáticos que classificam o binómio cliente/operação. Com eles, o investimento é classificado em grupos homogéneos de risco com base na classificação que o modelo atribui à operação, em função da informação sobre as características da referida operação e as características do seu titular.

### **e.3) Pós-venda**

#### **- Acompanhamento**

A função de acompanhamento baseia-se num processo de observação contínua, que permite detetar antecipadamente as variações que possam vir a ocorrer na qualidade de crédito dos clientes, com o objetivo de tomar medidas destinadas a corrigir os desvios que tenham um impacto negativo.

O acompanhamento baseia-se na segmentação de clientes e é realizado por equipas de risco dedicadas, tanto a nível local como global, complementadas pelo trabalho de auditoria interna.

A função concretiza-se, entre outras tarefas, na identificação, acompanhamento e atribuição de políticas ao nível do cliente que permitam antecipar surpresas e geri-las da forma mais adequada à sua situação, às políticas de crédito, às revisões de notações e ao acompanhamento contínuo de indicadores.

O sistema denominado Santander Customer Assessment Notes (SCAN) distingue quatro graus em função do nível de preocupação das circunstâncias observadas (Acompanhamento Especializado, Acompanhamento Intensivo, Acompanhamento Ordinário, Não Acompanhar). A inclusão de uma posição no SCAN não implica que tenham sido registados incumprimentos, mas sim a conveniência de adotar uma política específica para a mesma, determinando o responsável e o prazo em que deve ser executada. Os clientes classificados no SCAN Proativo são revistos pelo menos semestralmente, sendo essa revisão trimestral e/ou mensal para os graus mais graves. As vias pelas quais uma empresa é classificada no SCAN são o próprio trabalho de acompanhamento, a revisão realizada pela auditoria interna, a decisão do gestor comercial responsável pela empresa ou o acionamento do sistema estabelecido de alarmes automáticos.

As revisões das notações atribuídas são realizadas, pelo menos, anualmente, mas se forem detetadas fragilidades, ou em função da própria notação, são realizadas com maior periodicidade.

No que diz respeito aos riscos de particulares, empresas e PME com menor volume de negócios, é levada a cabo uma tarefa de acompanhamento dos principais indicadores com o objetivo de detetar desvios no comportamento da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos programas estratégicos comerciais (PECs).

### **f) Medição e controlo**

Para além do acompanhamento da qualidade de crédito dos clientes, o Grupo estabelece os procedimentos de controlo necessários para analisar a carteira atual de risco de crédito e a sua evolução, através das diferentes fases do risco de crédito.

A função é desenvolvida através da avaliação dos riscos a partir de diferentes perspetivas complementares entre si, estabelecendo como eixos principais o controlo por geografias, áreas de negócio, modelos de gestão, produtos, etc., facilitando a deteção precoce de focos de atenção específicos, bem como a elaboração de planos de ação para corrigir eventuais deteriorações.

Cada eixo de controlo permite dois tipos de análise:

### **1.- Análise quantitativa e qualitativa da carteira**

Na análise da carteira, controla-se, de forma permanente e sistemática, a evolução do risco em relação a orçamentos, limites e padrões de referência, avaliando os efeitos face a situações futuras, tanto exógenas como aquelas decorrentes de decisões estratégicas, com o objetivo de estabelecer medidas que situem o perfil e o volume da carteira de riscos dentro dos parâmetros fixados pelo Grupo.

Na fase de controlo do risco de crédito, são utilizadas, entre outras e de forma adicional às métricas tradicionais, as seguintes:

#### **- VMG (variação da morosidade de gestão)**

A VMG mede a variação da morosidade durante um período, descontando as perdas e tendo em conta as recuperações. Trata-se de uma medida agregada ao nível da carteira que permite reagir a deteriorações observadas na evolução da morosidade.

#### **- PE (perda esperada) e capital**

A perda esperada é a estimativa da perda económica que ocorrerá durante o próximo ano na carteira existente num determinado momento. Trata-se de mais um custo da atividade, devendo ser repercutido no preço das operações.

### **2.- Avaliação dos processos de controlo**

Inclui a revisão sistemática e periódica dos procedimentos e da metodologia, desenvolvida ao longo de todo o ciclo de risco de crédito, para garantir a sua eficácia e vigência.

Em 2006, no âmbito do quadro corporativo estabelecido no Grupo para o cumprimento da Lei Sarbanes Oxley, foi estabelecida uma metodologia corporativa para a documentação e certificação do Modelo de Controlo, definido em tarefas, riscos operacionais e controlos. A divisão de riscos avalia anualmente a eficiência do controlo interno das suas atividades.

Por outro lado, a função de validação interna, no âmbito da sua missão de supervisionar a qualidade da gestão de riscos do Grupo, garante que os modelos utilizados na aceitação e gestão dos diferentes riscos cumprem os critérios mais exigentes e as melhores práticas observadas no setor e/ou exigidas pelos reguladores. Além disso, a auditoria interna é responsável por garantir que as políticas, métodos e procedimentos são adequados, estão efetivamente implementados e são revistos regularmente.

### ***g) Gestão de Recuperação***

A atividade de recuperação é uma função relevante no âmbito da gestão de riscos do Grupo. Esta função é desempenhada pela área de Cobranças e Recuperações, que define uma estratégia global e uma abordagem integral da gestão de recuperação.

O Grupo combina um modelo global com uma execução local, tendo em conta as particularidades do negócio em cada âmbito.

O principal objetivo da atividade de recuperações é a cobrança das obrigações pendentes através da gestão dos nossos clientes, contribuindo para reduzir a necessidade de provisões e diminuir o custo do risco.

É assim que se orientam os objetivos específicos do processo de recuperações:

- Obter a cobrança ou a regularização de todos os saldos pendentes de pagamento, de modo a que uma conta volte ao seu estado normal; caso tal não seja possível, o objetivo é a recuperação total ou parcial das dívidas, em qualquer das situações contabilísticas ou de gestão em que se possam encontrar.
- Manter e fortalecer a nossa relação com o cliente, cuidando do seu comportamento e com uma oferta de alavancas de gestão, tais como produtos de refinanciamento de acordo com as suas necessidades e em conformidade com as políticas corporativas de admissão e controlo, estabelecidas pelas áreas de risco.

Na atividade de recuperação, os clientes são segmentados ou diferenciados em Clientes Padronizados e Clientes em Carteira, com modelos de gestão específicos e integrais em cada caso, de acordo com critérios básicos de especialização.

A gestão articula-se através de uma estratégia multicanal de relação com os clientes. A gestão centra-se no acompanhamento dos clientes e no seguimento dos acordos de pagamento, priorizando e adaptando as medidas com base no estado de avanço da sua situação de atraso, de crédito duvidoso ou de incumprimento, no seu balanço e nos seus compromissos de pagamento.

A rede comercial de gestão de recuperação é um canal complementar ao telefónico, que se orienta como via de relação de proximidade com clientes selecionados, e é composta por equipas de agentes com elevada orientação comercial, formação específica e elevadas capacidades de negociação, realizando uma gestão personalizada das suas próprias carteiras de clientes de alto impacto (balanços elevados, produtos especiais, clientes de gestão especial).

As atividades de recuperação em fases avançadas da situação de incumprimento são orientadas por uma gestão dupla, judicial e extrajudicial, mantendo as atividades comerciais e de acompanhamento através dos canais telefónicos e das redes de agentes, aplicando estratégias e práticas específicas ao estado de avanço.

O modelo de gestão promove a proatividade e a gestão orientada, por meio de campanhas contínuas de recuperação com desenhos específicos para grupos de clientes e estados de incumprimento, atuando com objetivos predefinidos através de estratégias específicas e atividades intensivas pelos canais adequados em prazos limitados.

Uma produção local adequada e a análise de informação de gestão diária e mensal, alinhadas com os modelos corporativos, foram definidas como base de inteligência empresarial para a tomada contínua de decisões na orientação da gestão e para o acompanhamento dos seus resultados.

#### ***h) Risco de Concentração***

O risco de concentração, no âmbito do risco de crédito, constitui um elemento essencial da gestão. O Grupo Santander, do qual o Grupo Santander Consumer Finance faz parte, efetua um acompanhamento contínuo do grau de concentração das carteiras de risco de crédito sob diferentes dimensões relevantes: áreas geográficas e países, setores económicos, produtos e grupos de clientes.

O conselho de administração, através da apetência pelo risco, determina os níveis máximos de concentração; o comité executivo de riscos estabelece as políticas de risco e revê os níveis de exposição adequados para a gestão adequada do grau de concentração das carteiras de risco de crédito.

A Santander Consumer Finance está sujeita à regulamentação relativa a “Grandes Riscos” constante da parte IV do CRR (Regulamento UE n.º 575/2013), segundo a qual a exposição assumida por uma entidade relativamente a um cliente ou a um grupo de clientes entre si ligados será considerada “grande exposição” quando o seu valor for igual ou superior a 10% do seu capital contabilizável. Além disso, para limitar as grandes exposições, nenhuma entidade poderá assumir, face a um cliente ou grupo de clientes ligados entre si, uma exposição cujo valor exceda 25% do seu capital admissível, após ter em conta o efeito da redução do risco de crédito previsto na norma.

No final de dezembro de 2024, após a aplicação de técnicas de mitigação do risco, nenhum grupo atinge os limiares acima referidos.

A Divisão de Riscos do Grupo Santander Consumer Finance colabora estreitamente com a Divisão Financeira na gestão ativa das carteiras de crédito que, entre as suas linhas de ação, contempla a redução da concentração das exposições através de diversas técnicas, tais como a contratação de derivados de crédito de cobertura ou operações de titularização, com o objetivo final de otimizar a relação retorno-risco da carteira total.

A discriminação, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, da concentração de riscos (\*) do Grupo por atividade e área geográfica das contrapartes é apresentada a seguir:

	2025				
	Milhares de euros				
	Espanha	Resto da União Europeia	América	Resto do Mundo	Total
Bancos centrais e instituições de crédito	2 175 065	7 687 585	185 194	584 618	10 582 407
Administrações Públicas	2 804 217	4 846 848	—	85 596	7 686 156
<i>Das quais:</i>					
<i>Administração Central</i>	2 808 861	4 759 482	—	8 920	7 572 218
<i>Outras Administrações Públicas</i>	856	86 911	—	26 676	118 948
Outras instituições financeiras	6 908	947 576	21 178	280 745	1 256 407
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual	4 049 428	84 507 796	5 442	1 558 200	40 120 861
<i>Dos quais:</i>					
<i>Construção e promoção imobiliária</i>	—	—	—	—	—
<i>Construção de obras públicas</i>	—	—	—	—	—
<i>Grandes empresas</i>	1 747 872	14 052 180	2 124	884 189	16 185 765
<i>PMEs e empresários individuais</i>	2 802 051	20 455 666	8 818	1 174 061	28 985 096
Outros agregados familiares e instituições sem fins lucrativos ao serviço dos agregados familiares	9 852 851	69 718 006	659 951	4 682 824	84 858 682
<i>Dos quais:</i>					
<i>Habituação</i>	867 589	2 214 021	481	8 158	2 585 249
<i>Consumo</i>	8 986 658	66 891 484	659 470	4 622 688	81 110 250
<i>Outros fins</i>	48 604	607 551	—	6 978	668 188
				Total	148 954 468

(\*) A definição de risco para efeitos deste quadro inclui as seguintes rubricas do balanço consolidado público: "Empréstimos e adiantamentos: a instituições de crédito", "Empréstimos e adiantamentos: bancos centrais", "Empréstimos e adiantamentos: a clientes", "Títulos representativos de dívida", "Instrumentos de capital", "Derivados", "Derivados - Contabilidade de cobertura", "Participações e garantias concedidas".

	2024				
	Milhares de euros				
	Espanha	Resto da União Europeia	América	Resto do Mundo	Total
Bancos centrais e instituições de crédito	8 872 876	10 185 077	—	447 877	18 955 880
Administrações Públicas	1 741 640	8 255 117	—	89 281	5 085 988
<i>Das quais:</i>					
<i>Administração Central</i>	1 740 579	2 018 286	—	—	8 758 865
<i>Outras Administrações Públicas</i>	1 061	1 286 881	—	89 281	1 277 128
Outras instituições financeiras	55 048	668 160	19 840	801 688	1 089 176
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual	4 591 998	88 995 088	—	1 720 206	40 807 287
<i>Dos quais:</i>					
<i>Construção e promoção imobiliária</i>	—	102 888	—	—	102 888
<i>Construção de obras públicas</i>	—	5 988	—	—	5 988
<i>Grandes empresas</i>	2 241 594	14 866 944	—	899 287	17 007 775
<i>PMEs e empresários individuais</i>	2 850 899	19 519 828	—	1 820 969	28 191 196
Outros agregados familiares e instituições sem fins lucrativos ao serviço dos agregados familiares	9 878 650	68 781 924	718 171	4 480 870	78 804 115
<i>Dos quais:</i>					
<i>Habituação</i>	888 248	2 480 608	—	—	2 818 851
<i>Consumo</i>	8 950 955	60 901 848	718 171	4 480 870	75 051 889
<i>Outros fins</i>	89 447	899 478	—	—	488 925
				Total	188 641 896

(\*) A definição de risco para efeitos deste quadro inclui as seguintes rubricas do balanço consolidado público: "Empréstimos e adiantamentos: a instituições de crédito", "Empréstimos e adiantamentos: bancos centrais", "Empréstimos e adiantamentos: a clientes", "Títulos representativos de dívida", "Instrumentos de capital", "Derivados", "Derivados - Contabilidade de cobertura", "Participações e garantias concedidas".

### III. Risco de mercado, estrutural e de liquidez

#### a. Âmbito e definições

O âmbito de medição, controlo e acompanhamento da função de riscos de mercado abrange as operações em que se assume risco patrimonial, em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Esses riscos são gerados por meio de dois tipos de atividades fundamentais:

- A atividade de negociação, que inclui tanto a prestação de serviços financeiros nos mercados para clientes, em que a entidade é a contraparte, como a atividade de compra, venda e posicionamento próprio em produtos de rendimento fixo, rendimento variável e divisas, principalmente.

A Santander Consumer Finance não realiza atividades de negociação (trading), limitando-se a sua atividade de tesouraria à gestão do risco estrutural do seu balanço e à sua cobertura, bem como à gestão da liquidez necessária para financiar o seu negócio.

- A atividade de gestão do balanço ou ALM, que implica a gestão dos riscos inerentes ao balanço da entidade, excluindo a carteira de negociação.

Os riscos gerados nestas atividades são:

- De mercado: risco incorrido em consequência da possibilidade de alterações nos fatores de mercado que afetem o valor das posições que a entidade mantém nas suas carteiras de negociação (trading book).
- Estruturais: risco decorrente da gestão das diferentes rubricas do balanço. Este risco abrange tanto as perdas decorrentes de variações de preços que afetam as carteiras disponíveis para venda e a vencimento (carteira bancária), como as perdas decorrentes da gestão dos ativos e passivos do Grupo avaliados ao custo amortizado.
- De liquidez: risco de não cumprir as obrigações de pagamento atempadamente ou de o fazer a um custo excessivo, bem como a capacidade de financiar o crescimento do seu volume de ativos. Entre os tipos de perdas ocasionadas por este risco encontram-se as perdas decorrentes de vendas forçadas de ativos ou os impactos na margem devido ao desfasamento entre as previsões de saídas e entradas de caixa.

Os riscos de mercado de negociação e estruturais, em função da variável de mercado que os gera, podem ser classificados em:

- Risco de taxa de juro: identifica a possibilidade de que variações nas taxas de juro possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade.
- Risco de spread de crédito: identifica a possibilidade de que variações nas curvas de spread de crédito associadas a emitentes e tipos de dívida específicos possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade. O spread é um diferencial entre instrumentos financeiros que são cotados com uma margem sobre outros instrumentos de referência, principalmente a TIR (Taxa Interna de Retorno) de títulos do Estado e as taxas de juro interbancárias.
- Risco cambial: identifica a possibilidade de que variações no valor de uma posição em moeda diferente da moeda base possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade.
- Risco de inflação: identifica a possibilidade de que variações nas taxas de inflação possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade.
- Risco de volatilidade: identifica a possibilidade de que variações na volatilidade cotada das variáveis de mercado possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade.

- Risco de liquidez de mercado: identifica a possibilidade de uma entidade ou do Grupo no seu conjunto não ser capaz de liquidar ou encerrar uma posição atempadamente sem afetar o preço de mercado ou o custo da transação.
- Risco de pré-pagamento ou cancelamento: identifica a possibilidade de que o cancelamento antecipado sem negociação, nas operações cuja relação contratual o permita de forma explícita ou implícita, gere fluxos de caixa que devam ser reinvestidos a uma taxa de juro potencialmente mais baixa.

Existem outras variáveis que afetam exclusivamente o risco de mercado (e não o risco estrutural), pelo que este pode ser adicionalmente classificado em:

- Risco de ações: identifica a possibilidade de que alterações no valor dos preços ou nas expectativas de dividendos de instrumentos de ações possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade.
- Risco de matérias-primas: identifica a possibilidade de que variações no valor dos preços das mercadorias possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade.
- Risco de correlação: identifica a possibilidade de que alterações na correlação entre variáveis, sejam elas do mesmo tipo ou de natureza distinta, cotadas pelo mercado, possam afetar negativamente o valor de um instrumento financeiro, de uma carteira ou do Grupo na sua totalidade.
- Risco de garantia: identifica a possibilidade de não se atingirem os objetivos de colocação de títulos ou outro tipo de dívida quando a entidade participa na garantia dos mesmos.

Além disso, o risco de liquidez pode ser classificado nas seguintes categorias:

- Risco de financiamento: identifica a possibilidade de a entidade ser incapaz de cumprir as suas obrigações em consequência da incapacidade de vender ativos ou de obter financiamento.
- Risco de desfasamento: identifica a possibilidade de as diferenças entre as estruturas de vencimentos dos ativos e dos passivos gerarem um custo adicional para a entidade.
- Risco de contingência: identifica a possibilidade de não dispor de elementos de gestão adequados para a obtenção de liquidez em consequência de um evento extremo que implique maiores necessidades de financiamento ou de garantias para a sua obtenção.

## **b. Medição e metodologias**

### 1. Risco estrutural de taxa de juro

O Grupo realiza análises de sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial face a variações das taxas de juro. Esta sensibilidade é condicionada pelos desfasamentos nas datas de vencimento e de revisão das taxas de juro das diferentes rubricas do balanço.

Em função do posicionamento de taxa de juro do balanço, e tendo em conta a situação e as perspetivas do mercado, são acordadas as medidas financeiras para adequar esse posicionamento ao desejado pelo Grupo. Estas medidas podem ir desde a assunção de posições nos mercados até à definição das características de taxa de juro dos produtos comerciais.

As medidas utilizadas para o controlo do risco de taxa de juro nestas atividades são o gap de taxas de juro, as sensibilidades da margem financeira e do valor patrimonial às variações nos níveis das taxas de juro.

- Gap de taxa de juro

A análise do gap de taxas de juro aborda os desfasamentos entre os prazos de reavaliação dos montantes patrimoniais dentro das rubricas, tanto do balanço (ativo e passivo) como das contas de ordem (fora de balanço). Proporciona uma representação básica da estrutura do balanço e permite detetar concentrações de risco de juro nos diferentes prazos. É, além disso, uma ferramenta útil para estimar os possíveis impactos de eventuais variações nas taxas de juro sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da entidade.

Todas as posições do balanço e fora de balanço devem ser repartidas pelos seus fluxos e colocadas no ponto de reavaliação/vencimento. No caso das posições que não têm um vencimento contratual, utiliza-se o modelo interno do Grupo Santander de análise e estimativa das durações e sensibilidades das mesmas.

- Sensibilidade da Margem Financeira (NII)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos rendimentos esperados para um determinado prazo (12 meses) face a uma variação da curva de taxas de juro.

- Sensibilidade do Valor Patrimonial (EVE)

Mede o risco de taxa de juro implícito no valor patrimonial, que, para efeitos de risco de taxa de juro, se define como a diferença entre o valor atual líquido dos ativos menos o valor atual líquido dos passivos exigíveis, com base no impacto que uma variação das taxas de juro tem nesses valores atuais.

- Relatórios Regulamentares

A Santander Consumer Finance realiza a medição do risco de taxa de juro seguindo as Orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre a gestão do risco de taxa de juro (IRRBB) e a avaliação e acompanhamento do risco de diferencial de crédito (CSRBB) de atividades não relacionadas com a negociação (EBA/GL/2022/14) para o Grupo consolidado.

## 2. Risco de liquidez

A gestão da liquidez estrutural visa financiar a atividade recorrente do Grupo Santander Consumer Finance em condições ótimas de prazo e custo, evitando assumir riscos de liquidez indesejados.

As medidas utilizadas para o controlo do risco de liquidez são o gap de liquidez, os rácios de liquidez, o quadro de liquidez estrutural, os testes de stress de liquidez, o plano financeiro, o plano de contingência de liquidez e os relatórios regulamentares.

- Gap de liquidez

O gap de liquidez fornece informação sobre as entradas e saídas de caixa contratuais e esperadas para um determinado período, em cada uma das moedas em que o Grupo Santander Consumer Finance opera. Mede a necessidade ou o excedente líquido de fundos numa determinada data e reflete o nível de liquidez mantido em condições normais de mercado.

No Gap de liquidez contratual, são analisados todos os saldos que geram fluxos de caixa, colocados no seu ponto de vencimento contratual. Para os ativos e passivos sem vencimento contratual, utiliza-se o modelo interno de análise do Grupo Santander, baseado no estudo estatístico da série histórica dos produtos, e determina-se o que se denomina saldo estável e instável para efeitos de liquidez.

- Rácios de Liquidez

O Rácio de Liquidez Mínima compara os ativos líquidos disponíveis para venda ou cessão (após a aplicação dos descontos e ajustes pertinentes) e os ativos com vencimento inferior a 12 meses com os passivos com vencimento até 12 meses.

O Rácio de Financiamento Estrutural mede em que medida os ativos que requerem financiamento estrutural estão a ser financiados por passivos estruturais.

- Quadro de Liquidez Estrutural

O objetivo desta análise é determinar a posição de liquidez estrutural, tendo em conta o perfil de liquidez (maior ou menor estabilidade) dos diferentes instrumentos do ativo e do passivo.

- Testes de stress de liquidez

Os testes de stress de liquidez desenvolvidos pelo Grupo Santander Consumer Finance têm como objetivo determinar o impacto de uma crise de liquidez grave, mas plausível. Nestes cenários de stress, simulam-se fatores internos que possam afetar a liquidez do Grupo, tais como a descida da notação de crédito institucional, do valor dos ativos no

balanço, crises bancárias, fatores regulatórios, alterações nas tendências de consumo e/ou perda de confiança dos depositantes, entre outros.

Através do teste de resistência a estes fatores, são simulados, com periodicidade mensal, quatro cenários de crise de liquidez (crise bancária em Espanha, crise idiossincrática do Grupo Santander Consumer Finance, crise global, bem como um cenário combinado), estabelecendo, com base nos seus resultados, um nível mínimo de ativos líquidos.

- Plano Financeiro

O plano de liquidez é elaborado anualmente, com base nas necessidades de financiamento decorrentes dos orçamentos de negócio de todas as filiais do Grupo. A partir dessas necessidades de liquidez, são analisadas as limitações de recurso a novas titularizações em função dos possíveis ativos elegíveis disponíveis, bem como o possível crescimento dos depósitos de clientes. Com esta informação, procede-se ao estabelecimento do plano de emissões e titularizações para o exercício. Ao longo do ano, é efetuado um acompanhamento periódico da evolução real das necessidades de financiamento, o que dá origem às consequentes atualizações do plano.

- Plano de Contingência de Liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez tem como objetivo prever os processos (estrutura de governação) que devem ser seguidos caso ocorra uma crise de liquidez, seja ela potencial ou real, bem como a análise das ações de contingência ou alavancas disponíveis para a gestão da entidade face a tal situação.

O Plano de Contingência de Liquidez baseia-se em, e deve ser concebido em consonância com, dois elementos-chave: os testes de resistência à liquidez e o sistema de indicadores de alerta precoce (EWI, na sigla em inglês). Os testes de resistência e os seus diferentes cenários servem de base para analisar as ações de contingência disponíveis, bem como para determinar a sua suficiência. O sistema de EWIs serve para monitorizar e, potencialmente, acionar o mecanismo de escalonamento para ativar o plano e acompanhar a evolução da situação uma vez ativado.

- Relatórios Regulamentares

A Santander Consumer Finance calcula, mensalmente, o rácio de cobertura de liquidez (Liquidity Coverage Ratio, LCR) da Autoridade Bancária Europeia (EBA) para o Grupo consolidado, bem como o rácio de financiamento líquido estável (Net Stable Funding Ratio, NSFR).

Além disso, a Santander Consumer Finance elabora anualmente o relatório correspondente ao ILAAP (Internal Liquidity Adequacy and Assessment Process) para que seja integrado no documento consolidado do Grupo Santander, apesar de não ser exigido pela Autoridade de Supervisão ao nível do Subgrupo de Gestão de Liquidez.

### 3. Risco cambial estrutural

O risco cambial estrutural é gerido no âmbito dos procedimentos corporativos gerais, com o objetivo de manter constante o rácio CET1, tanto a nível do Grupo Santander como do Grupo Santander Consumer Finance.

#### **c. Ambiente de controlo**

O ambiente de controlo do risco estrutural e de liquidez no Grupo Santander Consumer Finance baseia-se no quadro do plano de limites anual, onde são estabelecidos os limites para esses riscos, em resposta ao nível de apetite pelo risco do Grupo.

A estrutura de limites requer a implementação de um processo que tenha em conta, entre outros, os seguintes aspetos:

- Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos de mercado incorridos, de modo a que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.
- Quantificar e comunicar às áreas de negócio os níveis e o perfil de risco que a alta direção considera aceitáveis, para evitar a assunção de riscos indesejáveis.
- Conceder flexibilidade às áreas de negócio na assunção de riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, de acordo com as alterações no mercado e nas estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela entidade.

- Permitir aos geradores de negócio uma assunção de riscos prudente, mas suficiente para alcançar os resultados orçamentados.
- Delimitar o leque de produtos e subjacentes em que cada unidade de Tesouraria pode operar, tendo em conta características como o modelo e os sistemas de avaliação, a liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

Caso se verifique um excesso em relação a um destes limites, a função de riscos de mercado, estruturais e de liquidez notificará esse excesso, solicitando os motivos e um plano de ação aos responsáveis pela gestão do risco.

No que diz respeito ao risco estrutural, os principais limites de gestão a nível do Santander Consumer Finance Consolidado são:

- Limite de sensibilidade da margem financeira a um ano.
- Limite de sensibilidade do valor patrimonial.

Os limites são comparados com a sensibilidade que implica a maior perda entre as calculadas para diferentes cenários de subida e descida paralelas da curva de taxas de juro. Durante 2025, esses limites aplicavam-se à perda mais adversa entre 8 cenários de subidas e descidas paralelas de até 100 pontos base. Além disso, são calculados outros cenários paralelos e não paralelos, entre os quais se incluem os definidos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA). A utilização de vários cenários permite melhorar o controlo do risco de taxa de juro. Nos cenários de descida, são contempladas taxas de juro negativas.

Durante 2025, o nível de exposição a nível consolidado no Grupa SCF, tanto sobre a margem financeira como sobre o valor económico, é baixo em relação ao orçamento e ao montante de fundos próprios, respetivamente, sendo em ambos os casos inferior a 4% ao longo de todo o ano, e dentro dos limites estabelecidos e dos níveis de referência regulamentares.

No que diz respeito ao risco de liquidez, os principais limites a nível do Grupo Santander Consumer Finance incluem métricas de liquidez regulamentares, tais como o LCR e o NSFR, bem como os testes de resistência à liquidez em diferentes cenários adversos anteriormente referidos.

No final de dezembro de 2025, todas as métricas de liquidez encontram-se acima dos limites internos em vigor, bem como das exigências regulamentares. Tanto para o LCR como para o NSFR a nível do Grupo consolidado, situaram-se em níveis superiores a 115% e 105% ao longo de todo o ano.

#### **d. Gestão**

A gestão do balanço implica a análise, projeção e simulação de riscos estruturais, juntamente com a conceção, proposta e execução de transações e estratégias para a sua gestão. A Área de Gestão Financeira é responsável por esse processo e, no desempenho desta função, segue uma abordagem projetiva, sempre que tal seja aplicável ou viável.

Segue-se uma descrição de alto nível dos principais processos e/ou responsabilidades seguidos na gestão dos riscos estruturais:

- Análise do balanço e dos seus riscos estruturais.
- Acompanhamento da evolução dos mercados mais relevantes para a gestão de ativos e passivos (ALM) no Grupo.
- Planeamento. Conceção, manutenção e monitorização de determinados instrumentos de planeamento. A Direção Financeira tem a responsabilidade de elaborar, acompanhar e manter o Plano Financeiro, o Plano de Financiamento e o Plano de Contingência de Liquidez.
- Propostas estratégicas. Conceção de estratégias destinadas a financiar a atividade do Subgrupo SCF através das melhores condições disponíveis no mercado ou mediante a gestão do balanço e da sua exposição aos riscos estruturais, evitando assumir riscos desnecessários, preservando a margem financeira e protegendo o valor de mercado do património e do capital.

- Execução. Para alcançar um posicionamento adequado de ALM, a Área de Gestão Financeira utiliza diferentes ferramentas, sendo as principais as emissões nos mercados de dívida/capital, as titularizações, os depósitos e as coberturas de taxas de juro e/ou de moedas, bem como a gestão das carteiras ALCO e a reserva mínima de liquidez.
- Cumprimento dos limites e apetite de risco.

#### IV. Risco Climático e Ambiental

O Quadro Corporativo de Riscos do Grupo Santander, adotado pela SCF, define os fatores de risco ambientais e climáticos (sejam eles físicos ou de transição) como elementos que podem influenciar os riscos existentes a médio e longo prazo.

A SCF incorporou os riscos climáticos em todos os processos do EWRM através de uma abordagem integral e continuará a reforçar estas medidas, incluindo a integração dos fatores climáticos na gestão dos diferentes tipos de risco.

- **Riscos Principais e Emergentes:** Os riscos climáticos e ambientais estão incluídos no cenário de evolução do setor automóvel da SCF, juntamente com outros fatores como a partilha de veículos, a condução autónoma, etc.
- **Mapa de Riscos:** As alterações climáticas são consideradas um risco transversal relevante, com impacto sobre o risco de crédito, reputacional/regulatório, estratégico e de valor residual, entre outros.
- **Avaliação do Perfil de Risco (RPA):** É realizada uma avaliação qualitativa do perfil de risco em cada iteração do exercício.
- **Apetite de Risco:** A SCF continua a aperfeiçoar o quadro RAS, especialmente no que diz respeito aos riscos climáticos e de valor residual, com especial atenção aos veículos elétricos. Atualmente, está a ser incorporada uma nova métrica relacionada com os objetivos/intervalos de descarbonização divulgados para 2030.
- **Estratégia de Risco:** A estratégia de risco da SCF incorpora os riscos relacionados com as alterações climáticas.
- **Risco Estratégico:** O risco climático é considerado como um possível fator que pode influenciar o risco estratégico ou do modelo de negócio, ao gerar mudanças graduais no ambiente operacional do Banco. É tido em conta nos principais processos de planeamento e revisão estratégica (SXX, PXX, orçamento, etc.).
- **ICAAP e Testes de Stresse:** O ICAAP da SCF incorpora este tema por meio de um choque idiossincrático no cenário adverso, com impacto na margem e no risco de crédito; o teste de stresse de valor residual considera riscos climáticos utilizando diferentes cenários para veículos elétricos devido à obsolescência tecnológica. O ICAAP da SCF inclui um cenário específico de risco climático, que incorpora três elementos que garantem uma cobertura adequada tanto do risco de transição como do risco físico.

A abordagem EWRM baseia-se numa avaliação das implicações e da materialidade dos riscos climáticos para a SCF, com especial foco nas carteiras dos setores automóvel, hipotecário e empresarial.

O principal fator impulsionador dos riscos climáticos e ambientais é a transição de veículos com motor de combustão interna (ICE) para veículos elétricos (EVs), o que afeta os riscos de reputação, estratégicos, de valor residual (RV) e de crédito. Outra consideração relevante é o impacto dos riscos de transição e físicos nas carteiras dos setores automóvel, hipotecário e empresarial, que se materializa através do aumento da LGD e da PD, e é avaliado de acordo com a norma do Grupo Santander numa escala que vai de baixo a muito elevado.



A SCF está a reforçar a gestão e o controlo destes riscos em estreita coordenação com as equipas corporativas do Santander. As linhas de trabalho atuais são:

- Integração nos processos de gestão e controlo
- Modelo Operacional Objetivo de Riscos Ambientais e de Alterações Climáticas (E&CC Target Operating Model)

#### 1. Integração nos processos de gestão e controlo

A SCF elaborou um relatório de Acompanhamento de Riscos Climáticos e Ambientais que é atualizado e revisto trimestralmente. Este inclui uma avaliação geral das carteiras dos setores automóvel, hipotecário, empresarial e BCB, tendo em conta a diversificação dos clientes. Além disso, incorpora uma análise detalhada de clientes corporativos e PME, discriminada por código NACE, o que permite uma visão mais granular da carteira.

Além disso, a área de Riscos da SCF contribuiu ativamente para o desenvolvimento do “Quadro Global de Financiamento Verde, Social e Sustentável” do Santander e participa no seu fórum interno de governação. Da mesma forma, o Relatório Financeiro da SCF inclui um capítulo dedicado aos riscos climáticos.

#### 2. Modelo Operacional Objetivo de Riscos Ambientais e de Alterações Climáticas (E&CC Target Operating Model)

O Modelo Operacional Objetivo (TOM) de Riscos Ambientais e de Alterações Climáticas (E&CC) tem como objetivo integrar estes riscos na tomada de decisões de crédito, identificando e mitigando tanto os riscos de transição como os riscos físicos. Além disso, foi concebido para responder às expectativas das autoridades de supervisão e apoiar os objetivos estratégicos do Banco através da implementação de iniciativas que cumpram os compromissos regulamentares e as metas a longo prazo.

O modelo está estruturado em cinco linhas de trabalho: (i) Planeamento e Gestão Estratégica; (ii) Gestão de Riscos; (iii) Integração no Processo de Concessão de Crédito; (iv) Dados, Modelos, Ferramentas e Sistemas; e (v) Governação e Cultura.

- i. Planeamento e Gestão Estratégica: Reforçar o quadro de riscos de crédito E&CC para abranger todos os setores climáticos e integrá-los na gestão do risco de crédito, através do desenvolvimento de políticas, procedimentos e orientações. Assegurar o alinhamento da estratégia de negócio com os compromissos climáticos.
- ii. Gestão de Riscos: Identificar e avaliar riscos ambientais e sociais em todos os horizontes temporais relevantes, incluindo o desenvolvimento de procedimentos e métricas para avaliar os seus possíveis impactos ao longo do tempo.
- iii. Integração no processo de concessão de crédito: Incorporar critérios ESCC nas avaliações de crédito e nas classificações de clientes, monitorizar riscos físicos e de transição (por exemplo, inundações...

- iv. Dados, Modelos, Ferramentas e Sistemas: Melhorar a identificação de riscos ESCC utilizando as diretrizes do Grupo (por exemplo, etiqueta EPC, geolocalização), ampliar a recolha de dados de sistemas e fontes para exposições novas e existentes, e incorporar modelos climáticos e análises de cenários para avaliar a resiliência de clientes e carteiras.
- v. Governança e Cultura: Definir responsabilidades no âmbito da governação local (órgão de gestão, subcomités, fóruns) para supervisionar a estratégia e a gestão de riscos E&CC, assegurando a coordenação com o Grupo para alinhar as ações locais através de casos de negócio e melhores práticas.

**g) Adequação ao novo quadro regulamentar**

Em 2025, a nível consolidado, o Grupo Santander Consumer Finance deve manter um rácio de capital mínimo de 8,63% de CET1 phase-in (sendo 4,5% o requisito do Pilar I, 1,5% o requisito do Pilar II, 2,5% o requisito da reserva de conservação de capital e 0,79% da reserva anticíclica). Este requisito inclui: (i) o requisito mínimo de Capital Próprio de Nível 1 (CET1) que deve ser mantido em todos os momentos nos termos do artigo 92.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 575/2013; (ii) o Capital Próprio de Nível 1 (CET1) que deve ser mantido em excesso em todos os momentos, em conformidade com o artigo 16.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1024/2013; e (iii) a reserva de conservação de capital nos termos do artigo 129.º da Diretiva 2013/36/UE. Além disso, o Grupo Santander Consumer Finance deve manter um rácio de capital mínimo de 10,42% de T1 (fase de transição), bem como um rácio total mínimo de 12,79% (fase de transição).

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco cumpre os requisitos mínimos de capital exigidos pela regulamentação em vigor.

**Reconciliação do capital contabilístico com o capital regulamentar (Milhões de euros)**

	2025	2024
Capital subscrito	5 639	5 639
Prémios de emissão	1 140	1 140
Reservas	4 020	3 960
Outros elementos do património líquido	1 200	1 200
Lucro atribuído	728	804
Dividendo distribuído		
Dividendo provisório	(100)	
<b>Capitais próprios no balanço público</b>	<b>12 626</b>	<b>12 743</b>
Ajustes de avaliação	(740)	(725)
Interesses minoritários	2 861	2 728
<b>Total do património líquido do balanço público</b>	<b>14 747</b>	<b>14 747</b>
Goodwill e intangíveis	(1 795)	(1 861)
Dividendo não distribuído	(628)	(804)
Ações e participações preferenciais contabilizadas		
Outros ajustes do capital próprio básico (*)	(1 331)	(934)
<b>Tier 1 (Phase-in)</b>	<b>10 993</b>	<b>11 148</b>

(\*) Fundamentalmente devido a participações minoritárias não contabilizadas e outras deduções e filtros prudenciais, em conformidade com o CRR.

A seguir, apresentam-se todos os coeficientes de capital e um detalhe dos fundos próprios contabilizáveis do Grupo:

	2025	2024
<b>Coeficientes de capital</b>		
Capital ordinário contabilizável de Nível 1 (milhões de euros)	9 532	9 687
Capital adicional contabilizável de Nível 1 (milhões de euros)	1 461	1 461
Capital contabilizável de Nível 2 (milhões de euros)	1 968	1 945
Ativos ponderados pelo risco (milhões de euros)	78 331	76 654
Coeficiente de capital ordinário de Nível 1 (CET1)	12,17%	12,64%
Coeficiente de capital adicional de Nível 1 (AT1)	1,87%	1,91%
Coeficiente de capital de Nível 1 (TIER 1)	14,03%	14,54%
Coeficiente de capital de Nível 2 (TIER 2)	2,51%	2,54%
<b>Coeficiente de capital total</b>	<b>16,55%</b>	<b>17,08%</b>

#### Recursos próprios contabilizáveis (milhões de euros)

	2025	2024
<b>Fundos próprios contabilizáveis</b>		
<b>Capital próprio de nível 1</b>	<b>9 532</b>	<b>9.687</b>
Capital	5 639	5 639
Prémio de emissão	1 140	1 140
Reservas	4 020	3 961
Outros rendimentos retidos	(724)	(706)
Participações minoritárias	1 852	1 809
Lucro líquido de dividendos	—	275
Deduções e filtros prudenciais	(600)	(570)
<i>Goodwill e intangíveis</i>	(1 795)	(1 861)
<i>Outros</i>		
<b>Capital Adicional de Nível 1</b>	<b>1 461</b>	<b>1461</b>
Instrumentos contabilizáveis AT1	1 200	1 200
Excessos de T1 das filiais	261	261
Valor residual de ativos intangíveis	—	—
Outros	—	—
<b>Nível II</b>	<b>1.968</b>	<b>1.945</b>
Instrumentos contabilizáveis T2	1 994	1 901
Fundos genéricos e excedentes de insolvência IRB	—	—
Excessos T2 das filiais	(26)	44
Outros		
<b>Total de capitais próprios contabilizados</b>	<b>12 961</b>	<b>13 093</b>

No que diz respeito ao risco de crédito, o Banco prossegue com o seu plano de implementação da abordagem avançada de modelos internos (AIRB) de Basileia. Este avanço é também condicionado pelas aquisições de novas entidades, bem como pela necessidade de coordenação entre as autoridades de supervisão no que respeita aos processos de validação dos modelos internos.

O Grupo Santander Consumer Finance está presente principalmente em regiões onde o quadro legal entre as autoridades de supervisão é o mesmo, como acontece na Europa através da Diretiva e do Regulamento sobre Requisitos de Capital.

Atualmente, o Grupo Santander Consumer Finance conta com a autorização de supervisão para a utilização de abordagens avançadas no cálculo dos requisitos de capital regulamentar por risco de crédito para as suas principais carteiras em Espanha, determinadas carteiras na Alemanha, nos países nórdicos e em França.

No que diz respeito ao risco operacional, o Grupo Santander Consumer Finance utiliza atualmente a abordagem padrão de cálculo do capital regulamentar prevista na Diretiva Europeia de Capital.

No que diz respeito aos restantes riscos explicitamente contemplados no Pilar I de Basileia, o risco de mercado não é significativo no Santander Consumer Finance, uma vez que não faz parte da atividade da empresa, sendo utilizada a abordagem padrão.

### Rácio de Alavancagem

O rácio de alavancagem foi estabelecido no âmbito regulamentar de Basileia III como uma medida não sensível ao risco do capital exigido às entidades financeiras. O Grupo efetua o cálculo de acordo com o estabelecido na CRD IV e a sua posterior alteração pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013, em 17 de janeiro de 2015, cujo objetivo foi harmonizar os critérios de cálculo com os especificados no documento *"Basel III leverage ratio framework and disclosure requirements"* do Comité de Basileia.

Este rácio é calculado como o quociente entre o *Tier 1* dividido pela exposição de alavancagem. Esta exposição é calculada como a soma dos seguintes elementos:

- Ativo contabilístico, sem derivados e sem elementos considerados como deduções no *Tier 1* (por exemplo, inclui-se o saldo dos empréstimos, mas não o goodwill).
- Contas de ordem (avales, limites de crédito concedidos e não utilizados, créditos documentários, principalmente) ponderadas pelos fatores de conversão de crédito.
- Inclusão do valor líquido dos derivados (as mais-valias e menos-valias com a mesma contraparte são compensadas, deduzidas as garantias se estas cumprirem determinados critérios), acrescida de uma sobretaxa pela exposição potencial futura.
- Um acréscimo pelo risco potencial das operações de financiamento de títulos.
- Por último, inclui-se um acréscimo pelo risco dos derivados de crédito (CDS).

Segue-se a discriminação do rácio de alavancagem a nível subconsolidado "fully loaded":

Milhões de euros	2025	2024
<b>Alavancagem</b>		
Capital de Nível 1	10 993	11 148
Exposição	132 753	133 147
<b>Rácio de alavancagem</b>	8,28%	8,37%

### Capital económico

Do ponto de vista da solvência, o Grupo Santander Consumer Finance utiliza, no âmbito do Pilar II de Basileia, o seu modelo económico para o processo de autoavaliação de capital (PAC ou ICAAP, na sigla em inglês). Para tal, planeia-se a evolução do negócio e as necessidades de capital num cenário central e em cenários alternativos de stress. Nesta planificação, o Grupo assegura-se de manter os seus objetivos de solvência, mesmo em cenários económicos adversos.

O capital económico é o capital necessário, de acordo com um modelo desenvolvido internamente, para suportar todos os riscos da nossa atividade com um determinado nível de solvência. No nosso caso, o nível de solvência é determinado pela notação de risco objetiva a longo prazo de "A" (dois níveis acima da notação da Espanha), o que implica aplicar um nível de confiança de 99,95% (superior aos 99,90% regulamentares) para calcular o capital necessário.

O modelo de capital económico do Grupo inclui na sua medição todos os riscos significativos em que o Grupo incorre nas suas operações, pelo que considera riscos como concentração, juros estruturais, negócio, pensões e outros que estão fora do âmbito do chamado Pilar 1 regulamentar. Além disso, o capital económico incorpora o efeito de diversificação, que no caso do Grupo é fundamental, devido à natureza multinacional e multissetorial da sua atividade, para determinar o perfil global de risco e solvência.

O Grupo Santander Consumer Finance utiliza na sua gestão de risco a metodologia RORAC para o cálculo do consumo de capital económico e do retorno sobre o mesmo das unidades de negócio do Grupo, bem como de segmentos, carteiras ou clientes, com o objetivo de analisar periodicamente a criação de valor e facilitar uma alocação ótima do capital.

A metodologia RORAC permite comparar, em bases homogéneas, o rendimento de operações, clientes, carteiras e negócios, identificando aqueles que obtêm uma rentabilidade ajustada ao risco superior ao custo de capital do Grupo, alinhando assim a gestão do risco e do negócio com a intenção de maximizar a criação de valor, objetivo último da alta direção do Santander Consumer Finance.

## Anexo I

### Entidades dependentes

Sociedade	Sede	Porcentagem de participação do Banco		Porcentagem de direito de voto (c)		Atividade	Milhões de euros				
		Direta	Indireta	2025	2024		Ativo (a)	Passivo (a)	Capital e Reservas (a)	Resultados líquidos (a)	Montante da participação (b)
Allane Leasing GmbH	Áustria	—	47%	100 %	100%	Aluguer	1	4	(2)	—	—
Allane Location Longue Durée S.a.r.l.	França	—	47%	100 %	100%	Aluguer	78	49	25	4	—
Allane Mobility Consulting AG	Suiça	—	47%	100 %	100%	Consultoria	2	3	—	—	—
Allane Mobility Consulting B.V.	Países Baixos	—	47%	100 %	100%	Consultoria	—	3	(3)	—	—
Allane Mobility Consulting GmbH	Alemanha	—	47%	100 %	100%	Consultoria	55	34	11	10	11
Allane Mobility Consulting Österreich GmbH	Áustria	—	47%	100 %	100%	Consultoria	—	2	(1)	—	—
Allane Mobility Consulting S.a.r.l.	França	—	47%	100 %	100%	Consultoria	—	2	(2)	—	—
Allane Schweiz AG	Suiça	—	47%	100 %	100%	Aluguer	68	64	10	(6)	3
Allane SE	Alemanha	—	47%	92 %	92 %	Leasing	3 273	3 077	172	24	343
Allane Services GmbH & Co. KG	Alemanha	—	47%	100 %	100%	Serviços	4	1	2	—	—
Allane Services Verwaltungs GmbH	Alemanha	-	47%	100 %	100%	Gestão de carteiras	-	-	-	-	-
AMS Auto Markt Am Schieferstein GmbH	Alemanha	—	90%	100 %	100%	Automóvel	3	3	—	—	—
Auto ABS DFP Master Compartment France 2013 (d)	França	—	(d)	—	—	Titularização	1.463	1.463	—	—	—
Auto ABS French Leases 2023 (d)	França	—	(d)	—	—	Titularização	432	432	—	—	—
Auto ABS French Leases 2025 (d)	França	—	(d)	—	—	Titularização	654	654	—	—	—
Auto ABS French Leases Master Compartment 2016 (d)	França	-	(d)	-	-	Titularização	3.092	3.092	-	-	-
Auto ABS French Loans 2024 (d)	França	—	(d)	—	—	Titularização	533	533	—	—	—
Auto ABS French Loans Master (d)	França	—	(d)	—	—	Titularização	841	841	—	—	—
Auto ABS Italian Rainbow Loans S.r.l. (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Auto ABS Italian Stella Loans 2023-1 S.r.l. (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Auto ABS Italian Stella Loans S.r.l. (série 2024-1) (d)	Itália	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
Auto ABS Italian Stella Loans S.r.l. (série 2024-2) (d)	Itália	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
Auto ABS Italian Stella Loans S.r.l. (série 2025-1) (d)	Itália	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
Auto ABS Italian Stella Loans S.r.l. (série 2025-2) (d)	Itália	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-

Sociedade	Sede	Percentagem de participação do Banco		Percentagem do direito de voto (c)		Atividade	Milhões de euros				
		Direta	Indireta	2025	2024		Ativo (a)	Passivo (a)	Capital e Reservas (a)	Resultados líquidos (a)	Montante da participação (b)
AutoABS Spanish Loans 2020-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
AutoABS Spanish Loans 2022-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
AutoABS Spanish Loans 2024-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
Autodescuento, S.L.	Espanha	-	100 %	100 %	100 %	Financeira	7	6	3	(1)	12
Autohaus24 GmbH	Alemanha	-	47 %	100 %	100 %	Aluguer	1	2	(2)	-	-
AUTO-INTERLEASING AG	Suíça	-	100 %	100 %	100 %	Aluguer	138	107	27	4	22
Banque Stellantis France (*)	França	—	50 %	50 %	50 %	Sector bancário	11 224	10 075	1 059	91	—
Carmine D - Services, Unipessoal Lda.	Portugal	—	100 %	100 %	100 %	Serviços	1	1	—	—	3
CLM FLEET MANAGEMENT LTD	Reino Unido	100 %	—	100 %	100 %	Leasing	9	7	2	—	7
Compagnie Générale de Crédit aux Particuliers - Crediopat S.A.	França	-	50 %	100 %	100 %	Sector bancário	19 310	19 260	510	(460)	855
Compagnie Pour La Location de Véhicules - CLV	França	-	50 %	100 %	100 %	Financeira	53	20	32	2	52
Drive S.r.L.	Itália	-	75 %	100 %	100 %	Leasing	65	62	5	(3)	9
Finaceira EI Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal	—	51 %	100 %	100 %	Financeira	33	24	8	1	8
Financiera EL Corte Inglés, E.F.C., S.A. (e)	Espanha	51 %	—	51 %	51 %	Financeira	2 139	1 836	248	55	140
Fulvia SPV S.r.L. (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Fulvia SPV S.r.L. (2025-1) (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Golden Bar (Securitisaton) S.r.L. (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Golden Bar Stand Alone 2021-1 (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Golden Bar Stand Alone 2022-1 (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Golden Bar Stand Alone 2023-2 (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Golden Bar Stand Alone 2024-1 (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Golden Bar Stand Alone 2025-1 (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Golden Bar Stand Alone 2025-2 (d)	Itália	—	(d)	—	—	Titularização	—	—	—	—	—
Hyundai Capital Bank Europe GmbH	Alemanha	—	51 %	51 %	51 %	Financeira	8 919	7 778	1 125	16	656
Isar Valley S.A. (d)	Luxemburgo	—	(d)	—	—	Titularização	1 833	1 836	(3)	—	—
MCE Bank GmbH	Alemanha	-	90 %	90 %	90 %	Sector bancário	1 289	1 121	168	-	117

Sociedade	Sede	Percentagem de participação do Banco			Percentagem de direito de voto (c)		Atividade	Milhões de euros					
		Direta	Indireta	-	2025	2024		Ativo (a)	Passivo (a)	Capital e Reservas (a)	Resultados líquidos (a)	Montante da participação (b)	
MCE Verwaltung GmbH	Alemanha	-	90%	-	100%	100%	Arrendamento imobiliário	10	-	10	-	-	10
Midata Service GmbH	Alemanha	-	90%	-	100%	100%	Outros serviços	1	1	-	-	-	-
One Mobility Management GmbH	Alemanha	-	47%	-	100%	100%	Serviços de gestão	-	-	-	-	-	-
Pony S.A. (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Pony S.A., Compartment German Auto Loans 2023-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	-	Titularização	366	366	-	-	-	-
Pony S.A., Compartment German Auto Loans 2024-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	-	Titularização	536	536	-	-	-	-
Pony S.A., Compartment German Auto Loans 2025-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	-	Titularização	556	556	-	-	-	-
SANTANDER CONSUMER BANK	Canadá	100%	-	-	100%	100%	Setor bancário	722	579	140	3	167	
Santander Consumer Bank AS	Noruega	100%	-	-	100%	100%	Financeira	16 338	14 243	1 912	183	1 889	
Santander Consumer Bank AG	Alemanha	-	100%	-	100%	100%	Setor bancário	49 000	45 225	3 588	187	5 345	
Santander Consumer Bank GmbH	Áustria	-	100%	-	100%	100%	Setor bancário	4 922	4 297	584	41	363	
Santander Consumer Bank S.p.A.	Itália	100%	-	-	100%	100%	Setor bancário	8 400	7 362	970	68	603	
Santander Consumer Bank Spółka Akcyjna	Polónia	100%	-	-	100%	40%	Setor bancário	5 831	4 750	988	93	940	
Santander Consumer Finance Global Services, S.L.	Espanha	100%	-	-	100%	100%	Outros serviços	38	28	6	4	5	
Santander Consumer Finance Oy	Finlândia	-	100%	-	100%	100%	Financeira	2 825	2 317	488	20	159	
Santander Consumer Finance Schweiz AG	Suíça	100%	-	-	100%	100%	Leasing	1 104	1 056	61	(13)	60	
Santander Consumer Financial Solutions SP. Z O.O.	Polónia	100%	-	-	100%	40%	Leasing	166	168	(3)	1	7	
Santander Consumer Holding Austria GmbH	Áustria	100%	-	-	100%	100%	Sociedade gestora de carteira	378	14	364	-	518	
Santander Consumer Holding GmbH	Alemanha	100%	-	-	100%	100%	Sociedade gestora de carteira	8 610	2 963	5 564	83	6 077	
Santander Consumer Leasing GmbH	Alemanha	-	100%	-	100%	100%	Leasing	6 525	6 344	77	104	158	
Santander Consumer Leasing S.A.	França	100%	-	-	100%	100%	Leasing	3	-	3	-	3	
Santander Consumer Mobility Services, S.A.	Espanha	-	100%	-	100%	100%	Aluguer	6	-	8	(2)	8	
Santander Consumer Multirent Sp. z o.o.	Polónia	-	100%	-	100%	40%	Leasing	1 275	1 224	42	9	36	
Santander Consumer Operations Services GmbH	Alemanha	-	100%	-	100%	100%	Outros serviços	52	36	16	-	18	
Santander Consumer Renting S.R.L.	Itália	-	100%	-	100%	100%	Aluguer	194	187	12	(5)	18	
Santander Consumer Renting, S.L.	Espanha	100%	-	-	100%	100%	Leasing	371	322	47	2	41	
Santander Consumer Services GmbH	Áustria	-	100%	-	100%	100%	Serviços	2	2	-	-	-	
Santander Consumer Services, S.A.	Portugal	-	100%	-	100%	100%	Financeira	388	374	13	1	10	

Sociedade	Sede	Porcentagem de participação do Banco		Porcentagem de direito de voto (c)		Atividade	Milhões de euros					
		Direta	Indireta	2025	2024		Ativo (a)	Passivo (a)	Capital e Reservas (a)	Resultados Líquidos (a)	Montante da participação (b)	
Santander Consumer Spain Auto 2019-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Santander Consumer Spain Auto 2020-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Santander Consumer Spain Auto 2021-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Santander Consumer Spain Auto 2022-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Santander Consumer Spain Auto 2023-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Santander Consumer Spain Auto 2024-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Santander Consumer Spain Auto 2025-1, Fundo de Titularização (d)	Espanha	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
Santander Consumer Technology Services GmbH	Alemanha	-	100 %	100 %	100 %	Outros serviços	72	40	31	1	22	22
SANTANDER LEASING AB	Suécia	—	100 %	100 %	100 %	Leasing	196	181	13	2	22	22
SC Austria Auto Finance 2020-1 Empresa de Atividade Designada (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
SC Austria Consumer Loan 2021 Empresa de Atividade Designada (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
SC AUSTRIA S.Á R.L. (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
SC AUSTRIA S.Á R.L., COMPARTMENT CONSUMER 2025-1 (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	830	830	-	-	-	-
SC Cañada Asset Securitization Trust	Canadá	-	(d)	-	-	Titularização	-	(6)	2	4	-	-
SC Germany S.A. (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2020-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	215	215	-	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2021-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	396	396	-	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2022-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	488	488	-	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2023-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	475	475	-	-	-	-

Sociedade	Sede	Porcentagem de participação do Banco		Porcentagem de direito de voto (c)		Atividade	Milhões de euros				
		Direta	Indireta	2025	2024		Ativo (a)	Passivo (a)	Capital e Reservas (a)	Resultados líquidos (a)	Montante da participação (b)
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2024-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	1 036	1 036	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2024-2 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	817	817	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2025-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	707	707	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer 2025-2 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	863	863	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Consumer Private 2023-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	433	433	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Leasing 2023-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	348	348	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Leasing 2025-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	687	687	-	-	-
SC Germany S.A., Compartment Mobility 2020-1 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	1 706	1 706	-	-	-
Santander Leasing B.V.	Países Baixos	100 %	-	100 %	100 %	Leasing	207	193	13	-	-
SC Mobility AB	Suécia	-	100 %	100 %	100 %	Aluguer	-	-	-	-	-
SC Mobility AS	Noruega	-	100 %	100 %	100 %	Aluguer	31	-	32	-	33
SC NORDICS S.Á R.L. (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
SC NORDICS S.Á R.L. COMPARTMENT RAHOITUSPALVELUT 2025 (d)	Luxemburgo	-	(d)	-	-	Titularização	487	487	-	-	-
SCF Ajoineuvohallinto IX Limited (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
SCF Ajoineuvohallinto X Limited (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	43	43	-	-	-
SCF Ajoineuvohallinto XI Limited (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	137	137	-	-	-
SCF Ajoineuvohallinto XII Limited (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	189	189	-	-	-
SCF Ajoineuvohallinto XIII Limited (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	272	272	-	-	-
SCF Rahoituspalvelut IX DAC (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
SCF Rahoituspalvelut X DAC (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	44	44	-	-	-
SCF Rahoituspalvelut XI DAC (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	-	-	-	-	-
SCF Rahoituspalvelut XII DAC (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	183	184	(1)	-	-
SCF Rahoituspalvelut XIII DAC (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	283	280	3	-	-
Silk Finance n.º 5 (d)	Portugal	-	(d)	-	-	Titularização	-	(21)	25	(5)	-
Silk Finance n.º 6 (d)	Portugal	-	(d)	-	-	Titularização	-	(8)	-	8	-
SCM POLAND AUTO 2019-1 DAC (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	268	268	-	-	-
SECUCOR FINANCE 2025-1 EMPRESA DE ATIVIDADE DESIGNADA (d)	Irlanda	-	(d)	-	-	Titularização	813	813	-	-	-
Stellantis Consumer Financial Services Polska Sp. z o.o.	Polónia	-	50%	50%	40%	Financelira	95	88	5	2	1

Sociedade	Sede	Percentagem de participação do Banco		Percentagem de direito de voto (c)		Atividade	Milhões de euros				
		Direta	Indireta	2025	2024		Ativo (a)	Passivo (a)	Capital e Reservas (a)	Resultados líquidos (a)	Montante da participação (b)
Stellantis Financial Services Belux SA	Bélgica	-	50%	100 %	100%	Financieira	3 879	3 499	401	(21)	190
Stellantis Financial Services Espanha, E.F.C.S.A.	Espanha	50%	-	50%	50%	Financieira	11 051	10 132	807	112	293
Stellantis Financial Services Italia S.p.A. (e)	Itália	-	50%	50%	50%	Sector bancário	812	717	80	15	77
Stellantis Financial Services Nederland B.V.	Países Baixos	-	50%	100 %	100%	Financieira	1 120	1 033	74	13	17
Stellantis Financial Services Polska Sp. z o.o.	Polónia	-	50%	100 %	100%	Financieira	299	284	11	4	6
Stellantis Renting Italia S.p.A.	Itália	-	50%	100 %	100%	Aluguer	18	-	16	2	8
Suzuki Servicios Financieros, S.L.	Espanha	-	51 %	51 %	51 %	Intermediação	464	397	63	4	38
TIMFin S.p.A.	Itália	-	51 %	51 %	51 %	Financieira	724	642	76	6	17
Transolver Finance EFC, S.A.	Espanha	51 %	-	51 %	51 %	Leasing	-	-	-	-	2
TVG- Trappgroup Versicherungsvermittlungs-GmbH	Alemanha	-	90%	100 %	100%	Seguros	-	-	-	-	-

(a) Dados obtidos das contas anuais de cada entidade dependente relativas ao exercício de 2025. As referidas contas anuais estão pendentes de aprovação pelos respetivos órgãos de controlo. Os administradores do Banco estimam que as mesmas serão ratificadas sem alterações.

(b) Montante pelo qual as participações de cada entidade dependente se encontram registadas nos livros da sociedade detentora da participação, líquido, se for caso disso, da respetiva provisão para depreciação.

(c) Nos termos do artigo 3.º do Real Decreto n.º 1159/2010, de 17 de setembro, que aprova as normas para a elaboração das contas anuais consolidadas, para determinar os direitos de voto foram adicionados os que correspondem às sociedades por ela controladas ou a outras pessoas que ajam em nome próprio, mas por conta de alguma sociedade do Grupo. Para este efeito, o número de votos que corresponde à sociedade dominante, em relação às sociedades nas quais participa indiretamente, é o que corresponde à sociedade dependente que participa diretamente no capital social destas.

(d) Entidades sobre as quais se mantém um controlo efetivo.

(e) Consulte a Nota 27 para obter a discriminação dos dividendos distribuídos aos acionistas minoritários no exercício, que representam o principal fluxo de caixa entre a entidade dependente e as participações não dominantes

## Anexo II

### Entidades associadas e entidades de empreendimentos conjuntos

Nome	Entidade	País	Porcentagem de participação do Banco		Porcentagem de direito de voto (b)		Atividade	Milhões de euros (a)		
			Direta	Indireta	2025	2024		Ativo	Capital e Reservas	Resultados
Bank of Beijing Consumer Finance Company	Associada	China	20%	—	20%	20%	Financeira	1 904	156	21
Ethias Lease N.V.	Associada	Países Baixos	50%	—	50%	50%	Leasing	76	9	—
Fortune Auto Finance Co., Ltd	Multigrupo	China	50%	—	50%	50%	Financeira	2 100	443	20
Payever Gmbh	Associada	Alemanha	10%	—	10%	10%	Outros serviços	5	4	—
VCFS Germany GmbH	Multigrupo	Alemanha	—	50%	50%	50%	Marketing	1	1	—

(a) Dados obtidos das contas anuais de cada entidade associada e/ou empreendimentos conjuntos relativos ao exercício de 2025. As referidas contas anuais estão pendentes de aprovação pelos respetivos órgãos de controlo. Os administradores do Banco eslimam que as mesmas serão ratificadas sem alterações.

(b) Nos termos do artigo 3.º do Real Decreto n.º 1/159/2010, de 17 de setembro, pelo qual se aprovam as normas para a elaboração das contas anuais consolidadas, para determinar os direitos de voto foram adicionados aos que a sociedade dominante detém diretamente, aos que correspondem às sociedades por ela controladas ou a outras pessoas que atuem em nome próprio, mas por conta de alguma sociedade do Grupo. Para este efeito, o número de votos que corresponde à sociedade dominante, em relação às sociedades nas quais participa indiretamente, é o que corresponde à sociedade que participa diretamente no capital social destas.

### Anexo III

Variações e notificações relativas à aquisição e venda de participações no capital no exercício de 2025

(Art. 155.º do Texto Refundido da Lei das Sociedades de Capitais e Art. 125.º do Real Decreto Legislativo n.º 4/2015, de 23 de outubro, que aprova o Texto Refundido da Lei do Mercado de Valores).

Sociedade Participada	Atividade	Percentagem de participação líquida		Data de efetivação da transação (ou, se for o caso, data de notificação)
		Adquirida/ (Vendida) no Exercício	No encerramento do exercício	
<b>Aquisições em 2025:</b> Santander Consumer Bank, S.A. (Polónia)	Setor bancário	60%	100 %	23/12/2025

## Anexo IV

Lista de agentes, em conformidade com o disposto no artigo 21.º do Real Decreto n.º 84/2015, de 13 de fevereiro, que desenvolve a Lei n.º 10/2014, de 26 de junho, relativa à organização, supervisão e solvência das entidades de crédito, a 31 de dezembro de 2025

Nome ou Denominação	Endereço	Código postal	Código de identificação	Data de concessão de poderes	Âmbito geográfico de atuação	Âmbito de Representação
Palma del Río Finance, S.L.	POGL. IND EL GARROTAL EDF SARA BENITEZ C/ JARA 17-1 (14700) Palma del Río	14700	B09987843	13-07-2022	Almodóvar del Río, Fuente Palmera, Palma del Río, Posadas, Lora del Río, Peñafior, Carmona, La Campana, La Puebla de los Infantes, Mairena del Alcor, El Viso del Alcor	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Gestión Financiera Villalba, S.L.U.	C/ Consuelo Vega, 23A-A (11600) Ubrique	11600	B011517620	15-12-2020	Ubrique, Alcalá del Valle, Algodonales, Arcos de la Frontera, Benaocaz, Bornos, El Bosque, El Gastor, Espera, Grazalema, Olivera, Prado del Rey, Setenil, Torre Alhaquine, Villanueva del Rosario, Villa Martín, Puerto Serrano	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Carrasco Agentes, S.L.	C/ BETULA, N.º 9 PISO 1º A (23400) ÚBEDA	23400	B023478704	02-01-2004	Alblanche de Úbeda, Almenara, Arquillos, Baeza, Beas de Segura, Bedmar y Garciez, Begijar, Belmez de la Moraleda, Benatae, Cabra de Santo Cristo, Cambil, Canena, Castellar, Cazorla, Chiclana de Segura, Chilluevar, Escañuela, Genave, Guarromán, Higuera de Calatrava, Hinojares, Hornos, Huesa, Ibros, Iznatoraz, Jabalquinto, Jimena, Jodar, La Iruela, La Puerta del Becerro, Pozoalcón, Puente de Genave, Quesada, Rus, Sabiote, Santiago de Pontones, Santiesteban del Puerto, Santo Tomé, Segura de la Sierra, Siles, Sorihuela del Guadalimar, Torreperogil, Torres, Torres del Alblanche, Torresblanco de Pedro, Úbeda, Vilchez, Villarcarrillo, Villanueva del Arzobispo, Villarodrigo.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Ramsa Serv. Fin. y Empresariales, S.L.	C/ Blas Infante, 7A (21440) Lepe	21440	B021347190	15-12-2020	Punta Umbría, Cartaya, Lepe, Isla Cristina e Ayamonte	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Martín & Castilla Servicios Financieros, S.L.	C/ Fray Diego de Cádiz, 163 (41530) Morón de la Frontera	41530	B091369231	15-12-2020	Algamitas, Arahal, Caripe, El Coronil, Marchena, Montellano, Morón de la Frontera, Paradas, Pruna, La Puebla de Cazalla, Villanueva de San Juan	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Manuel Geniz Bazan	Avda. La Libertad n.º 2 Local (41980) La Algaba	41980	28936046E	15-12-2020	Arealillo de Cega, Alcalá del Río, Alcolea del Río, La Algaba, Almaden de la Plata, Brenes, Burguillos, Cantillana, Castilblanco de los Arroyos, El Castillo de las Guardas, Cazalla de la Sierra, Constantina, El Garrobo, Gerena, El Madroño, Las Navas de la Concepción, El Pedroso, La Roda de Andalucía, La Rinconada	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
DONAT FINANCE SERVICE, S.L.	Pza. Velázquez, 11 - Bajo (52004) Melilha	52004	B052015435	01-02-2007	Melilha	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.

Nome ou Denominação	Endereço	Código postal	Código de identificação	Data de concessão de poderes	Âmbito geográfico de atuação	Âmbito de Representação
128INNOVA24H, S.L.	C/ Oasis, 17 El Ejido, Almería	04700	B092999846	01-03-2011	El Ejido, Adta e Berja	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Noguer Bau, S.L.	C/ Sant Fidel, 5-1 <sup>o</sup> (08500) Vic	08500	B064018179	15-12-2020	Aiguafreda, Alpens, El Brull, Calldetenes, Centelles, Collsuspina, Espinelves, Folgueroles, Gurb, Els Hostalets De Balenya, Lluça, Perafita, Prats de Lluçanes, Roda de Ter, Rupit-Pruitt, Santa Cecília de Voltrega, Santa Eugènia de Berga, Santa Eulàlia de Riuprimer, Sant Agusti del Lluçanes, Santa Maria de Corco L'asquirol, Sant Bartomeu del Grau, Sant Boi de Lluçanes, Sant Hipólito de Voltrega	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
BERGA GESTIÓ, S.L.	C/ Gran Via, 46 (08600) Berga	08600	B064396476	15-12-2020	Berga, Navas, Cardona e Nou de La Bergueda.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
M&G Figueres Associats, S.L.	C/ Col. Legi, n.º 54, Bajos (17600) Figueres	17600	B017673823	01-01-2011	Agullana, Albanya, Arretera, Bascara, Biure, Boadella i Les Escaudes, Cebanes, Cantallaps, Capmany, Cistella, Escada, Empolla, Figueres, Garniguelia, Jenguera, Lladó, Masarac, Mollet de Peralado, Pont de Mollins e Crespia.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Orges-Fin Gestiones 2018, s.l. Unipessoal	SA ROVELLADA DE DALT 38, bajos izq (07702) MAHON-MENORCA (Ilhas Baleares)	07702	B55733471	25-12-2020	Ilha de Menorca	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Estudios y Análisis de Riesgos, S.L.	Plaza de los Carros, 2, 16001 Cuenca.	16001	B016156598	30-06-2007	Cuenca	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Soluciones Financieras del Este, S.L.	C/ Mariano Barbacid, 5-2º - 3(28521) Rivas Vaciamadrid	28521	B084418904	15-12-2020	Arganda del Rey, Rivas - Vaciamadrid	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Serviços Financeiros Sorianos	C/ Del Ferial, 4 Oficina 3 B2 4200 Soria	4200	B042180927	15-12-2020	Soria	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
GASTEIZ FINANCE, SLU	Av. dos Huetos, 79 Ed. Azucarera. Vitória 01010 (Álava)	01010	B010818698	02-03-2021	Álava	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
FINANCESTHER S.L.	AVENIDA CENTRAL NÚMERO 1 OFICINA 1 (31500) TUDELA, NAVARRA.	31500	B71392179	15-12-2020	Tudela	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.

Nome ou Denominação	Endereço	Código postal	Código de identificação	Data de concessão de poderes	Âmbito geográfico de atuação	Âmbito de Representação
ALANA CONSUMER SERVICES, SL	C/ SOL, 32-2º C (45600) Talavera de la Reina	45600	B72754914	24-04-2024	TALAVERA DE LA REINA E ÁREA DE INFLUÊNCIA	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
VEHERLO, SL	C/ PADRE COLLADO, 11, TELDE, LAS PALMAS	35211	B56965890	12-09-2024	Agüimes, Santa Lucía de Tirajana, San Bartolomé de Tirajana	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
CENTRO ASESOR DE TERUEL FINANCIERA, S.L.	Calle Ronda Ambeles n.º 52 (44004) Teruel	44004	B44224947	02-06-2008	Teruel.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
AVILA CONSUMER SERVICES SL	CENTRO DE NEGÓCIOS ANDAMUR, POL.IND SAPRELORCA, C/ MANUEL JÓDAR MARTÍNEZ (30817) LORCA / MÚRCIA	30817	B05265764	15-12-2020	Hellín, Jumilla, Albacete	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
AMP FINANSERVIC S.L.	C/ RIO TERA 30, OFICINA 7 (05004) Ávila	05004	B-44584761	24-04-2024	Ávila	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
European Financial Consumer, S.L.	Parc.ET-8 Complejo Quitapesares, Carretera CL-601 Km 7 Edificio Vicam 40194 Palazuelos de Eresma (Segóvia)	40194	B86080280	03-01-2011	Segóvia.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
FINZAMORA SERVICES, SL.	C/ Juan II, 23, 1.º D, 49011. Zamora.	49011	B49282403	01-01-2015	Zamora/Palència	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Rafael López Ramírez	C/ Molino, 82 (29400) Ronda	29400	43669628B	02-01-2009	Agatocin, Alpendeire, Arriate, Atajate, Benalid, Benalauria, Benaolan, Benarraba, El Burgo, Cañete La Real, Cartajima, Cortes de la Frontera, Cuevas del Becerro, Faraja, Gaucin, Genalquacil, Igualaja, Jimera de Libas, Jubrique, Juzcar, Montecorto, Montejaque, Parauta, Pujerra, Ronda e Yunquera.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.

Nome ou Denominação	Endereço	Código postal	Código de identificação	Data de concessão de poderes	Âmbito geográfico de atuação	Âmbito de Representação
FINANGI CAT, S.L.	Av. da Rápita, 33 1º (43870) Amposta	43870	B043571660	15-12-2020	Alcanar, Aldover, Alfara de Carles, Amposta, Arbolí, Arnes, Ascó, Falset, Fix, Freginals, Gandesa, Garcia, Ginestar, Godall, Masdenverge, Miravent, Móra d'Èbre, Morá la Nova, Pauls, Poboleda, Porrera, Batea, Bellmunt de Falset, Benicarló, Benifallet, Benissanet, Bot, Cabassers, Camarles, Capcanes, Caseres, Corbera d'Èbre, Cormudella del Montsant, Deltebre, El Lloar, El Masroig, El Molar, El Perelló, El Pinell de Bray, Els Guiaments, Gratallops, Horta de Sant Joan, L'Aldea, L'Ametlla de Mar, L'Ampolla, La Fatarella, La Figuera, La Galera, La Morera de Montsant, La Palma d'Èbre, La Pobla de Massaluca, La Sénia, La Torre de Fontanbella, La Torre de Léspanyol, La Vilella Alta, La Vilella Baixa, Marca, Margalef de Montsant, Mas de Barberans, Pradell de la Teixeta, Prat de Compte, Rasquera, Riba Roja d'Ebre, Roquetes, Sant Carles Rápita, Sant Jaime Enveja, Santa Bàrbara, Tivissa, Torroja del Priorat, Tortosa, Ulldescona, Ulldemolins, Vilalba dels Arcs, Vinaroz, Vinebre, Xerta.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
Antonio Ortiz Navas	C/Carretil, 2, 30D 26007. Logroño (La Rioja)	26007	01656922W	15-12-2020	Miranda de Ebro e Logroño	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.
SOLUCIONES FINANCIERAS GRIGEM, S.L.	Cámara de Comercio de Gijón – Vivero de Empresas Carretera de Somio 652 Despacho 3.1 (33203) GIJÓN	33203	B05256375	01-04-2017	Gijón, Cabrales, Cangas de Onís, Caravia, Caso, Colunga, Llanes, Nava, Onís, Parres, Peñamellera Alta, Peñamellera Baja, Pesoz, Piloña, Ponga, Ribadedeva, Rivadesella, Villaviciosa.	Financiamento automóvel, leasing automóvel, aluguer de veículos, apólices de empréstimos ao consumo, cartões co-branded, cartões generalistas.

## Anexo V

### Relatório Bancário Anual

O presente Relatório Bancário Anual foi elaborado em conformidade com o disposto no artigo 87.º da Lei n.º 10/2014, de 26 de junho, relativa à Organização, Supervisão e Solvência das Entidades de Crédito.

Nos termos do referido artigo, a partir de 1 de janeiro de 2015, as entidades de crédito devem enviar ao Banco de Espanha e publicar anualmente, como um relatório anexo às demonstrações financeiras auditadas de acordo com a regulamentação em matéria de auditoria de contas, especificando por países onde se encontram estabelecidas, as seguintes informações numa base consolidada para cada exercício:

- a) Denominação, natureza e localização geográfica da atividade.
- b) Volume de negócios.
- c) Número de empregados equivalentes a tempo inteiro.
- d) Impostos sobre o resultado.
- e) Subsídios ou auxílios públicos recebidos.

A seguir, são detalhados os critérios utilizados para a elaboração do relatório bancário anual do exercício de 2025:

#### a) Denominação, natureza e localização geográfica da atividade

A informação acima referida está disponível nos Anexos I e II das presentes contas anuais consolidadas do Grupo, nos quais são detalhadas as sociedades que operam em cada jurisdição, incluindo, entre outras informações, a sua denominação, localização geográfica e natureza da sua atividade.

Como se pode observar nos referidos Anexos, a principal atividade desenvolvida pelo Grupo nas diferentes jurisdições em que opera é a banca comercial. O Grupo opera principalmente em 16 países através de um modelo de filiais autónomas em termos de capital e liquidez, o que apresenta claras vantagens estratégicas e regulatórias, uma vez que limita o risco de contágio entre unidades do Grupo, impõe uma dupla camada de supervisão global e local e facilita a gestão e resolução de crises. O total de agências do Grupo é de 296, as quais atendem aos nossos clientes em todas as suas necessidades financeiras básicas.

#### b) Volume de negócios

Para efeitos do presente relatório, entende-se por volume de negócios a margem bruta, tal como definida e apresentada na demonstração de resultados consolidada que integra as presentes contas anuais consolidadas do Grupo.

Os dados relativos ao volume de negócios por país foram obtidos a partir dos registos contabilísticos oficiais das sociedades do Grupo com a respetiva localização geográfica e foram convertidos para euros. Trata-se, portanto, de informação agregada das demonstrações financeiras individuais das entidades que operam em cada jurisdição, cuja reconciliação com a informação das contas anuais consolidadas do Grupo requer a realização de uma série de ajustes de homogeneização e de eliminação de transações entre as diferentes empresas do Grupo, tais como as relativas à distribuição de dividendos das filiais às respetivas matrizes.

#### c) Número de empregados equivalentes a tempo inteiro

Os dados relativos aos empregados equivalentes a tempo inteiro foram obtidos a partir do quadro médio de cada jurisdição.

#### d) Impostos sobre o resultado

Na ausência de critérios específicos, foi incluído o montante efetivamente pago dos impostos cujo efeito é registado na rubrica de impostos sobre o resultado da demonstração de resultados consolidada.

Os impostos efetivamente pagos no exercício por cada uma das entidades de cada jurisdição incluem:

- Os pagamentos complementares relativos às liquidações do imposto sobre os resultados, normalmente de exercícios anteriores.

- Os adiantamentos, pagamentos por conta e retenções na fonte recebidos ou suportados relativos ao imposto sobre o resultado do próprio exercício. No caso dos impostos suportados no estrangeiro, dado o seu montante pouco significativo, optou-se por incluí-los na jurisdição da entidade que os suportou.
- As devoluções recebidas no exercício relativas a liquidações de exercícios anteriores cujo resultado foi passível de devolução.
- Se for o caso, as liquidações decorrentes de autos de inspeção e litígios relacionados com estes impostos.

Os montantes acima referidos fazem parte da demonstração de fluxos de caixa (412 664 milhares de euros no exercício de 2025, o que representa uma taxa efetiva de 33,47 %) e, por conseguinte, diferem da despesa com imposto sobre o rendimento registada na demonstração de resultados consolidada (565 269 milhares de euros no exercício de 2024, o que corresponde a uma taxa efetiva de 43,15 %). Tal deve-se ao facto de a legislação fiscal de cada país estabelecer:

O momento em que os impostos devem ser pagos. Normalmente, as datas de pagamento apresentam um desfasamento temporal em relação à data de geração do rendimento tributável.

Os seus próprios critérios para o cálculo do imposto, estabelecendo restrições temporárias ou permanentes à dedução de despesas, isenções, bonificações ou diferimentos de determinados rendimentos, etc., gerando as correspondentes diferenças entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal que acaba por ser tributado, ao que se deve acrescentar a compensação de prejuízos fiscais de exercícios anteriores, deduções e/ou bonificações da quota, etc. Da mesma forma, em alguns casos são estabelecidos regimes especiais, como pode ser a consolidação fiscal de sociedades da mesma jurisdição, etc.

#### **e) Subsídios ou auxílios públicos recebidos**

No contexto da informação exigida pela legislação em vigor, este termo tem sido interpretado como qualquer auxílio ou subsídio em conformidade com o estabelecido no Guia de Auxílios Estatais da Comissão Europeia e, nesse contexto, as sociedades que compõem o Grupo não receberam subsídios ou auxílios públicos em 2025.

O detalhe da informação relativa ao exercício de 2025 (em milhões de euros) é o seguinte:

Jurisdicção (milhões de €)	Volume de negócios	Número de empregados equivalentes a tempo inteiro	Resultado bruto antes de impostos	Impostos sobre o resultado
Alemanha	1 547	4 402	203	60
Áustria	211	296	49	15
Bélgica	78	191	30	11
Canadá	62	271	2	--
Espanha	711	1 679	61	42
Dinamarca	152	233	51	11
Finlândia	84	160	26	13
França	669	862	352	94
Grécia	18	36	8	--
Irlanda	28	--	24	--
Itália	633	1 163	233	59
Luxemburgo	8	--	9	--
Noruega	250	527	140	23
Países Baixos	85	260	24	13
Polónia	(8)	1 327	(6)	49
Portugal	56	264	(3)	2
Reino Unido	3	50	--	--
Suécia	152	322	45	20
Suíça	49	114	(17)	1
<b>Total</b>	<b>4 791</b>	<b>12 157</b>	<b>1 233</b>	<b>413</b>

A 31 de dezembro de 2025, a rentabilidade dos ativos (ROA) do Grupo foi estimada em 0,63 %.

# Santander Consumer Finance, S.A. e sociedades que compõem o Grupo Santander Consumer Finance (Consolidado)

Relatório de Gestão Consolidado do Exercício de 2025

## Contexto geral externo

### Contexto económico, regulatório e concorrencial

Em 2025, o Santander desenvolveu a sua atividade num ambiente económico caracterizado por descidas das taxas de juro por parte da maioria dos bancos centrais, na sequência da moderação da inflação. Tudo isto ocorreu num contexto em que se mantiveram certas tensões geopolíticas e comerciais. No entanto, e apesar de uma certa desaceleração, as principais economias mundiais mantiveram um bom crescimento económico.

A evolução por zonas geográficas:

**Zona Euro** (PIB estimado para 2025: +1,3%). A economia resistiu bem ao aumento das tarifas aduaneiras por parte dos EUA, graças ao facto de o setor dos serviços ter compensado a fraqueza do setor industrial. O consumo das famílias melhorou e o investimento, após a fraqueza na primeira parte do ano, deu sinais de recuperação na segunda metade, em particular o investimento em ativos intangíveis. O desempenho foi muito desigual de país para país. Destacou-se a Irlanda, com um crescimento superior a 10%, em contraste com outros países como a Alemanha, cuja economia permaneceu praticamente estagnada. A inflação situou-se em torno da meta do Banco Central Europeu (BCE), o que levou este a reduzir as suas taxas de juro para 2% em junho, nível considerado neutro para a economia.

**Espanha** (PIB estimado para 2025: +2,9%). A Espanha registou um crescimento muito superior ao da zona euro, impulsionado pela procura interna. O consumo das famílias manteve-se robusto, apoiado por uma forte criação de emprego e pelo crescimento da população decorrente da imigração. O investimento foi a componente que mais cresceu no ano, especialmente no que diz respeito ao equipamento. O setor externo, por outro lado, contribuiu negativamente para o crescimento: as exportações de bens caíram, as de serviços moderaram-se e as importações cresceram a um bom ritmo. Espera-se que a inflação termine o ano ligeiramente abaixo dos 3%, com os preços dos serviços a mostrarem resistência à descida.

**Alemanha** (PIB estimado em 0,2% para 2025). Após quase dois anos de contração, a economia (na ausência dos dados definitivos) registou um crescimento, ainda frágil, em 2025. O consumo privado apresentou uma contribuição positiva, saindo lentamente da letargia dos anos anteriores, enquanto o principal suporte veio do consumo público e, em menor medida, de uma estabilização do investimento. O setor externo continuou a prejudicar o crescimento num contexto geopolítico desfavorável e devido às suas próprias fraquezas estruturais. Ainda não se notou o forte impulso fiscal aprovado no início de 2025, fator que se espera que impulse o crescimento em 2026. A inflação manteve-se controlada ao longo do ano, ligeiramente acima dos 2%. A taxa de desemprego, indicador defasado da atividade, aumentou para 6,3%.

**França** (PIB estimado em +0,8% para 2025). Num contexto de fragilidade política interna, com um governo de coligação instável e mudanças de primeiro-ministro, a economia conseguiu crescer cerca de 0,8% (estimativa, na ausência dos dados do 4.º trimestre de 2025). Crescimento sustentado pelo facto de, apesar da baixa confiança, o consumo privado continuar a registar crescimentos positivos e pelo forte aumento do consumo público. O investimento manteve-se em terreno negativo, enquanto o setor externo teve um desempenho melhor do que o esperado, sem chegar a prejudicar o crescimento. A inflação desacelerou significativamente ao longo do ano, situando-se em cerca de 1%. O mercado de trabalho manteve-se relativamente resiliente, com uma taxa de desemprego de 7,4%, embora tenham começado a observar-se sinais de arrefecimento do emprego na segunda metade do ano. No domínio fiscal, as finanças públicas continuaram a deteriorar-se, com um défice elevado e persistente e uma dívida pública em aumento, o que será, sem dúvida, o foco nos próximos anos.

**Noruega** (PIB estimado em 1,7% para 2025). Em 2025, a economia continental apresenta uma clara aceleração do crescimento após o fraco avanço de 2024. O PIB tem-se apoiado principalmente na procura interna. O consumo privado fortalece-se graças ao aumento dos salários reais, à melhoria do poder de compra e ao início de uma redução gradual das taxas de juro. A política fiscal continua a ser marcadamente expansionista, com uma utilização intensiva dos recursos do fundo soberano destinados a despesas públicas, defesa, infraestruturas e transferências, o que funciona como uma importante âncora de estabilidade macroeconómica. Em contrapartida, o investimento residencial continua a ser um fator de fraqueza devido aos elevados custos de

construção e do atraso na reativação de novos projetos. O setor externo contribui menos para o crescimento, em consequência da queda dos preços do gás e da redução do superavit comercial. A inflação manteve-se elevada e atingiu 3,2% em dezembro, enquanto a inflação subjacente situou-se em 3,1%, refletindo pressões internas persistentes, especialmente nos serviços e nos impostos. O mercado de trabalho registou um ligeiro aumento do desemprego, em parte devido a uma maior oferta de mão de obra. Ainda assim, o emprego continua a crescer a um ritmo moderado, suficiente para absorver parte dessa nova oferta sem gerar desequilíbrios significativos. Os salários nominais continuam a aumentar fortemente, o que permite progressos nos salários reais, mas também contribui para manter as pressões inflacionistas. No domínio da política monetária, o Norges Bank manteve, em dezembro de 2025, a taxa de juro oficial nos 4%, após a redução aplicada em setembro. A decisão responde à persistência de uma inflação elevada, a um crescimento salarial ainda excessivo e à depreciação da coroa, fatores que aconselham uma postura prudente.

**Finlândia** (Crescimento do PIB estimado em +0,2% para 2025). A economia finlandesa está a sair, de forma muito gradual e incerta, de um prolongado período de crescimento negativo. O crescimento do PIB em 2025 tem sido muito modesto, em torno de 0,2% com base nos dados do último trimestre, após dois anos de estagnação e contração. A confiança ainda frágil dos consumidores e a fraqueza do mercado de trabalho são os principais fatores por trás das taxas de crescimento negativas do consumo privado. O investimento empresarial apresentará uma nova e moderada contração no conjunto de 2025, mas espera-se que volte a crescer em 2026 (investimentos em centros de dados e projetos relacionados com a transição ecológica), embora a incerteza internacional e o baixo grau de utilização da capacidade produtiva sejam fatores que poderão limitar este crescimento; ainda assim, com alguns sinais de melhoria, o investimento também contribuirá para o crescimento em 2025. A inflação diminuiu no final de 2025, situando-se abaixo de 1,5%. Entretanto, o mercado de trabalho continuou a sofrer com o cenário de recessão económica, com a taxa de desemprego a situar-se nos 9,9% no último trimestre de 2025.

**Itália:** (PIB: estimado em +0,6 % para 2025). A economia italiana apresenta um crescimento modesto do PIB, após um segundo trimestre negativo e uma subsequente estagnação. Este avanço assenta quase exclusivamente na procura interna, em particular no investimento na construção não residencial financiado pelo RRF, enquanto o consumo privado cresce de forma moderada devido à elevada incerteza e ao aumento da poupança das famílias. O setor externo contribui negativamente para o crescimento, uma vez que as importações aumentam fortemente e as exportações de bens registam uma contração. O mercado de trabalho continua a mostrar dinamismo, com um aumento do emprego próximo de 1%, embora a um ritmo inferior ao dos anos anteriores, o que mantém a produtividade em baixa e a taxa de desemprego próxima dos 6%. Os salários crescem fortemente e os salários reais começam a recuperar. A inflação (de 1,2% em dezembro) mantém-se contida, graças à queda dos preços da energia e à redução dos preços das importações, com pressões limitadas nos serviços. No domínio orçamental, o défice público reduz-se para 3,0% do PIB (face aos 3,4% em 2024), apoiado num excedente primário de 0,9%, apesar do aumento da despesa em transferências sociais, salários públicos, saúde e investimento. A dívida pública continua elevada, sem sinais de correção significativa em 2025.

**Polónia:** (PIB estimado para 2025: +3,6%). A economia continuou a acelerar o seu crescimento após a solidez de 2024 (3%), com a procura interna a compensar a fragilidade do setor externo. Na primeira parte do ano, o consumo manteve-se como um motor fundamental do crescimento, enquanto, no segundo semestre, o investimento ganhou protagonismo. O mercado de trabalho iniciou o ano sob tensão e, a partir de junho, começou a enfraquecer, com a taxa de desemprego a aumentar para 5,6% em outubro. Em consequência, o crescimento salarial nominal foi-se moderando (6,6% em termos homólogos em outubro), confirmando as menores pressões inflacionistas. O crescimento dos preços desacelerou, situando a inflação abaixo da meta do banco central (2,5%), o que permitiu ao banco central reduzir as taxas de juro para 4% em dezembro de 2025.

**Portugal** (PIB estimado para 2025: +1,9%). A economia registou um crescimento moderado, demonstrando resiliência num contexto internacional exigente. A inflação abrandou ao longo do ano, contribuindo para aliviar a pressão sobre o rendimento das famílias, enquanto o mercado de trabalho manteve-se robusto, com uma taxa de desemprego de 5,9% e o número de empregados em máximos históricos (5,3 milhões de pessoas). As finanças públicas também se fortaleceram, com um excedente orçamental de 0,3% do PIB e uma redução da dívida pública para 90% do PIB, reforçando a credibilidade externa e a estabilidade do quadro macroeconómico.

**Áustria:** (PIB estimado para 2025: +0,7%). A economia austríaca recuperou em 2025 taxas de crescimento positivas, após a recessão de 2023-2024 e num contexto internacional ainda adverso. No 3.º trimestre de 2025, cresceu 1% em termos anuais. A inflação aumentou para 3,5% em 2025, face aos 2,9% do ano anterior, com

um perfil crescente ao longo do ano, em parte devido ao fim das medidas implementadas no ano anterior (como as adotadas para conter o preço da eletricidade). De facto, prevê-se uma moderação ao longo de 2026. O mercado de trabalho começou a beneficiar da melhoria económica, com descidas da taxa de desemprego no final do ano. Para 2025, prevê-se uma ligeira redução do défice orçamental para 4,5% do PIB, face aos 4,7%. As medidas de consolidação já adotadas terão um impacto mais significativo em 2026, pelo que se espera que o défice diminua ainda mais.

**Suíça:** (PIB: 1% previsto para 2025). Apesar da queda do PIB no 3.º trimestre de 2025 (atribuível à diminuição do valor acrescentado da indústria farmacêutica nesse trimestre), a economia recuperou no conjunto do ano, com sinais de crescimento novamente no 4.º trimestre de 2025. A melhoria ao longo do ano foi impulsionada principalmente pela procura interna, enquanto o setor externo continuou a apresentar um desempenho moderado devido à força do franco e ao contexto global. A inflação caiu significativamente para 0,1% em dezembro, após se ter mantido em níveis semelhantes ao longo do ano. A taxa de desemprego aumentou ligeiramente no final de 2025, atingindo 3,1% em dezembro, com o crescimento do emprego a estagnar. O Banco Nacional Suíço continuou a baixar as taxas de juro, em duas ocasiões ao longo de 2025, até à taxa oficial de 0,0%.

**Bélgica** (PIB: 1% de média anual estimada em 2025) A atividade económica na Bélgica perde dinamismo, com um crescimento do PIB de 1,0%, condicionado por um contexto internacional incerto e pelo menor impulso do setor externo, especialmente na sequência das medidas tarifárias dos Estados Unidos. O impulso da procura interna enfraquece, uma vez que o investimento é travado por uma utilização da capacidade produtiva inferior à média histórica e por taxas hipotecárias ainda elevadas, enquanto o consumo das famílias demonstra uma maior capacidade de resistência. A inflação modera-se ao longo do ano, situando-se nos 2,8%, face aos 4,3% registados em 2024. Esta desaceleração deve-se principalmente à descida dos preços da energia e dos bens industriais, embora as pressões nos serviços continuem a ser relativamente persistentes. No mercado de trabalho, o aumento do emprego é limitado e a taxa de desemprego sobe para 6,0%, influenciada pela contração do emprego industrial e pelos efeitos iniciais das reformas no sistema de subsídios de desemprego e pensões. Ao mesmo tempo, o crescimento dos salários começa a perder intensidade. Do ponto de vista fiscal, a situação das finanças públicas enfraquece-se, com um défice de 5,3% do PIB, resultado do aumento das despesas com pensões, saúde, defesa e pagamentos de juros, a par de uma menor receita. Neste contexto, a dívida pública volta a aumentar, atingindo cerca de 107% do PIB em 2025.

**Países Baixos** (PIB: 1,8% de média anual estimada para 2025) A economia neerlandesa mantém um crescimento sólido do PIB (1,8%), apoiado fundamentalmente na solidez da procura interna, apesar de um ambiente internacional incerto e das tensões comerciais globais. O consumo privado ganha impulso graças ao forte aumento dos salários, embora a elevada cautela das famílias limite parcialmente as despesas e aumente a poupança. O consumo público continua a crescer fortemente, enquanto o investimento contribui de forma moderada, impulsionado sobretudo por projetos públicos nas áreas da defesa, transição ecológica e habitação, num contexto em que o investimento privado permanece contido. A inflação mantém-se relativamente elevada, com uma taxa de 3,0%, impulsionada pelo encarecimento dos serviços e dos alimentos transformados, num contexto de forte crescimento salarial, custos de arrendamento mais elevados e aumentos dos impostos indiretos. No entanto, prevê-se uma moderação gradual nos próximos anos. No mercado de trabalho, as tensões começam a aliviar ligeiramente. A taxa de desemprego situa-se em 3,9%, após ter aumentado em relação aos anos anteriores, devido principalmente a um maior afluxo de população ativa, mais do que a uma deterioração significativa do emprego. Ainda assim, o mercado de trabalho continua restrito, sustentando aumentos salariais elevados. Do ponto de vista fiscal, as contas públicas deterioram-se moderadamente. O défice público aumenta para 1,9% do PIB, principalmente em consequência de reduções estruturais no imposto sobre o rendimento, enquanto a despesa pública continua a crescer. Neste contexto, a dívida pública retoma uma trajetória ascendente, atingindo cerca de 45% do PIB em 2025

**Grécia:** (PIB: 2,1% de média anual estimada para 2025) A economia grega mantém um crescimento sólido de 2,1%, impulsionado pelo consumo privado, pelo bom desempenho do turismo e por uma recuperação do investimento apoiada por fundos europeus. A atividade demonstra resiliência apesar de um ambiente externo incerto, embora o impulso de crescimento dependa em grande medida da procura interna. A inflação modera-se gradualmente, situando-se em cerca de 2,8%, favorecida pela desaceleração dos preços da energia. No entanto, a força da procura e um mercado de trabalho ainda sob pressão limitam a rapidez do ajuste dos preços. O mercado de trabalho continua a melhorar, com uma taxa de desemprego próxima dos 9,3%, a mais baixa em mais de uma década. Ainda assim, persistem problemas estruturais, como a escassez de mão de obra qualificada e uma baixa participação, enquanto os salários continuam a crescer e a apoiar o consumo. No domínio fiscal, a Grécia mantém uma posição orçamental favorável, com um excedente de 1,1% do PIB, apesar da aplicação de medidas expansionistas. O elevado excedente primário e o crescimento do PIB nominal permitem que a dívida pública continue a diminuir, situando-se em cerca de 147,6% do PIB.

**Canadá.** (PIB: 1,6% de média anual estimada para 2025). A economia canadiana tem demonstrado bastante resistência ao forte choque externo decorrente do aumento das tarifas aduaneiras dos EUA. A isenção tarifária

para os produtos que cumprem o TMEC, as descidas das taxas de juro e as medidas fiscais de apoio contribuiram para mitigar o impacto negativo na atividade. A taxa de desemprego atingiu um pico de 7,1% no verão, refletindo os fortes ajustes de pessoal nos setores mais expostos ao comércio, moderando-se no final do ano à medida que o emprego se estabilizava. O Banco do Canadá, face aos riscos significativos de desaceleração do crescimento, reduziu adicionalmente as taxas em 100 pontos base, situando-as em 2,25% no final do ano.

## Informações sobre a evolução prevista para 2026

As perspetivas para 2026 apontam para uma certa heterogeneidade no crescimento, consoante as regiões ou países. Espera-se uma ligeira desaceleração em países como Espanha e Reino Unido, enquanto na Alemanha e em França estima-se uma recuperação moderada do crescimento. A expectativa quanto ao contexto global é de relativa incerteza, devido às tensões geopolíticas e comerciais. Prevê-se que a inflação se situe em torno dos objetivos dos bancos centrais, o que na zona euro poderá implicar a manutenção das taxas de juro oficiais, enquanto no Reino Unido poderá significar descidas. Não prevemos alterações significativas nas taxas de desemprego, mantendo-se a solidez na maioria dos mercados de trabalho.

Segue-se um resumo com a evolução das principais variáveis macroeconómicas por país:

- **Zona Euro:** prevê-se que a economia da Zona Euro registe uma recuperação cíclica em 2026, apoiada na descida das taxas de juro levada a cabo pelo BCE desde meados de 2024 e no impulso da política fiscal, em especial pelos programas alemães de aumento da despesa em infraestruturas e defesa. Prevemos que a inflação se mantenha em linha com o objetivo do BCE de 2%, apoiada na moderação salarial que conduzirá a uma redução progressiva da inflação dos serviços, que em 2025 se revelou mais persistente. A médio prazo, a zona euro enfrenta o desafio de melhorar o seu crescimento económico de forma sustentada. Entre as prioridades das políticas públicas dos próximos anos, esperamos que se incluam propostas alinhadas com o reforço do mercado interno, a simplificação regulamentar e o fortalecimento dos mercados de capitais.
- **Espanha:** esperamos que se mantenha um dinamismo notável no crescimento económico, embora mais moderado do que em 2025. A procura interna continuará a ser o motor da economia, o consumo das famílias mantém-se forte e o investimento, a componente que mais cresceu em 2025, será beneficiado pelos fundos europeus, que devem ser atribuídos antes de agosto de 2026. A procura externa continuará a travar o crescimento, uma vez que as importações, em linha com a solidez da procura interna, ultrapassarão as exportações. Esperamos que a criação de emprego continue e que a taxa de desemprego continue a descer até se aproximar dos 10%, apesar do aumento da população ativa. A inflação irá aproximar-se gradualmente da meta do BCE, uma vez que a componente dos serviços mostra resistência à descida.
- **Alemanha:** em 2026, prevemos que a economia alemã retome o crescimento com um aumento do PIB ligeiramente acima de 1%, após um período prolongado de estagnação, apoiado pelo impulso da despesa pública e pela melhoria do consumo privado. A inflação continuará a moderar-se, favorecida pela queda dos preços da energia, apesar da persistência de alguma pressão nos preços dos serviços. A política fiscal deverá assumir um tom expansionista, com um aumento da despesa pública e medidas de alívio fiscal, o que apoiará a recuperação económica, mas aumentará o défice público.
- **França:** em 2026, esperamos que a economia francesa apresente uma melhoria cíclica, com um crescimento do PIB na ordem dos 1%, refletindo uma recuperação moderada condicionada pela incerteza económica e política, bem como pelo processo de ajustamento orçamental, que continuará a pesar sobre a procura interna. Prevemos que a inflação se mantenha reduzida, abaixo dos 2%. Espera-se que a política fiscal tenha uma orientação restritiva em 2026, com medidas de aumento das receitas e contenção das despesas destinadas a reduzir o défice público.
- **Noruega:** em 2026, espera-se um ligeiro fortalecimento do crescimento do PIB, apoiado principalmente na procura interna. O principal motor será o consumo privado, que acelerará graças ao aumento do poder de compra, decorrente da moderação da inflação e da melhoria dos rendimentos reais. O investimento continua a recuperar, impulsionado sobretudo pela recuperação do investimento residencial, favorecida por taxas de juro ligeiramente mais baixas, enquanto o investimento empresarial ganhará impulso. Em contrapartida, o investimento no setor petrolífero perderá dinamismo após dois anos de forte crescimento. O setor externo prejudicará o crescimento, uma vez que as importações aumentam mais rapidamente do que as exportações num contexto de procura interna dinâmica. A inflação continua a moderar-se em 2026, em linha com a normalização dos preços e a política monetária mais acomodatória, aproximando-se gradualmente da meta de 2% do Norges Bank, o que reforça o rendimento disponível das famílias e sustenta o consumo. No mercado de trabalho, a melhoria da atividade irá apoiar o emprego e os salários reais, contribuindo para uma maior confiança dos consumidores, embora persistam riscos associados ao elevado endividamento das famílias e ao peso do serviço da dívida. No domínio das contas públicas, a política fiscal adotará uma orientação ligeiramente expansionista em 2026. O défice estrutural não petrolífero aumentará para 13,1% do PIB continental, enquanto o saldo orçamental total permanecerá num amplo excedente, graças às receitas do petróleo. A despesa

financiada pelo Fundo Soberano situar-se-á em cerca de 2,8% dos seus ativos, mantendo as finanças públicas sólidas. No que diz respeito à política monetária, após as reduções das taxas de juro realizadas em 2025, o Norges Bank mantém uma postura mais acomodaticia em 2026, apoiando a recuperação do consumo e do investimento, embora vigilante quanto aos riscos inflacionistas decorrentes de uma possível depreciação da coroa e do contexto internacional.

- **Finlândia:** esperamos uma recuperação do crescimento económico, apoiada na procura interna, especialmente no consumo privado e no investimento. A taxa de desemprego continuaria elevada, embora iniciasse uma ligeira descida para taxas inferiores a 10%, em linha com a melhoria gradual da atividade e do emprego. Esperamos que a inflação se situe em torno dos 2%. A política fiscal deverá ter uma orientação restritiva, com medidas de consolidação destinadas a reduzir o défice público, o que poderá constituir um fator limitativo para o crescimento económico.
- **Itália:** a economia italiana manterá um crescimento semelhante ao de 2025, apoiado principalmente na procura interna: o investimento continuará a crescer, sustentado pelos fundos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (RRF), especialmente na construção, e por uma melhoria do consumo privado, sustentada pelo aumento dos rendimentos reais. Prevê-se que a inflação se mantenha abaixo dos 2%, com os preços da energia ainda moderados e uma desaceleração da inflação dos serviços associada à moderação salarial. No mercado de trabalho, o crescimento do emprego desacelera, o que permite uma recuperação gradual da produtividade. A taxa de desemprego continuará a diminuir, e os salários crescerão a um ritmo mais moderado do que em 2025, em linha com a normalização da inflação. O setor externo continua a contribuir ligeiramente para o crescimento, uma vez que as importações avançam mais do que as exportações num contexto de forte procura interna. No plano fiscal, o défice público reduz-se ligeiramente, apesar de a despesa nominal continuar a aumentar, impulsionada pelas transferências sociais, pela saúde e pelo investimento público associado ao RRF. A política fiscal assume uma orientação praticamente neutra, apoiada pelo fluxo de subvenções europeias, enquanto a dívida pública permanece elevada, sem uma correção significativa.
- **Polónia:** após o sólido crescimento do PIB em 2025, esperamos que, em 2026, a economia possa crescer cerca de 4%, apoiada pelo desenvolvimento de um novo ciclo de investimento já em curso, que se somará à manutenção de um sólido crescimento do consumo. Também as previsões de uma recuperação na indústria europeia poderão impulsionar o setor externo. O mercado de trabalho registará uma melhoria na procura de mão-de-obra impulsionada pela aceleração económica e pelo início do ciclo de investimento, pelo que a taxa de desemprego se manterá em torno dos 6%. No que diz respeito à inflação, embora no início do ano possa situar-se abaixo dos 2% devido aos baixos preços dos combustíveis, a subida dos preços do petróleo e do gás e dos custos de aquecimento, ligada, entre outras coisas, à situação geopolítica e ao inverno rigoroso, limita a margem para uma nova descida a curto prazo. Mais para o final do ano, esperamos que a inflação regresse gradualmente à meta (2,5%), embora, em média anual, a inflação seja de 2,0% e, em dezembro, se situe nos 2,6%. A inflação subjacente média do ano será de 2,3% e de 2,7% em termos homólogos no final de dezembro. O banco central iniciou o ano com uma pausa na flexibilização monetária, à espera de novas informações. Esperamos que a taxa de juro de referência (4%) atinja o seu nível mais baixo nos 3,5%, após dois cortes adicionais de 25 pontos base. A porta para uma maior escala de cortes nas taxas poderá abrir-se se a inflação continuar a surpreender em baixa nos próximos meses, em vez de oscilar perto da meta do BCN.
- **Portugal:** até 2026, a economia poderá atingir um crescimento de 2%, apoiada na solidez da procura interna, no elevado nível de emprego e em contas públicas equilibradas. No entanto, os riscos associados à desaceleração das economias avançadas, às tensões comerciais e à volatilidade financeira internacional poderão continuar a limitar a procura externa em Portugal e exigir uma maior cautela na avaliação do ritmo de crescimento para o próximo ano. Espera-se que o mercado de trabalho se mantenha em pleno emprego, em torno dos 6,4%, e que a inflação se situe ligeiramente acima da meta do Banco Central Europeu (2%).
- **Áustria:** em 2026, o crescimento do PIB da Áustria deverá acelerar para taxas próximas de 1%, refletindo uma recuperação gradual após a recessão, apoiada pelo consumo privado e por uma melhoria do investimento. Nesse mesmo ano, a inflação deverá convergir para os 2%, graças à moderação dos preços da energia e a um crescimento salarial mais contido.
- **Suíça:** prevê-se que o crescimento do PIB da Suíça se mantenha em taxas ligeiramente superiores a 1%, apoiado principalmente pelo dinamismo das exportações de serviços, que compensarão a fraqueza das exportações de bens afetadas por maiores tensões comerciais. Espera-se que a inflação continue baixa, favorecida pela força do franco suíço e por um crescimento económico moderado. A política monetária continuará a ser acomodaticia, na sequência dos cortes do Banco Nacional Suíço no ano passado, que levaram a taxa de juro oficial para 0%.

- **Bélgica:** em 2026, a economia belga iniciará uma recuperação muito gradual, com um crescimento do PIB de 1,1%, apoiado por uma melhoria gradual do investimento e por uma procura interna um pouco mais dinâmica. O setor externo deixará de se deteriorar, embora a solidez da procura interna limite a contribuição líquida do comércio. A inflação descerá claramente para 1,8%, favorecida pela moderação dos preços da energia e dos produtos industriais. O mercado de trabalho enfraquecerá ligeiramente, com um aumento do desemprego para 6,2% e um crescimento salarial mais contido. No plano fiscal, o défice público aumentará para 5,5% do PIB devido ao aumento das despesas com a defesa e do custo da dívida, enquanto a dívida pública continuará a subir, aproximando-se dos 110% do PIB.
- **Países Baixos:** em 2026, o crescimento do PIB nos Países Baixos abrandará para 1,3%, num contexto de elevada incerteza global que continua a pesar sobre o investimento e o setor externo. A procura interna continuará a ser o principal motor, apoiada pelo consumo privado — impulsionado pelo aumento dos salários reais — e por um consumo público elevado, enquanto o investimento privado melhorará apenas de forma gradual. A inflação descerá para 2,5%, embora se mantenha relativamente elevada devido às pressões persistentes sobre os preços dos serviços. O mercado de trabalho apresentará uma flexibilização progressiva, com um aumento do desemprego para 4,1% e um crescimento salarial mais moderado. No âmbito fiscal, o défice público aumentará para 2,7% do PIB devido ao aumento da despesa, especialmente na defesa, o que manterá a dívida pública numa trajetória ascendente, próxima dos 48% do PIB.
- **Grécia:** em 2026, a economia grega crescerá cerca de 2,2%, apoiada por uma procura interna sólida e por um investimento que continua a beneficiar dos fundos europeus, embora com sinais de normalização à medida que estes se aproximam da sua fase final. O consumo privado continuará a ser sustentado pelo aumento dos salários. A inflação moderar-se-á para cerca de 2,3%, refletindo uma menor pressão dos preços da energia, embora a solidez da procura e os custos laborais limitem uma descida mais rápida. O mercado de trabalho continuará a melhorar, com uma taxa de desemprego próxima dos 8,6%, embora a criação de emprego seja condicionada por rigidez estrutural e escassez de mão de obra. No plano fiscal, o excedente orçamental reduzir-se-á para aproximadamente 0,3% do PIB em consequência de novas medidas expansionistas, mas a dívida pública manterá a sua trajetória descendente e situar-se-á em cerca de 142% do PIB.
- **Canadá:** estimamos que a atividade se mantenha fraca em 2026 (crescimento médio estimado do PIB ligeiramente acima de 1,0%), à medida que a economia continua a ajustar-se ao choque estrutural que representa a nova política comercial dos EUA e ao aumento da incerteza nas relações internacionais. A menor imigração também restringe o crescimento, tanto do lado da procura como da oferta. Por outro lado, o efeito acumulado das descidas das taxas de juro anteriores e da expansão orçamental apoiará o crescimento. Da mesma forma, a renegociação do TMEC na segunda metade do ano contribuirá para reduzir a incerteza em matéria comercial. A inflação subirá para mais de 2% devido a um efeito de base, com o restabelecimento de taxas de imposto temporariamente suspensas, mas os preços moderados da energia e a ausência de pressões da procura manterão a inflação sob controlo.

## Perspetivas económicas

### Mercados financeiros

Nos mercados financeiros, mantemos para 2026 uma visão de otimismo prudente, sustentada num cenário macroeconómico marcado por políticas monetárias mais acomodáticas e por um crescimento positivo, embora moderado, nas principais economias.

Nos mercados de rendimento fixo, consideramos que a tendência de descida das taxas de rendibilidade soberanas chegou ao fim. Fatores estruturais, como o aumento das necessidades de financiamento público, impõem um limite mínimo relativamente elevado nos prazos longos. Na zona euro, os diferenciais da dívida continuarão a ser condicionados por fatores idiossincráticos, e a pressão fiscal e política em França continuará a ser um elemento a ter em conta. Em contrapartida, a perceção de risco melhorou nos países da periferia da zona euro, embora o espaço para novas compressões seja limitado.

O setor financeiro será marcado por uma maior estabilidade na margem de juros, num contexto de políticas monetárias mais estáveis. Além disso, o crescimento económico permitirá que a qualidade de crédito das carteiras se mantenha.

Os riscos apresentam uma ligeira tendência para o lado negativo e podem provir de entidades financeiras não bancárias, com risco de ajustamentos desordenados nos preços dos ativos e perturbações na liquidez do mercado. Ainda assim, por

enquanto, a maioria das instituições bancárias encontram-se numa posição de solvência sólida para fazer face a um cenário deste tipo.

Para além do contexto económico, os bancos devem fazer face à aceleração do processo de digitalização do negócio e ao conhecimento e gestão dos riscos associados às alterações climáticas.

## **Regulamentação financeira**

Em 2026, embora se preveja que continuem a ser publicadas numerosas propostas e iniciativas por parte da Comissão Europeia, a agenda regulatória irá centrar-se na transição do impulso político inicial do novo ciclo europeu para uma fase de implementação e consolidação. Após os primeiros avanços registados em 2025 em matéria de competitividade, simplificação normativa e estratégia da União de Poupança e Investimento (SIU, na sigla em inglês), o foco deslocar-se-á para a execução das reformas adotadas e o reforço da supervisão em domínios como a resiliência digital, os mercados de capitais e a sustentabilidade.

Simultaneamente, os progressos globais em inteligência artificial, ativos digitais e a regulamentação do “novo dinheiro”, em particular as stablecoins, continuarão a impulsionar a necessidade de uma maior coordenação internacional e de quadros regulamentares mais consistentes entre jurisdições. Um dos marcos mais relevantes será a publicação do relatório sobre a competitividade do setor bancário pela Comissão Europeia.

## **Mercados e a União de Poupança e Investimento**

Os relatórios recentemente publicados por figuras de referência como Enrico Letta, Christian Noyer e Mario Draghi coincidem no diagnóstico de uma falta de competitividade e inovação na UE. A nova União de Poupança e Investimento (SIU) será fundamental para canalizar os milhares de milhões de euros de poupança europeia para os mercados de capitais, mas, para tal, será necessário contar com mercados menos fragmentados, mais líquidos e transparentes. Espera-se que se retome o debate sobre como avançar com a União Bancária, através da criação de um fundo de garantia de depósitos.

O ano será marcado pela negociação de dois grandes processos legislativos: por um lado, a revisão do quadro das pensões, orientada para reforçar os sistemas complementares de poupança, melhorar a portabilidade e alargar a participação dos cidadãos em produtos de investimento a longo prazo. Por outro lado, o pacote de integração dos mercados financeiros e de capitais, cujo objetivo é reduzir a fragmentação, melhorar a liquidez e a transparência e avançar para um quadro de supervisão mais coerente à escala europeia.

## **Prudencial e resolução**

A agenda prudencial e de resolução será marcada por uma revisão profunda da arquitetura do capital bancário na Europa. A Comissão Europeia e as autoridades competentes continuarão a análise do chamado “capital stack”, com o objetivo de avaliar a coerência entre os requisitos de “Going Concern” e “Gone Concern” nos domínios microprudencial, macroprudencial e de resolução. Este exercício visa melhorar a previsibilidade, evitar sobreposições entre quadros e reforçar a capacidade de utilização das reservas em situações de tensão, aspetos especialmente relevantes para garantir a capacidade do setor financeiro de apoiar o crescimento e o investimento.

A simplificação do quadro de supervisão assumirá um papel de destaque. No final de 2025, o BCE publicou as conclusões do seu grupo de trabalho sobre simplificação, liderado pelo vice-presidente Luis de Guindos, o que dará início, em 2026, a um processo de aplicação progressiva destinado a tornar mais eficiente o Processo de Revisão e Avaliação Supervisora (PRES), reduzir os encargos decorrentes dos desenvolvimentos de nível 2 e 3 e melhorar a transparência e a consistência das expectativas de supervisão. Estes avanços ocorrerão, além disso, num contexto de reflexão crescente sobre a competitividade do setor bancário europeu, que será reforçada pelo relatório sobre a competitividade bancária que a Comissão Europeia apresentará no segundo semestre do ano.

Da mesma forma, 2026 será um ano de continuidade na implementação dos mandatos decorrentes da aplicação de Basileia III e na adaptação dos quadros prudenciais globais, incluindo a revisão em curso sobre o tratamento aplicável às NBFIs. Na sequência dos progressos registados em 2025, espera-se que prossiga a implementação a nível nacional da reforma do quadro de gestão de crises e de garantia de depósitos, bem como a aplicação progressiva das novas regras de titularizações adotadas com o objetivo de reforçar a competitividade e ampliar a capacidade de financiamento da economia europeia.

## **Sustentabilidade**

Em 2026, a agenda regulamentar em matéria de sustentabilidade articular-se-á em torno da implementação das medidas adotadas no âmbito do pacote Omnibus I. Prevê-se a publicação e a entrada em vigor do ato delegado que incorpora as normas europeias de reporte de sustentabilidade (ESRS) simplificadas, na sequência do processo de revisão levado a cabo pelo grupo consultivo europeu de informação financeira (EFRAG, sigla em inglês) durante 2025, com o objetivo de

equilibrar as necessidades de informação e os custos para os elaboradores. Além disso, espera-se a adoção do ato delegado de Taxonomia, concebido para reduzir a carga operacional da sua aplicação, em particular para o setor financeiro.

Paralelamente, um dos principais temas regulamentares do ano será a revisão do SFDR, cujo processo continuará após a proposta legislativa apresentada pela Comissão em novembro de 2025, orientada para melhorar a clareza jurídica, a funcionalidade e a eficácia do quadro face ao risco de greenwashing.

## Digital

A regulamentação digital continuará a avançar, estendendo-se a países onde, até ao momento, teve um desenvolvimento limitado. No atual contexto geopolítico, a União Europeia continuará a avaliar como garantir a aplicação efetiva dos quadros relacionados com a concorrência digital e os serviços financeiros, ao mesmo tempo que avança na regulamentação de domínios como a IA. Prevê-se que a fragmentação regulamentar continue a intensificar-se face à ausência de normas internacionais comuns. A nível internacional, fóruns como o G20, o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS) e o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) continuarão a promover projetos para impulsionar os pagamentos transfronteiriços e fomentar a inovação tecnológica (por exemplo: a iniciativa do Centro de Inovação do BIS).

## Banca de retalho

O acesso aos mercados de capitais e a proteção dos investidores de retalho continuarão a ser temas prioritários na agenda da UE. Nesta linha, espera-se que, em Bruxelas, sejam aprovadas as propostas legislativas da RIS e que se registem avanços nas iniciativas da SIU. Ao longo de 2026, deverá ocorrer a transposição da nova diretiva relativa ao crédito ao consumo e da norma relativa à comercialização à distância de serviços financeiros.

## Evolução do negócio

O stock de empréstimos e adiantamentos à clientela atinge os 124 915 milhões de euros, mais 5% do que em 2024. Continua-se a monitorizar as carteiras para prevenir o impacto da deterioração na atividade. Além disso, o saldo dos ativos cedidos em locação operacional atinge os 5 424 milhões de euros, aumentando 9,96% em comparação com o ano anterior.

Em linha com a nossa estratégia de aumentar o financiamento de retalho, os depósitos da clientela aumentaram 5,6% em euros, atingindo os 59 910 milhões de euros. O acesso aos mercados de financiamento grossista continua a ser forte e diversificado. As novas operações estão a ser ativamente reavaliadas para compensar os custos de financiamento mais elevados.

Os novos registos de veículos cresceram 1,8% em 2025, melhorando o +0,7% do ano anterior. O volume de veículos novos financiados aumentou 0,4% e o de veículos usados diminuiu 2,9%.

## Resultados

**A Santander Consumer Finance obteve em 2025 um resultado atribuído de 727,6 milhões de euros**, inferior ao de 2024 em 76,0 milhões de euros, com uma evolução muito positiva da margem de juros (7,7 %) e custos praticamente estáveis (e claramente inferiores à inflação), penalizado pela redução das comissões devido a alterações regulamentares na Alemanha e a maiores provisões impulsionadas principalmente pelas tendências da economia.

Por rubrica, destacam-se os seguintes impactos:

- **A margem de juros** cresce 7,7 % em relação ao ano anterior, apoiada na reavaliação ativa dos créditos iniciada em anos anteriores e no crescimento dos depósitos e empréstimos a clientes.

A posição de liquidez manteve-se sólida em todos os momentos e não se verificaram tensões de liquidez, graças à evolução dos depósitos e às disposições de linhas de crédito grossistas. Os indicadores de liquidez mantiveram-se acima dos limites internos e em conformidade com os níveis regulamentares. No final de dezembro, o LCR (Liquidity Coverage Ratio) consolidado do Subgrupo SCF era de 212% e o NSFR (Net Stable Funding Ratio) para o mesmo perímetro era de 116%, mantendo-se em níveis confortáveis ao longo de todo o ano.

- **As comissões** diminuíram 13,4 % em comparação com o ano anterior, principalmente devido a alterações na regulamentação dos seguros na Alemanha e a uma menor concessão de empréstimos.

- **Os resultados de operações financeiras (ROF)** são inferiores devido aos resultados positivos das operações de cobertura em 2024.
- **Os outros resultados de exploração** são sustentados pela evolução positiva da atividade de locação financeira.
- Os **custos operacionais** (despesas administrativas mais amortizações) situam-se em 2 048,8 milhões de euros, 1,2 % abaixo do ano de 2024, absorvendo os efeitos da inflação. O rácio de eficiência situa-se em 42,8 %, melhorando 289 pontos base em comparação com 2024.
- As **provisões para insolvências** foram 25,3 % superiores às do ano anterior, devido em grande parte ao contexto económico (enquanto a inflação e as taxas estão a descer, a pressão sobre o poder de compra das famílias e as incertezas geopolíticas mantêm-se) e à alteração do mix de produto. Além disso, as provisões foram afetadas pelas fragilidades da economia alemã, que reduziu a sua atividade e provocou uma deterioração, especialmente na carteira de Business & Corporate Banking e, em menor medida, nas carteiras de Automóveis e Direto. Adicionalmente, e especialmente em França, verificou-se um impacto nas carteiras de PME devido aos elevados níveis de “insolvências” a nível nacional.
- Os **outros resultados** são afetados por maiores provisões para reclamações judiciais, que superam as menores provisões para reestruturação contabilizadas em 2025, em comparação com 2024.

## Estratégia

A SCF é líder europeia no financiamento ao consumo, estando presente em 16 países (14 na Europa, além da China e do Canadá). Oferece aos seus clientes e parceiros uma proposta de valor para melhorar as suas capacidades de venda através do financiamento de produtos e do desenvolvimento de tecnologias avançadas que lhes proporcionem uma vantagem competitiva. A SCF aspira a tornar-se o melhor prestador de serviços de financiamento automóvel e mobilidade digital da Europa.

A nossa estratégia na Europa está alinhada com a do negócio global de Consumo. A nossa visão é tornarmo-nos a opção preferida dos nossos parceiros e clientes finais e oferecer maior rentabilidade e criação de valor aos nossos acionistas, sendo o operador mais eficiente em termos de custos.

Para responder ao ecossistema competitivo da mobilidade e do financiamento ao consumo, ao mesmo tempo que cumprimos a nossa visão, em 2025 estamos a trabalhar para transformar o nosso modelo operacional num modelo de banca digital, com uma oferta completa em mobilidade e consumo, que coloca o cliente no centro da nossa gestão, focando-nos nas nossas prioridades estratégicas:

- Convergir para plataformas globais. Estamos a desenvolver a nossa plataforma de leasing operacional de automóveis, apoiada nas novas tecnologias e em acordos inter-regionais.
- Conseguir e consolidar acordos e aquisições. Para manter e consolidar a nossa liderança no financiamento da mobilidade, continuamos a oferecer as melhores soluções globais, integradas nos ecossistemas dos nossos parceiros.
- Promover o efeito de rede. Continuamos a trabalhar no sentido de alinhar o negócio com o modelo operacional do Grupo e de sermos mais ágeis, apoiados na utilização de ferramentas de IA para simplificar os processos e impulsionar a produtividade, com o objetivo de melhorar os prazos de entrega, a escalabilidade e a experiência do cliente.

## Medidas alternativas de desempenho (MAR)

Para além da informação financeira elaborada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), o presente relatório inclui determinadas medidas alternativas de desempenho (MAR), a fim de dar cumprimento às orientações sobre medidas alternativas de desempenho publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) em 5 de outubro de 2015, bem como medidas não-IFRS.

Estas MAR e medidas não-IFRS foram utilizadas para planear, monitorizar e avaliar a nossa evolução. Consideramos que estas MAR e medidas não-IFRS são úteis para a administração e os investidores, uma vez que facilitam a comparação do desempenho operacional entre períodos. Embora consideremos que estas MAR e medidas não-IFRS permitem uma melhor avaliação da evolução dos nossos negócios, esta informação deve ser considerada apenas como informação adicional e, em caso algum, substitui a informação financeira preparada de acordo com as IFRS. Além disso, a forma como o Grupo Santander define e calcula estas MAR e medidas não-IFRS pode diferir da forma como são calculadas por outras empresas que utilizam medidas semelhantes e, por conseguinte, podem não ser comparáveis.

As MAR e as medidas não-IFRS utilizadas neste documento podem ser categorizadas da seguinte forma:

### Indicadores de rentabilidade e eficiência

O rácio de eficiência permite medir quais as despesas gerais de administração (com pessoal e outras) e as despesas com amortizações necessárias para gerar as receitas.

Foram incorporados os rácios de RoA, por se considerar que refletem melhor a evolução do subjacente do negócio.

<u>Rácio</u>	<u>Fórmula</u>	<u>Relevância da utilização</u>
<b>RoA (return on assets)</b>	$\frac{\text{Resultado do exercício}}{\text{Média dos ativos totais}}$	Esta métrica mede o rendimento obtido a partir do total de ativos do Banco. É um indicador que reflete a eficiência na gestão do total de ativos da empresa para gerar lucros.
<b>Eficiência (cost to income)</b>	$\frac{\text{Custos operacionais (*)}}{\text{Margem bruta}}$	Um dos indicadores mais utilizados para estabelecer comparações sobre a produtividade de diferentes entidades financeiras. Mede o nível de recursos utilizados para gerar as receitas de exploração do Grupo.

(\*) Custos operacionais: Despesas gerais de administração + amortizações

<b>Rentabilidade e eficiência (milhares de euros e %)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>RoA</b>	0,63 %	0,70 %
Resultado do exercício	970 236	1 037 112
Ativos totais	154 456 419	148 076 143
<b>Rácio de eficiência (cost to income)</b>	(42,76) %	(45,65)%
Custos operacionais	(2 048 811)	(2 074 563)
Custos administrativos	(1 815 485)	(1 844 759)
Amortização	(233 326)	(229 804)
Margem bruta	4 790 868	4 544 230

### Indicadores de risco de crédito

Os indicadores de risco de crédito permitem medir a qualidade da carteira de crédito e a percentagem da carteira em incumprimento que está coberta por provisões para insolvências.

<u>Rácio</u>	<u>Fórmula</u>	<u>Relevância da utilização</u>
<b>Rácio de crédito malparado</b>	$\frac{\text{Saldos em dívida de empréstimos e adiantamentos a clientes, garantias concedidas a clientes e compromissos concedidos a clientes}}{\text{Risco Total (1)}}$	A taxa de crédito malparado é uma variável muito importante na atividade das instituições financeiras, uma vez que permite conhecer o nível de risco de crédito por elas assumido. Ela relaciona os riscos classificados contabilisticamente como duvidosos com o saldo total dos créditos concedidos, no âmbito dos clientes e dos riscos contingentes.
<b>Cobertura de crédito malparado</b>	$\frac{\text{Provisões para cobertura de perdas por imparidade (2)}}{\text{Saldos em dívida de empréstimos e adiantamentos a clientes, garantias concedidas a clientes e compromissos concedidos a clientes}}$	Um dos indicadores mais utilizados para estabelecer comparações sobre a produtividade de diferentes entidades financeiras. Mede o nível de recursos utilizados para gerar as receitas de exploração do Grupo.
<b>Custo do crédito</b>	$\frac{\text{Imparidades (3)}}{\text{Ativos financeiros ao custo amortizado de Empréstimos e Adiantamentos - Clientes}}$	Este rácio relaciona o nível de imparidades contabilísticas por risco de crédito num determinado período de tempo, necessárias em função da carteira de empréstimos concedidos aos clientes, servindo assim para medir a qualidade de crédito do Grupo.

(\*1) Risco Total = Saldos normais e em dívida de Empréstimos e Adiantamentos aos clientes e Garantias dos clientes+ Saldos normais e em dívida de Compromissos Contingentes dos clientes.

(\*2) Provisões para cobertura de perdas por imparidade do risco de empréstimos e adiantamentos aos clientes, garantias dos clientes e compromissos concedidos a clientes.

(\*3) Deterioração do valor ou (-) reversão da imparidade do valor e ganhos ou perdas decorrentes de alterações nos fluxos de caixa de ativos financeiros não avaliados ao valor razoável com variações no resultado e perdas ou (-) ganhos líquidos decorrentes de alterações.

<b>Risco de crédito (milhares de euros e %)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Rácio de crédito malparado</b>	<b>2,78 %</b>	<b>2,62 %</b>
Saldos em imparidade de empréstimos e adiantamentos, garantias e saldos disponíveis concedidos a clientes	3 566 601	3 194 606
Saldos brutos de empréstimos e adiantamentos a clientes registados nas rubricas de "Ativos financeiros ao custo amortizado" e de "Ativos financeiros a justo valor através de variações noutró resultado global" classificados na Fase 3.	3 545 666	3 169 142
Garantias e saldos disponíveis concedidos a clientes classificados na Fase 3	20 935	25 464
<b>Risco total</b>	<b>128 318 067</b>	<b>121 965 677</b>
Saldos brutos de empréstimos e adiantamentos a clientes em imparidade e sem imparidade	127 968 589	121 481 797
Garantias prestadas a clientes em imparidade e sem imparidade e saldos disponíveis a clientes em imparidade	349 478	483 880
<b>Rácio de cobertura</b>	<b>85,51 %</b>	<b>78,78 %</b>
Perdas por imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado e a justo valor através de variações noutró resultado global	3 049 849	2 516 719
Saldos brutos de empréstimos e adiantamentos a clientes registados nas rubricas de "Ativos financeiros ao custo amortizado" e de "Ativos financeiros a justo valor através de variações noutró resultado global" classificados na Fase 3.	3 545 666	3 169 142
Garantias e saldos disponíveis concedidos a clientes classificados na Fase 3	20 935	25 464
<b>Custo do crédito</b>	<b>1,04%</b>	<b>0,87 %</b>
Imparidades	(1 295 640)	(1 034 184)
Empréstimos e adiantamentos - Clientes	124 915 368	118 984 966

### **Princípios corporativos**

A excelência na gestão de riscos constitui um pilar estratégico para o Grupo Santander e, em particular, para a Santander Consumer Finance. Num ambiente económico e regulatório cada vez mais exigente, a Função de Riscos desempenha um papel fundamental para garantir a solidez, a segurança e a sustentabilidade da Entidade.

A estratégia de negócio desenvolve-se no âmbito do apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração, que define a tipologia e o nível de riscos que podem ser assumidos, traduzidos em limites objetivos e mensuráveis. Todos os riscos são geridos pelas unidades que os geram, através de modelos e ferramentas avançadas, apoiadas por um sólido quadro de controlo, reporte e escalonamento, com uma visão antecipatória integrada nos processos.

A independência da Função de Risco, o reforço contínuo dos processos e infraestruturas e a promoção de uma cultura de risco transversal em toda a organização constituem elementos essenciais para consolidar uma gestão prudente, eficaz e alinhada com as melhores práticas do mercado.

## II. Risco de Crédito

O risco de crédito é aquele que decorre do incumprimento ou da deterioração da qualidade de crédito de um cliente ou contraparte, a quem a Santander Consumer Finance tenha concedido financiamento ou com quem tenha assumido uma obrigação contratual, sendo este risco o mais relevante tanto a nível da Santander Consumer Finance como a nível do setor de Consumer Finance, tanto em termos de exposição como de consumo de capital.

A Santander Consumer Finance é especializada no financiamento de clientes em carteira e clientes padronizados ao longo do processo de gestão de risco:

- **Clientes em carteira:** têm atribuído um Analista de Risco (avaliação especializada), que avalia a gestão do risco, apoiando-se em modelos de avaliação internos. Fazem parte deste grupo os grandes distribuidores e empresas de financiamento automóvel.
- **Riscos padronizados:** a sua gestão é feita através de modelos internos e decisão automática, complementada, por sua vez, por equipas de especialistas, quando necessário. Os riscos padronizados são compostos por riscos a particulares, empresários individuais e empresas de banca de retalho não incluídas na carteira.

### Evolução dos indicadores em 2025

Sinais claros da imparidade macroeconómica que se tem verificado em várias regiões refletem-se em diferentes métricas de gestão de riscos, tais como a morosidade e o custo do crédito. Graças a uma gestão adequada, a Santander Consumer Finance conseguiu manter os seus níveis abaixo dos concorrentes.

#### *Principais indicadores e evolução*

O perfil da carteira de risco de crédito da Santander Consumer Finance caracteriza-se por uma distribuição geográfica diversificada e pelo predomínio da atividade de banca de retalho.

No final de 2025, os principais indicadores foram os seguintes:

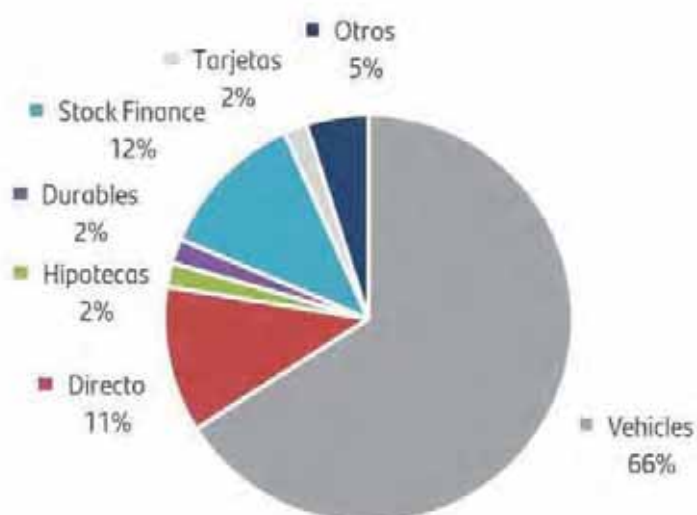
	Cobertura (%)		Taxa de mora (%)		Custo do crédito (%)	
	dez-25	dez-24	dez-25	dez-24	dez-25	dez-24
Alemanha e Áustria	77,46%	70,54%	3,30%	2,83%	1,43%	0,87%
Espanha e Portugal	90,13%	89,86%	3,43%	3,61%	1,26%	1,27%
Países Nórdicos	85,42%	75,33%	2,68%	3,26%	0,70%	0,78%
Itália	94,51%	89,69%	1,42%	1,60%	0,80%	0,76%
França	99,62%	98,89%	1,33%	1,22%	0,38%	0,34%
OUTROS	99,11%	60,60%	4,71%	4,02%	1,12%	2,35%
<b>Total</b>	<b>86,23%</b>	<b>78,78%</b>	<b>2,76%</b>	<b>2,62%</b>	<b>1,04%</b>	<b>0,87%</b>

### Mapa Global de Risco de Crédito 2025

O quadro seguinte apresenta o mapa global da exposição bruta ao risco de crédito por área geográfica:

	Exposição Bruta ao Risco de Crédito			
	dez-25	% da carteira 2025	dez-24	% da carteira 2024
Alemanha e Áustria	18 619	14,55%	16 196	13,33%
Espanha e Portugal	19 938	15,58%	17 994	14,81%
Países Nórdicos	18 958	14,81%	19 715	16,23%
Itália	45 716	35,72%	45 912	37,79%
França	15 768	12,32%	15 954	13,13%
OUTROS	8 968	7,01%	5 710	4,70%
<b>Total</b>	<b>127.969</b>	<b>100,00%</b>	<b>121.481</b>	<b>100,00%</b>

E por produto:



## Carteira reestruturada

Para efeitos da gestão de riscos do Grupo, a carteira reestruturada inclui as operações em que o cliente apresentou — ou se prevê que possa apresentar — dificuldades financeiras que comprometam o cumprimento das suas obrigações contratuais e que, por esse motivo, tenham sido objeto de modificação, cancelamento ou formalização de uma nova operação.

O Grupo Santander, do qual a Santander Consumer Finance faz parte, dispõe de uma política corporativa de reestruturação alinhada com as Orientações da EBA sobre a gestão de exposições duvidosas e reestruturadas ou refinanciadas (EBA/GL/2018/06) e com a regulamentação aplicável do Banco de Espanha (Circular 6/2021, que altera a Circular 4/2017). Esta política estabelece critérios prudenciais rigorosos, orientados para garantir uma gestão precoce e transparente da deterioração e para maximizar a recuperação dos montantes em dívida.

A reestruturação é aplicada de forma restritiva e após a avaliação de todas as alternativas disponíveis, assegurando que o seu resultado seja mais favorável do que a inação. Em caso algum deve implicar financiamento adicional, refinanciamento de dívidas a terceiros, nem ser utilizada como instrumento comercial. Da mesma forma, exige-se a manutenção — e, sempre que possível, a melhoria — das garantias existentes.

A identificação do âmbito de reestruturação é efetuada através de indicadores objetivos de dificuldade financeira. De um modo geral, as operações com mais de um mês de incumprimento à data da modificação são consideradas nessa situação, sendo também incorporados outros fatores qualitativos, tais como modificações prematuras, concessão de condições especiais, pedidos reiterados de reestruturação ou irregularidades detetadas durante o período de acompanhamento (backtesting). Na Santander Consumer Finance, o número de acordos de reestruturação é limitado a um máximo de um por ano ou três em cinco anos.

Uma vez reestruturada a operação, o cliente é gerido de acordo com os critérios específicos estabelecidos na política. As operações que permaneçam classificadas como duvidosas devem cumprir um Período de Recuperação de 12 meses com pagamentos contínuos antes da sua eventual reclassificação, seguido de um período adicional de acompanhamento especial. Em qualquer caso, a reestruturação não altera as datas originais de incumprimento nem implica a libertação automática de provisões.

A viabilidade de cada medida é analisada de forma individualizada, especialmente no caso dos clientes com analista atribuído, garantindo que a solução proposta esteja ao alcance do cliente e permita uma redução efetiva da dívida. As reestruturações podem ser de curto ou longo prazo, sendo as primeiras aplicáveis apenas em situações de restrições temporárias de liquidez devidamente comprovadas.

As operações que não cumpram os critérios de viabilidade estabelecidos são classificadas como reestruturações non-performing, reforçando assim a abordagem prudente e consistente do Grupo na gestão deste tipo de exposições.

A classificação das operações reestruturadas é apresentada da seguinte forma:

- **Duvidosas:** serão reclassificadas para a categoria de risco duvidoso as operações que se baseiem num plano de pagamentos inadequado, incluam cláusulas contratuais que prolonguem o reembolso da operação através de pagamentos regulares ou apresentem montantes retirados do balanço por serem considerados irrecuperáveis.
- **Normais:** serão classificadas na categoria de risco normal as operações em que não se justifique a sua classificação como duvidosas ou que tenham sido reclassificadas da categoria de risco duvidoso por cumprirem os critérios específicos a seguir indicados:
  - a) Que tenha decorrido um período de um ano desde a data do refinanciamento ou reestruturação.
  - b) Que o titular tenha pago as prestações vencidas de capital e juros, reduzindo o capital renegociado, desde a data em que foi formalizada a operação de reestruturação ou refinanciamento.
  - c) O titular não tenha qualquer outra operação com montantes vencidos há mais de 90 dias na data da reclassificação para a categoria de risco normal.

### ***c) Métricas e ferramentas de medição***

#### **Ferramentas de classificação da solvência**

A Santander Consumer Finance utiliza modelos internos de classificação de crédito desde 1993, avaliando a qualidade de crédito de clientes e operações através de sistemas próprios de scoring e rating. Cada classificação está associada a uma probabilidade de incumprimento estimada com base na experiência histórica do Grupo Santander.

Dado o peso predominante do negócio de retalho, a avaliação do risco baseia-se principalmente em modelos de pontuação que, combinados com regras de política de crédito, permitem tomar decisões automatizadas na fase de admissão. Estas ferramentas proporcionam objetividade na medição do risco e eficiência nos tempos de resposta. Da mesma forma, são utilizados modelos nas fases de recuperação de incumprimentos, o que permite cobrir de forma integral o ciclo de crédito — admissão, monitorização e recuperação — através de metodologias estatísticas baseadas em informação histórica interna.

No segmento de Empresas e Instituições em Carteira —principalmente prescritores—, a avaliação do risco é realizada através de modelos especializados de rating que integram as variáveis mais relevantes para gerar avaliações consistentes e comparáveis. Durante 2024, todas as unidades realizaram revisões destas carteiras com a participação das diferentes áreas do Grupo, incluindo a análise das maiores exposições, clientes em vigilância especial e principais indicadores de crédito. A carteira de empresas em carteira representa uma proporção pouco significativa do risco total gerido e concentra-se, principalmente, no financiamento de stocks a concessionários de veículos.

As classificações atribuídas são revistas periodicamente, incorporando novas informações financeiras e a evolução da relação com o cliente. A frequência das revisões aumenta para os clientes que ativam alertas automáticos ou se encontram em acompanhamento especial. De forma complementar, as próprias ferramentas de classificação são objeto de revisão contínua para reforçar a sua capacidade preditiva.

De forma residual, determinadas exposições são avaliadas através dos modelos globais do segmento de Banca Grossista Global, geridos de forma centralizada pela Divisão de Riscos do Grupo. Estes modelos combinam um módulo quantitativo — baseado em rácios financeiros e variáveis macroeconómicas — com o parecer especializado do analista.

### ***d) Parâmetros de risco de crédito***

A avaliação do cliente ou da operação por meio de rating ou scoring constitui um julgamento sobre a sua qualidade de crédito, expresso através da probabilidade de incumprimento (PD), de acordo com a terminologia de Basileia.

A quantificação integral do risco de crédito requer, adicionalmente, a estimativa de outros parâmetros fundamentais: a exposição no momento do incumprimento (EAD) e a perda em caso de incumprimento (LGD), que representa a percentagem da exposição não recuperável. Estes parâmetros incorporam elementos como a estimativa de exposições extrapatrimoniais — consoante a tipologia do produto — e a análise das recuperações esperadas em função das garantias e de outras características contratuais (produto, prazo, etc.).

A combinação de PD, EAD e LGD permite calcular a perda esperada (PE), que é considerada um custo inerente à atividade de crédito, reflexo do prémio de risco, e que deve ser integrada na política de preços. Da mesma forma, estes parâmetros constituem a base para o cálculo do capital regulamentar de acordo com o quadro de Basileia. Esse capital é determinado a partir da perda inesperada, entendida como um nível de perda elevado, mas pouco provável, que não é considerado recorrente e que deve ser coberto com recursos próprios.

Em complemento aos modelos preditivos, a Santander Consumer Finance utiliza métricas baseadas na perda observada, que permitem uma gestão prudente e dinâmica do risco de crédito. Entre os principais indicadores encontram-se:

- VMG (Variação da Morosidade de Gestão): entradas em incumprimento menos recuperações e recuperações de créditos incobráveis.
- DNI (Provisão Líquida para Insolvências): provisões brutas menos recuperações de créditos incobráveis.
- Créditos abatidos ao ativo líquidos: transferências para incobráveis menos recuperações.
- Perda esperada.

Para efeitos de monitorização, a VMG e a DNI acumuladas em 12 meses são divididas pela média anual da carteira, obtendo-se assim o prémio de risco e o custo de crédito, respetivamente. Estes indicadores oferecem uma visão integral da evolução e das perspetivas da carteira.

Ao contrário da taxa de mora, a VMG reflete a variação total da carteira deteriorada num determinado período, independentemente da sua classificação (duvidoso ou crédito abatido ao ativo), constituindo-se num indicador-chave para a tomada de decisões de gestão.

Embora a VMG (medição em termos de fluxos) e a DNI (medição em termos de cobertura) reflitam a mesma realidade económica e tendam a convergir ao longo do ciclo, podem apresentar divergências pontuais. Estas diferenças devem-se principalmente ao momento distinto de reconhecimento contabilístico das perdas — determinado pela regulamentação aplicável e pela natureza das carteiras —, bem como a fatores como alterações nas políticas de cobertura e de classificação como perdas, variações na composição da carteira, alterações regulamentares (incluindo a IFRS 9), vendas de carteiras ou ajustes nos parâmetros de cálculo da perda esperada.

#### ***e) Ciclo do risco de crédito***

A identificação, medição, análise, controlo, negociação e decisão fazem parte do processo que completa o ciclo de gestão de riscos e no qual intervêm as áreas que assumem riscos, a alta direção e a Função de Riscos.

Sendo o Grupo membro do Grupo Santander, o processo tem início na alta direção, através do Conselho de Administração e do Comité Executivo de Riscos, que estabelece as políticas e procedimentos de risco, os limites e delegações de poderes, e aprova e supervisiona o quadro de atuação da função de riscos.

O ciclo do risco distingue-se em três fases: pré-venda, venda e pós-venda:

##### **e.1) Pré-venda**

###### **- Análise do risco e processo de classificação de crédito**

A análise do risco de crédito avalia a capacidade do cliente para cumprir as suas obrigações, tendo em conta a sua solvabilidade, as exposições em vigor e a rentabilidade em função do risco assumido.

O Grupo utiliza modelos internos de rating desde 1993, aplicáveis ao segmento grossista e a empresas e instituições, que combinam análise quantitativa e parecer especializado. Estas notações são revistas periodicamente e com maior frequência no caso de clientes sob alerta ou acompanhamento especial. No segmento retalhista predominam os modelos de pontuação, que permitem decisões automatizadas.

###### **- Planeamento e estabelecimento de limites**

O planeamento do risco define os níveis de exposição e os limites das carteiras, alinhando o plano de negócios com a política de crédito. Este processo, desenvolvido em conjunto pelas áreas de Negócios e Riscos, incorpora análises de cenários e testes de resistência para avaliar a resiliência da carteira e a suficiência das provisões.

Os objetivos de risco e rentabilidade, bem como os limites por grupo ou cliente, são formalizados em documentos aprovados pelo Grupo.

##### **e.1) Venda**

###### **- Decisão sobre operações**

A aprovação de operações de risco requer, antes da sua formalização, a validação da área de Riscos, de acordo com as políticas internas e a apetência de risco definida, garantindo o equilíbrio adequado entre risco e rentabilidade.

No caso de clientes padronizados (particulares e PME), a decisão baseia-se em modelos automáticos que avaliam o binómio cliente/operação e permitem classificar as exposições em níveis homogéneos de risco, garantindo consistência e eficiência no processo.

## **e.1) Pós-venda**

### **- Acompanhamento**

A Função de Acompanhamento baseia-se num processo de observação contínua orientado para a deteção precoce de possíveis deteriorações na qualidade de crédito e para a adoção de medidas corretivas. Articula-se a partir da segmentação de clientes e é desenvolvida por equipas de Risco locais e globais, com o apoio da Auditoria Interna.

Entre as suas principais ações incluem-se a identificação de clientes sob vigilância especial, a revisão periódica dos ratings de risco e o acompanhamento contínuo dos indicadores de risco.

O sistema interno SCAN (Santander Customer Assessment Notes) classifica os clientes em diferentes níveis de acompanhamento, em função do grau de preocupação detetado. A sua inclusão não implica necessariamente incumprimento de pagamentos, mas sim a aplicação de uma política específica, com atribuição de um responsável e prazos de revisão. A frequência da revisão aumenta em função do nível de risco e pode ser ativada por análise interna, auditoria, decisão comercial ou sistemas de alertas automáticos.

No segmento de particulares, empresas e PME, o acompanhamento centra-se na análise de indicadores-chave para identificar desvios em relação às previsões e facilitar uma gestão antecipada da carteira.

### **F) Medição e controlo**

O Grupo realiza uma análise contínua da carteira de crédito ao longo de todo o seu ciclo.

Este controlo, estruturado por geografias, negócios e produtos, permite identificar atempadamente possíveis focos de deterioração e adotar medidas corretivas oportunas.

Cada eixo de controlo permite dois tipos de análise:

#### **1.- Análise quantitativa e qualitativa da carteira**

A análise da carteira supervisiona de forma contínua a evolução do risco face aos limites e objetivos estabelecidos, avaliando diferentes cenários para garantir que o perfil de risco se mantém dentro dos parâmetros definidos pelo Grupo.

Na fase de controlo do risco de crédito, são utilizadas, entre outras e de forma adicional às métricas tradicionais, a Variação da Morosidade de Gestão (que mede como a morosidade varia durante um período, tendo em conta as perdas líquidas, permitindo assim reagir a deteriorações observadas na evolução da morosidade), bem como a Perda Esperada (é a estimativa da perda económica que ocorrerá durante o próximo ano na carteira existente num determinado momento) e de capital.

#### **2.- Avaliação dos processos de controlo**

A gestão do risco inclui a revisão periódica de procedimentos e metodologias para garantir a sua eficácia e vigência ao longo do ciclo de crédito.

A Divisão de Riscos avalia anualmente a eficácia do controlo interno no âmbito corporativo estabelecido, enquanto a Validação Interna e a Auditoria Interna supervisionam se os modelos, políticas e procedimentos cumprem as normas regulamentares e se encontram devidamente implementados e atualizados.

### **h) Risco de Concentração**

O risco de concentração é um elemento-chave no âmbito da gestão do risco de crédito. O Grupo Santander, do qual a Santander Consumer Finance faz parte, realiza um acompanhamento contínuo do nível de concentração das suas carteiras de crédito por áreas geográficas, setores económicos, produtos e grupos de clientes.

O Conselho de Administração, através do quadro de apetite de risco, fixa os limites máximos de concentração, enquanto o Comité Executivo de Riscos define as políticas e supervisiona os níveis de exposição para assegurar uma diversificação adequada das carteiras.

A Santander Consumer Finance cumpre a regulamentação relativa a "Grandes Riscos" estabelecida no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), que limita as exposições significativas a um cliente ou grupo coligado. A 31 de dezembro de 2024, após a aplicação de técnicas de mitigação, nenhuma exposição excede os limites regulamentares estabelecidos.

Da mesma forma, a Divisão de Riscos, em coordenação com a Divisão Financeira, gere ativamente a carteira através de instrumentos como derivados de crédito e operações de titularização, com o objetivo de otimizar a relação risco-retorno e manter uma diversificação adequada.

## **Risco de mercado, estrutural e de liquidez**

### **a. Âmbito e definições**

O âmbito de medição, controlo e acompanhamento da função de riscos de mercado abrange as operações em que se assume risco patrimonial, em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Esses riscos são gerados por meio de dois tipos de atividades fundamentais: a atividade de negociação (trading) e a atividade de gestão de balanço ou ALM, que implica a gestão dos riscos inerentes ao balanço da entidade, excluindo a carteira de negociação. A SCF limita-se a esta última.

Os riscos gerados nestas atividades são de mercado, estruturais e de liquidez.

### **b. Medição e metodologias**

#### 1. Risco estrutural da taxa de juro

O Grupo realiza análises de sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial face a variações das taxas de juro. Esta sensibilidade é condicionada pelos desfasamentos nos prazos de vencimento e de revisão das taxas de juro das diferentes rubricas do balanço.

Em função do posicionamento da taxa de juro do balanço, e tendo em conta a situação e as perspetivas do mercado, são acordadas as medidas financeiras para adequar esse posicionamento ao desejado pelo Grupo. Estas medidas podem ir desde a tomada de posições nos mercados até à definição das características da taxa de juro dos produtos comerciais.

As medidas utilizadas para o controlo do risco de juros nestas atividades são o gap das taxas de juro, as sensibilidades da margem financeira e do valor patrimonial às variações nos níveis das taxas de juro.

#### 2. Risco de liquidez

A gestão da liquidez estrutural visa financiar a atividade recorrente do Grupo Santander Consumer Finance em condições ótimas de prazo e custo, evitando assumir riscos de liquidez indesejados.

As medidas utilizadas para o controlo do risco de liquidez são o gap da liquidez, os rácios de liquidez, o quadro de liquidez estrutural, os testes de stress de liquidez, o plano financeiro, o plano de contingência de liquidez e o reporting regulatório.

#### 3. Risco cambial estrutural

O risco cambial estrutural é gerido no âmbito dos procedimentos corporativos gerais, com o objetivo de manter constante o rácio CET1, tanto a nível do Grupo Santander como do Grupo Santander Consumer Finance.

### **c. Ambiente de controlo**

O ambiente de controlo do risco estrutural e de liquidez no Grupo Santander Consumer Finance baseia-se no quadro do plano de limites anual, onde são estabelecidos os limites para esses riscos, em função do nível de apetite pelo risco do Grupo.

Caso se verifique um excesso em relação a um destes limites, a Função de Riscos de Mercado, Estruturais e de Liquidez notificará esse excesso, solicitando os motivos e um plano de ação aos responsáveis pela gestão do risco.

Os limites são comparados com a sensibilidade que implica uma maior perda entre as calculadas para diferentes cenários de subida e descida paralelas da curva de taxas de juro. Durante 2025, o nível de exposição a nível consolidado no Grupo SCF, tanto em termos de margem financeira como de valor económico, é baixo em relação ao orçamento e ao montante de fundos próprios, respetivamente, situando-se em ambos os casos abaixo de 4% ao longo de todo o ano e dentro dos limites estabelecidos.

No que diz respeito ao risco de liquidez, os principais limites a nível do Grupo Santander Consumer Finance incluem métricas de liquidez regulamentar, tais como o LCR e o NSFR, bem como os testes de resistência à liquidez sob diferentes cenários adversos anteriormente referidos. No final de dezembro de 2025, todas as métricas de liquidez situavam-se acima dos limites internos em vigor, bem como das exigências regulamentares. Tanto para o LCR como para o NSFR a nível do Grupo consolidado, situaram-se em níveis superiores a 115% e 105% ao longo de todo o ano.

#### **d. Gestão**

A gestão do balanço implica a análise, projeção e simulação de riscos estruturais, juntamente com a conceção, proposta e execução de transações e estratégias para a sua gestão. A Área de Gestão Financeira é responsável por esse processo e, no desempenho desta função, segue uma abordagem projetiva, sempre que tal for aplicável ou viável.

### **Risco Operacional**

#### **a. Definição e objetivos**

De acordo com a normativa CRR3, o risco operacional é definido como «o risco de perda devido à inadequação ou falha dos processos, pessoas e sistemas internos ou a eventos externos, incluindo o risco legal, o risco de modelo e o risco de TIC, mas não o risco estratégico e de reputação». Esta definição é a utilizada neste modelo e está alinhada com a normativa de Basileia.

Para permitir uma gestão, agregação e acompanhamento adequados do risco, a informação relativa ao RO deve ser classificada de acordo com as categorias de supervisão pertinentes, bem como com as taxonomias adicionais, que foram definidas em procedimentos específicos.

Neste sentido, o Grupo Santander utiliza a taxonomia de riscos definida pelo Comité de Basileia para a gestão e controlo do RO:

- a. Fraude interna: Perdas decorrentes de qualquer tipo de ato destinado a defraudar, apropriar-se indevidamente de bens ou contornar regulamentos, a lei ou a política da empresa, excluindo os casos de diversidade/discriminação que envolvam pelo menos uma parte interna.
- b. Fraude externa: Perdas decorrentes de qualquer tipo de ação destinada a defraudar, apropriar-se indevidamente de bens ou contornar a lei, por parte de um terceiro.
- c. Relações laborais e segurança no local de trabalho: Perdas decorrentes de atos incompatíveis com as leis ou acordos relativos ao emprego, saúde ou segurança, do pagamento de indemnizações por danos pessoais, ou de eventos relacionados com diversidade/discriminação.
- d. Clientes, produtos e práticas empresariais: Perdas decorrentes de um incumprimento involuntário ou negligente de uma obrigação profissional para com clientes específicos (incluindo os requisitos fiduciários e de adequação), ou da natureza ou conceção de um produto.
- e. Danos a ativos físicos: Perdas decorrentes de perdas ou danos a ativos físicos causados por catástrofes naturais ou outros acontecimentos.
- f. Interrupção da atividade e falhas nos sistemas: Perdas decorrentes da interrupção da atividade ou de falhas nos sistemas.
- g. Execução, entrega e gestão de processos: Perdas decorrentes de falhas no processamento de transações ou na gestão de processos, bem como nas relações com contrapartes comerciais e fornecedores.

A taxonomia de riscos de Basileia é complementada no Grupo Santander por uma taxonomia de gestão de riscos que permite uma melhor compreensão dos riscos e reflete as mudanças no ambiente regulatório, na organização interna do banco e nos riscos emergentes que as entidades financeiras enfrentam. Esta taxonomia de gestão de riscos inclui os seguintes (15) riscos de nível um: fraude interna, fraude externa, pessoal, jurídico, de conduta, de conformidade regulamentar, crime financeiro, processamento e execução de transações, segurança da informação e cibernética, segurança física, modelo, fornecedores, gestão de dados, relatórios financeiros e fiscais, e tecnologia da informação.

## [. *Modelo de gestão e controlo do risco operacional*

### **Ciclo de gestão do risco operacional**

As diferentes etapas do modelo de gestão e controlo do risco operacional envolvem:

- a. Identificar o risco operacional inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Banco. Este processo é realizado através do exercício de Autoavaliação de Risco e Controlo (RCSA)
- b. Definir o perfil objetivo de risco operacional, com especificação das estratégias por unidade e horizonte temporal, através do estabelecimento da apetência e tolerância ao RO, do orçamento e do seu acompanhamento.
- c. Promover o envolvimento de todos os colaboradores com a cultura do risco operacional, através de uma formação adequada a todos os domínios e níveis da organização.
- d. Medir e avaliar o risco operacional de forma objetiva, contínua e coerente com as normas regulamentares (Basileia, Banco de Espanha, etc.) e do setor.
- e. Realizar um acompanhamento contínuo das exposições ao risco operacional, implementar procedimentos de controlo, melhorar o conhecimento interno e mitigar as perdas.
- f. Estabelecer medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o risco operacional.
- g. Elaborar relatórios periódicos sobre a exposição ao risco operacional e o seu nível de controlo para a alta direção e áreas/unidades do Banco, bem como informar o mercado ou as entidades reguladoras.
- h. Definir e implementar a metodologia necessária para estimar o cálculo do capital em termos de perda esperada e inesperada.

Cada um dos processos-chave acima indicados baseia-se em:

- a. Na existência de um sistema que permite reportar e controlar as exposições ao risco operacional, integrado na gestão diária do Banco.

Para tal, o Banco implementou em 2016 uma ferramenta única para a gestão e controlo do risco operacional, de conformidade e de controlo interno, denominada HERACLES. O HERACLES é considerado a Golden Source para a agregação de dados de risco (RDA).

Foram definidas e aprovadas, de acordo com a estrutura de governação estabelecida, as normas internas que estabelecem os princípios para a gestão e o controlo do risco operacional, em conformidade com a regulamentação e as melhores práticas.

Em 2015, o Banco aderiu ao quadro corporativo correspondente e, posteriormente, foram aprovados e implementados o modelo e as políticas (com os detalhes em anexo). Foram também aprovados procedimentos baseados nestes modelos e políticas, bem como o regulamento da Reunião de Risco Operacional.

Normativa	Tipo
Gestão e controlo do risco operacional	Modelo
Garantia do Sistema de Controlo Interno	Modelo
Risco de Cibersegurança	Política
Gestão e Controlo da Fraude	Política
Resiliência Operacional - Gestão da Continuidade do Negócio	Política
Supervisão do Risco Tecnológico	Política

O modelo de gestão e controlo do risco operacional implementado pelo Grupo oferece as seguintes vantagens:

- a. Promove o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional.

- b. Permite uma gestão integral e eficaz do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controlo/mitigação e informação).
- c. Melhora o conhecimento dos riscos operacionais, tanto efetivos como potenciais, e a sua atribuição às linhas de negócio e de apoio.
- d. A informação sobre o risco operacional contribui para melhorar os processos e controlos, reduzir as perdas e a volatilidade das receitas.
- e. Facilita o estabelecimento de limites de apetite pelo risco operacional.

Por outro lado, o Modelo de Garantia do Sistema de Controlo Interno descreve os processos de identificação, avaliação e comunicação dos principais riscos e atividades de controlo, bem como o acompanhamento das principais deficiências identificadas.

### c. Modelo de identificação, medição e avaliação do risco

A gestão do RO articula-se através da implementação do modelo de três linhas de defesa.

A primeira linha de defesa (1LD) abrange todas as unidades de negócio e funções de apoio. A 1LD é responsável pelo RO gerado no seu âmbito de responsabilidade, e a sua função principal no âmbito do modelo de gestão e controlo do RO consiste em identificar, avaliar, monitorizar, mitigar e comunicar o risco.

As seguintes funções estão incluídas na 1LD:

- a. **Gestores de RO:** Todos os colaboradores do banco são responsáveis pela gestão do RO no âmbito das suas atividades. Além disso, os gestores de cada unidade de negócio e função de apoio do Grupo Santander são responsáveis pela gestão do RO que surja no seu âmbito de responsabilidade.
- b. **Coordenadores de RO:** Os coordenadores de RO participam ativamente na gestão do RO, prestam apoio aos gestores de RO nas suas respetivas tarefas de gestão e controlo de riscos e constituem o ponto de contacto com a 2LD no dia-a-dia. O coordenador pode desempenhar a sua função em áreas que não coincidem necessariamente com unidades ou áreas organizacionais.
- c. **Funções de controlo especializado ou Especialistas na matéria (*subject matter experts, SMEs*):** Estas funções são responsáveis pela gestão e controlo da exposição a subcategorias específicas de RO, tais como o risco tecnológico ou o risco de fornecedores. São também responsáveis pela aplicação de controlos específicos para os riscos que gerem, em toda a organização.

A segunda linha de defesa (2LD) supervisiona e *questiona* a gestão e o controlo do RO realizados pela 1LD. As seguintes funções estão incluídas na 2LD:

- a. **Função de controlo de RO:** Esta função é responsável por fornecer uma visão agregada de todos os riscos operacionais na organização. As suas funções mais relevantes são:
  - i. Desenvolver e manter o modelo operacional de RO, bem como promover e validar a sua implementação efetiva em toda a organização. Isto também se aplica às políticas e procedimentos que desenvolvem o modelo de RO em pormenor.
  - ii. Desenvolver e implementar os processos e ferramentas mais adequados para gerir e controlar o risco operacional, de acordo com as normas regulamentares e do setor.
  - iii. Promover que as unidades de negócio e as funções de apoio identifiquem, gerem e controlem os riscos de forma eficaz, e questionar as suas atividades de gestão de riscos e resultados.
  - iv. Garantir que os riscos operacionais sejam tidos em conta na avaliação de novos produtos, serviços ou projetos de transformação.
  - v. Assegurar uma escalada adequada e o reporte à alta direção de todos os riscos operacionais relevantes.
- b. **Gestor de Relações Empresariais (BRM):** A função BRM realiza uma análise crítica e supervisão independente de unidades de negócio ou funções de apoio específicas, com o objetivo de garantir que os riscos operacionais sejam identificados, geridos e comunicados de forma adequada.
- c. **Gestor de Risco Especializado (SRM) ou função especializada de controlo de riscos:** A função SRM possui conhecimentos especializados sobre determinados riscos e é responsável pela área de especialização relacionada. Esta função colabora com a 1LD (em particular, com a área de SME correspondente) para garantir que os riscos operacionais sejam identificados, geridos e comunicados de forma adequada. Uma das suas funções mais importantes consiste em rever e questionar a definição e implementação dos planos de mitigação de riscos.

Dependendo da estrutura organizacional da unidade, os SRM e os BRM podem fazer parte da Função de Controlo de RO ou estar localizados numa área diferente, mas assegurando sempre uma separação adequada de funções em relação à 1LD.

No Grupo Santander, o departamento de Auditoria Interna é a terceira linha de defesa (3LD) que garante, de forma independente, a adequação do quadro de risco operacional do banco. Algumas das suas funções relevantes incluem verificar se os riscos inerentes, o ambiente de controlo e os riscos residuais são identificados, avaliados e geridos de forma adequada, bem como rever a adequação, a pertinência e a implementação geral dos sistemas de gestão e dos processos de governação do RO em todo o Grupo.

O ciclo de gestão do RO no Grupo inclui os seguintes processos-chave:

- a. planeamento estratégico,
- b. identificação e avaliação do RO,
- c. acompanhamento contínuo do perfil de RO,
- d. decisão de resposta ao RO, e
- e. informação e relatório.

Para além deste modelo operacional, são definidas políticas e procedimentos para regular os processos de gestão e controlo do RO e as ferramentas de apoio.

### **Planeamento estratégico:**

Este processo abrange as atividades necessárias para definir o perfil objetivo de RO do Grupo Santander, incluindo a definição do perímetro de RO, a apetência de RO e a estimativa e orçamento das perdas de RO. Inclui também a revisão periódica do programa de RO para identificar quaisquer adaptações necessárias devido a novos requisitos de gestão ou regulamentares.

- Perímetro de RO

A revisão do perímetro é um exercício anual para determinar quais das entidades do Grupo devem estar abrangidas pelo âmbito de gestão do RO. A função de controlo do RO realiza uma análise quantitativa e qualitativa das filiais do Grupo e determina os elementos do modelo a implementar em cada entidade.

Como resultado deste exercício, é possível detetar possíveis fontes de risco que não estão abrangidas, estabelecendo, quando necessário, um calendário para a sua inclusão no processo de gestão do RO, com base no nível de risco percebido.

- Apetite de RO

O apetite pelo risco é definido como o nível máximo de risco que a entidade está disposta a assumir, dentro da sua capacidade, e é aprovado pelo conselho de administração de acordo com os objetivos estratégicos e o plano de negócios, tal como estabelecido no Quadro de Apetite pelo Risco. Na determinação do apetite de RO, são utilizados tanto elementos quantitativos como qualitativos, integrados num conjunto de declarações de risco, métricas e mecanismos de controlo com os correspondentes níveis de tolerância.

A 2LD prepara e define os elementos quantitativos e qualitativos utilizados na determinação do apetite de RO, tanto a nível do Grupo como a nível local, e assegura a participação da 1LD no processo de definição do apetite, de acordo com a governança estabelecida.

Todas as métricas de apetite de RO são monitorizadas regularmente pela 1LD para garantir o cumprimento dos limites, bem como para identificar e escalar as violações do apetite à 2LD, que deve questionar o resultado destas métricas e garantir que a 1LD defina e implemente um plano de mitigação.

Estimativa e orçamento de perdas de RO.

O exercício anual de planeamento estratégico (P-XX) deve incluir os seguintes componentes:

- a. A estimativa das perdas por categoria de risco e linha de negócio global para os próximos três anos, obtida através de uma análise detalhada das perdas históricas, do ambiente de controlo, do ambiente de negócios e de informações sobre tendências de risco e novos fatores para os próximos anos.
- b. A avaliação adequada dos planos de negócios, tendo em conta a tendência esperada de perdas e provisões, bem como qualquer aspeto do RO que possa afetar os resultados pretendidos. Isto inclui garantir a existência de planos para gerir e mitigar os principais riscos operacionais, bem como o orçamento de investimento e despesas para a implementação desses planos.
- c. A análise de que o perfil de risco projetado se encontra dentro dos limites e restrições do RAS em vigor (para as métricas sujeitas a projeção financeira no exercício P).

Para além do exercício estratégico de P, é estabelecido anualmente um orçamento de perdas para garantir que as perdas sejam monitorizadas adequadamente a níveis inferiores aos estabelecidos na apetência de risco, ajudando a planear e a definir medidas de mitigação, quando necessário.

As unidades e as funções de apoio são responsáveis pela elaboração e aprovação do orçamento de perdas, que é posteriormente analisado e validado pela função de controlo de RO. Além disso, a função de controlo de RO supervisiona regularmente o cumprimento do orçamento para solicitar as medidas de mitigação necessárias, caso exista algum desvio significativo em relação às perdas previstas.

A função corporativa de controlo de RO consolida os orçamentos e as projeções de perdas das unidades e das linhas de negócio para análise e apresentação aos órgãos de gestão competentes.  
Revisão estratégica do modelo operacional de RO.

Periodicamente, a função corporativa de controlo de RO revê e atualiza o seu plano para a evolução contínua do modelo operacional de RO, com o objetivo de manter o seu alinhamento com os padrões do setor, as melhores práticas e as expectativas da supervisão e da alta direção.

### **Identificação e avaliação**

O processo de identificação e avaliação do RO é realizado para determinar os riscos e fatores capazes de gerar exposição do RO na organização e para estimar o seu impacto potencial, em termos quantitativos ou qualitativos.

A 1LD é responsável por identificar e avaliar os riscos operacionais dentro do seu âmbito de responsabilidade. Para tal, foi definido um conjunto de ferramentas quantitativas e qualitativas, tais como a RCSA (Autoavaliação de Riscos e Controlo), o exercício KORs (Riscos Operacionais Chave), a Análise de Cenários, a base de dados de Eventos Internos e Externos e os modelos de capital económico (ver secção 5 do presente documento). Além disso, a 1LD deve identificar e avaliar o RO das iniciativas de transformação relevantes.

Além disso, outros elementos, como os relatórios de auditoria interna ou externa e as conclusões dos supervisores, são utilizados como fonte de informação sobre possíveis riscos e/ou deficiências na gestão e no controlo do RO dentro da organização.

Uma vez identificado um RO, este deve ser classificado corretamente de acordo com as categorias de risco estabelecidas pelo Comité de Basileia, bem como com as taxonomias próprias do Grupo Santander.

Após a identificação e classificação dos riscos potenciais associados aos diversos processos, sistemas e produtos, é necessário medir e quantificar o nível de exposição ao risco e analisar as vulnerabilidades que podem dar origem a tais riscos.

A função de 2LD apoia e questiona a 1LD no processo de identificação e avaliação de riscos. Além disso, a função de 2LD realiza a análise de RO de novos produtos e serviços antes da sua aprovação na reunião corporativa de Novos Produtos.

### **Acompanhamento**

O objetivo do processo de acompanhamento do RO é realizar uma análise contínua do nível de exposição ao risco do Grupo Santander, permitindo processos ágeis de gestão e tomada de decisões. O Santander utiliza um sistema integral de alertas baseado no conjunto de ferramentas existente. Estes alertas podem surgir de informação interna, quando são ultrapassados determinados limiares nas diferentes ferramentas (base de dados de perdas, métricas, etc.), ou de informação externa, como eventos externos ou recomendações de auditoria. A 1LD é responsável por realizar um acompanhamento contínuo dos riscos dentro do seu âmbito de responsabilidade.

Para efeitos de acompanhamento dos riscos, os indicadores de RO são uma ferramenta fundamental (ver a secção 5 do presente documento). Além disso, existem procedimentos para a escalada de eventos relevantes que permitem a sua visibilidade e gestão dentro dos prazos exigidos, sem prejuízo da definição de outros canais de comunicação e escalada noutras funções do Grupo.

O 2LD é responsável por estabelecer o conjunto mínimo de alertas a seguir, bem como por monitorizar e questionar o resultado dos mesmos.

## **Respostas ao RO**

O objetivo do Grupo Santander é definir e implementar uma resposta adequada à exposição ao risco operacional. Existem quatro estratégias de resposta ao RO: aceitação, mitigação, transferência ou cessação da atividade (evitar o risco)

- a. Aceitar o risco: Esta estratégia inclui a análise da viabilidade de aceitar uma exposição a um risco específico, documentar os critérios de aceitação e obter a aprovação da aceitação.
- b. Mitigar o risco: Esta estratégia centra-se na mitigação de uma exposição específica ao risco, analisando as razões da necessidade de mitigação, bem como na definição, documentação e implementação das ações de mitigação correspondentes.
- c. Transferir o risco: Esta estratégia é implementada quando a entidade não está disposta a aceitar ou mitigar uma exposição específica ao risco. A estratégia de transferência de riscos mais comum é o recurso a apólices de seguro. A função de seguros corporativos é responsável por coordenar o alinhamento entre o RO do Grupo e o mercado de seguros, bem como por negociar e gerir os programas de seguros globais.
- d. Evitar o risco: Esta resposta centra-se no estabelecimento do plano a executar para descontinuar a atividade que está a gerar a exposição ao risco.

A 1LD é responsável por definir, implementar, documentar e aprovar a resposta ao risco mais adequada em cada caso, e por refletir essa decisão na ferramenta de gestão. É também responsável pela identificação de eventos de risco operacional elegíveis para cobertura de seguro e por participar na gestão do pedido de indemnização.

A 2LD é responsável por rever e questionar a decisão de resposta ao risco, monitorizar a sua implementação e a documentação e registo adequados, e supervisionar se a 1LD cumpre o processo definido em cada caso. Desempenha também um papel ativo na identificação e avaliação do RO que pode ser transferido através de seguros.

Os planos de resiliência operacional e de continuidade de negócios constituem uma das principais ferramentas para a mitigação do risco operacional.

## **Informação e relatórios**

O objetivo deste processo é produzir e distribuir às pessoas, comissões e fóruns relevantes a informação necessária para a tomada de decisões. Cada função é responsável por garantir a integridade e a exatidão da informação sobre o RO dentro do seu âmbito de competências. A frequência dos relatórios deve refletir a situação do risco e o ritmo e a natureza das mudanças no ambiente operacional. Os processos de informação serão realizados em conformidade com as normas e critérios estabelecidos para cada relatório.

- Informação e relatórios nas unidades de negócio e funções de apoio

As unidades de negócio e as funções de apoio são responsáveis por informar sobre o RO no âmbito da sua competência, com o apoio do coordenador de RO e das funções especializadas em risco (SMEs) da 1LD. As unidades de negócio e as funções de apoio da 1LD dispõem de órgãos específicos para o seu âmbito de gestão. Estes órgãos constituem também uma componente fundamental da estrutura de governação do RO no Grupo (ver secção 4 do presente documento), uma vez que são utilizados para garantir que tanto o perfil de RO como o progresso dos planos de mitigação correspondentes sejam revistos e discutidos com as partes interessadas de forma regular.

- Informação e relatórios por parte do 2LD

A função do 2LD agrega as informações de todas as unidades de negócio e funções de apoio e apresenta a visão consolidada do RO nos comités e fóruns apropriados, de acordo com o quadro de governação (ver secção 4 deste documento). Os relatórios devem abranger os resultados dos processos e ferramentas-chave, bem como a avaliação do quadro de RO. O relatório do perfil de risco da 2LD deve incluir as seguintes informações: Riscos atuais e emergentes, e planos de mitigação Perdas e eventos relevantes, também utilizados para todos os relatórios regulamentares.

Estas informações incluem a visão por áreas de negócio globais, bem como a taxonomia de gestão. Incumprimentos do apetite pelo risco e métricas relevantes; quaisquer alterações regulamentares ou de negócio que possam afetar a exposição ao risco operacional ou a sua gestão; recomendações e conclusões de auditores ou supervisores internos ou externos. A função de RO de 2º nível é responsável por consolidar as informações sobre todos os riscos operacionais, incluindo aqueles que são supervisionados por outras funções especializadas de controlo de riscos de 2º nível, a fim de apresentar uma visão holística do RO a que a organização está exposta. A função corporativa de controlo de RO consolida a informação de RO disponível para cada uma das entidades do Grupo, com o objetivo de obter uma visão completa do perfil de RO do Grupo e comunicá-la aos órgãos de governo e supervisores do Grupo.

- Informação e apresentação de relatórios a terceiros

A 2LD é responsável por fornecer as informações necessárias a investidores, consórcios, reguladores e ao público, de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos em cada caso. O Santander faz parte do consórcio ORX para a troca anónima de dados de RO. A função corporativa de controlo de RO envia à ORX as informações relevantes do Grupo Santander de forma anónima e recebe as informações do setor, bem como relatórios específicos que permitem partilhar os dados externos com as unidades do Grupo.

Supervisão (oversight).

Conforme mencionado anteriormente, a segunda linha de defesa (2LD) supervisiona e questiona a gestão e o controlo do RO realizados pela 1LD. Isto aplica-se a todo o ciclo de gestão, incluindo os principais processos descritos anteriormente. A supervisão contínua é realizada através de diferentes exercícios (tais como o exercício de Garantia de Qualidade (quando aplicável), a revisão do perfil de risco ou os controlos de qualidade de dados — CPCs — quando aplicável), é comunicada às unidades e reportada aos órgãos de governo corporativo correspondentes. Além disso, a função corporativa de controlo de RO realiza reuniões regulares de supervisão e monitorização do perfil com as funções locais de 2LD de RO. O objetivo destas reuniões é analisar o perfil de risco e os resultados dos instrumentos de RO, rever as respetivas ações de mitigação e outros assuntos, tais como projetos relevantes, a estratégia de RO e as melhores práticas.

- Definição e comunicação de orientações de apoio à implementação

A função corporativa de risco operacional é responsável pela elaboração das orientações de apoio à implementação (diretrizes, guias, manuais, normas técnicas, etc.) que complementam e desenvolvem os aspetos mais técnicos ou detalhados nos diferentes processos de controlo e supervisão do risco operacional, em particular no que se refere ao registo e comunicação de perdas, cálculo dos indicadores de risco e desenvolvimento dos modelos de capital económico. Estes documentos devem incorporar as melhores práticas, bem como os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Uma vez elaborados, a função corporativa disponibiliza estas orientações de apoio às unidades, para a sua implementação local.

## **Plano de Continuidade de Negócios**

A resiliência operacional define-se como a capacidade da entidade de continuar a prestar os seus serviços críticos face a eventos disruptivos. Esta capacidade permite ao banco identificar e proteger-se contra ameaças e possíveis falhas, responder, adaptar-se, recuperar-se e aprender com os eventos disruptivos, com o objetivo de minimizar o seu impacto na prestação de serviços críticos nestas situações de perturbação. O Grupo Santander dispõe de um sistema de gestão de Resiliência Operacional e Continuidade de Negócios (OR-BCMS) que abrange a estrutura organizacional, as políticas e os procedimentos, as funções e responsabilidades, bem como os processos e recursos necessários para implementar e manter a continuidade de negócios.



Este objetivo básico concretiza-se em:

- Minimizar os possíveis danos às pessoas e os impactos financeiros e comerciais adversos para o Banco, decorrentes de uma interrupção das operações normais do negócio.
- Reduzir os efeitos operacionais de um desastre, fornecendo um conjunto de orientações e procedimentos predefinidos e flexíveis para utilização na retoma e recuperação dos processos.
- Retomar as operações comerciais e as funções de apoio associadas, sensíveis ao tempo, com o objetivo de garantir a continuidade do negócio, a estabilidade dos lucros e o crescimento planeado.
- Restabelecer as operações tecnológicas e de apoio às operações comerciais, sensíveis ao tempo, em caso de indisponibilidade das tecnologias existentes.
- Proteger a imagem pública e a confiança no Banco.
- Cumprir as obrigações do Banco para com os seus colaboradores, clientes, acionistas e outras partes interessadas.

### Informação corporativa

A área corporativa de controlo do risco operacional do Grupo Santander, do qual o Grupo Santander faz parte, dispõe de um sistema de informação de gestão do risco operacional que permite fornecer dados sobre os principais elementos de risco do Banco. A informação disponível de cada país/unidade no âmbito do risco operacional é consolidada de forma a obter-se uma visão global com as seguintes características:

- Dois níveis de informação: um corporativo com informação consolidada e outro individualizado para cada país/unidade.
- Divulgação das melhores práticas entre os países/unidades do Grupo Santander, obtidas através do estudo combinado dos resultados decorrentes das análises qualitativas e quantitativas do risco operacional.

Concretamente, são elaboradas informações sobre os seguintes aspetos:

- Modelo de gestão do risco operacional no Banco e nas principais unidades e geografias do Grupo.
- Âmbito da gestão do risco operacional.
- Acompanhamento das métricas de apetite de risco.
- Análise da base de dados interna de eventos e de eventos externos relevantes.
- Análise dos riscos mais relevantes, detetados através de diferentes fontes de informação, tais como os exercícios de autoavaliação de riscos operacionais e tecnológicos.

- f. Avaliação e análise de indicadores de risco.
- g. Medidas de mitigação / gestão ativa.
- h. Planos de continuidade de negócios e planos de contingência.

Esta informação serve de base para cumprir as necessidades de reporte à Comissão Delegada de Riscos, ao Comité de Supervisão de Riscos, Regulamentação e Conformidade, ao Comité de Risco Operacional, à alta direção, aos reguladores, às agências de notação, etc.

### **Os seguros na gestão do risco operacional**

O seguro, enquanto meio de transferência do risco operacional para terceiros, constitui uma ferramenta essencial de gestão de riscos. A função de controlo de RO (em colaboração com a função de seguros corporativos) realiza periodicamente a análise da cobertura de RO por seguros. O objetivo da análise é garantir a existência de uma cobertura adequada do risco operacional na organização, bem como promover a coordenação das diferentes funções que participam no processo de seguros.

A função de controlo de RO deve também promover a identificação de sinistros seguráveis, a gestão e o registo das recuperações de seguros na base de dados de eventos internos, e a avaliação contínua dos protocolos de sinistros existentes para garantir uma aplicação eficaz das apólices de seguro.

### **Risco Cibernético**

O risco de cibersegurança (também conhecido como risco cibernético) define-se como qualquer risco que provoque uma perda financeira, interrupção da atividade ou dano à reputação do Santander Consumer, decorrente da destruição, utilização indevida, roubo ou abuso de sistemas ou de informação. Este risco provém tanto do interior como do exterior da empresa. Em caso de incidente cibernético, os principais riscos cibernéticos para o Banco consistem em três elementos:

- a. Acesso não autorizado ou uso indevido de informações ou sistemas (por exemplo, roubo de informações comerciais ou pessoais).
- b. Roubo e fraude financeira.
- c. Interrupção do serviço comercial (por exemplo, sabotagem, extorsão, negação de serviço).

Tal como em anos anteriores, o Banco continuou a dedicar total atenção aos riscos relacionados com a cibersegurança. Esta situação, que suscita preocupação nas entidades e nos reguladores, leva à adoção de medidas preventivas para se estar preparado para ataques desta natureza.

O Banco evoluiu a sua regulamentação em matéria de cibersegurança com a aprovação de um novo quadro de cibersegurança e do modelo de supervisão de riscos cibernéticos, bem como de diferentes políticas relacionadas com esta matéria.

Da mesma forma, foi definida uma nova estrutura organizacional e reforçada a governança para a gestão e o controlo deste risco. Para tal, foram criados comités específicos e incorporadas métricas de cibersegurança na apetência de risco do Banco.

Os principais instrumentos e processos estabelecidos para o controlo do risco de cibersegurança são:

- a. Conformidade com a apetência pelo risco cibernético, sendo o objetivo deste processo garantir que o perfil de risco cibernético está em consonância com a apetência pelo risco. A apetência pelo risco cibernético é definida por uma série de métricas, declarações de risco e indicadores com os seus limiares de tolerância correspondentes, sendo que se recorrem às estruturas de governação existentes para efetuar o acompanhamento e a escalonagem, incluindo os comités de Risco, bem como os comités de Cibersegurança.

- b. Identificação e avaliação do risco de cibersegurança: O processo de identificação e avaliação do risco cibernético é um processo fundamental para antecipar e determinar os fatores de risco que possam estimar a sua probabilidade e impacto. Os riscos cibernéticos são identificados e classificados de acordo com as categorias de controlo definidas nas mais recentes normas relevantes do setor em matéria de segurança (como a norma ISO 27k, o Quadro de Cibersegurança do NIST, etc.). A metodologia inclui os métodos utilizados para identificar, classificar e quantificar os riscos cibernéticos, bem como para avaliar os controlos e as medidas corretivas elaboradas pela função de primeira linha de defesa. Os exercícios de avaliação do risco cibernético constituem a ferramenta fundamental para identificar e avaliar os riscos de cibersegurança no Banco. A avaliação do risco de cibersegurança e tecnológico será atualizada sempre que for razoavelmente necessário, tendo em conta as alterações nos sistemas de informação, nas informações confidenciais ou comerciais, bem como nas operações comerciais da entidade.
- c. Controlo e mitigação do risco cibernético: processos relacionados com a avaliação da eficácia dos controlos e a mitigação dos riscos. Uma vez avaliados os riscos cibernéticos e após a definição das medidas de mitigação, estas medidas são incluídas num plano de mitigação do risco de cibersegurança da Santander Consumer Finance, sendo os riscos residuais identificados formalmente aceites. Devido à natureza dos riscos cibernéticos, é realizada uma avaliação periódica dos planos de mitigação do risco. Um processo fundamental face a um ataque de cibersegurança bem-sucedido é o plano de continuidade de negócios. O Banco dispõe de estratégias e medidas de mitigação relacionadas com os planos de gestão da continuidade do negócio e de recuperação em caso de catástrofe. Estas medidas estão também associadas a ciberataques, baseando-se em políticas, metodologias e procedimentos definidos.
- d. Monitorização, supervisão e comunicação do risco cibernético: A Santander Consumer Finance realiza um controlo e acompanhamento do risco cibernético com o objetivo de analisar periodicamente a informação disponível sobre os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades do Banco. Para tal, são controlados e supervisionados os indicadores-chave de risco (KRI) e os indicadores-chave de desempenho (KPI) para avaliar se a exposição ao risco está em conformidade com a apetência pelo risco acordada. Escalonamento e comunicação: O escalonamento e a comunicação adequados das ameaças cibernéticas e dos ciberataques constituem outro processo fundamental. A Santander Consumer Finance dispõe de ferramentas e processos para a deteção, na sua infraestrutura, nos servidores, nas aplicações e nas bases de dados, de sinais de ameaças internas e potenciais comprometimentos. A comunicação inclui a elaboração de relatórios e a apresentação aos comités pertinentes da informação necessária para avaliar a exposição ao risco cibernético e o perfil do risco cibernético, bem como para tomar as decisões e medidas necessárias. Para tal, são elaborados relatórios sobre a situação do risco cibernético para os comités de direção. Existem também mecanismos para a escalonamento interno, independente da equipa de direção do banco, dos incidentes tecnológicos e de cibersegurança e, caso necessário, para o regulador competente.

### **Outros Riscos Emergentes**

Para além do referido Risco Cibernético, o Grupo Santander Consumer está a reforçar cada vez mais a supervisão de outros riscos operacionais decorrentes de 1) gestão de fornecedores e 2) projetos de transformação.

- a. No que diz respeito aos riscos de gestão de fornecedores, o enfoque centra-se na qualidade e na continuidade dos serviços prestados à SCF, mas também em garantir o cumprimento das novas Diretrizes da EBA e de regulamentos como o DORA, através da implementação de instrumentos de risco específicos ao longo das diferentes fases do ciclo de vida do fornecedor.
- b. O Risco Operacional de Transformação é aquele decorrente de alterações materiais na organização, do lançamento de novos produtos, serviços, sistemas ou processos resultantes de conceção, construção, teste e implementação imperfeitos de projetos e iniciativas, bem como da transição para o dia-a-dia (BAU, na sigla em inglês). A transformação constitui uma causa principal, que se pode manifestar numa variedade de riscos e impactos, não se limitando ao Risco Operacional (por exemplo, de Crédito, de Mercado, de Crimes Financeiros...).

## **Risco de Conformidade e Conduta**

A Função de Conformidade abrange todas as matérias relacionadas com a conformidade regulamentar (incluindo a proteção de dados pessoais), a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, a governação de produtos e a proteção do consumidor, bem como o risco reputacional, de acordo com o estabelecido no Quadro Corporativo Geral de Conformidade e Conduta.

A Função de Conformidade promove a adesão da Santander Consumer Finance S.A. (doravante “SCF”) às normas, aos requisitos de supervisão e aos princípios e valores de boa conduta, através do estabelecimento de padrões, do debate, do aconselhamento e da informação, no interesse dos colaboradores, clientes, acionistas e da comunidade em geral. De acordo com a atual configuração corporativa das três linhas de defesa do Grupo Santander, a Função de Conformidade configura-se como a Função de Controlo Independente de Segunda Linha, reportando diretamente ao Conselho de Administração e às suas comissões através do Diretor de Conformidade (CCO), que, por sua vez, reporta ao Diretor de Risco (CRO) e mantém uma linha de reporte funcional ao CCO do Grupo Santander. Esta estrutura está em conformidade com os requisitos da regulamentação bancária e com as expectativas das autoridades de supervisão.

O objetivo da Santander Consumer Finance em matéria de risco de conformidade e conduta é minimizar a probabilidade de ocorrência de incumprimentos e irregularidades e, caso estes venham a ocorrer, garantir que sejam identificados, avaliados, comunicados e resolvidos com celeridade.

A Santander Consumer Finance tem como objetivo continuar a trabalhar para manter o máximo alinhamento com os padrões do Grupo Santander em termos de políticas, procedimentos e metodologias de gestão em todas as suas unidades.

As ferramentas de que a Função de Conformidade dispõe para identificar e gerir os riscos sob a sua responsabilidade são:

- a. Exercícios anuais de avaliação de riscos de conduta, regulamentares, de prevenção do branqueamento de capitais e de risco reputacional (semestral).
- b. Elaboração, por cada entidade, de um plano anual de conformidade que reflita as iniciativas corporativas do Grupo Santander, as iniciativas locais necessárias para cumprir a regulamentação local e as boas práticas do setor, as deficiências identificadas nos exercícios de avaliação de riscos e as potenciais recomendações da auditoria interna enquanto terceira linha de defesa, bem como quaisquer outros requisitos dos supervisores locais.
- c. Reuniões periódicas de acompanhamento com as unidades e processo de reporte periódico em matéria de riscos de conformidade.

## **Risco Climático e Ambiental**

A estratégia ESG (Fatores ambientais e climáticos, sociais e de governação) da Santander Consumer Finance S.A., enquanto parte do Grupo Santander, consiste em conduzir os negócios de forma responsável e sustentável, apoiando a transição verde, construindo uma sociedade mais inclusiva e conduzindo os negócios de forma correta, seguindo os mais rigorosos padrões de governação.

Por outro lado, os fatores ESG podem acarretar tipos de risco tradicionais (por exemplo, de crédito, de liquidez, operacional ou de reputação) devido aos impactos físicos de um clima em mudança, aos riscos associados à transição para uma nova economia mais sustentável e ao incumprimento das expectativas e compromissos assumidos. Por isso, estão incluídos no mapa de riscos da Santander Consumer Finance como fatores de risco relevantes.

Nos últimos tempos, os riscos climáticos (riscos físicos e riscos de transição) têm vindo a assumir grande relevância e, por isso, a Santander Consumer Finance S.A. está a reforçar a sua gestão e controlo em coordenação com as equipas corporativas do Grupo Santander no âmbito do Projeto Clima, sendo algumas das prioridades as seguintes:

- a. Abordagem EWRM (Enterprise-Wide Risk Management), que proporcione uma visão holística e antecipatória dos aspetos climáticos como base para a sua gestão adequada.
- b. Disponibilidade de dados relevantes (por exemplo, emissões de CO<sub>2</sub> dos ativos financiados, rácio de financiamento de ativos verdes, classificação setorial e localização das empresas, certificados de eficiência energética e localização das garantias, etc.).
- c. Integração dos riscos climáticos no dia-a-dia da gestão e controlo de riscos.

A relevância dos dados e a sua qualidade são, se possível, ainda maiores neste domínio do que nos restantes, dado que alguns dados que até há pouco tempo não tinham grande relevância e talvez nem sequer fossem recolhidos se tornaram essenciais para questões como o alinhamento das carteiras com os objetivos ambientais, a divulgação de informação ou a gestão dos riscos climáticos.

Conforme referido anteriormente, para o setor bancário em geral, o clima é uma questão transversal com múltiplas perspetivas, mas com duas dimensões principais inter-relacionadas:

1. Os bancos desempenham um papel fundamental na mitigação das alterações climáticas e na transição para uma nova economia verde.
2. Os aspetos climáticos podem causar prejuízos aos bancos através de diferentes mecanismos de transmissão.

No que diz respeito à Santander Consumer Finance S.A. em particular, a nossa visão é a seguinte:

1. O nosso papel no financiamento sustentável: o alinhamento das nossas carteiras com a ambição de emissões líquidas nulas ocorrerá de forma natural e gradual, impulsionado principalmente por fatores externos, tais como as políticas, a tecnologia e a procura dos consumidores. Em 2025, atualizou-se a meta para 2030 de 109 gCO<sub>2</sub>e/km, considerando 13 unidades da SCF, e iremos incorporar o acompanhamento e a gestão deste risco no âmbito do Apetite de Risco.
2. Impactos potenciais dos riscos climáticos na Santander Consumer Finance: a partir da análise de materialidade realizada, conclui-se que os tipos de risco mais afetados para a SCF são o de crédito, o de valor residual, o reputacional e o estratégico (modelo de negócio). Os impactos potenciais são significativamente atenuados graças ao contexto (transformação gradual da indústria automóvel) e ao modelo de negócio da Santander Consumer Finance (cujas carteiras são principalmente de retalho, de boa qualidade, de curto prazo e diversificadas). Por outro lado, as questões climáticas poderão ser o catalisador de uma crise económica geral, por exemplo, devido a uma transição desordenada para a nova economia verde. Já estamos a gerir estes riscos, mas continuaremos a reforçar a sua gestão e controlo.

Por fim, no que diz respeito à integração no dia-a-dia da gestão e controlo dos riscos, a equipa de EWRM da Santander Consumer Finance elabora trimestralmente um relatório interno de acompanhamento dos riscos climáticos, no qual serão também incorporados, a partir da sua publicação, os resultados do exercício do Pilar III ESG. Paralelamente, os riscos climáticos foram integrados em todas as fases do ciclo de riscos, garantindo o cumprimento dos compromissos assumidos e das expectativas dos supervisores através do Target Operating Model.

### **Proposta de distribuição de resultados**

A distribuição do resultado obtido pelo Banco no exercício de 2025, no valor de 612 162 mil euros, será submetida à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com a seguinte proposta:

Reserva voluntária: 451 330 mil euros.  
Reserva legal: 61 216 milhares de euros.

### **Capital e ações próprias**

O Banco não realizou, durante o exercício de 2025, qualquer operação com ações próprias nem com ações do Banco Santander, S.A. Da mesma forma, não existe qualquer saldo de ações próprias no seu balanço em 31 de dezembro de 2025.

## **Investigação e Desenvolvimento**

O Grupo Santander entende a inovação e o desenvolvimento tecnológico como um pilar fundamental da estratégia corporativa e procura aproveitar as oportunidades oferecidas pela digitalização. Alinhado com a estratégia tecnológica e de inovação do Grupo Santander Consumer Finance, aproveita as capacidades globais e incorpora as particularidades locais para maximizar o desenvolvimento do seu negócio e manter-se na vanguarda face aos seus concorrentes.

É crucial o apoio da área de Tecnologia e Operações às necessidades do negócio, com propostas de valor acrescentado específicas para a oferta de financiamento ao consumo, com foco no ponto de venda, na gestão do cliente e na conceção de produtos especializados, garantindo uma gestão ótima do processo que permita manter bons rácios de eficiência e assegure o controlo da segurança tecnológica e operacional.

Por outro lado, tal como as restantes unidades do Grupo Santander, a Santander Consumer Finance está a sofrer uma pressão cada vez maior devido às exigências regulamentares cada vez mais rigorosas que afetam o modelo de sistemas e a tecnologia subjacente, obrigando a investimentos adicionais para garantir a conformidade e a segurança jurídica.

## **Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício**

Os acontecimentos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício de 2025 encontram-se detalhados na Nota 1-i do relatório consolidado.

## **Adequação ao quadro regulamentar**

Em 2014, entrou em vigor a regulamentação conhecida como Basileia III, que estabelece novos padrões globais de capital, liquidez e alavancagem nas instituições financeiras.

Do ponto de vista do capital, Basileia III redefine o que é considerado como capital disponível nas instituições financeiras (incluindo novas deduções e elevando os requisitos dos instrumentos de capital contabilizáveis), aumenta os mínimos de capital exigidos, exige que as instituições financeiras operem permanentemente com excedentes de capital (reservas de capital) e acrescenta novos requisitos aos riscos considerados.

Na Europa, a regulamentação foi implementada através da Diretiva 2013/36/UE, conhecida como "CRD IV", e do seu Regulamento 575/2013 (CRR), que é de aplicação direta em todos os Estados-Membros da UE (Single Rule Book). Além disso, estas normas estão sujeitas a desenvolvimentos regulamentares a cargo da Autoridade Bancária Europeia (EBA).

A CRD IV foi transposta para a legislação espanhola através da Lei 10/2014 relativa à organização, supervisão e solvência das entidades de crédito e do seu posterior desenvolvimento regulamentar, o Real Decreto 84/2015. O CRR é de aplicação direta nos Estados-Membros a partir de 1 de janeiro de 2014 e revoga as normas de hierarquia inferior que impliquem requisitos adicionais de capital.

A CRR prevê um calendário de implementação gradual que permite uma adaptação progressiva aos novos requisitos na União Europeia. Esses calendários foram incorporados à regulamentação espanhola através da Circular 2/2014 do Banco de Espanha, afetando tanto as novas deduções como as emissões e elementos de fundos próprios que, com esta nova regulamentação, deixam de ser elegíveis como tal. Estão igualmente sujeitos a uma implementação gradual as reservas de capital previstas na CRD IV, sendo aplicáveis pela primeira vez no ano de 2016 e devendo estar totalmente implementadas no ano de 2019.

Em 2025, a nível consolidado, o Grupo Santander Consumer Finance deve manter um rácio de capital mínimo de 8,63% de CET1 phase-in (sendo 4,5% o requisito do Pilar I, 1,5% o requisito do Pilar II, 2,5% o requisito da reserva de conservação de capital e 0,79% da reserva anticíclica). Este requisito inclui: (i) o requisito mínimo de Capital Próprio de Nível 1 (CET1) que deve ser mantido em todos os momentos nos termos do artigo 92.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 575/2013; (ii) o Capital Próprio de Nível 1 (CET1) que deve ser mantido em excesso em todos os momentos, em conformidade com o artigo 16.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1024/2013; e (iii) a reserva de conservação de capital nos termos do artigo 129.º da Diretiva 2013/36/UE. Além disso, o Grupo Santander Consumer Finance deve manter um rácio de capital mínimo de 10,42% de T1 (phase-in), bem como um rácio de capital total mínimo de 12,79% (phase-in).

No final de 2025, o Banco excede o requisito prudencial definido pelo BCE, situando-se num rácio CET1 (phase-in) de 12,17% e num rácio de capital total de 16,55% (phase-in).

No que diz respeito ao risco de crédito, o Banco prossegue com o seu plano de implementação da abordagem avançada de modelos internos (AIRB) de Basileia. Este avanço é também condicionado pelas aquisições de novas entidades, bem como pela necessidade de coordenação entre as autoridades de supervisão nos processos de validação dos modelos internos.

O Grupo Santander Consumer Finance está presente principalmente em regiões onde o quadro legal entre as autoridades de supervisão é o mesmo, como acontece na Europa através da Diretiva de Capital.

Atualmente, o Grupo Santander Consumer Finance conta com a autorização de supervisão para a utilização de abordagens avançadas no cálculo dos requisitos de capital regulamentar por risco de crédito para as suas principais carteiras em Espanha, bem como para determinadas carteiras na Alemanha, nos Países Nórdicos e em França.

No que diz respeito ao risco operacional, o Grupo Santander Consumer Finance utiliza atualmente a abordagem padrão de cálculo do capital regulamentar prevista na Diretiva Europeia de Capital.

No que diz respeito aos restantes riscos explicitamente contemplados no Pilar I de Basileia, o risco de mercado não é significativo no Santander Consumer Finance, uma vez que não faz parte da atividade da empresa, sendo utilizada a abordagem padrão.

### **Rácio de Alavancagem**

O rácio de alavancagem foi estabelecido no âmbito regulamentar de Basileia III como uma medida não sensível ao risco do capital exigido às instituições financeiras. O Grupo efetua o cálculo de acordo com o disposto na CRD IV e na sua posterior alteração pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013, de 17 de janeiro de 2015, cujo objetivo foi harmonizar os critérios de cálculo com os especificados no documento “Basel III leverage ratio framework and disclosure requirements” do Comité de Basileia. Este rácio é calculado como o quociente entre o Tier 1 dividido pela exposição de alavancagem.

Este rácio é calculado como o quociente entre o *Tier 1* dividido pela exposição de alavancagem. Esta exposição é calculada como a soma dos seguintes elementos:

- Ativo contabilístico, sem derivados e sem elementos considerados como deduções no *Tier 1* (por exemplo, inclui-se o saldo dos empréstimos, mas não o goodwill).
- Contas extrapatrimoniais (avales, limites de crédito concedidos e não utilizados, créditos documentários, principalmente) ponderadas pelos fatores de conversão de crédito.
- Inclusão do valor líquido dos derivados (as mais-valias e menos-valias com a mesma contraparte são compensadas, deduzidas as garantias se estas cumprirem determinados critérios), acrescida de uma sobretaxa pela exposição potencial futura.
- Um acréscimo pelo risco potencial das operações de financiamento de títulos.
- Por último, inclui-se um acréscimo pelo risco dos derivados de crédito (CDS).

A Santander Consumer Finance mantém um rácio de alavancagem a nível subconsolidado “fully loaded” de 8,28% no final de 2025, face a um requisito mínimo de 3%.

### **Capital Económico**

Do ponto de vista da solvência, o Grupo Santander Consumer Finance utiliza, no contexto do Pilar II de Basileia, o seu modelo económico para o processo de autoavaliação de capital (PAC ou ICAAP, na sigla em inglês). Para tal, planeia-se a evolução do negócio e as necessidades de capital num cenário central e em cenários alternativos de stress. Nesta planificação, o Grupo assegura-se de manter os seus objetivos de solvência, mesmo em cenários económicos adversos.

O capital económico é o capital necessário, de acordo com um modelo desenvolvido internamente, para suportar todos os riscos da nossa atividade com um determinado nível de solvência. No nosso caso, o nível de solvência é determinado pela notação de risco objetiva a longo prazo de “A” (dois níveis acima da notação da Espanha), o que implica aplicar um nível de confiança de 99,95% (superior aos 99,90% regulamentares) para calcular o capital necessário.

O modelo de capital económico do Grupo inclui na sua medição todos os riscos significativos em que o Grupo incorre nas suas operações, pelo que considera riscos como concentração, juros estruturais, negócio, pensões e outros que estão fora do âmbito do chamado Pilar 1 regulamentar. Além disso, o capital económico incorpora o efeito de diversificação, que no caso do Grupo é fundamental, devido à natureza multinacional e multissetorial da sua atividade, para determinar o perfil global de risco e solvência.

O Grupo Santander Consumer Finance utiliza na sua gestão de risco a metodologia RORAC para o cálculo do consumo de capital económico e do retorno sobre o mesmo das unidades de negócio do Grupo, bem como de segmentos, carteiras ou clientes, com o objetivo de analisar periodicamente a criação de valor, bem como de facilitar uma alocação ótima do capital.

A metodologia RORAC permite comparar, em bases homogéneas, o rendimento de operações, clientes, carteiras e negócios, identificando aqueles que obtêm uma rentabilidade ajustada ao risco superior ao custo de capital do Grupo, alinhando assim a gestão do risco e do negócio com a intenção de maximizar a criação de valor, objetivo último da alta direção da Santander Consumer Finance.

### **Relatório anual de governo corporativo**

O Banco, entidade com sede em Espanha, cujos direitos de voto correspondem, direta e/ou indiretamente, ao Banco Santander, S.A., em conformidade com o disposto no artigo 9.º, n.º 4, da Portaria ECC/461/2013, de 20 de março, do Ministério da Economia e da Competitividade, não elabora um Relatório Anual de Governo Corporativo, o qual é elaborado e apresentado à CNMV pelo Banco Santander, S.A., na sua qualidade de sociedade-mãe do Grupo Santander.

### **Informação não financeira**

Em 28 de dezembro de 2018, o Conselho de Ministros aprovou a Lei n.º 11/2018, que altera o Código de Comércio, o texto refundido da Lei das Sociedades de Capitais aprovado pelo Real Decreto Legislativo n.º 1/2010, de 2 de julho, e a Lei n.º 22/2015, de 20 de julho, relativa à Auditoria de Contas, em matéria de informação não financeira e diversidade.

A declaração de informação não financeira deverá conter os seguintes aspetos: uma breve descrição do modelo de negócio do grupo, das políticas do grupo relativamente a estas questões e dos resultados da sua aplicação, dos principais riscos associados às suas atividades, bem como informação relativa aos indicadores-chave de resultados não financeiros em questões relacionadas com o ambiente, o pessoal, os direitos humanos, a luta contra a corrupção e o suborno e a diversidade.

A Santander Consumer Finance, na sua qualidade de Entidade de Interesse Público, não está obrigada a divulgar a referida informação não financeira, uma vez que esta está incluída no Relatório de Gestão consolidado do Banco Santander S.A.

A este respeito, na qualidade de entidade dependente do Banco Santander S.A., a Santander Consumer Finance, S.A., e as sociedades que compõem o Grupo Santander Consumer Finance (Consolidado), incorporam o conteúdo desta informação no Relatório de Gestão do Banco Santander S.A. e das sociedades dependentes relativo ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2025, que, juntamente com as contas anuais consolidadas do Grupo Banco Santander e das sociedades dependentes, tal como indicado na nota 1 da nota explicativa anexa, são depositadas no Registo Comercial de Santander e estão igualmente disponíveis em [www.santander.com](http://www.santander.com)

### **Estrutura de Capital e participações significativas**

Banco Santander, S.A.	1 879 546 152,00 €	Percentagem 99,99%
Cántabro Catalana de Inversiones, S.A.U.	20	Percentagem 0,00000106%
Número total de ações	1 879 546 172,00 €	
Valor nominal	3	
Capital Social	5 638 638 516,00 €	

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social do Banco estava constituído por 1 879 546 172 ações nominativas, com um valor nominal de 3 euros cada, totalmente subscritas e realizadas, com direitos políticos e económicos idênticos.

### **Restrições à transmissibilidade dos títulos**

Não aplicável

### **Restrições ao direito de voto**

Os participantes na Assembleia Geral de Acionistas terão um voto por cada ação que possuam ou representem.

Apenas os titulares de vinte ou mais ações terão direito a participar na Assembleia Geral de Acionistas, desde que as mesmas estejam registadas em seu nome no Livro de Registo de Ações Nominativas.

**Acordos entre sócios**

Não aplicável

**Nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração e alteração dos estatutos sociais**

A representação do Banco cabe ao Conselho de Administração, que será composto por um número de membros não inferior a cinco nem superior a quinze, os quais serão nomeados pela Assembleia Geral de Acionistas, por um período de três anos, podendo, no entanto, ser reeleitos, quantas vezes se desejar, por períodos de igual duração.

Para ser membro do Conselho de Administração não é necessário ser acionista do Banco

**Poderes dos membros do Conselho de Administração**

Em 24 de julho de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da SCF, S.A., a nomeação de Sra. Victoria Roig Soler como Diretora Executiva da Santander Consumer Finance, S.A., em substituição de Sr. José Luis de Mora Gil-Gallardo, após a obtenção das autorizações regulamentares pertinentes.

Em 31 de julho de 2024, a Sra. Victoria Roig Soler aceitou o cargo de Diretora Executiva, após ter recebido a não oposição à nomeação por parte do Banco Central Europeu.

Neste sentido, o Conselho de Administração acordou, simultaneamente à sua nomeação como Diretora Executiva, delegar a Sra. Victoria Roig Soler todas as competências do Conselho, exceto as que não são delegáveis por disposição legal, estatutária ou regulamentar.

**Acordos significativos que sejam alterados ou rescindidos em caso de mudança de controlo da Sociedade**

Não aplicável.

**Acordos entre a Sociedade, os administradores, dirigentes ou funcionários que prevejam indemnizações no termo da relação com a Sociedade por motivo de uma oferta pública de aquisição**

Não aplicável.

Em conformidade com o disposto no artigo 253.º, n.º 1, da reedição da Lei das Sociedades de Capitais, o conselho de administração da Santander Consumer Finance, S.A. elabora as contas anuais consolidadas, que incluem o balanço em 31 de dezembro de 2025, a demonstração de resultados, a demonstração de rendimentos e gastos reconhecidos, a demonstração global das variações no capital próprio, o fluxo de caixa e o anexo, todos eles consolidados, relativos ao exercício findo nessa data, bem como o relatório de gestão consolidado relativo ao exercício de 2025, elaborados em formato eletrónico extensível HyperText Markup Language (XHTML) e, no caso das principais demonstrações financeiras e das notas explicativas consolidadas que estas contêm, marcados utilizando a norma extensível Business Reporting Language (XBRL), tudo em conformidade com o Formato Eletrónico Único Europeu (FEUE) estabelecido na Diretiva 2004/109/CE e no Regulamento Delegado (UE) 2019/815.

Da mesma forma, os administradores da Santander Consumer Finance, S.A., que são os que se indicam a seguir, com indicação do respetivo cargo, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais consolidadas da sociedade relativas ao exercício de 2025, elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis, apresentam uma imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados da Santander Consumer Finance, S.A. e das empresas incluídas na consolidação, consideradas no seu conjunto, bem como das suas receitas e despesas reconhecidas, das variações no seu património líquido e dos seus fluxos de caixa, e que o relatório de gestão inclui uma análise fiel da evolução e dos resultados empresariais, bem como da situação da sociedade e das empresas incluídas na consolidação, consideradas no seu conjunto, juntamente com a descrição dos principais riscos e incertezas a que se enfrentam.

Boadilla del Monte (Madrid), 26 de fevereiro de 2026

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

Sra. Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola Sr. Francisco Javier Monzón de Cáceres Sr. Sebastian Jorge Gunningham

Sr. Nitin Prabhu

Sra. Victoria Roig Soler

Sr. Daniel Barriuso Rojo

Sr. Antonio Escámez Torres

Sr. José Manuel Robles Fernández

Sra. Marta Elorza Trueba

Sra. Emma Fernández Alonso

Sr. Michael Rhodin

Sr. José Luis de Mora Gil Gallardo

Sr. Petri Sebastian Nikkilä

Sr. Mahesh Aditya

Elaboração das contas anuais consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Declaração redigida pelo Secretário do Conselho de Administração da Santander Consumer Finance, S.A., o Sr. Víctor Manuel Dorado González, para fazer constar que o Sr. Daniel Barriuso Rojo delegou no Vice-Presidente, o Sr. Francisco Javier Monzón de Cáceres, a sua representação e voto a favor das deliberações incluídas na Ordem do Dia da reunião do Conselho de Administração de 26 de fevereiro de 2026.

Além disso, fica registado que o **Sr. Sebastian J. Gunningham** apresentou formalmente a sua renúncia ao cargo de Vice-presidente e membro do conselho de administração da sociedade, com efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2026, deixando, por conseguinte, de ser administrador da Santander Consumer Finance, S.A., na data de elaboração das contas anuais pelo Conselho de Administração, em 26 de fevereiro, razão pela qual a sua assinatura não consta do documento redigido para o efeito.

Sr. Víctor Manuel Dorado González  
(Secretário do Conselho)